



CULTURA E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reflexões sobre cultura

Rafael Salatini
Organizador



**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

VOLUME 1

CULTURA E DIREITOS HUMANOS
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL SALATINI
(ORGANIZADOR)

CULTURA E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vol. 1: *Reflexões sobre cultura*

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

Marília
2016



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
Copyright© 2016 Conselho Editorial

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

C968 Cultura e direitos humanos nas relações internacionais / Rafael Salatini (organizador). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.

226p

2 v. : il.

Inclui bibliografia

Conteúdo: v. 1. Reflexões sobre cultura

Apoio: Capes e CNPq

ISBN 978-85-7983-802-6 (impresso)

ISBN 978-85-7983-801-9 (digital)

1. Relações internacionais. 2. Cultura e globalização. 3. Multiculturalismo. 4. Etnologia. 5. Terrorismo. I. Salatini, Rafael. II. Reflexões sobre cultura.

CDD 327

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Apresentação <i>Rafael Salatini</i>	7
1. Debate contemporâneo sobre o cosmopolitismo <i>Rafael Salatini</i>	11
2. Regionalismo na América Latina no século XXI <i>Karina L. Pasquariello Mariano; Clarissa Correa Neto Ribeiro</i>	23
3. Transbordamento do conflito colombiano na área de fronteira colombo-equatoriana: cultivos ilícitos, narcotráfico, Plano Colômbia <i>Mónica Montana Martínez</i>	41
4. Gramsci e a hegemonia cultural no plano internacional <i>Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	65
5. Gramsci e Cox: aproximações e dessemelhanças <i>Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	77
6. Pensando criticamente a economia política global: apontamentos para o estudo das potências médias emergentes <i>Leonardo Ramos</i>	89
7. Contribuições da EPSM para estudos nas relações internacionais <i>Rosângela de Lima Vieira</i>	107

8.	Minha casa é sua casa: a necessária hospitalidade grega na regulação das relações internacionais	
	<i>Cristina de Souza Agostini</i>	119
9.	Terrorismo internacional no século XXI: percepção e definição	
	<i>Fábio Metzger</i>	133
10.	Onde os fracos não têm vez: o Brasil e a América do Sul frente ao terrorismo	
	<i>Roberto Goulart Menezes</i>	151
11.	A iranização do Islã e seus desdobramentos políticos e sociais	
	<i>Renatho Costa</i>	169
12.	Diálogo em perigo: uma reflexão sobre o sentido dos ambientes comunicativos	
	<i>Heloisa Pait</i>	193
13.	Notas sobre antropologia: hermenêutica e pós-modernidade	
	<i>Laércio Fidelis Dias</i>	209
	Sobre os autores.....	223

APRESENTAÇÃO

Rafael Salatini

A Unesp oferece dois cursos de bacharelado em Relações Internacionais, um na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (campus de Franca) e outro na Faculdade de Filosofia e Ciências (campus de Marília), que, em conjunto, são responsáveis pela tradição de organizar o evento acadêmico-científico “Semana das Relações Internacionais da Unesp”, nos anos pares sob a responsabilidade em Franca, e nos anos ímpares em Marília, tendo sido as três últimas edições realizadas com as seguintes rubricas: “X Semana de Relações Internacionais da Unesp: A Construção das Relações Internacionais no Brasil do Século XXI” (2012, FCHS); “XI Semana de Relações Internacionais da Unesp: Relações Internacionais Contemporâneas: Novos Protagonistas e Novas Conjunturas” (2013, FFC); e “XII Semana de Relações Internacionais da Unesp: Visões do sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional” (2014, FCHS). Em 2015, esteve sob a responsabilidade do campus de Marília organizar a 13ª edição do evento, que recebeu a seguinte rubrica: “XIII Semana de Relações Internacionais da Unesp: Cultura e direitos humanos nas relações internacionais”.

Segundo alguns dos grandes estudiosos das Relações Internacionais, essa área de estudos é pautada inexoravelmente pela diversidade teórica, o que depende de uma grande quantidade de fatores, que incluem a grande interação entre o nacional e o internacional, as diversas dimensões das relações internacionais, os diversos desenvolvimentos por que passam as relações internacionais, os diversos elementos constitutivos das relações internacionais e a relação da disciplina Relações Internacionais com outras disciplinas, para listarmos apenas alguns aspectos fortemente identificados pelos estudiosos da matéria. Costumeiramente dividida em

três “debates”, o “primeiro debate” tendo ocorrido entre os anos 1920-1950, predominando as discussões jurídicas e políticas sobre as relações internacionais, oferecidas pelos chamados teóricos idealistas e realistas, e o “segundo debate” tendo ocorrido entre os anos 1950-1960, predominando as discussões políticas e econômicas, oferecidas pelos teóricos de correntes como o neo-realismo, o behaviorismo, a teoria da interdependência, a teoria dos jogos e a teoria da dependência econômica. Consideram-se os anos 1970 como referenciais para a superação da predominância das discussões exclusivamente jurídico-político-econômicas pela oferta mais ampla de discussões sobre as relações internacionais, em que temas como a cultura e os direitos humanos passam a um plano de maior relevância, ladeando-se com os tradicionais temas do poder, do direito e da economia.

O chamado “terceiro debate” – que nasce especialmente da crítica epistemológica da predominância do positivismo nos “debates” anteriores – é composto por uma grande gama de correntes com forte matiz culturalista (embora não exclusivamente) e especialmente dedicado aos estudos dos grupos menos privilegiados das relações internacionais (embora também não exclusivamente) frente ao tradicional estudo das grandes potências internacionais e suas áreas de influência política e econômica. Nesse “debate” se incluem correntes explicativas como o feminismo, a teoria crítica, o construtivismo, a teoria da justiça, o pós-modernismo, a tese do fim da história, a tese do choque de civilizações, o multiculturalismo, etc., que trazem todas para o primeiro plano, cada corrente à sua maneira e com sua própria linguagem conceitual, a cultura e os direitos humanos. A título de exemplo, podemos mencionar a corrente multiculturalista e sua particular compreensão dos fenômenos internacionais ligados à globalização e o crescente fluxo transnacional de elementos como as migrações, tratados em contextos multilaterais, conflitos étnicos e religiosos, desequilíbrios econômicos, questões ambientais, questões sanitárias e de saúde pública, terrorismo, integração regional etc., incorporando fortemente temas associados à cultura e identidade como questões importantes no estudo das relações internacionais. O que enseja um movimento generalizado de incremento das identidades particulares, no bojo do qual diversas minorias, populações autóctones, grupos de migrantes e imigrantes, etc. manifestam seu desejo de reconhecimento cultural.

Nesse aspecto, a relação entre cultura e direitos humanos nas relações internacionais possui um caráter academicamente importante.

Desde a publicação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), renovando e reafirmando os princípios da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), os direitos humanos ganharam dimensão claramente internacional tornando-se um dos principais temas da ONU e da concepção humanitária de relações internacionais. Nesse sentido, o tema dos direitos humanos seria defendido em diversos instrumentos jurídicos internacionais, como a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos* (1969), a *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos* (1986), a *Convenção Europeia de Direitos Humanos* (1998), o *Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1999), entre outros documentos mais específicos, como a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* (1965), a *Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (1984), etc. São inúmeros os documentos que atestam a importância internacional crescente dos direitos humanos, tanto genérica quanto especificamente, desenvolvendo uma ideia que já estava presente em alguns autores do século XVI, como Bartolomeu de Las Casas, que afirmara: “As leis e as regras naturais e os direitos dos homens são comuns a todas as nações, cristãs ou gentílicas, de qualquer seita, lei, estado, cor e condição, sem qualquer diferença”.

Organizada em dois volumes, a produção acadêmica da “XIII Semana de Relações Internacionais da Unesp: Cultura e direitos humanos nas relações internacionais” inclui um volume dedicado ao tema da cultura (o presente volume), intitulado *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais, vol. I – Reflexões sobre cultura*, e um volume dedicado ao tema dos direitos humanos, intitulado *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais, vol. II – Reflexões sobre direitos humanos*. Este livro reúne textos que foram apresentados no evento, como os textos de Karina L. Pasquariello Mariano (Unesp-Araraquara/San Tiago Dantas) e Clarissa Correa Neto Ribeiro, de Mônica Montana Martínez (UFSP), de Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Unesp-Marília/Unicamp), de Leonardo Ramos (PUC-MG), de Fábio Metzger (Unesp), de Roberto Goulart Menezes (UnB), de Renatho Costa (Unipampa), e outros textos de colaboradores do evento, como Rafael Salatini (Unesp-Marília), Rodrigo

Duarte Fernandes dos Passos (Unesp-Marília/Unicamp), Rosângela de Lima Vieira (Unesp-Marília), Cristina de Souza Agostini (USJT), Heloisa Pait (Unesp-Marília) e Laércio Fidelis Dias (Unesp-Marília).

A Comissão Científica do evento contou com Rafael Salatini (Unesp-Marília), Marcelo Fernandes de Oliveira (Unesp-Marília), Laercio Fidelis Dias (Unesp-Marília), Fábio Metzger (Unesp) e Roberto Goulart Menezes (UnB). E o evento como um todo contou com o apoio organizacional e material do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (Unesp-Marília), do Departamento de Sociologia e Antropologia (Unesp-Marília), do Conselho de Curso de Relações Internacionais (Unesp-Marília), do Centro Acadêmico de Relações Internacionais (Unesp-Marília), do Escritório de Pesquisa (Unesp-Marília), do STAEPE (Unesp-Marília), da PROEx (Unesp), da AREx (Unesp), da Reitoria (Unesp) e da Marilan, e do apoio financeiro das agências de fomento CAPES, CNPq e Fapesp.

Agradecemos ainda pelo apoio de ampla Comissão de Apoio Discente composta por discentes do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Unesp-Marília: Alexandre Freitas da Silva, Amanda Guimarães Germano Souza, Ana Luiza Garcia Lachner, Ana Paula Ramos Alvarez Benetti, Anik Bonamini Chiarato, Bruna Nascimento Teixeira, Carlos Henrique Dias Ribeiro, Carolina Giannella, Fernanda Machado Romanello, Gabriel Ramires, Gabriela Ibara Tenório, Gabriela Zamignani Carpi, Gabriella Dantas da Silva, Isabella Câmara Rocha Pereira, João Victor Scomparim Soares, José Cesar Fagnani Júnior, José Fernando Toledo Paniago, Juliana de Moura Fraquetto, Laís Carla Barbosa, Lara Aguiar Fernandes, Laura Christiane Torres, Leonardo Afonso Roberto, Letícia Martins de Osti, Lorena Gonzaga Lucchini Coutinho, Luana Braga Mendonça, Lucas Miguel Gomes, Lucas Rafael Geraldini, Luisa Sarto de Oliveira, Matheus de Freitas Cecílio, Nathalia Gasparini Andrade Vieira, Nayara de Oliveira Wiira, Pamela Fernandes Alves, Poliana Garcia Ribeiro, Priscila Milena Pereira Assis, Rafael Zuliani Iamonti, Raquel Torrecilha Spiri, Renato Matheus Mendes Fakhoury, Rômulo da Silva Santos, Silvia Araújo Giovanini, Victor Emanuel Pereira Machado, Victor Yukio Katsumoto Fumoto, Wagner Arnaldo de Proença Antunes, e Yasmin Virginia Rustichelli da Silva.

1.

DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O COSMOPOLITISMO¹

Rafael Salatini

Embora o cosmopolitismo não seja uma ideia exclusivamente moderna, remontando ao pensamento estoicista antigo – presente em Filon de Alexandria, por exemplo, que escrevera: “O homem que se conforma com a lei é cidadão do mundo e dirige as suas ações segundo o querer da natureza conforme o qual todo o mundo se governa” (*De Mundi Opificio*, 3) –, o ideal do cosmopolitismo moderno nasce no final do século XVIII, especialmente no pensamento tardio de Immanuel Kant, desenvolvido em seus escritos produzidos entre os anos 1780 e 1790 (período em que o filósofo ministrara seus cursos de direito natural na Universidade de Königsberg), não se encontrando em nenhum outro pensador jusnaturalista, de Hobbes a Rousseau. Consiste, no pensamento kantiano, na ideia de uma *cidadania mundial*, à qual qualquer indivíduo teria direito enquanto partícipe de uma sociedade mundial (ou cosmopolita), que administraria, para além das relações entre Estado e indivíduos e entre Estados e Estados, as relações entre os Estados e os indivíduos estrangeiros. Kant descreve pela primeira vez o ideal cosmopolita no artigo “Ideia de uma história

¹ Este texto se baseia nos seguintes cursos que ministrei nos últimos anos: 1) minicurso “Cosmopolitismo na teoria e na prática”, junto ao curso de Relações Internacionais da FADIR-UFGD, nos dias 25 e 26/10/2010; 2) aulas que ministrei no curso de extensão “A filosofia social e a filosofia da linguagem de Jürgen Habermas”, junto ao curso de Filosofia da FFC/Unesp-Marília, nos dias 21/10/2011 e 04/11/2011; e 3) curso de extensão “Cosmopolitismo e racismo no pensamento de Paul Gilroy – Uma leitura de *Entre campos* (2004)”, junto ao curso de Relações Internacionais da FFC/Unesp-Marília, entre os dias 27/09/2011 e 27/10/2011, na cidade de Marília-SP. O texto foi apresentado no “GT 24 – Mundo em Transição: Novos Vértices de Poder, Instituições e Cooperação”, no “38º Encontro Anual da ANPOCS”, realizado entre os dias 27 a 31/10/2014, na cidade de Caxambu-MG.

universal de um ponto de vista cosmopolita” (1784), no qual expõe as nove proposições que embasam sua filosofia da história (e com o qual tem início, diga-se, toda a filosofia da história no idealismo alemão). Na oitava proposição do artigo, onde se apresenta o conteúdo da sociedade cosmopolita, fazendo-se referência a “um futuro grande corpo político, de que o mundo precedente não pode ostentar exemplo algum”, podem-se ler as seguintes palavras:

Embora este corpo político se encontre agora apenas ainda num projeto grosseiro, começa, no entanto, por assim dizer a suscitar já um sentimento em todos os membros, interessados na manutenção do todo; isso alenta a esperança de que, após muitas revoluções transformadoras, virá por fim a realizar-se o que a Natureza apresenta como propósito supremo: um estado de *cidadania mundial* como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do gênero humano.

Mais de dois século depois, mais especialmente nas últimas décadas, podemos dizer que o ideal do cosmopolitismo tornou-se objeto de debate e teorização renovados entre diversos e distintos pensadores contemporâneos, especialmente aqueles de matriz kantiana (mas não exclusivamente), que vão de Jürgen Habermas (refiro-me ao chamado “segundo Habermas”) a Seyla Benhabib, passando por um grande número de teóricos de várias disciplinas, da sociologia ao direito, da filosofia à ciência política, como Jacques Derrida, David Held, Danilo Zolo, Ulrich Beck, Giacomo Marramao, Kwame A. Appiah, etc. No seu conjunto, o debate contemporâneo sobre o cosmopolitismo representa não apenas uma renovação na teoria específica do cosmopolitismo, mas também uma renovação na teoria geral das questões internacionais, pertencente aos seus debates mais atuais, oferecendo uma perspectiva a mais a partir da qual o fenômeno internacional, não necessariamente entendido como composto estritamente pelas relações entre os Estados, pode ser intelectualmente observado e cientificamente analisado.

No âmbito do debate sobre o cosmopolitismo contemporâneo, diversas são as concepções apresentadas, nem sempre reproduzindo com muita fidelidade o pensamento kantiano. Podemos dividir, sinteticamente, essas concepções contemporâneas em pelo menos três grupos gerais: (a) aquelas que descrevem uma teoria da *cidadania internacional* (ou dos di-

reitos individuais internacionais), mais fiel ao pensamento kantiano, entre as quais se incluem as teorias de Habermas, Benhabib, etc.; (b) aquelas que descrevem uma teoria da *democracia internacional* (mais próxima do que Kant denominava de federalismo internacional), entre as quais se incluem as teorias de Held, Zolo, etc.; e (c) aquelas que descrevem uma teoria relativista da *cultura global*, bastante distante do pensamento kantiano, entre as quais se incluem as teorias de Beck, Appiah, Marraão, Derrida, etc.

Como exemplo das primeiras teorias (sobre a cidadania mundial), podemos citar o filósofo alemão Jürgen Habermas, em sua segunda fase intelectual, que se encontra entre aqueles discípulos de Kant que mais vivamente buscaram retomar os ideais internacionais kantianos, desde o ideal da paz perpétua – presente em seu ensaio “A ideia kantiana da paz perpétua” (1995) – até o ideal do cosmopolitismo – presente em vários textos publicados entre as décadas de 1990 e 2000, coligidos em volumes como *Direito e democracia* (1992, 1994), *A inclusão do outro* (1996), *Era das transições* (2001), *O mundo dividido* (2006), *Sobre a constituição da Europa* (2011), etc., cuja temática central é a União Europeia e seu significado político.

O texto zero (um texto hoje clássico dentro da bibliografia que discute o tema da cidadania) com que Habermas inicia seu discurso sobre o cosmopolitismo é “Cidadania e identidade nacional” (1990), onde se pode ler: “Somente uma cidadania democrática, que não se fecha num sentido particularista, pode preparar o caminho para um *status* de cidadão do mundo, que já começa a assumir contornos em comunicações políticas de nível mundial”; continuando a seguir: “O estado de cidadão do mundo deixou de ser uma simples quimera, mesmo que ainda estejamos muito longe de atingi-lo. A cidadania em nível nacional e a cidadania em nível mundial formam um *continuum* cujos contornos já podem ser vislumbrados no horizonte”.

Habermas utiliza o princípio do cosmopolitismo, em grande parte, para contrapor sua concepção de União Europeia, cosmopolita, baseada na integração dos povos europeus (e inspirada em Kant), a duas outras concepções então em voga: a concepção neoliberal, baseada na integração unicamente dos mercados europeus, e o euroceticismo, de fundamento nacionalista (e inspirado em Schmitt).

Outro exemplo dessa concepção de cosmopolitismo – exterior ao debate intrínseco da União Europeia – se encontra na obra de Seyla Benhabib, que escreve (num texto de 2011): “A difusão de normas cosmopolitas que visam a proteger o ser humano enquanto tal, independentemente da sua filiação nacional, mas antes como cidadão de uma sociedade civil global, e a soberania popular mutuamente reforçam uma à outra outra”. Benhabib se preocupa especialmente com a situação geral da cidadania dos estrangeiros, cada vez mais marcante no mundo contemporâneo, o que inclui o tema dos refugiados, dos exilados, dos imigrantes, dos turistas, etc., que se deslocam de um país a outro muitas vezes de forma absolutamente involuntária (um tema que ficou muito marcado pela discussão arendtiana dos apátridas na Segunda Guerra Mundial).

Como exemplo das segundas teorias (sobre a democracia mundial), podemos recorrer à teoria do cientista político David Held. Numa conferência apresentada em 1990, abordando o tema da democratização no âmbito do sistema internacional, baseada no velho princípio rousseauiano-kantiano da autonomia, Held apresenta o que denomina de “modelo federal de autonomia democrática” (chamando a mesma ideia alhures de “projeto cosmopolita”), em doze pontos, afirmando que “a autonomia democrática [no âmbito internacional] requer, em princípio, uma moldura em expansão, ou uma federação de Estados e agências democráticas, que abranja as ramificações das decisões e torne essas decisões responsáveis”, e especificando que se trata de uma dupla democratização: “o que está em questão, em suma, é a democratização tanto do sistema de Estados quanto dos quadros interligados da ordem civil internacional”. Justamente no último ponto, Held conclui: “Semelhante teoria não requer a premissa de uma ordem internacional cosmopolita harmoniosa, mas deve presumir que os processos e práticas democráticas têm de articular-se à arena complexa da política nacional e internacional”.

Outro exemplo dessas teorias foi desenvolvido por Danilo Zolo, em *Cosmopolis* (1995, 1997 [versão em inglês, reelaborada e ampliada]), onde se pode ler:

Em todas as ocasiões, no entanto, a tarefa de manutenção da paz, apesar dos reiterados fracassos históricos, recaiu sobre um pequeno núcleo de superpotências, enquanto a grande maioria dos outros países tem

consentido de um modo passivo com as ações empreendidas por elas. Tem-se posto em prática, em suma, o que proponho denominar ‘o modelo cosmopolita da Santa Aliança’; ou seja, a formação de uma entidade política com aspirações a ser universal, pacífica, hierárquica, monocêntrica e, pela força das circunstâncias, eurocêntrica ou em qualquer caso centrada no Ocidente².

Partindo dessa concepção, Zolo distingue duas formas opostas de cosmopolitismo (por conta das propostas de reforma da ONU): (a) o que chama de *cosmopolitismo autocrático*, que “propõe reforçar a autoridade e o poder coercitivo das Nações Unidas”; e (b) o que chama de *cosmopolitismo democrático*, que “propõe a democratização da própria instituição [ONU]”.

Como exemplo das terceiras teorias (sobre a cultura global), cito a teoria do filósofo anglo-ganense Kwame A. Appiah, em cujo artigo “Patriotas cosmopolitas” (publicado nos anos 1990) – adiantando as ideias que estariam presentes em sua premiada obra *Na casa de meu pai* (1993) – tenta defender e distinguir simultaneamente dois princípios intelectuais básicos herdados de seu pai, o patriotismo e o cosmopolitismo, congregados justamente na expressão que dá título ao artigo, partindo da seguinte conceituação: “o patriota cosmopolita pode entreter a possibilidade de um mundo no qual todos são cosmopolitas enraizados, têm todos um lugar seu, com suas peculiaridades culturais, mas sentem prazer em estar em outros, diferentes, lugares que são de outras, diferentes, pessoas”. Appiah não sente constrangimento em conciliar o princípio universalista (tipicamente kantiano) que subsidia o cosmopolitismo com o princípio relativista que subsidia o patriotismo (mais próximo do pensamento rousseauiano, que não era cosmopolita), sem, contudo, confundir ambos.

² Ao final, Zolo escreve novamente: “O exame das origens históricas das instituições internacionais que apresentei neste livro revela a existência de uma continuidade estrutural entre a Santa Aliança, a Liga das Nações e as Nações Unidas. Este elemento de continuidade se manifesta no que propus chamar de ‘modelo cosmopolita Santa Aliança’: um modelo institucional hierárquico que impõe as táticas e aspirações hegemônicas de uma elite reduzida de superpotências sobre a soberania do resto de países. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob o firme controle do diretório das potências vencedoras da última guerra mundial, representa esse modelo de forma exemplar. Por um lado, a Carta das Nações Unidas, nega aos sujeitos da ordem jurídica internacional a igualdade perante a lei, enquanto, por outro lado e ao mesmo tempo, a própria Carta contém em seu texto a máxima expressão de uma teoria do estabelecimento paz que presume assegurar à humanidade uma paz estável e universal mediante o uso sancionador de uma força superior”.

Numa obra publicada posteriormente, denominada justamente *Cosmopolitismo* (2006), Appiah precisaria a mesma divisão, afirmando, mais propriamente, que “há duas linhas que se entrelaçam na noção de cosmopolitismo”, quais sejam: “uma é a ideia de que temos obrigações para com os outros, obrigações que vão para lá daqueles a quem estamos ligados por laços de amizade ou gênero, ou até mesmo os laços mais formais de uma cidadania partilhada”, enquanto “a outra é o encararmos seriamente o valor não apenas da vida humana, mas das vidas humanas em particular, o que significa interessarmo-nos nas práticas e crenças que lhes dão significado”, afirmando em seguida que “as pessoas são diferentes, o cosmopolita tem noção disso, e há muito a aprender com as nossas diferenças”.

Ninguém teria dificuldade em reconhecer a primeira linha como uma exposição clara e lúcida do princípio universalista (que poderia ter sido escrita por Kant) ao mesmo tempo em que se reconhece a segunda linha como uma exposição igualmente clara e lúcida do princípio relativista (que poderia ter sido escrita por Rousseau). Todavia, não se poderia dizer que o filósofo anglo-africano não possua clara noção das dificuldades teóricas implicadas na defesa desse ideal duplo. Na mesma obra, afirma que “há ocasiões em que esses dois ideais – a preocupação universal e o respeito pela diferença legítima – colidem” e, portanto, que “existe um motivo para o qual o cosmopolitismo é o nome, não da resposta, mas do desafio”.

Analiticamente próximo à concepção appiahana, embora axiologicamente oposta, é a concepção do cosmopolitismo presente no ensaio “Tras Babel: Identidade, pertencimento e cosmopolitismo da diferença” (2009) do filósofo italiano Giacomo Marramao, que descreve o mundo da seguinte forma: “Um mundo que, na realidade, parece dominado pelos efeitos destrutores de uma bi-lógica, em virtude da qual à estrutura uniformizadora da tecnoeconomia e do mercado global, corresponde uma diáspora crescente das identidades, dos valores, das formas de vida”. Dessa compreensão do mundo contemporâneo advém a seguinte opinião sobre o cosmopolitismo:

É aqui a decisiva razão que me levou, no curso de minhas reflexões dos últimos anos, a propor a fórmula do cosmopolitismo da diferença, entendido como uma saída do paralisante dilema teórico entre universalismo de identidade (postulado das concepções de cidadania por assimilação) e diferencialismo antiuniversalismo (postulado das versões de multiculturalismo).

Pertence a este grupo de teorias igualmente aquela exposta por Ulrich Beck em *A perspectiva cosmopolita* (2004), em que se listam cinco princípios inter-relacionados da perspectiva cosmopolita: (1) o princípio da experiência e percepção interdependente de crise da sociedade mundial, (2) o princípio do reconhecimento das diferenças e do caráter conflitivo da sociedade mundial, (3) o princípio da empatia e da mudança de perspectiva cosmopolitas, (4) o princípio da impossibilidade de viver em uma sociedade mundial sem fronteiras, e (5) o princípio da miscelânea de culturas e tradições locais, nacionais, étnicas, religiosas e cosmopolitas. Afirma Beck:

O que quer dizer, pois, a perspectiva cosmopolita? Quer dizer sentido do mundo, sentido da ausência de fronteiras. Quer dizer uma perspectiva cotidiana, historicamente desperta e reflexiva, uma perspectiva dialógica às ambivalências que existem no entorno caracterizado pelas diferenciações em processo de desaparecimento e as contradições culturais.

Numa obra que publicou em sequência, com Edgard Grande, intitulada *A Europa cosmopolita* (2004), Beck mantém – não sem fazer um enorme balanço sobre as mais diversas concepções de cosmopolitismo – o conceito sob a mesma tradição culturalista, afirmando: “O cosmopolitismo combina a valoração positiva da diferença com os intentos de conceber novas formas democráticas de organização política para além dos Estados nacionais”. E, mais à frente, com maior precisão, afirmará que “empregaremos o conceito de uma forma muito concreta, a saber, como um conceito científico-social, e para uma situação muito concreta: para uma forma especial de relação social com o culturalmente diferente”.

Por fim, também podemos considerar, em alguma medida, pertencente a este grupo culturalista a noção de cosmopolitismo presente em alguns textos de Jacques Derrida, produzidos especialmente nos anos 1990. Na conferência “O direito à filosofia do ponto de vista cosmopolita” (1991), pronunciada na UNESCO, Derrida discute a dupla relação entre, do ponto de vista interinstitucional, as universidades e instituições de pesquisa e as instituições internacionais, e, do ponto de vista interdisciplinar, a filosofia, artes e ciências e as humanidades, apontando justamente aquela como uma instituição simultaneamente internacional e filosófica.

A UNESCO – afirma – seria assim o lugar privilegiado, talvez no fundo [...] o único lugar para apresentar a questão que hoje nos reúne e cuja autoridade traz de algum modo, em sua forma mesma, o selo dessa instituição, recebendo dela em princípio quer sua resposta quer sua responsabilidade, como se, para dizê-lo numa palavra, a UNESCO, e nela por privilégio seu departamento de filosofia, fosse, se assim posso falar, a emanção singular de algo como a filosofia, como “um direito à filosofia do ponto de vista cosmopolista”.

Defendendo uma filosofia que, “sob seu nome grego e em sua memória europeia”, na verdade “sempre foi bastarda, híbrida, enxertada, multilinear, poliglota”, e argumentando que “o europocentrismo e o antieuropocentrismo são sintomas da cultura missionária e colonial”, Derrida afirma que “um conceito do cosmopolitismo que fosse assim determinado por essa oposição não só limitaria concretamente o desenvolvimento do direito à filosofia mas não daria conta sequer do que se passa na filosofia”. Com base nessa compreensão crítica da filosofia, o filósofo francês então apresenta três condições para a concretização do direito à filosofia sob um ponto de vista cosmopolita: (1) o reconhecimento das diversas tradições, modelos e estilos nacionais e linguísticos existentes na história da filosofia, (2) o reconhecimento das diversas línguas que fazem parte da história da filosofia (assim como das línguas que podem vir fazer ainda no futuro), e (3) a superação dos modelos institucionais e pedagógicos onde se produz e ensina filosofia assim como dos imperativos técnicos e econômicos que muitas vezes guiam essas instituições.

Em janeiro de 1996, duas outras conferências de Derrida foram dedicadas ao tema do cosmopolitismo e publicadas conjuntamente com o título *Da hospitalidade*: na primeira conferência, discute-se o tema do estrangeiro na história da filosofia, de Platão a Kant; na segunda, discutem-se as leis da hospitalidade desde as tragédias gregas (especialmente *Édipo em Colona*, de Sófocles). (Desnecessário lembrar a importância dos temas do estrangeiro e da hospitalidade nos textos cosmopolitas kantianos.) No mesmo ano, Derrida escreveu ainda um texto intitulado “Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!”, para ser lido no Primeiro Congresso das Cidades-Refúgio, ocorrido em março de 1996, no Conselho da Europa, em Estrasburgo, por iniciativa do Parlamento Internacional de Escritores

(do qual o autor fazia parte). Com inspiração cosmopolita, o autor assevera desde o início que as cidades-refúgio “deverão antes ser o apelo audacioso a uma verdadeira inovação na história do direito de asilo ou do dever de hospitalidade”. Ao longo do texto, Derrida insistirá mais de uma vez no caráter inovador do expediente das cidades-refúgio – que denomina de “uma nova cosmopolítica” –, que se colocam como meio-termo entre uma cidade autônoma (como as cidades antigas e medievais) e uma cidade circunscrita jurídica e politicamente pela soberania de um Estado territorial. “Não se trata mais – afirma – apenas de novos predicados para enriquecer o velho tema chamado ‘cidade’. Não, nós sonhamos com um outro conceito, com um outro direito, com uma outra política da cidade”.

A guisa de conclusão, podemos afirmar que, conquanto distintas uma da outra, as três principais concepções que fazem parte da renovação contemporânea do cosmopolitismo – ligados, como tentamos demonstrar, à *cidadania internacional*, à *democracia internacional* e à *cultura global* – não são contrastantes entre si, mas certamente complementares, referindo-se, respectivamente, antes a três sujeitos que tendem cada vez mais e mais a interagir simultaneamente no sistema internacional: os indivíduos, os Estados e os povos. Como, sob qualquer perspectiva empiricamente observável, nenhum desses sujeitos podem sobreviver sem os outros dois, não me parece difícil ressaltar que a avanço de qualquer das três formas de cosmopolitismo apresentados apenas poderá reforçar as outras duas e não, como se poderia contrariamente argumentar, inibir. Os indivíduos necessitam da proteção dos Estados e dos povos; os Estados são compostos por indivíduos e por povos; e, *las but not least*, os povos são compostos por indivíduos e necessitam da proteção dos Estados. Conceder direitos aos primeiros, democratizar a relação entre os segundos e promover a mútua compreensão entre os terceiros certamente consiste no tríplice papel do cosmopolitismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Tradução António Borges Coelho. Lisboa: Presença, 1999. v. 2, 153 p.
- APPIAH, Kwame Anthony. Patriotas cosmopolitas. Tradução Antônio Sérgio Araújo Guimarães. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 36, p. 79-94, 1998.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Cosmopolitismo: ética num mundo de estranhos*. Tradução Ana Catarina Fonseca. [Portugal]: Pbs. Europa-América, 2008a. 176 p.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Mi cosmopolitismo + “Las culturas sólo importan si les importan a las personas”*. Entrevista de Daniel Gamper Sachse. Traducción Lilia Mosconi. Barcelona: Katz: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 2008b. 80 p.
- BECK, Ulrich. *La mirada cosmopolita o La guerra es la paz*. Traducción Bernardo Moreno Carrillo. Barcelona: Paidós, 2005. 263 p.
- BECK, Ulrich. *El Dios personal: la individualización de la religión y el “espíritu” del cosmopolitismo*. Traducción Rosa S. Carbó. Barcelona: Paidós, 2009. 222 p.
- BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar. *La Europa cosmopolita: sociedad y política en la segunda modernidad*. Traducción Vicente Gómez Ibáñez. Barcelona: Paidós, 2006. 388 p.
- BENHABIB, Seyla. *Los derechos de los otros: extranjeros, residentes y ciudadanos*. Traducción G. Zadunaisky. Barcelona: Gedisa, 2005. 191 p.
- BENHABIB, Seyla. O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Repensando a cidadania em tempos voláteis. Tradução João Carlos Bassani e Johanna Clarissa Beckert. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 20-46, jan./abr. 2012.
- BRUNKHORST, Hauke. Alguns problemas conceituais e estruturais do cosmopolitismo global. Tradução Sebastião Nascimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, p. 7-38, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!* Tradução F. Bernardo. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001. 58 p.
- DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Tradução Antônio Romane. Revisão Paulo Ottoni. São Paulo: Escrita, 2003. 135 p.
- DERRIDA, Jacques. O direito à filosofia do ponto de vista cosmopolítico. Tradução J. Guinsburg. In: GUINSBURG, J. (Org.). *A paz perpétua: um projeto para hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 11-29.

HABERMAS, Jürgen. Cidadania e identidade nacional. In: HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. II, p. 279-305.

HABERMAS, Jürgen. Euroceticismo, Europa dos mercados ou Europa dos cidadãos (do mundo). Tradução Bárbara Freitag. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 138, p. 33-54, jul./set. 1999. [Também como: HABERMAS, Jürgen. A Europa dos mercados, a Europa dos cidadãos (do mundo) e o ceticismo com relação à Europa. In: HABERMAS, Jürgen. *Era das transições*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 101-122.]

HABERMAS, Jürgen. *O Ocidente dividido*. Tradução Luciana Villas Bôas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. 205 p.

HELD, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. Tradução Régis de Castro Andrade. *Lua Nova*, n. 23, p. 145-194, mar. 1991.

HELD, David. *La democracia y el orden global: del estado moderno al gobierno cosmopolita*. Traducción Sebastián Mazzuca. Barcelona: Paidós, 1997. 383 p.

HELD, David. Regulamentando a globalização? A reinvenção da política. In: GIDDENS, Anthony (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2007. p. 569-583.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Eds. 70, 2004. 179 p.

MARRAMAO, Giacomo. *Tras Babel: identidad, pertenencia y cosmopolitismo de la diferencia*. Santiago: Naciones Unidas: CEPAL, 2009. 33 p.

RICUPERATI, Giuseppe. Cosmopolitismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccolò; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varrialle et al. Brasília, DF: UnB, 1992. v. 1, p. 293-301.

SALATINI, Rafael. Kant e o cosmopolitismo. In: AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz; ALBRES, Hevelyn Menezes (Org.). *Relações internacionais: pesquisa, práticas e perspectivas*. Marília: Oficina Universitária; [São Paulo]: Cultura Acadêmica, 2012. p. 229-243.

ZOLO, Danilo. *Cosmópolis: perspectivas y riesgos de un gobierno mundial*. Traducción Rafael Grasa y Francesc Serra. Barcelona: Paidós, 2000. 266 p.

ZOLO, Danilo. Do direito internacional ao direito cosmopolita: observações críticas sobre Jürgen Habermas. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 22, p. 49-66, 2005.

2.

REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI¹

Karina L. Pasquariello Mariano

Clarissa Correa Neto Ribeiro

O debate acadêmico sobre regionalismo esteve tradicionalmente monopolizado pela perspectiva europeia, usada como parâmetro e referência do que deveria ser um projeto de integração regional. No início do século XXI, no entanto, essa situação se alterou porque foi a partir da América Latina que se construíram novas perspectivas sobre a integração regional. Essa inovação resultou do questionamento realizado por vários governos da região – com uma identidade político-ideológica de centro-esquerda – que consideravam insatisfatória a promoção de iniciativas de integração regional com forte ênfase nas dimensões econômica e comercial.

Esses governos assumiram com um discurso crítico às políticas adotadas por seus antecessores, apontando-as como causas da sucessão de crises econômicas na virada do século. Além disso, a constatação do fraco desempenho das economias latino-americanas culminou no questionamento das estratégias nacionais adotadas que reduziram o papel do Estado na economia e direcionaram os projetos de cooperação regional para uma lógica quase que exclusiva de abertura comercial, abandonando a perspectiva da promoção do desenvolvimento.

¹ Este artigo articula algumas conclusões da pesquisa *Regionalismo na América Latina no Século XXI* desenvolvida pela Rede de Estudos e Pesquisa sobre Política Externa e Regionalismo, financiada pelo CNPq e coordenada pela Profa. Karina Lilia Pasquariello Mariano.

A principal crítica desses governos em relação aos projetos integracionistas era que estes estariam modelados a partir da noção de “regionalismo aberto”, cuja ideia central fundamenta-se na formação de blocos econômicos em concordância com os objetivos de liberalização do comércio mundial, evitando o surgimento de novas barreiras comerciais e, portanto, propondo que as experiências regionais se ajustem à busca de maior competitividade em um contexto de globalização (FUENTES, 1994; CORAZZA, 2006). Com isso, a integração regional deixa de ser um mecanismo de desenvolvimento regional, para se tornar um instrumento de abertura comercial e de aumento de capacidade do Estado para responder às novas demandas sociais, assim como lidar com a realidade das pressões exercidas pelas relações transnacionais.

O desenvolvimento seria consequência do crescimento econômico, resultante da liberalização comercial e não mais da intervenção ou direcionamento do Estado. Pressupunha-se que os problemas estruturais da América Latina – pobreza, desigualdade, violência e subdesenvolvimento – seriam superados à medida que esse processos de abertura dinamizassem as economias nacionais e servissem como atração aos investimentos externos.

A partir dessa lógica, a regionalização caracterizava-se por processos de integração entre países com diferentes níveis de desenvolvimento e com alta tolerância à questão das desigualdades e assimetrias, combinando-se uma articulação entre a ideia de regionalismo aberto e baixa institucionalidade, priorizando a lógica intergovernamental, com instituições limitadas ao objetivo de promover a integração econômica e comercial necessária para uma melhor inserção no sistema internacional (MARIANO, 2013).

Esses novos governos latino-americanos assumiram um discurso de retomada do papel do Estado na promoção de mudanças econômicas, numa perspectiva neo-desenvolvimentista e considerada como “progressistas”, a chamada Onda Rosa: Hugo Chávez na Venezuela; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Nestor Kirchner na Argentina; Tabaré Vazquez no Uruguai; Michelle Bachelet no Chile; Evo Morales na Bolívia; Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador e Fernando Lugo no Paraguai (AYERBE, 2008).

O reposicionamento desses governos diante dos processos de integração regional estimulou na região um debate em torno de qual seria a concepção de regionalismo para esses países sul-americanos e se esta estaria promovendo mudanças significativas nos processos de integração regional em andamento na América Latina. Na próxima seção resgatamos de forma breve este debate, para em seguida analisar os desdobramentos dessas mudanças nas iniciativas integracionistas.

REGIONALISMO OU INTEGRAÇÃO?

Os conceitos regionalismo e integração são geralmente tratados como sinônimos, mas possuem significados bastante distintos. O primeiro está relacionado à ideia de pertencimento a um espaço geográfico e à articulação a partir de um referencial territorial, abarcando um conjunto amplo de possibilidades de cooperação entre os atores, que não necessariamente devem ser estatais. No caso da integração, é um conceito que também se refere à cooperação entre atores, mas está carregado de um forte simbolismo ligado à uma percepção de uma coesão.

Quando os atores defendem a integração, assumem implicitamente em seus discursos a aceitação de uma perda de autonomia e a defesa de um maior comprometimento entre os participantes, porque a integração pressupõe a construção de uma nova institucionalidade ou arranjo político. Enquanto o termo regionalismo é mais genérico e desprovido dessa carga simbólica, indicando uma cooperação voltada para organizar um espaço ou articular os atores dentro dele. Nesse sentido, a integração é uma forma de regionalismo.

Por isso, quando os governos da Onda Rosa retomam a preocupação com a cooperação regional, enfatizaram a necessidade de aprofundar a integração entre eles, mais do que o fortalecimento do regionalismo na América do Sul. Havia uma preocupação em reforçar a necessidade de um aprofundamento nas relações entre eles, em defesa da promoção de uma transformação social e econômica na região. Retomava-se o ideal do Estado forte na economia, com instrumentos de provisão da segurança e coesão social, ameaçadas pelas incertezas e instabilidade econômicas internacionais (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010; VEIGA; RIOS, 2011).

Embora tais governos defendessem essas mudanças como necessidades imperiosas, apresentaram disparidades entre suas políticas e ideologias. Ainda que fossem contrários ao arranjo neoliberal aplicado pelos governos anteriores, algumas diretrizes desse modelo se perpetuaram na região, marcada por governos com projetos políticos econômicos heterogêneos, que mesclaram prerrogativas sociais, embasadas no nacionalismo, com políticas econômicas ortodoxas (WEYLAND, 2004).

A principal crítica aos projetos de integração vigentes era de que estes estavam presos à lógica do regionalismo aberto, ignorando os temas relacionados às assimetrias estruturais entre os países-membros, bem como desprezavam as preocupações com as dimensões produtivas e de desenvolvimento, agora vistas como centrais nas agendas de política externa desses países.

O século XXI, portanto, inaugura uma nova fase no regionalismo sul-americano com o surgimento de processos que têm por princípio questionar esse modelo de integração pautado na questão comercial. Esse novo modelo foi chamado tanto de regionalismo pós-liberal, como de pós-hegemônico (VEIGA; RIOS, 2007; CIENFUEGOS; SANAHUJA, 2010; RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

Ambos os conceitos referem-se a um modelo de regionalismo composto por uma agenda integrativa de cunho desenvolvimentista, resistente à abertura comercial, assim como por uma agenda antiliberal, que propicia a formação de coalizões entre países ideologicamente próximos. Sua hipótese primordial é que a liberalização dos fluxos de comércio e os investimentos nos acordos comerciais, não são capazes de promover o desenvolvimento no interior do processo, reduzem o espaço para implantação de políticas nacionais desenvolvimentistas e dificultam a adoção de uma agenda de integração voltada aos temas de desenvolvimento e equidade social.

Diante disso, o novo modelo integracionista pós-liberal propõe a ampliação temática da agenda de integração, abrangendo assuntos econômicos não comerciais e temas não econômicos. Os novos temas são selecionados segundo critérios diversificados, mas sempre relacionados com os ideais do novo paradigma, como necessidade pelo desenvolvimento e pela busca da equidade social, superação da pobreza e desigualdade, bem como

a incorporação de grupos sociais que foram excluídos dos modelos liberais de integração (VEIGA; RIOS, 2007).

A nova perspectiva integracionista da América Latina deu origem a novas experiências de integração regional, assim como promoveu mudanças importantes nos processos já existentes. Esses projetos representam essa nova fase do regionalismo, marcado pela ampliação da agenda regional, com a inclusão de novos temas como: defesa, infraestrutura e financiamento; mas, principalmente por buscar conciliar a questão do desenvolvimento econômico e social aos instrumentos da integração regional.

Outra característica importante dessas novas experiências de integração é a tentativa de compatibilizar as soberanias nacionais com as instituições regionais. Esses processos estão associados ao retorno do protagonismo do Estado, em detrimento dos atores privados da economia de mercado, destacados nos modelos integracionistas anteriores, especialmente daqueles originados sob o marco do regionalismo aberto (CIENFUEGOS; SANAHOJA, 2010; ALTMANN, 2011).

Contudo, após o lançamento dessas propostas pós-liberais houve também uma retomada da guinada liberal, com o relançamento do regionalismo aberto a partir na primeira década do século, levando os especialistas a denominarem o período de pós-hegemônico (SERBÍN, 2011), uma vez que não haveria mais um único modelo a ser seguido para o desenvolvimento das relações regionais.

A seguir apresentaremos essas experiências integracionistas e como elas foram impactadas pelas novas concepções presentes a partir do início do século XXI. Assim, o presente trabalho analisa processos regionais vigentes na América do Sul na atualidade: Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP), Aliança do Pacífico, Comunidade Andina (CAN), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A análise foi feita a partir de seus organogramas institucionais, de modo a perceber quais são os canais disponíveis para a participação social e de que maneira as diferentes ondas de regionalismo influenciaram na institucionalidade e abertura ao envolvimento não-governamental.

OS PROJETOS PÓS-LIBERAIS

De todos os processos de integração regional em funcionamento na América Latina, a ALBA-TCP é a iniciativa que melhor simboliza o regionalismo pós-liberal. Originou-se como uma contestação à proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que representava o essencial da lógica do regionalismo aberto e foi veementemente refutada pelo então presidente Hugo Chávez.

A proposta da ALBA surgiu no final de 2001, durante a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, como uma iniciativa de integração ampla que ultrapassaria os aspectos econômicos e se alinharia ao seu discurso bolivarista de uma unificação regional. Sua institucionalização se deu em dezembro de 2004 a partir da assinatura de protocolos de integração entre Cuba e Venezuela.

Esse processo se expandiu, tendo como impulso a proposta do Tratado de Comércio dos Povos (TCP) que é um instrumento cambial de 2006, e que facilitou a entrada da Bolívia no mesmo ano. Os demais membros foram incorporados nos anos consecutivos: em 2007 a Nicarágua, em 2008 entraram Dominica e Honduras, e finalmente em 2009 se integram ao bloco Equador, São Vicente e Granadinas, e Antígua e Barbuda.

A ALBA-TCP caracteriza-se por rejeitar a ideia de que o desenvolvimento seria obtido a partir do estímulo do comércio entre os países, defendendo a necessidade de uma forte regulação e coordenação estatal das atividades econômicas. Também faz parte de seus princípios o reconhecimento das assimetrias entre os participantes e a preocupação em enfrentar essa questão², que tende a ser negligenciada dentro dos princípios do regionalismo aberto.

Essa integração é permeada predominantemente por questões políticas. O protagonismo crescente da Venezuela na região, junto aos ganhos derivados da exportação de petróleo, contribuíram para o projeto ganhar força entre países ideologicamente próximos, já que seus principais objetivos baseavam-se em questões sociais, como a luta contra a pobreza e a exclusão social. Imbuída de um espírito mais participativo e democrático-

² Essa questão é particularmente importante no caso da PETROAMERICA que propõe a integração energética entre os países, mas que na prática significou acesso privilegiado e a baixo custo ao petróleo venezuelano.

co, a ALBA buscou incorporar em sua organização institucional os atores sociais, por meio de quatro Conselhos: Econômico, Social, Político e dos Movimentos Sociais.

A existência dessas instâncias pressupõe a institucionalização de canais de discussão de temas de interesse social, que vão além das negociações comerciais e que permitiriam o estabelecimento de espaços de deliberação e participação social nessa cooperação regional. Contudo, quando analisamos quem efetivamente participa dessas instâncias, verifica-se que estas permanecem como espaços estritamente intergovernamentais, compostos por ministros das áreas sociais, de política externa, cultura, economia etc.

A exceção é o Conselho dos Movimentos Sociais cuja finalidade é articular os movimentos sociais dos países. Em princípio esta instância teria uma autonomia em relação aos governos na proposição de uma agenda de integração. Nos documentos analisados não há uma especificação de quais são esses atores e de suas ações. O que se encontra são declarações realizadas durante as reuniões de Cúpula, mas estas não apresentam uma agenda própria de discussão e basicamente são declarações de apoio aos governos (especialmente ao venezuelano) e das políticas promovidas pela ALBA-TCP.

Quando procuramos informações efetivas sobre esses Conselhos e Comissões verificamos que elas não estão disponíveis, assim como não se indica quem são os representantes da sociedade que deles participam e se estes efetivamente funcionam ou mantêm uma atividade regular. Ainda assim, por meio de documentos produzidos pelas reuniões de Cúpula da ALBA-TCP é possível perceber que na grande maioria dos casos, quando se abordam as ações dessas instâncias elas se referem geralmente a deliberações de representantes governamentais, visando a elaboração de políticas regionais de enfrentamento dos problemas sociais, sem encontrar menções a atores sociais específicos que possam ter contribuído nessas ações.

Devido à liderança de Venezuela e Cuba nesse processo, percebe-se também que boa parte das ações propostas no âmbito social e cultural podem ser consideradas como uma internacionalização de políticas sociais domésticas desses países, ou a intensificação de estratégias previamente aplicadas como no caso dos projetos na área de saúde com a participação de médicos cubanos, programas de bolsas para estudantes universitários

ou a criação de Missões Sociais regionais que seriam uma transposição do projeto social venezuelano.

Um último aspecto a ser ressaltado é que a ALBA-TCP teve um período de intensa atuação e proliferação de iniciativas regionais entre 2006 e 2012, mas com a morte do presidente Hugo Chávez e o aprofundamento da crise político-econômica da Venezuela houve uma retração nesse processo, o que pode ser verificado inclusive pelos resultados efetivos das reuniões de cúpula realizadas a partir do segundo semestre de 2013, cujos únicos produtos concretos foram as Declarações presidenciais, nas quais somente o tema da PETROCARIBE aparece como uma preocupação constante das discussões, acompanhado de posicionamentos sobre as instabilidades políticas da região e a relação com os Estados Unidos.

Apesar da ALBA-TCP ser o processo de integração mais radical dentro do espectro do pós-liberalismo, a experiência mais importante é a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), resultante da iniciativa brasileira, caracterizada por seu forte escopo político. Advém da iniciativa brasileira dos anos 1990 de criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-americana), passando pela tentativa de convergência da Comunidade Andina (CAN) e do Mercosul na proposta da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA/CSN) de 2004. Sua criação em 2008, conformou-se como uma catalisação de um projeto de socialização da região, favorecido pela convergência de discursos e ideologias. A Unasul também visa facilitar a relação entre os países pela sua flexibilidade e pouca exigência no comprometimento comercial e econômico das nações envolvidas.

Dentre os esforços aplicados para o fomento da cooperação regional nas diversas áreas, pode-se dizer que a UNASUL inova ao propor o “intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa” (art. 3º, alínea “s”). Ainda que de maneira modesta, o disposto em questão serviu de base para a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano, que contou com atuação protagônica do Brasil, buscando o desenvolvimento de um mecanismo consultivo, com o objetivo de prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional, além da integração das bases industriais de defesa, e representa avanços na construção de mecanismos de fomento da confiança entre os países da América do Sul.

O Conselho de Saúde foi criado na mesma data que o Conselho de Defesa, tendo como objetivos a criação da Rede Sul-Americana de Vigilância e Resposta em Saúde e o desenvolvimento de diversos programas nessa área, inclusive para gestão de recursos humanos em Saúde. Em seu âmbito foi criado também o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), um centro de altos estudos e debate de políticas públicas para o desenvolvimento da liderança em saúde nos países membros, com sede no Rio de Janeiro

Em 2009 foram criados o Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, que prevê em seus objetivos a criação de um Observatório Social Sul-Americano; o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, cujo Plano de Ação está centrado na redução da demanda e no desenvolvimento alternativo, integral e sustentável; o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que lida com um tema fulcral para o desenvolvimento da integração física entre os países da região.

O Tratado Constitutivo da UNASUL faz referência direta em reiteradas ocasiões à participação social, mas não estabelece diretamente mecanismos e espaços institucionalizados para essa participação. Em 2013³ foi instituído o Foro de Participação Social da UNASUL, de caráter consultivo, não-vinculante e cuja primeira edição ocorreu em agosto de 2014. Através dessa primeira reunião estabeleceram-se equipes de trabalho para um futuro aprofundamento e institucionalização da participação social no processo de integração.

De todas as iniciativas de regionalismo pós-liberal, a que menos avançou foi a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que resultou dos encontros do Grupo do Rio e da CALC, (Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento) em fevereiro de 2010, participando deste mecanismo de concertação política 33 países da região, incluindo Cuba.

Os discursos oficiais ressaltam que o objetivo dessa iniciativa é o desenvolvimento de uma comunidade que trabalhe a cooperação, a complementariedade, a solidariedade e a inclusão social entre as nações (ROMERO,

³ Cf. Declaração de Paramaribo, aprovada durante a VII Cúpula da UNASUL, em 30 de agosto de 2013.

2012). É uma nova tentativa de buscar a autonomia na região a partir de uma aposta de integração latino-americana que exclui os Estados Unidos e o Canadá e visa ser um mecanismo político de unidade e interação entre os países da região (NIVIA-RUIZ; PIETRO-CARDOSO, 2014).

A CELAC caracteriza-se cada vez mais como uma diplomacia de Cúpulas, um foro baseado no consenso, articulador para a convergência de ações e interesses da região, sem vistas à institucionalização do mecanismo, de modo a evitar o engessamento dos países-membros. Além disso, apesar do discurso social e a inserção no movimento regionalista pós-liberal, a CELAC não prevê a participação cidadã em nenhuma de suas instâncias.

OS PROJETOS DO REGIONALISMO ABERTO

O processo de integração sul-americano mais identificado com a proposta do regionalismo aberto é o MERCOSUL e sua estrutura institucional reflete a lógica desse momento: ênfase nas questões comerciais, intergovernamentalismo e preocupação com a participação social. Existem apenas dois tipos de órgãos nesse processo: os decisórios que estão sob o estrito controle dos governos e os consultivos, nos quais participam representantes do Estado, do empresariado, dos trabalhadores e da sociedade civil.

As instâncias decisórias são o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio. Esses órgãos estão encarregados de uma agenda bastante ampla e variada, que é negociada pelos representantes dos governos. Apesar de não prever nenhum mecanismo de participação social direta, setores especializados da sociedade civil são chamados a participar destas instâncias, segundo critérios de cada país-membro, o que aproxima diferentes grupos de interesses para a realização de um trabalho mais técnico e especializado.

Além disso, duas instâncias representam, de fato, meios de participação social institucionalizada no MERCOSUL, o Fórum Consultivo Econômico Social (FCES) e o Parlamento (Parlasul). O primeiro foi estabelecido pelo Protocolo de Ouro Preto (1994) e funciona como órgão auxiliar consultivo. Participam do mesmo representantes empresariais, trabalhadores e de outras instâncias, respeitando-se a paridade, mas nota-se

a ausência de uma atuação proeminente da esfera social, uma vez que não atinge todos os substratos sociais.

Já o Parlasul foi constituído como órgão autônomo em 2006, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta criada em 1994. Sua implantação está relacionada com a influência das mudanças políticas na região, fazendo parte das novas perspectivas de integração dos governos da Onda Rosa, pois quando assumiram o poder em 2003, os governos de Néstor Kirchner e Luíz Inácio Lula da Silva pactuaram o relançamento do MERCOSUL em novas bases, alinhadas com a perspectiva que convencionamos chamar de regionalismo pós-liberal. Nesse sentido, constituíram-se como reflexos dessa nova etapa da integração, o Parlasul juntamente com a institucionalização do Tribunal Permanente de Revisão que é o sistema de solução de controvérsias entre os membros do bloco; o Centro MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito, responsável por analisar e reforçar o desenvolvimento do Estado e da democracia no MERCOSUL; e o Tribunal Administrativo Trabalhista, criado para lidar diretamente com os servidores do processo de integração regional.

Outro importante mecanismo a ser mencionado neste redirecionamento da integração no Cone Sul, é o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) que tem por finalidade aprofundar o processo de integração, reduzir as dessimetrias e incentivar a competitividade e estimular a coesão social entre os Estados-parte. O FOCEM é o principal exemplo desse redirecionamento da integração porque trabalha ao mesmo tempo o enfrentamento do problema das assimetrias entre os países e se coloca como um instrumento para a promoção do desenvolvimento regional.

Dos processos de integração anteriores aos anos 2000, podemos afirmar que o MERCOSUL é o que mais foi influenciado pela onda do regionalismo pós-liberal, tendo sofrido uma reformulação institucional e uma significativa ampliação de sua agenda. É interessante apontar que se considerarmos os propósitos iniciais do projeto de integração, deveríamos pressupor que a Comunidade Andina (CAN) estaria mais propensa a esse redirecionamento. Inicialmente quando foi criada em 1969 pelo Acordo de Cartagena (entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru), chamou-se de Pacto Andino e propunha-se à formação de um sistema de integração e cooperação para o desenvolvimento econômico, colocando-se como

desafio enfrentar o problema dos desequilíbrios entre seus membros e a necessidade de instituições de fomento, dando origem ao Fundo Andino de Reservas (FAR) e à Corporação Andina de Fomento (CAF).

Ainda que centrado nos aspectos econômicos e comerciais, o Pacto Andino apresentava uma preocupação com aspectos que seriam posteriormente retomados pelo regionalismo pós-liberal, especialmente em compreender a integração regional como um instrumento de promoção do desenvolvimento a partir da coordenação de políticas e ações estatais. A grande diferença com o momento atual é em relação à institucionalidade: os processos iniciados a partir dos anos 2000 caracterizam-se por um baixo grau de institucionalização, priorizando lógicas informais ou estritamente intergovernamentais, enquanto em sua origem a CAN mostrou preocupação em montar uma estrutura burocrática supranacional capaz de impulsionar o processo de integração e com certa autonomia em relação aos governos nacionais, que é o Sistema Andino de Integração (SAI).

Ao longo dos anos 1970 o Pacto Andino vivenciou um período de crise e estagnação, que só foi superado na década seguinte com um novo impulso integracionista entre seus membros, coincidindo com o período de ascensão do regionalismo aberto. Foi dentro desse movimento de relançamento que o bloco alterou seu nome para Comunidade Andina, numa sinalização de que o projeto pretendia avançar no sentido do aprofundamento da integração.

Atualmente, o Sistema Andino de Integração é composto três tipos de órgãos e instituições:

- Intergovernamentais: Conselho Presidencial Andino, Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores, Comissão da Comunidade Andina;
- Comunitários: Tribunal de Justiça Andino, Parlamento Andino, Secretaria Geral, Banco de Desenvolvimento da América Latina, Fundo Latino Americano de Reservas, Convênio Hipólito Unanue, e a Universidade Andina Simón Bolívar;
- E instâncias de participação da sociedade civil: Conselhos Consultivos dos Povos Indígenas, dos Trabalhadores e Empregadores, e da Mesa Andina para a Defesa dos Direitos do Consumidor.

No tocante à participação social podemos identificar duas instâncias principais: o Parlamento Andino (Parlandino) e os Conselhos Consultivos de trabalhadores e empresários. Ambos com caráter estritamente consultivo, o que significa uma participação indireta nas decisões. O Parlamento Andino é o órgão deliberante do Sistema de Integração. Com sede em Bogotá (Colômbia), este órgão representa os povos da Comunidade Andina, são eles quem elegem seus representantes através do voto universal e direto. A representação neste parlamento é igualitária entre os países-membros: cinco representantes por Estado. Suas principais prerrogativas concentram-se na harmonização das legislações dos países membros e com o ordenamento jurídico estabelecido pela Comunidade Andina, e do programa de cooperação e coordenação entre os parlamentares da CAN com os demais países latino-americanos.

Apesar da longevidade deste processo de integração e da complexa estrutura institucional construída, a CAN não conseguiu aumentar a interdependência econômica entre os seus membros e nem promover conjuntamente um processo de desenvolvimento regional. De todos os processos, este é atualmente o que enfrenta um maior esvaziamento porque seus integrantes estão priorizando outras lógicas. Bolívia e Ecuador estão pleiteando a sua entrada no MERCOSUL, o que significaria uma saída da CAN. Enquanto Peru e Colômbia parecem voltar suas forças para o projeto da Aliança do Pacífico.

Diferentemente dos projetos integracionistas mencionados até o momento, a Aliança do Pacífico é um projeto de cooperação comercial entre Chile, Colômbia, México e Peru. Foi instituída em 2012, com a pretensão de consolidar uma área de livre comércio entre os países, fortalecendo tanto a troca comercial entre eles, como a inserção econômica destes países em outras plataformas multilaterais. Ao mesmo tempo, seus membros demonstram clara insatisfação com esse regionalismo pós-liberal.

É o projeto que retoma os princípios do regionalismo aberto, propondo como objetivo final o estabelecimento de um bloco com livre-circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, o que caracterizaria a constituição de um mercado comum. Não há referências nos documentos a uma intenção de estabelecer uma institucionalidade regional com autono-

mia em relação aos governos para gerenciar esse processo, mantendo toda a estrutura estabelecida como estritamente intergovernamental.

A única instância de participação da sociedade é o Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), cujo objetivo é discutir os aspectos comerciais e econômicos desse processo de integração, contando para isso com o apoio do Comitê de Expertos que analisam temas sugeridos pelos setores empresariais e elaboram propostas que são encaminhadas aos representantes dos governos.

O CEAP é um grupo constituído em paralelo à institucionalidade da Aliança (não consta no seu organograma oficial), mas que está fortemente articulado com ela, tendo reuniões formais dentro de suas cúpulas. Esta representação empresarial visa dar suporte à iniciativa governamental de integração, ao mesmo tempo em que preocupa-se com influir na agenda de negociações e tornar-se o elemento dinamizador do processo.

CONCLUSÕES

De certa forma, o regionalismo pós-liberal resgata alguns elementos presentes na primeira onda integracionista (como as questões de prosperidade e identidade regional), adaptando-os ao novo contexto e à realidade dos países latino-americanos. Portanto, como efeito destas mudanças no panorama político, o regionalismo na América Latina a partir dos anos 2000 também sofre modificações importantes de concepção. A principal delas diz respeito à tentativa de criar um regionalismo mais orientado pelo Estado do que pelo Mercado, desdobrando-se em dois movimentos distintos: alterar as estruturas existentes e criar novas estruturas regionais.

No primeiro caso, essa estratégia encontra limitações porque grande parte das instituições dos processos mais consolidados foram construídas como resultado do tipo de regionalismo desenvolvido na década anterior e, portanto, foram concebidas a partir da ideia de regionalismo aberto. As modificações implementadas não foram suficientes para alterar significativamente as lógicas desses processos e propiciar respostas satisfatórias aos novos anseios.

Os governos optaram por criar novas iniciativas integracionistas – consideradas heterogêneas – como resposta à crise da liberalização comercial. É dentro desse novo contexto que surgiram os projetos de integração como a UNASUL e a ALBA-TCP, desenvolvidos no marco do “regionalismo pós-liberal” (VEIGA; RIOS, 2007), pós-comercial ou pós-hegemônico (SERBÍN, 2011). Este novo conceito expressa uma nova ordem de prioridades regionais, e uma agenda deslocada à esquerda do eixo do poder político.

A principal característica é a crítica ao paradigma liberal, em que se basearam tanto as iniciativas de integração latino-americana nos anos 1990, quanto as políticas econômicas domésticas dos países da região. Seguindo esta lógica, esses processos modificam a agenda integracionista e trabalham melhor as questões relacionadas ao aprofundamento, aceitando discutir os problemas das assimetrias e os custos de seu enfrentamento.

Ainda assim, esse novo modelo de regionalismo mesmo reinserindo o Estado como instrumento de promoção da integração e do desenvolvimento, e ampliando a agenda de integração regional, não enfrentou uma questão central que é a concessão de maior autonomia às instâncias regionais, como aponta o Quadro 1. Sem essa autonomia, os processos de integração ficam subordinados às lógicas e interesses dos governos nacionais o que aumenta as incertezas e instabilidades dentro dos blocos.

Processo Regional	Modelo de integração	Complexidade Institucional	Participação social
ALBA-TCP	Regionalismo pós-hegemônico	Baixa e estritamente intergovernamental	Previsão de participação direta- inoperante
Aliança do Pacífico	Regionalismo pós hegemônico - liberal	Baixa e estritamente intergovernamental	Não prevê
CAN	Regionalismo fechado	Alta, mesclando instâncias intergovernamentais e supranacionais	Participação consultiva
CELAC	Regionalismo pós hegemônico	Baixa e estritamente intergovernamental	Não prevê
MERCOSUL	Regionalismo aberto	Alta e estritamente intergovernamental	Participação consultiva e setorial
UNASUL	Regionalismo pós hegemônico	Baixa e estritamente intergovernamental	Participação consultiva

Quadro 1: Características da Integração na América Latina

Fonte: MARIANO; RIBEIRO, 2015.

A agenda dos projetos de integração relacionados com o regionalismo pós-liberal pressupõe a existência de uma institucionalidade mais complexa, porque aborda temas como políticas sociais que exigiriam a necessidade de maior convergência e articulação política. Além disso, no caso da ALBA-TCP especificamente há um compromisso em garantir a livre circulação de pessoas entre os países, o que leva à necessidade de harmonizar políticas e, conseqüentemente, à necessidade de maior institucionalidade regional.

Inversamente ao esperado, todos os processos estabelecidos a partir dos anos 2000 apresentam como característica uma baixa institucionalidade, priorizando lógicas mais informais, mantendo as negociações sob o estrito controle dos governos, sob o argumento de que este modelo de negociação garantiria maior agilidade decisória e menor burocratização e custos. No entanto, as mudanças políticas que estão ocorrendo hoje na América do Sul lançam dúvidas sobre a continuidade dessas propostas ou de suas atuais agendas.

Na ausência de estruturas com mais autonomia, um mecanismos que poderia garantir uma certa continuidade a esses projetos de integração pós-liberal seriam os espaços de participação social, se estes tivessem um caráter mais deliberativo e pudessem influir na agenda das negociações. No entanto, eles são restritos e marginalizados do processo decisório em todos os processos analisados. A exceção encontrada é no caso do Aliança do Pacífico na qual há um forte envolvimento informal do empresariado. Neste caso, não há uma preocupação em influir na agenda da integração, pois a participação empresarial está voltada estritamente para a maximização das oportunidades de negócios oferecidas pelos governos com esse processo.

Os dois projetos que apresentam uma maior complexidade institucional (CAN e MERCOSUL) foram instituídos em outros ciclos de regionalismo. Partem, portanto, de lógicas diferenciadas: enquanto a CAN se inicia com uma perspectiva protecionista e voltada para uma institucionalidade mais autônoma (supranacional), o MERCOSUL caracteriza-se pela preocupação com a inserção comercial internacional e a intergovernamentalidade.

Houve entre os dois uma convergência de estratégias na última década: ambos passaram uma reformulação de suas estratégias com o primeiro assimilando a lógica do regionalismo aberto, enquanto o MERCOSUL passou por um processo de ampliação e de proposta de aprofundamento sob influência da onda de regionalismo pós-liberal.

No entanto, as propostas de aprofundamento nesses casos tendem a retomar compromissos anteriormente assumidos, mas não cumpridos, e à ampliação institucional de caráter consultivo, com pouca influência sobre os processos decisórios. Em suma, há uma participação social formal nos processos de integração latino-americanos que é marginal e irrelevante para a definição dos rumos tomados por esses processos.

Diante dessa realidade, a contribuição das propostas do regionalismo pós-liberal foram importantes para estabelecer novas perspectivas em relação ao que devem ser os processos de integração regional, especialmente para países em desenvolvimento, chamando a atenção para uma agenda de negociação que se desvincula da abertura comercial e da adequação às pressões do sistema internacional.

Porém, não conseguiram estabelecer estratégias e mecanismos capazes de garantir a sua continuidade, porque permaneceram presas à percepção de que bastariam as vontades políticas dos governos para levar adiante esses processos. Com a possibilidade do fim da chamada Onda Rosa, aumentam as incertezas sobre a continuidade desses projetos de integração e, principalmente, de sua agenda inovadora.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Josette (Ed.). *América Latina y el caribe: ALBA: ¿Una nueva forma de integración regional?* Buenos Aires: Teseo: FLACSO, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: AYERBE, L. (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 265-301.

CIENFUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José Antonio. (Coord.). *Una región en construcción. UNASUR y la integración en América del Sur*. Barcelona: CIDOB, 2010.

CORAZZA, Gentil. O 'regionalismo aberto' da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

FUENTES, Juan Alberto. El regionalismo abierto y La integración económica. *Revista de La CEPAL*, n. 53, p. 81-89, ago. 1994.

MARIANO, Karina L. P. *Um modelo para a avaliação de integração regional e a experiência do Mercosul*. 2013. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

MARIANO, Karina L. P.; RIBEIRO, Clarissa C. N. Regionalismo e democracia: a participação dos processos de integração na América do Sul. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 8., 22-24 jul. 2015, Lima, Peru. *Anais...* Lima: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP); Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015.

NIVIA-RUIZ, F.; PRIETO-CARDOZO, J. E. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños – CELAC: Más allá de la integración ¿una nueva posibilidad de cooperación regional? *Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo*, v. 1, n. 1, p. 34-62, 2014.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana (Ed.). *The rise of post-hegemonic regionalism. The case of Latin America*. London: Springer Dordrecht Heidelberg, 2012 .

ROMERO, A. Los desafíos del proceso de integración en América Latina y el Caribe: las propuestas de la CALC y la CELAC. In: ROJAS AVARENA, F. (Ed.). *América Latina y el Caribe: vínculos globales en un contexto multilateral complejo*. Buenos Aires: Teseo, 2012. p. 221-250.

SERBIN, Andrés. *Los nuevos escenarios de la regionalización: Déficit democrático y participación de la sociedad civil en el marco del regionalismo suramericano*. Bogotá: CRIES, 2011. (Serie: Documentos CRIES, n. 17).

STEFANONI, Pablo. Posneoliberalismo cuesta arriba. Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 239, maio/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Santiago: CEPAL, 2007. (Série Comércio Internacional, n. 82).

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. O Brasil como vetor de integração sul-americana: possibilidades e limites. *Política Externa*, São Paulo, v. 20, n. 2, 2011.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: uma análise considerando a posição do Brasil. *Debates Clacso*, Buenos Aires, n. 27, p. 46-65, 2010.

WEYLAND, Kurt. *Latin american politics and society*. Miami: Blackwell Publishing, 2004.

3.

TRANSBORDAMENTO DO CONFLITO COLOMBIANO NA ÁREA DE FRONTEIRA COLOMBO-EQUATORIANA: CULTIVOS ILÍCITOS, NARCOTRÁFICO, PLANO COLÔMBIA

Mónica Montana Martínez

Este artigo objetiva sintetizar parte do mini-curso ministrado na Universidade Estadual de Marília, em agosto de 2015, onde foram abordados temas relativos à produção de cultivos ilícitos, o narcotráfico nas áreas de fronteira andino-amazônicas e o impacto do Plano Colômbia, especificamente na fronteira entre Equador e Colômbia. Espaço onde as aspersões aéreas realizadas pelo Estado colombiano para combater os plantios ilícitos resultou no estabelecimento de um processo jurídico internacional inédito na América do Sul, realçando os efeitos transnacionais do uso do glifosato nas aspersões e a importância de serem discutidas questões relativas à segurança humana. Procura-se elucidar aqui as circunstâncias em que o processo se produziu, no marco do Plano Colômbia.

1 A TRADIÇÃO CULTURAL E AS PLANTAÇÕES DE COCA

O ancestral cultivo da planta de coca, o qual se desenvolve nas regiões de floresta de altitude e de nevoeiro (GEOAMAZÔNIA, 2008, p. 83), passou a ser considerado um delicado e crescente problema no contexto amazônico. O aumento significativo desses cultivos em finais da década de 1970 e a atuação de diversas organizações paralelas ao poder do

Estado, começaram a mostrar uma dinâmica societal inquietante na região amazônica que exigia atenta vigilância dos Estados.

Junto à expansão dos cultivos de coca, somaram-se outras culturas, como a papoula, ambas destinadas à fabricação de entorpecentes. Além disso, a atuação do crime organizado e do narcotráfico nas áreas de fronteira dos países andino-amazônicos, bem como a presença e atuação violenta de grupos subversivos no espaço amazônico colocaram em pauta novas e velhas discussões a respeito da segurança regional e da segurança humana¹.

O aumento dos cultivos ilícitos e do narcotráfico em países produtores de coca, como Bolívia, Colômbia e Peru, teve significativas repercussões sociais, ambientais e de segurança (no seu conceito tradicional), as quais têm gerado sérias preocupações tanto em nível local como regional, tanto pelos impactos transnacionais dessas dinâmicas, quanto pela sempre temida ameaça de intervenção dos Estados Unidos na região.

No caso do conflito interno colombiano, sua associação a grupos terroristas e ao narcotráfico potencializa essas ameaças. Com isso, um olhar atento do governo norte-americano na América do Sul se fez presente.

As tensões diplomáticas entre Equador e Colômbia, na primeira década do século 21, vincularam um delicado quadro de realidades sociais e políticas, revelando vários problemas locais de efeito transnacional. Nesse sentido, as estratégias de combate aos cultivos ilícitos, ao narcotráfico e ao terrorismo, temas que a seguir serão tratados, mostraram uma complexidade capaz de colocar em risco a paz na região.

À seriedade dos problemas que enfrenta Colômbia – associados à violência, a grupos insurgentes, ao terrorismo, ao narcotráfico e aos cultivos ilícitos –, deve somar-se a necessária mudança de percepção ambiental e de segurança humana. Assuntos que o país terá que incluir na sua agenda doméstica para não enfrentar novos processos judiciais na Corte Suprema Internacional.

¹ Que o enfoque do tradicional conceito de segurança nacional – baseado na preocupação estratégico militar de preparação para a guerra tradicional – se ampliou com o fim da Guerra Fria devido ao surgimento de novos desafios no contexto internacional. Assim, a luta pela corrida armamentista passou a não ser mais o principal meio para garantir a segurança dos Estados. Ameaças providas de problemas ambientais e ecológicos, assim como do narcotráfico, do terrorismo, da pobreza, das doenças endêmicas como Aids, das migrações, entre outras, colocaram ao descoberto que problemas de caráter transnacional deveriam ser percebidos com maior atenção. Dessa forma, surgindo uma reflexão acerca das tradicionais definições de segurança (VILLA, 2001; MONTANA, 2012; QUEIROZ, 2012).

As aspersões aéreas realizadas pelo Estado colombiano na área de fronteira com Equador, para combater os plantios ilícitos, resultaram no estabelecimento de um processo jurídico internacional na Corte Internacional de Haia. Um caso inédito, com viés ambiental, que merece ser tratado ora em sua particularidade, mas, sobretudo, no marco de um contexto multidimensional por sua estreita relação com assuntos de segurança humana.

Elucidar as circunstâncias em que este processo se produziu é o objetivo central deste artigo. Busca-se descrever o cenário regional e as principais dinâmicas mundiais em que o Plano Colômbia foi concebido.

2 VULNERABILIDADE DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

Equador e Colômbia dois países andino-amazônicos cujas relações diplomáticas tradicionalmente foram pacíficas, viram-se envolvidos recentemente numa série de controvérsias as quais deixaram principalmente ao descoberto problemas muito sérios que se alastram, há décadas, na Amazônia Continental e que são agravados pela existência de forças paralelas ao poder do Estado, cujos negócios transitam pelas redes do narcotráfico. Some-se a isso, a falta de percepção de que os problemas locais afetam a região como um todo e que a pouca articulação política dos países vizinhos e a corrupção, termina por induzir o fortalecimento do crime organizado, da violência, da insegurança humana e da insegurança ambiental na região; além de colocar em risco a paz regional.

O enfoque do tradicional conceito de segurança nacional – baseado na preocupação estratégico militar de preparação para a guerra tradicional – se ampliou com o fim da Guerra Fria devido ao surgimento de novos desafios no contexto internacional. Assim, a luta pela corrida armamentista passou a não ser mais o principal meio para garantir a segurança dos Estados.

Ameaças providas de problemas ambientais e ecológicos, assim como do narcotráfico, do terrorismo, da pobreza, das doenças endêmicas como AIDS, das migrações, entre outras, colocaram ao descoberto que problemas de caráter transnacional deveriam ser percebidos com maior atenção por parte dos Estados, surgindo uma reflexão mais ampla acerca das tradicionais definições de segurança.

Os novos desafios do contexto internacional trouxeram conceitos mais abrangentes, como o conceito de segurança humana. A segurança humana compreende conforme Elliott (1998, p. 61) duas dimensões: a primeira entende que o conceito de segurança humana não parece se encaixar mais no conceito convencional de Estado, nem de fronteira e nem da integridade territorial. Isso implica que não é ao Estado, mas aos indivíduos e às comunidades aos que se deve garantir a segurança. O autor sugere ainda que mesmo o Estado que não convive com ameaças externas ou instabilidades internas deve garantir a segurança da sua população. Proteger os indivíduos e as comunidades das consequências da deterioração ambiental (neste caso) é, pois, considerado um aspecto de segurança. Assim a existência de comunidades e indivíduos afetados ou fragilizados (econômica, social, política ou ambientalmente) constitui uma fonte de enfraquecimento dos níveis de segurança do Estado.

A implantação do Plano Colômbia, a instabilidade interna vivenciada pela República colombiana e os diferentes ilícitos na área de fronteira vinculados ao narcotráfico e às narco-guerrilhas foram minando as relações cordiais entre Equador e Colômbia desde o ano 2000, encontrando um ponto crítico no ano 2008, época em que ocorreram dois graves conflitos², que, na nossa visão, estão intimamente correlacionados através dos atores que nele intervieram e nas dinâmicas que há décadas acontecem no espaço amazônico. Para entender melhor essas relações vejamos alguns dos paradoxos amazônicos e posteriormente, o contexto em que o Plano Colômbia foi concebido.

² Em primeira instância, o uso do letal glifosato nas aspersões aéreas deu início às controvérsias sobre a pertinência dos métodos colombianos para erradicar os cultivos ilícitos no país, afetando a saúde da população equatoriana, os rios, os solos, as plantações e os animais daquelas populações na área de fronteira. Igualmente estava o fato de serem muitas dessas populações grupos indígenas e ribeirinhos dependentes da pesca e da caça. Em segunda instância, um assunto relevante desse caso é sua relação com a segurança humana, já que além dos aspectos ambientais traz à tona a migração de populações para escapar da violência imposta pela guerrilha, narcotraficantes, paramilitares ou do próprio Estado – ao combater a insurgência ou os ilícitos, agravando a situação na área de fronteira entre os dois países.

3 O FLAGELO DA POBREZA, OS CULTIVOS ILÍCITOS, O NARCOTRÁFICO E AS NARCO-GUERRILHAS

No cenário internacional, a Amazônia Continental³ é conhecida como uma região com notável destaque ecológico e ambiental. Poucas vezes é considerada com um espaço de rica diversidade étnica, cultural e linguística, prevalecendo uma visão de vazio amazônico ou de vazio demográfico. O fato dos próprios países amazônicos estarem de costas para essas áreas, alimenta tal visão. Salvo localizadas exceções⁴, persiste entre os países uma visão periférica sobre suas áreas amazônicas. O resultado disso tem sido erros nas políticas públicas, baixo investimento na saúde, na educação, na segurança, em obras de infra-estrutura, na preservação hidroambiental; além de resultados significativos na promoção de um desenvolvimento realmente sustentável. Paradoxalmente, nessas carências emergem diversas atividades ilícitas e forças transnacionais capazes de afetar as relações sociais e ambientais.

A existência de grandes sistemas naturais, abundante riqueza biológica, mineral, florestal e hídrica, contrasta com a pobreza, quase generalizada, da sua população. Os baixos índices de desenvolvimento humano nas regiões amazônicas são evidentes se comparados ao resto de seus países (ARAGÓN, 2005; GEOAMAZÔNIA, 2008). O desemprego e o analfabetismo são comuns na maior parte dos Estados Amazônicos.

As atividades econômicas não diferem muito, concentram-se no extrativismo (vegetal e mineral) e a agropecuária. Como se sabe, os lucros dessas atividades não chegam até a população, devido a isso, paralelamente, são realizadas atividades clandestinas (contrabando de gemas, biopirataria, cultivos ilícitos, tráfico de armas, pessoas e entorpecentes).

Nesse espaço regional, de dimensões continentais, com uma superfície total de 13.598.187 km², isolado geograficamente por enormes rios e florestas, prevalecem condições de isolamento não apenas físicos,

³ Tomando por base os critérios bioma amazônico, a Amazônia Continental está constituída pelos Estados de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e pelo Departamento Ultramarinho da França.

⁴ Dos países amazônicos, o Brasil continua a ser o Estado que mais estimula a ocupação do seu espaço amazônico, que corresponde a 67% do seu território nacional. O Projeto Calha Norte direciona-se nesse sentido e vários programas visualizam o desenvolvimento da Amazônia, nos moldes do PAC. Iniciativas, que também tem cobrado ao Brasil diversas críticas pelos impactos negativos sobre a ambiência amazônica.

mas político. Essas condições e características tornam, por sua vez, vulneráveis as fronteiras⁵, permitindo que na imensidão amazônica coexista um variado número de atores, além dos Estados nacionais⁶, atuando com fins lícitos e ilícitos. Por outro lado, a incipiente presença do Estado contrasta com a atuação de robustas organizações criminosas que impõem violência e terror, atuando para além das fronteiras e dedicadas entre outras atividades ilícitas ao narcotráfico⁷.

A insurgência armada, caso específico de Colômbia e Peru, aumenta os índices da violência em seus Estados. Em tais circunstâncias, alterações culturais e sociais ocorrem, afetando à população (grupos indígenas, ribeirinhos, castanheiros e coletores de sementes, entre outros povoadores), assim como modificações ambientais e econômicas de difícil quantificação, tanto local como transfronteiriçamente. Sem esquecer, dos impactos negativos na segurança humana e na segurança dos Estados, devido à atuação difusa de atores entre as fronteiras, vinculados através do crime organizado.

A interligação desses problemas com a segurança regional e suas consequências societais atingem de forma diversa as localidades e a região como um todo e, em maior grau as populações locais. Apesar disso, os problemas na Amazônia e suas dinâmicas não têm sido abordados de forma integrada e cooperativa pelos países fronteiriços. Contrariamente, as organizações criminosas vêm operando em redes sofisticadas com altos níveis de articulação e cooperação.

⁵ O vazio demográfico, conjugado com o acirramento dos conflitos indígenas e fundiários, é uma constante preocupação do Estado brasileiro. Teme-se que esse vazio venha a favorecer a prática de atividades ilegais nas zonas de fronteira, tornando-as mais vulneráveis interna e externamente, tal como se expõe no Relatório Pressões sobre a Amazônia, pág. 27.

⁶ As relações internacionais se tecem entre Estados, Forças Transnacionais e Organizações Internacionais Governamentais. As Forças Transnacionais (FTs) representam fluxos privados múltiplos ligados à sociedade civil (comunicações, transportes, finanças e pessoas) que afetam a política dos Estados tanto positiva quanto negativamente (PECEQUILLO, 2010, p. 26). Nesse grupo, porém, também estão as organizações criminosas e os chamados grupos paralelos ao poder do Estado. Cabe destacar que as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Multinacionais (ou Companhias Multinacionais ou Transnacionais, os Grupos Diversos da sociedade civil e, por fim, a Opinião Pública Internacional representam as (FTs). As Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) referem-se aos grupos políticos formados por Estados que surgem como espaços de negociação diplomática e construção de consensos, estabelecendo relações diretas entre os Estados que facilitem a mediação de suas relações, a cooperação e a perseguição de objetivos comuns.

⁷ Uma lista bastante detalhada de atividades e negócios ilícitos é apresentada por Procópio (2007, p. 206). O autor faz referência, por exemplo, às extrações ilegais de ouro e pedras preciosas entre as quais diamantes, muitos deles extraídos de áreas indígenas. Indica um crescimento no contrabando de todo tipo de gemas, aumento no tráfico de pessoas, armas, e drogas. Junto a isso, destaca a corrupção nas áreas de fronteira dos países amazônicos e faz menção também à incipiente presença do Estado, em meio à formação de redes criminosas altamente sofisticadas.

Assim, resulta evidente observar que sob formas diversas a Amazônia Continental constituiu-se em um espaço no qual ora interagem, ora confrontam-se, de um lado, os Estados Nacionais, ciosos de sua soberania, e uma extensa gama de atores domésticos e internacionais para os quais a região é, antes de tudo, ou tão somente, um espaço de oportunidades para a realização de interesses em variados campos: do econômico, de onde provêm impulsos e processos cada vez mais vigorosos para o acesso a recursos, à segurança, onde ressaltam, como principais desafios, a escassa presença dos Estados (VAZ, 2005, p. 7). Deriva desse último aspecto, uma intrincada malha de problemas locais e regionais, através dos cultivos ilícitos, do narcotráfico e da atuação de guerrilhas e redes criminosas, onde a segurança humana e a segurança estatal e regional constantemente estão sendo minadas.

4 COLÔMBIA: ENTRE A ESPADA E A PAREDE

Colômbia há mais de seis décadas suporta o flagelo da violência urbana e rural. Guerrilhas, narcotráfico, terrorismo, forças paramilitares e corrupção. Esses são alguns dos ingredientes do coquetel que vitima a milhões de colombianos numa mistura de vários tipos de conflitos e violência e vários tipos de atores que fragilizam o Estado colombiano.

A atuação e o envolvimento da guerrilha com o narcotráfico, sua presença e domínio numa porção extensa da Amazônia colombiana, a incapacidade por parte do Estado para lidar com esses atores e o incremento de cultivos ilícitos na Amazônia colombiana, veio a fortalecer e justificar programas bilaterais entre a Casa Branca e o Palácio de Nariño, para combater alguns desses problemas.

Durante as décadas de 1970-1980 houve um gradativo incremento de cultivos ilícitos (coca, papoula, maconha) na Bolívia, Colômbia e Peru verificando-se nos dois últimos países extensas áreas com plantações de coca, inclusive em terras indígenas. Estudos de Pizarro (2006); Geoamazônia (2008) e Viecco (2008) coincidem em afirmar que nessa época houve um aumento dos cultivos ilícitos, nesses países, dando especial destaque a Colômbia, país que se tornou o maior fornecedor de entorpecentes que ingressavam aos Estados Unidos da América.

Os EUA, ator relevante no combate ao uso de entorpecentes e narcotráfico passaram a ocupar-se de reforçar internamente seu aparato de repressão aos narcóticos; política que vinha sendo desenvolvida desde 1973, época em que foi criada a *Drug Enforcement Agency Administration* (DEA) (CASTRO, 2009).

Para Tena (2000, p. 15) a DEA, “acumulou as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior”. Era evidente que o problema dos narcóticos passou a ser considerado um assunto de segurança nacional, ocupando lugar de destaque nas políticas domésticas norte-americanas, nessa e nas décadas seguintes, razão pela qual Estados Unidos passou a se fixar de forma mais acentuada no Estado colombiano. País que, além de ser produtor de coca e outros plantios ilegais, mostrava destemidas redes de narcotraficantes atuantes em várias áreas da Colômbia. Ao mesmo tempo, o país era cenário de conflitos internos provocados pela insurgência armada⁸, o terrorismo⁹ e a atuação diversificadas de redes criminosas, cujos negócios transitavam de forma direta ou indireta pelo narcotráfico (PIZARRO, 2006).

Podemos considerar que nos anos de 1980, durante o governo de Ronald Reagan, a política de combate às drogas foi ganhando cada vez “mais relevância na agenda interna e externa norte-americana, sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com a América Latina” (SANTOS, 2006, p. 180). Assim, sendo a Colômbia a fonte primária da cocaína que entrava nos Estados Unidos e palco de um conflito interno, irregular, prolongado e com raízes ideológicas, começaram a se elaborar estratégias de combate a esses problemas e atores paralelos ao poder do Estado. A estratégia andina, por exemplo, se encaminhou nesse sentido, abrangendo também a Bolívia e o Peru (PIZARRO, 2006).

⁸ Isto porque, no início da década de 1980, tal como destacado por Santos (2006, p. 171) quando ainda estava em causa o combate ao comunismo, a administração Reagan procurou associar o tráfico de drogas proveniente da América Latina a grupos comunistas e terroristas que conspiravam contra a saúde, a higiene, a moral, os valores, a segurança e o poder norte-americano. As supostas ligações entre grupos guerrilheiros comunistas e o narcotráfico, foram amplamente manipuladas de forma retórica e propagandista para criar um clima entre a população que justificasse um envolvimento mais efetivo dos EUA na luta contra aquilo que foi convencionado pela diplomacia norte-americana como “narco-terrorismo”.

⁹ Em 1982, foi aprovada a Defense Authorization Act, que permitiu o exército norte-americano participar da luta contra as drogas. Em abril de 1986, o governo Reagan incorporou à doutrina de segurança nacional a *National Security Decision Directive* (NSDD), que estabelecia a aliança entre terrorismo de esquerda e narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA (SANTOS, 2006, p. 171).

Durante o governo Bush, a mesma linha se manteve. Os problemas relacionados com os entorpecentes e o narcotráfico eram encarados como graves ameaças nacionais¹⁰. Apesar dos esforços colombianos por erradicar e/ou controlar esses problemas internos, as décadas de 1980 e 1990 terminaram com episódios violentos devido a inúmeros combates entre os atores à margem da lei e o Estado. Adicionalmente, na década de 1990 e na primeira década do novo século, os plantios de coca e outras plantas alucinógenas aumentaram de forma considerável na região amazônica e, os cartéis da droga iniciaram uma brutal onda de violência para evitar as negociações de extradição.

Assim, em lugar de ser atacado e reprimido o problema do consumo nos Estados Unidos, passou-se a pressionar a Colômbia pelos escassos resultados conseguidos no combate à erradicação manual dos plantios ilícitos e ao narcotráfico. Por outro lado, há que lembrar que na Colômbia, apesar da declarada guerra aos narcotraficantes nos anos de 1980, as áreas com cultivos ilícitos continuaram a aumentar, num processo de hibridação com as forças insurgentes atuantes no país. Estudos do Geoamazônia (2008, p. 83) verificaram que na Colômbia a área cultivada de 15.600 hectares de coca em 1985, passou para 85.750 hectares em 2005. Isso significa, conforme os estudos dessa entidade, que a superfície cultivada com coca no país cresceu 4,5 vezes ao longo de 19 anos. Esse período de tempo coincide com a consolidação e fixação de grupos guerrilheiros na Amazônia colombiana¹¹. Uma promiscua relação que surgiu entre o crime organizado e a insurgência, encontrando nos cultivos ilícitos e no narcotráfico novos meios de financiamento para a luta armada no país, além das extorsões e dos sequestros.

Nessa direção, um dado interessante é apresentado por Vieco (2001), indicando que até o final de 1980 os cultivos de coca e a expansão da

¹⁰ Conforme destacado por Martins Filho (2006, p. 16), num discurso de 1989, Bush declarou que “a mais grave ameaça doméstica que nossa nação enfrenta hoje são as drogas”. Cabe mencionar que foi nesse contexto que posteriormente foi anunciada a Iniciativa Andina, política que pretendia reduzir o montante de drogas que entravam nos Estados Unidos. Para alguns estudiosos, essa iniciativa marcou o início de significativo fornecimento de recursos aos países daquela área e selou a reorientação do interesse central dos Estados Unidos na América Latina – do comunismo na América Central para a guerra contra as drogas na Região Andina, tal como salientado por Martins Filho (2006, p. 16-17).

¹¹ Sabe-se que com a exploração mineira, iniciada no início da década dos anos de 1980, nos estados de Guainía (*Serranía de Naquén, rio Guainía, rio Inírida*) e Vaupés (Taraira), a presença guerrilheira tornou-se mais estável e beligerante com as tomas do corregimento de Mirití, Amazonas e de Mitú, començando-se assim a sentar as bases para o ulterior desenvolvimento do conflito social colombiano (VIECO, 2001).

área sob o domínio das guerrilhas na Amazônia oriental colombiana cresceu e se estendeu até os estados de Guianía e Vaupés; posteriormente, atingindo o estado de Amazonas em menor escala. Já na década de 1990, conforme aquele autor, essa dinâmica e seus conflitos chegaram à última fronteira, que era o estado do Amazonas vinculado às atividades ilícitas da guerrilha, que na época, controlavam quase 75% do espaço territorial colombiano.

Constatando o fato e incorporando um novo ator, importante no contexto do conflito armado, Pizarro (2006, p. 146) afirma que “os movimentos guerrilheiros e grupos paramilitares incorporaram-se na década de 1980 ao complexo mundo do narcotráfico, desempenhando papéis diferenciados de acordo com as diversas etapas da cadeia produtiva do narcotráfico”. Pizarro (2006, p. 129) destaca também que as guerrilhas, a partir de 1980, passaram de um estado de crescimento vegetativo a um processo de expansão exponencial, isto relacionado “à dupla dinâmica de extorsão dos produtores de coca, petróleo, ouro, banana e também, de modo cada vez mais intenso, ao vínculo direto com as diversas etapas produtivas presentes no narcotráfico”.

Através de sistemas de monitoramento foi detectado o crescimento das plantações de coca na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Equador. Em tal dimensão, o Departamento de Putumayo, fronteira com os dois países, foi considerado uma área crítica de expansão das plantações. A localização e operação da guerrilha nessa área, tal como expõem as pesquisas de Vieco e Pizarro, está diretamente associada à expansão dos cultivos ilícitos e à propagação da violência contra as populações locais. As quais eram desapropriadas das suas terras de forma violenta ou incorporadas à cadeia produtiva ou às atividades subversivas. Assim, a atuação cada vez mais ousada e violenta do narcotráfico; a presença de grupos armados à margem da lei em áreas de fronteira amazônicas, os ataques terroristas e a intensa onda de violência vivenciada no país, tendo como pano de fundo os acordos de extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos, incrementaram a observância daquele país não apenas na Colômbia, mas sobre o resto da América do Sul.

Essa situação se acentuou após os ataques do onze de setembro de 2001. De fato, na primeira década do século XXI, influenciada pelas mudanças da ordem internacional e pelos efeitos dos ataques terroristas de 11

de setembro a Nova York e a Washington, em 2001, se intensificou a atenção sobre América do Sul, seus problemas e suas fronteiras. Nessa direção, Colômbia voltou a ser foco das atenções, quando em 2003, as forças insurgentes colombianas (FARC e o ELN) foram elevadas pelo Departamento de Estado Americano à categoria de organizações terroristas. A esse nível também foram elevadas as organizações paramilitares, comumente chamadas de “Autodefesas”.

Nesse quadro complexo de atores e conflitos internos, a Colômbia passou a ser amplamente pressionada¹² e, nesse pano de fundo, embora sucintamente apresentado, nasce o Plano Colômbia. Proposta que entre outras questões estratégicas passou a incluir uma multiplicidade de ações, que compreendiam ajuda específica a projetos de aspersão de plantios ilícitos, atividades de inteligência e apoio a operações de interdição terrestre, aérea e ribeirinha. Implicando também no fortalecimento das forças armadas colombianas¹³.

Mesmo com uma situação que justificava o apoio norte-americano à república colombiana, o Plano Colômbia não foi visto com bons olhos pelos países da América do Sul, tanto por questões relacionadas com o trato soberano de cada país a seus conflitos internos, como pelas consequências imprevistas da ingerência de atores externos à região, sabidamente, os Estados Unidos de América.

A Amazônia colombiana, peruana e boliviana, pelos diversos atores e dinâmicas vinculadas a ilícitos, a saber, grupos subversivos, paramilitares e narcoguerrilha, passaram a ser uma área de atenção especial. De

¹² Embora existindo um evidente nexos entre atores transnacionais e problemas locais no caso colombiano, essas dinâmicas aconteceram num contexto mundial de transformações. Nesse sentido são esclarecedoras as afirmações de Santos (2006, p. 170) citando Vélez Quero (2003) quando faz a seguinte afirmação: “Vários países foram acusados pelos EUA de serem os responsáveis pelo alto consumo de drogas no país, incapazes de eliminar a economia ilegal gerada pela política de combate às drogas dentro do seu próprio país os norte-americanos começaram a pressionar os países produtores de substâncias alucinógenas para que adotassem uma legislação antidrogas semelhante à dos EUA”. Essa visão torna-se interessante na medida em que as políticas norte-americanas se estabeleceram em um Estado amplamente fragilizado pelos conflitos internos. Os resultados obtidos de combate ao narcotráfico estão muito longe de serem os esperados pelo governo americano, ficando na Colômbia os maiores e piores efeitos enquanto o negócio das drogas prospera, tendo como maior consumidor os Estados Unidos. ência norte-americana na região. Conforme salientado por Santos (2006, p. 171) no período do entre-guerras, a resistência européia e a intransigência norte-americana nas negociações impediram a eficácia de tratados internacionais de combate aos narcóticos. “Porém, cada vez mais ficava claro que o crescente poder norte-americano no sistema internacional faria, cedo ou tarde, predominar o seu modelo de combate às drogas”.

¹³ No caso peruano, conforme Jazadji (2012), o recrudescimento da plantação de coca é atribuído a despreparo e corrupção das forças policiais e à transmutação em narcotraficantes de remanescentes da guerrilha Sendero Luminoso.

modo que, as áreas de fronteira com a Colômbia tornavam-se cada vez mais vulneráveis à ingerência norte-americana, fato que causou desconforto regional quando anunciado o Plano Colômbia, preocupando especialmente a países como Brasil e Venezuela, que viam com desconfiança a ingerência de países externos em problemas locais.

Assim, associada à defesa da Amazônia, proliferaram as percepções brasileiras sobre a ameaça de ingerência, enquanto ficou evidente que os países vizinhos da Colômbia, com relativo peso regional, isolaram o país com seus problemas¹⁴, minimizando a importância das forças transnacionais atuantes em suas fronteiras e a gravidade das possíveis consequências sociais, até que foi assinado o Plano Colômbia. Contudo, cabe reconhecer também que, tal como salienta Santos (2006, p. 170) os esforços dos EUA no sentido de internacionalizar a sua política de combate às drogas nunca estiveram relacionados somente a um problema de saúde pública mundial, mas também a objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais. Para Santos (2006, p. 170) daí decorre a Diplomacia das Drogas, conduzida por estrategistas de relações exteriores dos EUA. Não é à toa que, em vários momentos do século XX e início do XXI, o Departamento de Estado norte-americano procurou associar o tema do tráfico de drogas com a criminalidade, o comunismo e o terrorismo, justificando assim possíveis intervenções externas estratégicas.

Nesse sentido cabe destacar que, embora o Plano Colômbia tenha sido apresentado à opinião pública como um programa antinarcóticos e não como uma estratégia contra-insurgente, é evidente, como destaca Pizarro (2006, p. 150), que por trás da intenção de debilitar o narcotráfico, ocultava-se a idéia de enfraquecer as forças guerrilheiras e paramilitares. Os acontecimentos do 11 de setembro permitiram ao governo Bush proclamar abertamente o que antes era secreto: o caráter contra-insurgente e contra-paramilitar da ajuda norte-americana.

¹⁴ A esse respeito, Procópio (2007, p. 209) afirma que: “o silêncio obsequioso do pragmatismo circunstancial de algumas das diplomacias amazônicas une a inação”. Diante dos numerosos e crescentes exemplos de intervenção externa no cenário da luta contra as drogas, o agir conforme as circunstâncias do presente, sem olhar para o passado ou para o futuro, prepara terreno para intervenções em nome do que mais sensibilizar a opinião pública internacional.

Para Procópio (2009, p. 22), “Los temores políticos a atacar aliados corruptos por mérito de la eliminación de fuentes de renta que utilizan dinero lavado tornaron impotentes las políticas de combate a las drogas. A pesar de décadas de resultados magros, el problema del crimen organizado aún es tratado de manera bilateral, es decir, cada caso um caso. Se niega una visión de conjunto a una desgracia que afecta a todos”.

5 O PLANO COLÔMBIA: SEUS EFEITOS NA ÁREA DE FRONTEIRA COM EQUADOR

A implantação do Plano Colômbia em 2000 e a instabilidade interna vivenciada pela república colombiana foram situações que afetaram negativamente e de formas diversas as relações entre Equador e Colômbia. Em primeira instância, o uso do letal glifosato, utilizado nas aspersões aéreas deu início às controvérsias sobre a pertinência dos métodos colombianos para erradicar os cultivos ilícitos no país, na medida em que afetava transnacionalmente a saúde da população equatoriana, danificava os rios, os solos, as plantações e os animais daquelas populações na área de fronteira. Igualmente estava o fato de serem muitas dessas populações grupos indígenas e ribeirinhos dependentes da pesca e da caça, que, ao ser afetados pelo tóxico implicava em ameaças concretas à sua saúde e sobrevivência.

Em segunda instância, a migração de grupos guerrilheiros para território equatoriano, devido ao combate intensivo das áreas de plantação da coca, e as pressões militares, no combate ao narcotráfico e às narcoguerrilhas, foram ações que deterioraram as relações cordiais entre os países andiano-amazônicos, desde 2001. A isso somava-se o fato de as incursões militares colombianas serem realizadas sem autorização expressa das autoridades equatorianas.

Por outro lado, a interferência de atores como o presidente da Venezuela, naquele momento, Hugo Chávez, foram agravando drasticamente as relações entre os países, como será abordado a seguir. Adicionalmente, as diferenças políticas entre os presidentes Uribe e Correa, acirradas por Chávez manifestando apoio público aos movimentos subversivos colombianos, explicitamente às FARC, e as críticas à implantação do Plano Colômbia, detonaram no ano 2008 graves tensões não apenas entre Colômbia e Equador, mas entre a Colômbia e a Venezuela, até que Uribe saiu do poder.

O ano de 2007 terminou com evidentes tensões entre Equador e Colômbia. De uma parte, estava o assunto delicado das aspersões com glifosato e, do outro, a incursão guerrilheira no território equatoriano. Além disso, começaram naquele período, mútuos e agressivos ataques entre os dois representantes do governo, atizadas pelo presidente Hugo Chávez, com respeito às acusações que fazia o governo colombiano, de que Equador

e Venezuela estavam oferecendo cobertura à expansão de uma mal que carcomia não somente a Colômbia, mas aos países vizinhos: o narcotráfico e as narcoguerrilhas.

O presidente Uribe, em diversas oportunidades, respondeu aos ataques verbais de Chávez e de Correa dando avisos de que, a qualquer custo, iria combater os insurgentes e o narcotráfico. Uma vez que, sabia da presença de células subversivas nas áreas de fronteira com esses países, sem que houvesse cooperação no controle militar das mesmas. Foi assim, que, na madrugada de 1º de março de 2008 seus anúncios foram cumpridos, quando foi bombardeada uma base clandestina das FARC, instalada na província equatoriana de Sucumbios (área de fronteira).

A incursão de forças militares e efetivos policia colombianos, para recolher os corpos de dois subversivos mortos na operação militar, detonaram o primeiro grave conflito, dada a visível violação do espaço aéreo e territorial equatoriano. Posteriormente, Equador instaurou a demanda contra Colômbia pelos efeitos transnacionais do uso do glifosato na área de fronteira, trinta dias após, o evento de Sucumbios, perante a Corte Internacional de Haia. Com esse recurso Equador buscou conforme exposto pela Chaceler equatoriana Maria Isabel Salvador três objetivos chaves:

(1) O reconhecimento da Corte de Haia de que Colômbia violou a soberania e a integridade territorial do Equador com sua prática de aspersões aéreas ilegais e os consequentes danos à população e à ambiência equatorianas; (2) pretende-se que o Tribunal (que é o órgão judicial principal das nações Unidas) ordene a Colômbia abster-se de executar aspersões a uma distância de dez quilômetros desde a fronteira. (3) Pagamento de indenização pelos danos já causados.

6 TENSÕES DIPLOMÁTICAS PELO USO DO GLIFOSATO

A Amazônia colombiana compreende 42% do território nacional. É formada por oito estados¹⁵ e alguns deles fazem fronteira com Brasil, Equador e Peru. Essa região colombiana se caracteriza por ser a zona menos populosa do país. Isso se deve em boa parte à presença de forças paralelas

¹⁵ Putumayo, Caquetá, Guaviare, Guainía, Vaupés, Amazonas, Meta e Vichada.

ao poder do Estado¹⁶, às precárias condições de vida e à os altos índices de violência e insegurança na região¹⁷. Aos problemas de expansão de cultivos ilícitos nessa região se somaram aqueles derivados do processamento da cocaína e da multiplicação de laboratórios, a comando das narcoguerrilhas e de outros atores à margem da lei, vinculados às diferentes redes do narcotráfico na região (VIECO, 2001; PIZARRO, 2006; PROCÓPIO, 2009).

O estado de Putumayo estabelece limite internacional com Equador e Peru. Nele, se chegou a concentrar 50% da coca produzida no país (MONTEIRO, 2008); desse modo, as aspersões aéreas com herbicidas, entre eles o glifosato¹⁸, foram altamente utilizadas junto a procedimentos de erradicação manual no marco do Plano Colômbia, que, como se sabe, concentrou diversas estratégias nessa área, incluindo maior presença militar. Desde 2000, as aspersões se fizeram cada vez mais frequentes em aquele estado, tendo como argumento que a erradicação manual por tratar-se de áreas extensas com plantios ilícitos inviabilizava bons resultados de erradicação das roças de coca.

Adicionalmente, por ser uma área sob comando das FARC, eram cada vez mais intensos os ataques às forças repressivas do governo para impedir a destruição dos plantios ilícitos. A localização de Putumayo, na fronteira internacional da Colômbia com o Equador e o Peru, tornava-se inquietante para seus vizinhos, toda vez que de uma intervenção de tamanha magnitude poderiam esperar-se resultados sociais e ambientais imprevisíveis. Nessa direção, Montana (2012, p. 200) afirma que entre os impactos sociais produzidos pelo combate e erradicação dos plantios ilícitos de forma localizada está também a mudança de operações de um

¹⁶ Nesses estados atuam em áreas demarcadas as FARC e o ELN (entre outras forças insurgentes); as AUC, narcotraficantes e o crime comum.

¹⁷ De uma parte, falta de infra-estruturas físicas e pela outra, maior presença do Estado. Conforme Pizarro (2006, p. 69), “é possível estabelecer uma relação causal entre as carências da população em termos de necessidades básicas insatisfeitas; ausência do Estado; e a presença guerrilheira”. Ver a esse respeito os estudos de CUBIDES et al., 1998. Também os estudos de ECHANDIA, 1999.

¹⁸ O Glifosato (N-fosfonometil-glicina) é um herbicida de amplo espectro, aplicado após a planta ter emergido do solo (pos-emergente) e é de ação não-seletiva. O Glifosato, conforme pesquisas toxicológicas, tem baixa toxicidade para mamíferos que não inibem a enzima acetilcolinesterase. Os solventes usados em formulações comerciais, no entanto, podem alterar as propriedades toxicológicas. O glifosato é um produto registrado em mais de 100 países e pode ser vendido em combinação com outros herbicidas. (<<http://lrc.nutes.ufrj.br/toxicologia/mXII.glifo.htm>>. Acesso em: mar. 2012). O princípio ativo do glifosato, empregado no fumigar com o herbicida Roundup, produzido pela Monsanto, para o extermínio das plantações de coca causam irritação da pele e nos olhos.

lugar a outro e de um país a outro¹⁹, o que significa dizer, riscos ambientais e de segurança para a população local ou transfronteiriça.

Os relatos a seguir evidenciam um conjunto de situações locais altamente complexas; não apenas derivadas da implantação do Plano Colômbia, que efetivamente teve repercussões negativas no Equador, mas porque mostram o isolamento colombiano na luta de seus problemas internos. Indicando, por sua vez, que a luta antinarcóticos e as promessas de repressão aos ilícitos transnacionais, comuns no cenário amazônico, jamais cresceram como esforço conjunto e multilateral que permita abrir caminhos para estratégias integradas e cooperativas de segurança na Amazônia, com todas as implicações que isso tem no âmbito regional.

A república equatoriana se viu afetada pelas estratégias do Plano Colômbia em três dimensões principais. Devido à aplicação de herbicidas tóxicos no combate às plantações de coca, bem como pela migração da insurgência armada ao território equatoriano e de populações locais que fugiam da violência, e devido à violação do espaço aéreo e terrestre equatoriano ou durante as aspersões ou em ações militares de combate à insurgência armada.

Os movimentos sociais, as ONGs e as comunidades epistêmicas tiveram um papel fundamental para trazer à tona a insegurança ambiental e humana, que os métodos colombianos impunham, em ambos os países. Desde que começaram as aspersões, em aéreas de fronteira, esses atores deram passo a uma série de denúncias sobre mudanças na saúde da população local e até de óbito de pessoas, ao longo do tempo que as aspersões duraram, sendo apontada como causa dos óbitos intoxicação química. Igualmente foram constatadas irritações na pele e olhos de pacientes que tiveram contato com herbicidas ligados com glifosato (MONTANA, 2012). As denúncias começaram em 2001 e, somaram-se estudos acadêmicos de universidades equatorianas, que confirmaram problemas em animais e na ambiência (solo, ar, águas superficiais e subterrâneas) associados ao uso do glifosato (MONTANA, 2012).

De 2001 a 2008 houve conforme, Montana (2012, p. 284-286), notável articulação de movimentos sociais e ambientalistas, bem como, dos

¹⁹ Fato agravado pelas condições naturais do espaço amazônico e pela escassa presença do Estado.

meios acadêmicos e de ONGs equatorianas, comprometidas com os direitos humanos e particularmente com direitos indigenistas, contrárias ao uso do glifosato. Da mesma forma, houve intensa troca de informações entre atores desse tipo na Colômbia e entre os dois países. Essa dinâmica foi fundamental, conforme destacado por Montana (2012, p. 206), para que no Equador se exercessem pressões para que esses assuntos chegassem ao nível de discussão política interestatal, ora pelas consequências sobre a saúde humana, animal e da ambiência, ora pelos efeitos colaterais dos mecanismos de combate aos cultivos ilícitos, ao narcotráfico e à narcoguerrilha.

Com respeito a esses atores, é válido mencionar o *Programa Andino para la Democracia y los Derechos Humanos de la Unión Europea en Colombia*, na medida em que apresentaram diversas bases científicas contra o uso do glifosato, de forma articulada com grupos epistêmicos de reconhecidos centros acadêmicos colombianos. A *Defensoría del Pueblo del Ecuador*, alicerçada em um estudo científico realizado em 10 mulheres equatorianas e 12 colombianas, entregue ao governo do Equador, apresentou provas de que o uso de glifosato tem sérias consequências sobre a saúde, relacionadas com o câncer e a malformação de crianças indígenas. A área de estudo abrange localidades próximas ao rio San Miguel e, no estudo, a incidência desses fenômenos foi associada ao início das aspersões (MONTANA, 2012).

Outros estudos realizados no rio Putumayo, também revelaram alterações no ecossistema aquático e terrestre, além de plantações queimadas pelo efeito do glifosato. No meio aquático os resíduos de herbicidas se mostraram altamente destrutivos, tendo como consequência a perda das espécies mais sensíveis a seu efeito, o que, consequentemente, foi associado às possibilidades de se causarem desequilíbrios nos ecossistemas. Com esses estudos preliminares se iniciaram as controvérsias entre o Equador e a Colômbia acerca da periculosidade e dos efeitos de herbicidas ligados ao glifosato. Posteriormente, estudos mais sofisticados, solicitados pela *Defensoría del Pueblo del Ecuador*, foram realizados numa amostra maior de mulheres e crianças, em estudos sanguíneos. Esses informes vieram a dar suporte para que o presidente Correa tenta-se uma solução diplomática ante o presidente Uribe.

Coincidindo com a posição norte-americana, Colômbia argumentou, ante os primeiros manifestos de Equador, que o uso de herbicidas liga-

dos ao glifosato não teriam impactos severos e nem permanentes, passando a defender seu uso por ser inofensivo à saúde humana. Assim, com as duas nações imbuídas de perspectivas opostas, ao longo de pelo menos 6 anos, tentar resolver essa questão por via diplomática não rendeu uma solução para o problema levantado por Equador. As pressões internas no Equador pelas ONGs e grupos ambientalistas, por causa dessas questões, continuaram a provocar esforços diplomáticos para que os dois países tentassem um acordo para pôr fim às aspersões com glifosato numa faixa não inferior a 10 km da fronteira entre Colômbia e Equador. Esse foi o pedido que fez Rafael Correia em 2003. A grave situação de instabilidade interna vivenciada pela Colômbia, na área de fronteira, refletiu-se negativamente no relacionamento com o país vizinho, que, além das reclamações pelos efeitos das aspersões, queixava-se da violação do espaço aéreo equatoriano, quando as aeronaves contratadas pela Colômbia lançavam os herbicidas²⁰, daí a solicitação de Correa para que se respeitasse pelo menos 10 Km de distância.

Assim, ao final de 2003, Equador e Colômbia acordaram em estabelecer uma comissão científica e técnica, formada especialmente para investigar os efeitos das aspersões no Equador. As delegações também não conseguiram chegar a um acordo quanto aos efeitos desse tipo de aspersões, e o Equador seguiu promovendo denúncias a respeito dos efeitos nocivos das ações colombianas. Nesse estágio de insucesso começou o ano 2004. Nesta altura, Correa também reclamou do aumento de migrantes colombianos para o território equatoriano, por causa da violência. Além disso, protestou das incursões militares realizadas por ordem do governo de Uribe sem autorização expressa das autoridades equatorianas.

Devido a essas pressões, em dezembro de 2005, o governo colombiano pronunciou-se a favor de cessar as aspersões aéreas em áreas com distância menor do que 10 km da fronteira. Assim, a pedido do governo equatoriano, as aspersões com glifosato foram suspensas nas áreas colombianas limítrofes com o Equador em janeiro de 2006, mas de forma temporária, já que em dezembro desse mesmo ano, Colômbia veio a ser pressionada pelos Estados Unidos²¹ por maiores resultados para combater

²⁰ As aeronaves da DAINCO eram dirigidas por pilotos norte-americanos e a violação mencionada por Equador referia-se à curva que a aeronave faz para retornar ao espaço aéreo colombiano.

²¹ Isso pode estar relacionado com o fato de que, desde a criação do Plano Colômbia, os EUA já destinaram cerca de US\$ 5 bilhões ao país andino para o combate ao cultivo ilegal da coca, e a traficantes, guerrilheiros e

o narcotráfico, e em razão do aumento dos cultivos ilícitos, a Colômbia voltou a lançar seus herbicidas, incluindo glifosato, como mecanismo de combate às plantações de coca. Cabe destacar que, naquele ano, apesar dos esforços colombianos para erradicar manualmente os cultivos da planta, conforme a Casa de Nariño (2008), registrou-se no país um aumento de 26% desses cultivos naquela área.

Colômbia, de acordo com Monteiro (2008), manteve-se a maior produtora mundial de coca entre 2004 e 2005. Esses dados conferem com as estatísticas sobre o aumento dos cultivos ilícitos na Amazônia colombiana, do Geoamazônia (2008), que indicaram, também, grande aumento no desmatamento para a plantação dessa cultura para países como Peru e Bolívia.

Colômbia retomou o método de combate aos cultivos ilícitos mediante as aspersões aéreas com glifosato. Mas, o não atendimento de se respeitar 10 km de distância da fronteira e nem a suspensão do método de aspersões ocasionou a demanda de Equador na Corte Interamericana de Direitos Humanos, fundamentada nos malefícios causados pelos herbicidas misturados com glifosato à população, à produção agrícola da fronteira equatoriana e aos sistemas aquáticos. A deterioração das relações cordiais entre os presidentes Uribe e Correa de 2003 a 2008 seguiu uma linha ascendente.

Em abril de 2007, a *Comisión Científica Ecuatoriana* divulgou o relatório *El Sistema de Aspersiones Aéreas del Plan Colombia y Sus Impactos sobre el Ecosistema y la Salud en la Frontera Ecuatoriana*²², visando contrapor-se à argumentação do governo colombiano que subestimava a periculosidade de herbicidas ligados ao glifosato. Com base nesse relatório, novamente Equador pediu pela segunda vez que o governo preservasse a faixa dos 10 km a partir do limite internacional. E o presidente Correa vinha exigindo um compromisso por escrito do presidente colombiano a suspensão definitiva das aspersões naquela faixa de fronteira. Ante os pedidos de Correa, em 28 de maio de 2007, o ministro das relações exteriores da Colômbia, Fernando Araújo Perdomo, afirmou em uma reunião entre os países, que a Colômbia não estava em uma posição de fazer compromissos

paramilitares, que fornecem cerca de 90% de toda a cocaína consumida aos estadunidenses.

²² Ver relatório disponível em: <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2015/05/InformeComisionEcuatorianaaspersionaerea_julio-07.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

com relação ao tema das aspersões, tampouco de predizer o que deveria ser decidido no futuro, em relação ao tema.

Diante disso, o Equador informou à Colômbia, em nota diplomática, expedida em 27 de julho de 2007, que considerava esgotado o processo de diálogo, já que não havia perspectivas de êxito. Colômbia argumentou que na época foram incrementados programas de erradicação manual, mas considerou inadequado adquirir um compromisso sem limite de tempo, principalmente devido aos riscos e os custos em matéria de segurança e de vidas humanas que têm significado os programas de erradicação manual, já postos em prática na área de conflito e em geral na Amazônia²³. Entretanto, houve um reconhecimento por parte da Colômbia de estar afetando a saúde da população equatoriana, confirmando ao Equador o pagamento de indenizações, assim que apresentassem provas concretas e irrefutáveis que ligassem os efeitos nocivos das aspersões com danos ambientais transfronteiriços ou na população equatoriana.

Colômbia justificou a impossibilidade de intensificar programas de erradicação manual da coca, uma vez que as áreas com cultivos ilícitos são extensas e a erradicação manual não apresentaria os resultados esperados. Adicionalmente, foi argumentado que os programas desse tipo somente incrementaram a violência na região; aludindo-se à periculosidade dessa medida para as forças militares, policiais e para a população civil, uma vez que, em diversas ocasiões, as FARC atacaram tanto militares como civis, tendo sido contabilizados pelo governo colombiano vários ataques da guerrilha, que se incrementaram desde 2004, ano em que as aspersões aéreas foram menos frequentes. Esse ano de 2007 também testemunhou mútuas e agressivas acusações entre os dois representantes do governo devido a suas posições políticas divergentes, as quais eram atizadas pelo apoio que o presidente Hugo Chávez manifestava às FARC, criticando abertamente os métodos do Plano Colômbia.

Com o fim das tentativas diplomáticas, uma demanda contra a Colômbia foi apresentada pelo embaixador Diego Cordovéz, perante a

²³ Além dos 40 casos registrados pelo governo colombiano de ataques das FARC desde território equatoriano, foi lembrado que os atos terroristas se incrementaram em finais de 2007 e começos de 2008 porque as FARC ativavam minas anti-pessoais contra os militares que protegiam os erradicadores manuais de coca em território colombiano, elevando as cifras de mortes na área. Pronunciamento oficial da Casa de Nariño, em Bogotá, em 31 de março de 2008.

Corte Internacional da Haia, em 31 de março de 2008. Segundo manifestou tempo depois²⁴, tratar-se-ia de um processo inédito, que pretendia defender os direitos de populações indígenas equatorianas e o ambiente como um todo integrado. No processo contra Colômbia, Equador pediu que a Corte obrigasse a esse país a pôr fim, definitivamente, às aspersões em áreas que o pudessem afetar, com base nos princípios do Direito Internacional, alicerçado, segundo o qual o Direito Internacional proíbe que um Estado provoque dano à população de um Estado vizinho, sobre tudo, dentro do território desse último.

Nessa perspectiva, este caso de Colômbia e Equador é um processo especial que interliga diversas consequências hidro-sócioambientais, deixando um precedente jurídico positivo que destaca relações conexas de forma muito estreita com aspectos que permeiam ameaças à segurança humana em ampla dimensão. Tal como se depreende das explanações apresentadas anteriormente.

O processo instaurado pelo Equador, argumentando dano transfronteiriço, ocasionado pelas aspersões aéreas, é uma mostra da evolução da preocupação com esses tipos de conflitos, principalmente, pelas ONGs ambientalistas e indigenistas. Seu ineditismo poderá converter-se num ícone em matéria jurídica ambiental e de direitos humanos na América do Sul, uma vez que estão elencados à segurança humana e ambiental.

Em 2009, no mês de maio, os países envolvidos apresentaram o memorial, na Corte de Haia, contendo todas as provas para o caso ser julgado. Conforme o embaixador Cordovez, existem provas técnicas que demonstram que o espaço aéreo do Equador foi violado repetidas vezes pelas naves que aplicavam o glifosato. Além disso, os relatórios científicos apresentam suficientes provas da sua periculosidade para os ecossistemas aquáticos, terrestres e para a população, afirma Cordovez.

Em 2014 o Equador e a Colômbia chegaram a um acordo, finalizando o processo instaurado na Corte da Haia. O Estado colombiano pagou indenização pelos danos causados a Equador, sendo o caso encerrado.

De modo a concluir, todo esse processo representa uma intrincada malha de problemas domésticos, com consequências regionais. Os

²⁴ Entrevista de Diego Cordovez concedida à Radio Nederland Servicio Español em março de 2009.

fenômenos vinculados ao narcotráfico, a guerrilha e aos cultivos ilícitos, além de impactar a segurança dos Estados, lesa de forma significativa a segurança humana e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, L. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005.
- CASTRO, A. *Crise na Colômbia: implicações para o Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- COMISIÓN CIENTÍFICA ECUATORIANA. *El Sistema de Aspersiones Aéreas del Plan Colombia y sus impactos sobre el Ecosistema y la Salud en la Frontera Ecuatoriana*. Quito, 2007.
- CUBIDES, F.; OLAYA, C.; ORTIZ, C. *La violencia y el municipio colombiano, 1990-1997*. Bogotá: Centro de Estudios Sociales, Universidad Nacional de Colômbia, 1998.
- ECHANDIA, C. *El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia*. Santa Fé de Bogotá: Presidencia de la República, 1999.
- ELLIOT, L. *The global politics of the environment*. London: Macmillan, 1998.
- GEOAMAZÔNIA: perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA e Universidade do Pacífico. Ciudad de Panamá: PNUMA; Brasília, DF: OTCA, 2008.
- JAZADJI, A. *Coca: Peru passa Colômbia*. São Paulo: [s.n.], 2008.
- MARTINS FILHO, J. As Forças Brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 13-29.
- MONTANA, M. *Bacia Amazônica e hidropolítica: interdependência hidrológica, incipiente regime regional e baixo conflito*. Brasília, DF: UnB, 2012.
- MONTEIRO, L. C. Equador e Colômbia: antecedentes de um conflito anunciado. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo Presente*, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2008-Ecuador-e-Colo%CC%82mbia-LCRM.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.
- PECEQUILLO, C. *Política Internacional* – FUNAG, Brasília, DF: FUNAG, 2012.
- PROCÓPIO, A. *Quo Vadis Amazonia?* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2009.

_____. *Subdesenvolvimento sustentável*. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

PIZARRO, L. *Uma democracia sitiada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

QUEIROZ, F. *Hidropolítica e segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada*. Brasília, DF: UnB, 2012.

SANTOS, M. O plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). *Cena Internacional*, v. 8, n. 2, p. 63-83, 2006.

TENA, B. B. L. *La guerra de la cocaína: drogas, geopolítica y medio ambiente*. Madrid: Editorial Debate, 2000.

VAZ, A. El conflicto colombiano: una perspectiva global. In: ARDILA, M.; CARDONA, D.; RAMÍREZ, S. (Ed.). *Colombia y su política exterior en el siglo XXI*. Bogotá: FESCOL: CEREC, 2005. p. 7-28.

VIECO, J. J. Desarrollo, medio ambiente y cultura en la Amazonía Colombiana. *Revista Salud Pública*, v. 3, supl. 1, p. 2-23, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.revmed.unal.edu.co/revistas/v3n1s/v3ss1.htm>>. Acesso em: maio 2015.

VILLA, R. A construção de um Sistema Internacional Policêntrico: Atores Estatais e não Estatais Societais no Pós-Guerra Fria. *Revista Cena Internacional*, v. 3, n. 2, p. 65-87, 2001.

4.

GRAMSCI E A HEGEMONIA CULTURAL NO PLANO INTERNACIONAL

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1 INTRODUÇÃO

A associação entre o plano da cultura na vida social e o pensamento de Antonio Gramsci é sempre um dado recorrente no senso comum acadêmico. Também é comum no senso acadêmico sobre o comunista sardo uma abordagem enfaticamente situada na cultura como se esta fosse a sua principal preocupação ou como se o argumento gramsciano fosse explicado em termos de uma espécie de determinismo culturalista dominante. Ou ainda, como se sua linha de raciocínio vinculasse em sua maior parte o nexo entre cultura e política.

De modo diverso, este artigo se propõe a debruçar de modo introdutório sobre a cultura como um dos vários, mas não único e principal aspecto a ser abordado pelo prisioneiro de Mussolini. Tal lógica se aplica também à análise da hegemonia cultural no plano internacional, principal foco deste artigo.

O artigo se propõe a discutir em caráter introdutório o tema em dois momentos antes de apontar considerações finais conclusivas: o período pré-carcerário e o período carcerário. Em todas as etapas do texto, buscar-se-á mostrar como a hegemonia cultural em sua manifestação inter-

nacional tem um enorme alcance e potencial analítico na pouco sistemática e inconclusa obra gramsciana.

Antes de prosseguir, faz-se necessária a definição da categoria em pauta. Ao contrário do que é normalmente sugerido por um certo senso comum acadêmico, a categoria de hegemonia na ótica gramsciana não pode ser reduzida a uma forma dual em termos de hegemonia e contra-hegemonia ou hegemonia e ausência de hegemonia (GRAMSCI, 1975). A hegemonia é verdadeira concepção de mundo dominante e principalmente dirigente abrangendo inúmeros aspectos de menor ou maior magnitude e amplitude, uma categoria de múltiplas dimensões, moral, intelectual, ético-política, econômica, social etc. em termos de força e principalmente consenso (nas formas completas de hegemonia) de um grupo social, classe ou fração de classe sobre outros grupos e classes, com o predomínio deste último nas suas formas mais completas, que filtra através das estruturas sociais elementos referentes a cultura, etnicidade, gênero, classe e ideologia (GRAMSCI, 1975; MORTON, 2007, p. 114)¹. A construção e transmissão da hegemonia se dão no que Gramsci denominou de aparatos privados de construção da mesma. No âmbito da sociedade civil (o *locus* da construção do conjunto das relações sociais e dos conflitos, organicamente ligada ao Estado na acepção gramsciana) é que se manifesta a hegemonia. A hegemonia não é dual porque toda ação almeja a hegemonia mesmo sem exercê-la. A partir disto é justificado o porquê de toda ação e embate políticos serem aspirantes à hegemonia, não configurando sentido, portanto, na caracterização de uma “contra-hegemonia” ou “ausência de hegemonia”. O fato de não haver tanto no período pré-prisional, quanto

¹ O fato de Gramsci jamais ter referido em sua obra a categorias hoje usadas no meio acadêmico como etnicidade e gênero não é a rigor um impedimento para o entendimento de que possa existir um nexos entre as categorias mencionadas e o conceito de hegemonia. Tal compreensão é justificada metodologicamente por meio de uma categoria de importância central para Gramsci, a saber, designada metaforicamente como “tradutibilidade” ou “traducibilidade” ou simplesmente “tradução”. Tal como no ato de verter de uma língua para outra, um significado, em vários casos, nunca pode ser transposto literalmente, estritamente sob pena de tal mecanicismo não conferir sentido. Considerando que o sentido da obra gramsciana é dotado, antes de mais nada, de um historicismo absoluto em consonância com uma “tradução”, uma ressignificação adequada às particularidades históricas, sociais, culturais etc. no âmbito de uma totalidade, entende-se ser cabível situar o nexos entre hegemonia, gênero e etnicidade. Tal raciocínio cumpre, assim, um papel de adequação às discussões, transformações e atualizações históricas de conceitos e categorias. A eventualidade de tratar de uma “contra-hegemonia” teria que ser trabalhada e justificada em termos semelhantes de forma a justificar seu emprego, muito embora tal possibilidade seja totalmente ignorada pelos intérpretes de Gramsci que fazem uso de tal conceito. A popularização da noção de contra-hegemonia se deveu, muito provavelmente, a Raymond Williams (1977) justamente na sua discussão sobre temas da cultura e da literatura.

na etapa do cárcere uma referência a uma “contra-hegemonia” é denotativa, ao menos em parte, do raciocínio aqui empreendido. Em sua obra carcerária, Gramsci admite também formas incompletas de manifestação concreta e histórica da hegemonia, como a categoria de revolução passiva, na qual predomina a força e não o consenso expresso pelo Estado em um conjunto de complexos e distintos processos que poderíamos resumir grosseiramente como “modernizações conservadoras”.

A rigor, não se separa, a não ser metodologicamente, a hegemonia em sua feição nacional daquela existente no plano internacional. Há um nexó orgânico entre estes dois níveis da mesma forma como a questão cultural não se desvincula das outras dimensões que compõem tal categoria.

Para concluir este tópico introdutório, algumas palavras do autor italiano em pauta sobre a cultura, por ele assim definida (GRAMSCI, 1917 apud DIAS, 2007, p. 68):

[D]ou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente [...] não organicamente. E assim como sei que a cultura é também um conceito basilar do socialismo, porque integra e concretiza o vago conceito de liberdade do pensamento, assim gostaria também que ele fosse vivificado por outro. Pelo de organização. Organizemos a cultura, assim como buscamos organizar toda a atividade prática.

Gramsci vincula a cultura ao devir concreto, prático, muito embora sua abordagem de tal conceito também verse especificamente sobre as manifestações culturais artísticas, conforme poder-se-á constatar mais adiante no presente texto.

2 O PERÍODO PRÉ-CARCARÁRIO

O termo hegemonia não aparece no período pré-carcerário como categoria analítica componente do arsenal teórico gramsciano de forma sistemática, formalmente enunciada. Neste aspecto, dois dos mais relevantes comentadores, intérpretes e estudiosos de Gramsci no

Brasil, já falecidos, Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 63) e Edmundo Fernandes Dias (2000, p. 16), enunciaram posições distintas.

Coutinho entende ser a categoria em questão uma particularidade da elaboração gramsciana muito próxima do seu período carcerário, não havendo pertinência em situá-la de forma alguma no período anterior, ponto com o qual Dias discorda totalmente. Dias sustenta que a despeito da não enunciação sistemática e expressa do conceito de hegemonia no período pré-carcerário, o raciocínio a ela referente aparece em aspectos da intervenção militante e da ensaística reflexão teórica de Gramsci já em 1916, faltando-lhe apenas a denominação de “hegemonia”. O presente texto endossa a tese de Edmundo Dias. Existem na elaboração gramsciana do período pré-carcerário inúmeros elementos que podem ser remetidos a uma concepção dirigente de mundo mais ampla em vários aspectos, entre eles, a cultura em sua manifestação no plano internacional. Corroborar tal perspectiva a análise de Boothman (2008, p. 202-203), segundo o qual havia a constatação de uma hegemonia linguística italiana em cidades próximas ao Mar Adriático então pertencentes ao Império Austro-Húngaro. Além disto, Boothman menciona artigos e debates no *Critica Sociale*, principal órgão de discussão teórica do Partido Socialista Italiano, nos anos de 1916 e 1917 (PSI)², sobre os temas das guerras hegemônicas e as relações ítalo-sérvias pela hegemonia no Mar Adriático.

A título de demonstração disto, é relevante mencionar que em relevante escrito no qual Gramsci polemiza com seus companheiros do Partido Socialista em 1916, Tasca e Bordiga, já aparece o tema da construção hegemônica também de forma indireta, tratando a luta militar como embate no campo da cultura. No trecho reproduzido abaixo, Gramsci trata, entre outros temas, da luta no campo da hegemonia cultural envolvendo as idéias da Revolução Francesa:

Foi ele mesmo uma magnífica revolução, mediante a qual, como observa agudamente De Sanctis em sua *Storia della letteratura italiana*, formou-se em toda a Europa uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa, sensível em todas os seus elementos às dores e às desgraças comuns, e que foi a melhor preparação para a

² Partido do qual Gramsci fora integrante e ativo militante, além de redator de jornais a ele vinculados. Posteriormente, Gramsci saiu do PSI e fora um dos principais líderes e fundados do Partido Comunista da Itália (PCI).

sangrenta revolta que depois teve lugar na França. Na Itália, na França, na Alemanha, discutiam-se as mesmas coisas, as mesmas instituições, os mesmos princípios. Toda nova comédia de Voltaire, todo novo *pamphlet* era a centelha que passava pelos fios já tensos entre Estado e Estado, entre região e região, encontrando por toda parte e ao mesmo tempo os mesmos defensores e os mesmos opositores. As baionetas de Napoleão encontravam o caminho já preparado por um exército invisível de livros, de opúsculos, que vinham de Paris como enxames desde a primeira metade do século XVIII e que haviam preparado homens e instituições para a necessária renovação. (GRAMSCI, 2004, p. 59-60).

A própria formação do jovem Gramsci, fortemente marcada pelas influências e posteriores reelaborações das idéias do filósofo napolitano neohegeliano Benedetto Croce com as quais travou contato. A repercussão européia de suas idéias põe a perspectiva da hegemonia cultural em contexto internacional. O trecho abaixo, extraído de estudo de Daniela Mussi (2015, p. 16) sobre o tema da cultura na trajetória gramsciana, elucida tais considerações:

As ideias que orientavam esta reforma cultural de Croce tiveram enorme difusão no início do século XX, sendo absorvidas e discutidas, direta ou indiretamente, no contexto intelectual europeu [...] Na Itália, sua obra constituiu a base para a formação de gerações inteiras de intelectuais, interessados na crítica ao positivismo e na afirmação de uma relação orgânica entre história e filosofia, entre cultura e pensamento. Entre os jovens que tomavam contato com este movimento neoidealista nos anos 1910 e especialmente no contexto da guerra, estas ideias não poderiam não ser também um convite a um tipo de engajamento político-cultural, um estímulo para a fundação de círculos de debates, periódicos e para a inserção nos debates nacionais e internacionais.

A atividade de Gramsci como redator da imprensa socialista italiana no período pré-carcerário foi fortemente identificada com a educação cultural, a formação educativa em termos literários, culturais e artísticos dos operários italianos, como parte daquilo que viria a conceber futuramente nos cadernos carcerários como a reforma moral e intelectual necessária para a construção de uma nova hegemonia nos marcos da sociedade integral, o eufemismo alusiva à sociedade socialista para fugir à censura carcerária (FIORI, 1979).

Em suma, face ao exposto acima, é possível observar alguns elementos, dentre vários, sobre o tema da hegemonia cultural no além-fronteiras. Os embates hegemônicos no campo da cultura acompanham aqueles que se ao nas múltiplas perspectivas que compõem a noção de hegemonia, todas elas vinculadas organicamente entre si.

3 O PERÍODO CARCERÁRIO

É possível encontrar nos cadernos carcerários dois textos específicos sobre o tema da hegemonia cultural. O primeiro é um texto “A” escrito provavelmente em novembro de 1932³. A segunda versão deste texto – portanto um texto “C” – data provavelmente do período compreendido entre maio de 1932 e janeiro de 1934 (FRANCIONI, 1984, p. 141-143).

O texto de primeira escrita suscita inúmeras questões relevantes sobre a direção cultural no além-fronteiras. Daí a relevância de sua menção, a despeito de longo. Ele tem o seguinte conteúdo:

1) *Tópicos de cultura*. É ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado em sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode porém conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se desse monopólio como base de hegemonia? Então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como “imperialismo” econômico-financeiro, e não mais como “primado civil” ou hegemonia político-intelectual?

2) Rótulos “neolalismo”. O neolalismo como evento individual patológico. Mas ele pode usar a palavra em um sentido metafórico, para indicar uma variedade de eventos culturais, artísticos, intelectuais? Quais são todas as escolas artísticas e literárias, se não eventos culturais do neolalismo? Em tempos de crise, temos a mais extensa lista de eventos do neolalismo. Linguagem e línguas. Toda expressão tem uma “linguagem” historicamente determinada, cada atividade intelectual e moral: que a linguagem é o que também é chamado de “técnica” e também estrutura. Se um escritor iria começar a escrever numa língua

³ A distinção entre textos “A”, “B” e “C” em conformidade com a organização dos textos carcerários de Gramsci organizados pela equipe de pesquisadores coordenada por Valentino Gerratana e contemplada na edição crítica italiana dos cadernos carcerários (GRAMSCI, 1975) diz respeito, respectivamente, a textos de primeira redação, textos de redação única e textos gramscianos de segunda redação com alterações ou não.

pessoalmente arbitrária (ou seja, tornar-se um “neolalista” no sentido patológico da palavra) e foi imitado por outros, ele fala uma “Babel” de línguas. A mesma impressão que você não testar para a linguagem (folha) de música, pictórico, plástico etc. Este ponto tem de ser considerado e meditado. Do ponto de vista da história da cultura e, portanto, também a “criação” cultural (não deve ser confundida com a “criação artística”, mas em vez de abordar o “político” – e, de fato, nesse sentido, podemos falar de uma “política cultural”) entre a arte literária e outras artes (figurativas e de música ou orquestra) há uma diferença que deve ser definida e clarificada por isso, teoricamente justificada e compreensível. O termo “verbal” tem uma cultura nacional-popular estritamente; um poema de Goethe, no original, pode ser entendido e apreciado apenas por um alemão; Dante pode ficar entendido e revivido apenas por um etc. italiano capturado. Uma estátua de Michelangelo, uma canção Musical de Verdi, um ballet russo, uma pintura por Raphael etc. pode ser entendida quase imediatamente por qualquer cidadão do mundo, nem mesmo cosmopolita, mesmo se não passar o círculo estreito de uma província de seu país. No entanto, esta é assim apenas em aparência, superficialmente. A emoção artística que um japonês ou um julgamento perante um painel de Raphael ou ouvir uma música de Verdi é uma emoção artística; o mesmo ou japonesa Sami não não podia ficar indiferente e sem brilho que escuta a recitar um poema de Dante, de Goethe, de Shelley; portanto, há uma profunda diferença entre a expressão “verbal”, e as artes figurativas, musicais etc. No entanto, a emoção artística do japonês ou do laponiano ante uma pintura de Raphael ou diante de um trecho de música de Verdi não será da mesma intensidade e calor da emoção artística de uma italiana mediana e muito menos do que um italiano culto. Que é adjacente ou melhor a expressão de um “cosmopolita” da linguagem da música, pintura etc., “internacional”, há uma estreita substância cultural mais profunda, mais “nacional-popular”. Não é suficiente: o grau dessa “linguagem” é diferente: há um grau “nacional-popular” (e muitas vezes antes disso um grau provincial-dialeto-folk), então um grau em uma “civilização” específica, que pode ser determinada pela religião (para o exame piedoso cristão, mas é dividido em católicos e protestantes e ortodoxos etc.), e também, no mundo moderno, de uma certa “corrente político-cultural”. Durante a guerra, por exemplo, um orador inglês, francês, russo, não podia falar para um público italiano em sua língua e ser compreendido sobre a devastação alemã na Bélgica: se o público simpatizava com o orador, se essa é a sua maneira de pensar que coincidiu com a do orador, o público ouviu atentamente e “seguiu” o orador, você pode dizer que o “compreendesse”. É verdade que a oratória não é o único elemento da “palavra”: há o gesto, o tom de voz, etc., que é um elemento musical que se comunica o leitmotiv de sentimento predominante, a paixão e o elemento principal “orquestral” no sentido amplo,

que articula e articula a onda sentimental e passional. Para uma cultura política das massas estas observações são essenciais são fundamentais. Essa é a razão para o “sucesso” do cinema internacional moderno e, em primeiro lugar, o “melodrama” em particular da música em geral. (GRAMSCI, 1975, Q9, §132, p. 1192-1194, tradução nossa).⁴

O texto “C” de segunda redação tem expressão bastante mais concisa:

Hegemonia político-cultural. É ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado em sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode porém conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se desse monopólio como base de hegemonia? Então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como “imperialismo” econômico-financeiro, e não mais como “primado” civil ou hegemonia político-intelectual? (GRAMSCI, 1975, Q13, §26, p. 1618).⁵

A discussão das semelhanças e diferenças dos trechos suscita enorme gama de temas.

Nos dois parágrafos reproduzidos, Gramsci problematiza se existe um único tempo, um único grau de desenvolvimento das forças da vida ou uma certa homogeneização neste aspecto de modo a possibilitar uma hegemonia cultural de um Estado sobre outros. Gramsci ainda questiona se o monopólio de uma inovação técnica pode ser a base de uma hegemonia. Questiona também o papel do nacionalismo e seu alcance em vista do imperialismo de natureza econômica e financeira e da hegemonia política e intelectual. Com uma sutil diferença de aspas no fim dos trechos comparados⁶, está é a discussão comum a ambos.

⁴ “Q” e “§” aludem respectivamente a “caderno” e “parágrafo”, tal como é normalmente mencionado nos estudos gramscianos para facilitar a referência do leitor às passagens específicas do *opus* carcerário.

⁵ A tradução deste trecho foi extraída de um dos volumes da edição brasileira dos cadernos carcerários gramscianos organizada e traduzida por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (GRAMSCI, 2000, p. 75-76).

⁶ Assim escrito: “primado civil” no texto “A” (parágrafo 132 do caderno 9) e primado “civil” (parágrafo 26 do caderno 13).

No texto de primeira redação, Gramsci questiona o alcance da língua e da linguagem, das formas de expressão orais, gestuais e artísticas, concluindo como o cinema e a música são eficientes para além daquilo que é conhecido no âmbito nacional em termos de certas manifestações artísticas específicas. Certamente, fragmentaria e pouco sistematicamente mente iniciou uma reflexão sobre o alcance dos meios de comunicação no plano internacional para a avaliação da hegemonia no âmbito internacional, visto que, como pôde ser visto na redação, a sua elaboração não avançou além do trecho aqui reproduzido.

A propósito do tema da hegemonia cultural, registre-se um fato importante na vida de Gramsci por ocasião da escrita destes trechos. O provável ano comum à elaboração dos dois trechos, 1932, registra uma carta datada de 2 de maio a sua cunhada, Tania Schucht. Encontramos nela o seguinte trecho sobre o tema em pauta (GRAMSCI, 2005, p. 194-195):

Pode-se dizer concretamente que Croce, na atividade histórico-política, acentua unicamente aquele momento que, na política, se chama de “hegemonia”, do consenso, da direção cultural, para distingui-lo do momento da força, da coerção, da intervenção legislativa e estatal ou policial. Na verdade, não se compreende por que Croce acredita que esta formulação da teoria da história seja capaz de liquidar definitivamente toda e qualquer filosofia da práxis⁷. O fato é que, mesmo no período em que Croce elaborava este seu suposto porrete, a filosofia da práxis, em seus maiores teóricos modernos, era trabalhada no mesmo sentido e, deste fato, o momento da “hegemonia”, ou da direção cultural era sistematicamente revalorizado, em oposição às concepções mecanicistas e fatalistas do economicismo. Tornou-se até possível afirmar que o traço essencial da filosofia da práxis mais moderna consiste, precisamente, no conceito histórico-político de “hegemonia”. Parece-me, por isso, que Croce não esteja *up-to-date* em relação às pesquisas e à bibliografia de seus estudos preferidos ou tenha perdido sua capacidade de orientação crítica. Ao que parece, suas informações se baseiam especialmente no famigerado livro de um jornalista vienense, Fülöp-Miller. Este ponto deve ser desenvolvido extensa e analiticamente, mas então seria necessário um ensaio muito longo.

Gramsci, conforme escrito anteriormente, assimilou criticamente Croce. Mas soube entender também o seu influente alcance papel de liquidação do marxismo. E Gramsci associa a hegemonia à direção cultural

⁷ Esclarece-se aqui ser este o eufemismo usado por Gramsci para referir ao marxismo e fugir à censura carcerária.

e seu caráter histórico-político ao papel do marxismo no sentido de revalorizar tal direção. O prisioneiro de Mussolini reconhece alguns limites da formulação croceana mas reconhece a necessidade de elaborar um texto mais longo dedicado a tal temática. Mais um ponto que denota a pouco sistemática elaboração de Gramsci no cárcere sobre o tema da hegemonia cultural, reconhecendo o seu amplo alcance e nexo e, portanto, reconhecendo implicitamente o seu papel nacional e internacional. Passemos às considerações finais deste texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar uma discussão introdutória sobre a hegemonia cultural no plano internacional em passagens período pré-carcerário e carcerário da obra de Antonio Gramsci.

Buscou-se demonstrar como a hegemonia cultural está configurada como uma categoria que não se restringe à cultura e funde no plano nacional e internacional seu alcance e perspectiva analítica. Ao mesmo tempo, buscou-se mostrar como algumas referências que Gramsci faz ao tema em pauta não são desenvolvidas, continuadas e aprofundadas, mostrando o caráter pouco sistemático de sua obra também neste tema específico.

Dado o grande alcance deste tema, entende-se que sua análise merece um espaço em reflexões ulteriores.

REFERÊNCIAS

- BOOTHMAN, D. The sources for Gramsci's concept of hegemony. *Rethinking Marxism*, v. 20, n. 2, p. 201-215, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRANCIONI, G. *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

GRAMSCI, A. *Lettere dal Carcere*. Torino: Einaudi, 1973.

_____. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. Socialismo e cultura. In: _____. *Escritos políticos (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1, p. 56-61.

_____. *Cartas do Cárcere (volume 2: 1931-1937)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto, 2007.

MUSSI, D. *Intelectuais e rebeldes: política e cultura em Antonio Gramsci e Piero Gobetti*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University, 1977.

5.

GRAMSCI E COX: APROXIMAÇÕES E DESSEMELHANÇAS¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1 INTRODUÇÃO

O pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) é evocado em ampla miríade de temas a respeito de suas influências e repercussões nas humanidades. Entre eles, é possível elencar o tema de sua abordagem sobre o nexo entre cultura e política, lembrando em particular o foco do autor referido sobre a cultura italiana.

A particularidade italiana da própria língua de Gramsci no tocante, inclusive, ao estudo mais detalhado de sua obra no âmbito da edição crítica de seus cadernos carcerários organizada por uma equipe de pesquisadores coordenada por Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1975), parece ser um obstáculo para uma visão mais acurada sobre seu pensamento.

Isto é extensivo àquele autor considerado o principal expoente da interpretação gramsciana nas Relações Internacionais, o cientista político canadense Robert W. Cox. Neste sentido, toma-se como indagação central deste texto: quais as aproximações e dessemelhanças entre Antonio Gramsci e Robert W. Cox? No mesmo diapasão da advertência inicial já

¹ Este texto integra pesquisa que contou com financiamento do CNPq (processo 162679-2013-1) e da Fapesp (processo 2015/07867-5).

enunciada, a hipótese norteadora deste texto sustenta que as aproximações entre Gramsci e Cox são muito menores do que um certo senso comum acadêmico sustenta.

O raciocínio percorrerá sumariamente as seguintes etapas: um primeiro tópico sumário tratando das aproximações, notadamente referente às noções de hegemonia e de sociedade civil. Demonstrar-se-á sumariamente que o categorial gramsciano é, de modo geral e em termos textuais, familiar a Cox. Todavia, será apresentada a forma de apropriação de tal categorial como ensejo para discutir as dessemelhanças. Em outro tópico sucinto, as dessemelhanças apontarão para diferenças substantivas sobre o estatuto epistemológico gramsciano e o significado e uso das categorias gramscianas por Cox. Nas considerações finais, os principais argumentos serão resumidos e desdobrados para propostas de outras investigações.

2 APROXIMAÇÕES ENTRE GRAMSCI E COX

As referências a Gramsci por parte de Cox no contexto de sua teoria crítica das Relações Internacionais remetem com frequência às categorias de hegemonia e sociedade civil (COX, 1981, 1983). Dada a natureza sumária da explanação, definem-se as categorias respectivamente como uma perspectiva de direção moral e intelectual de coletividades e o conjunto das relações sociais apartadas do Estado em contexto de participação democrática. Ressalte-se que tais definições tentam contemplar o modo como Cox lida com tais categorias.

Entre outros pontos, a periodização coxiana da história aponta a existência de uma hegemonia britânica, um intervalo sem hegemonia e um período correspondente à hegemonia norte-americana (COX, 1983).

Por sua vez, a sociedade civil é relatada como o conjunto de entes e eventos à parte do Estado, em conotação com a ideia de participação democrática nas instituições e em diversos mecanismos decisórios do Estado. A unidade orgânica entre Estado e a sociedade civil contemplada na definição gramsciana parece ter sido incorporada no texto seminal de Cox sobre a teoria crítica das Relações Internacionais quando trata da tradicional abordagem que separa os dois planos, negligenciando ponto fundamental de compreensão do além-fronteiras (COX, 1981, p. 126). Todavia, não é

este o sentido recorrente dado por Cox a tal categoria no restante de sua obra. Além da perspectiva participativa aludida neste parágrafo, a sociedade civil aparece na sua dimensão internacional para se referir a organizações, movimentos sociais e reivindicativos do além-fronteiras. No que tange aos movimentos sociais, Cox não se vê na condição de intelectual orgânico no sentido gramsciano de qualquer um deles.

Além da própria aplicação da categoria de hegemonia no plano internacional, também é encontrada na mesma dimensão o conceito de bloco histórico. Será demonstrado a seguir o quão problemática é tal apreensão de categorias de origem gramsciana, ao menos no que se refere à sua aparência.

Cox também aborda as categorias de guerra de posição e guerra de movimento, entendendo ser a perspectiva gramsciana inclinada pela primeira e não pela segunda na luta pela hegemonia nas sociedades ocidentais, diferentemente das sociedades orientais. Por outras palavras, a guerra de movimento é a forma política como Gramsci se referiu às sociedades orientais como a da Rússia, na qual o contexto revolucionário de outubro de 1917 proporcionou a tomada do poder em termos de um assalto frontal ao aparelho estatal. Por sua vez, a guerra de posição diz respeito a uma luta paulatina, de ponto a ponto, na luta pela hegemonia, aspecto característico das sociedades ocidentais.

Em perspectiva que Cox define como histórica, Cox busca articular todos estes conceitos em perspectiva de transformação, mudança, o que parece aproximar-se bastante da abordagem do comunista italiano.

Conclui-se que a nomenclatura associada a Gramsci é aparente nos seus textos. Todavia, tal uso é livre e pouco acurado. Tal ponto será demonstrado sumariamente a seguir.

3 DESSEMELHANÇAS ENTRE COX E GRAMSCI

A definição da teoria crítica das Relações Internacionais enseja um primeiro e significativo distanciamento de Cox (1981) em relação a Gramsci no que tange ao estatuto epistemológico de ambos. Todo um conjunto de comentadores (DEVETAK, 2005, p. 138-139; HALLIDAY, 1999, p. 67; JAHN, 1998, p. 616-617; MORTON, 2003, p. 153-154; PUGH, 2004,

p. 40) analisa o empréstimo de Cox em relação a Horkheimer (1991) quando o filósofo alemão diferencia teoria tradicional e teoria crítica quando o cientista político canadense diferencia teoria crítica e teoria *problem-solving* de modo bastante semelhante. Cox acrescenta como agravante várias categorias de Gramsci ao seu construto teórico sem provavelmente entender as consequências teóricas em termos de ecletismo epistemológico que isto gera. Explique-se: por exemplo, na medida em que Cox trabalha com a categoria gramsciana de hegemonia, ela implica em postura diferente daquela que Cox usa para diferenciar sua teoria crítica de outras abordagens. A teoria crítica de Horkheimer tem uma posição essencialmente dual para diferenciar teoria crítica e teoria tradicional. Para o filósofo alemão, a teoria tradicional está essencialmente associada ao modo como se raciocina nas ciências da natureza e isto é aplicado às humanidades. A teoria crítica não se baseia em tal lógica e incorpora uma perspectiva histórica e totalizante em termos de um nexos entre teoria e práxis. Tal dualismo não é compartilhado por Gramsci, a despeito de ser também um autor marxista².

Para Gramsci, a superação de uma hegemonia por outra em termos de construção de um conhecimento crítico toma o conhecimento tradicional, dentro de certos limites, como ponto de partida (GRAMSCI, 1975, p. 1385-1386). O horizonte gramsciano de reflexão enseja a construção de uma nova hegemonia que proporcione, em seu corolário, a plena reconciliação entre teoria e prática em processo catártico (de superação de uma concepção de mundo por outra) de um novo momento ético-político em favor dos grupos e classes subalternas.

Em sentido semelhante, a perspectiva da categoria de hegemonia nada tem de dual, em que pese a apropriação coxiana tenda para tal enquadramento. Conforme já anteriormente escrito, Cox entende a existência de períodos com ou sem hegemonia. Também enuncia os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia (COX, 1983) em que chega até a formular uma alternativa contra-hegemônica aos Estados Unidos em termos de uma coalizão terceiro-mundista (COX, 1981, p. 150-151). De forma alternativa, afirma-se que Gramsci associa todo processo histórico e político a um embate de concepções hegemônicas, mesmo aquelas que não exerçam tal hegemonia no momento do conflito. Portanto, de forma alternativa,

² Ver mais a respeito em Passos (2013).

todo processo político envolve hegemonia, ainda que não concretizada em perspectiva completa, com o predomínio do consenso. As formas incompletas, coercitivas da hegemonia – expressa, por exemplo no que Gramsci denominou em sua obra de “revolução passiva³” – não são reconhecidas por Cox. O autor canadense ignora o nexos orgânico entre hegemonia e revolução passiva, afirmando que ambas são excludentes entre si. Quando há revolução passiva, não há hegemonia. Quando há hegemonia, não há revolução passiva. Portanto, um dualismo que não é compatível com o historicismo absoluto atinente às inúmeras possibilidades de manifestação concreta da hegemonia.

Outro ponto que distancia Cox e Gramsci diz respeito ao modo como cada um trata a categoria de sociedade civil. Cox vê tal noção em perspectiva tipicamente liberal, associando o conceito a práticas políticas democráticas e liberais no âmbito de associações civis e instituições políticas (COX, 1999a, p. 209-236). Menciona que tal categoria gramsciana, no âmbito da ênfase no consenso, estaria muito mais próxima de Tocqueville do que de Hegel e Marx (COX, 1999b, p. 7). Cox não considera o sentido distinto desta noção em Gramsci. A sociedade civil é concebida em termos de unidade orgânica com o Estado, sendo aceitável sua separação apenas de uma perspectiva metodológica (GRAMSCI, 1975). Portanto, ela não se assemelharia a uma perspectiva tradicional liberal em que se encontra apartado do Estado, tampouco associada somente à participação e ao consenso. Ao contrário, como unidade orgânica e dialética, articula força e consenso, consenso e força. Neste ponto, enaltece-se a centralidade dada por Gramsci ao centauro maquiaveliano. Em sendo inseparável a parte humana da parte férica, o mesmo pode ser dito com relação a consenso e força, força e consenso. Todas se articulam no Estado e na sociedade civil, na sociedade civil e no Estado⁴.

A apropriação da categoria de sociedade civil por Cox também incide na sua aplicação no além-fronteiras. A sociedade civil internacio-

³ Trata-se de uma categoria muito complexa encontrada na obra carcerária gramsciana em três diferentes contextos: O *Risorgimento* italiano (a unificação italiana) do século XIX, o fascismo italiano e a nascente hegemonia norte-americana. *Grosso modo*, pode ser definida como um processo hegemônico incompleto sem a construção do consenso através da sociedade civil pelas classes dominantes em que prevalece o Estado, a coerção, de modo a produzir uma espécie de “modernização conservadora”.

⁴ Para aprofundar mais a respeito de tal linha de raciocínio, consulte-se Bianchi (2007, p. 17-198).

nal ou transnacional é definida como o conjunto dos movimentos sociais atuantes no além-fronteiras ou em escala global ou mesmo o conjunto das organizações internacionais.

Gramsci não faz uso da categoria de sociedade civil internacional ou transnacional em sua obra carcerária ou pré-carcerária. Um problema decorrente de tal aplicação no plano internacional diz respeito à unidade orgânica entre Estado e sociedade civil e é completamente ignorado por Cox. A saber, tal unidade orgânica configuraria também configuraria um Estado internacional ou transnacional conjuntamente com uma sociedade civil internacional ou transnacional. Contudo, tal perspectiva não é contemplada na reflexão de Cox.

Em linha de raciocínio semelhante, aparece a categoria de bloco histórico aplicada ao além-fronteiras (COX, 1987). Originariamente, a categoria de bloco histórico é definida por Gramsci como uma articulação orgânica entre estrutura e superestrutura, política e economia no conjunto dos processos históricos. A metáfora marxiana de estrutura e superestrutura para aludir ao conjunto dos aspectos atinentes respectivamente ao Estado e às relações sociais, políticas e econômicas da base da sociedade é usada por Gramsci para referir-se ao plano interno de um Estado. Assim, dificuldade teórico-prática semelhante se impõe ao extrapolar uma categoria pensada originalmente para análise da totalidade do plano interno do Estado e sua aplicação mecânica no âmbito internacional. Por outras palavras, como justificar uma superestrutura internacional associada também a um Estado internacional? Tal problema também não é enfrentado por Cox.

A própria elaboração original da categoria de bloco histórico por Gramsci enseja um recurso metodológico ignorado por Cox: a “tradução”, “tradutibilidade” ou “traducibilidade” (GRAMSCI, 1975). Gramsci traduziu a categoria em questão de Georges Sorel, originalmente concebida como “bloco de imagens históricas”. Neste sentido, Gramsci a assimilou e ressignificou criticamente de modo a compatibilizá-la com sua perspectiva marxista e de historicismo absoluto.

A tradução gramsciana é uma ressignificação de caráter não mecânico, voltadas para a unicidade e particularidade dos processos históricos, sociais e culturais em análise, bem como as categorias analíticas empregadas.

Uma das vantagens de tal recurso recorrente na obra gramsciana é evitar-se o ecletismo, dado que o comunista italiano recorreu a muitos autores para elaboração de seu pensamento. Outro ponto importante é a adaptação da definição das categorias à mudança histórica que lhes permeia, fazendo jus ao seu historicismo absoluto que é peculiar ao seu pensamento.

A ausência de grande conhecimento da obra carcerária e anterior à prisão é sem dúvida o ponto que elucida uma leitura muito pouco acurada e muito paroquial por Cox, sem elucidar a “tradução” como uma das principais categorias metodológicas de Gramsci. Entende-se que a despeito de citar Gramsci, Cox não consegue se livrar da referência originária de sua trajetória acadêmica, identificada, entre outros, com os parâmetros hegemônicos do realismo e do liberalismo das Relações Internacionais. A perspectiva de “contra-hegemonia”, jamais usada por Gramsci e popularizada provavelmente pelo uso pioneiro de Raymond Williams (1977), poderia ser objeto de uma justificativa e elaboração para uma aplicação em termos de uma tradução. O ponto para o qual se enfatiza não pretende apresentar Gramsci como um profeta ou escriba de obra sagrada e dogmática e sim como um autor que abriu caminho para uma perspectiva rigorosa e criativa do marxismo atenta, inclusive, às particularidades da cultura italiana.

A vulgar definição abraçada pelo senso comum e por Cox de intelectual orgânico como mentor e líder de partidos políticos e movimentos sociais também poderia ser objeto de uma tradução caso fosse pensada no âmbito da particularidade e do conjunto do processo histórico dos séculos XX e XXI. O intelectual orgânico não ocupa necessariamente a posição sugerida pelo senso comum. É, antes, de mais nada, um organizador da cultura e do modo de vida de uma época e contribui de modo acentuado para a reprodução da concepção de mundo vigente em tal contexto. O fundador da montadora norte-americana Ford, Henry Ford, desempenhou papel decisivo como intelectual orgânico na concepção e transbordamento de seu modelo de gestão para uma verdadeira concepção de mundo calcada na disciplina sexual e de consumo, no proibicionismo alcoólico, na visão subserviente da mulher, no salário maior como pretexto para extração do excedente em termos de mais-valia e pulverização dos sindicatos em entidades menores e mais enfraquecidas com vistas a tudo o que fosse adequado para a poupança e o conseqüente consumo em massa. Tal perspectiva frutifi-

cou de modo pujante no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda no tocante ao intelectual orgânico, as diferentes classes sociais, grupos, elites e suas respectivas frações podem ter seus intelectuais orgânicos, inclusive os grupos e classes subalternas, sem que eles sejam necessariamente líderes políticos ou algo semelhante.

No esteio dos embates hegemônicos nos quais há o importante papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos, há o ensejo para a discussão relativa ao tema do par categorial gramsciano guerra de posição e guerra de movimento. Tal par é característico da unidade orgânica que marca o modo de raciocínio, o caminho metodológico gramsciano. Portanto, separar a unidade orgânica entre ambas é apenas mais um recurso metodológico do pensamento gramsciano⁵. Entretanto, tal separação é tomada como precípua por Cox. Ele insiste em suposta posição gramsciana de que seria preferível a luta política calcada na ocupação de espaços gradativos no seio da sociedade civil (COX, 1999b, p. 8), como uma luta política expressa pela metáfora da guerra de posição. Há elementos suficientes nos cadernos carcerários gramscianos para refutar tal apreensão destas categorias por Cox. A alternância entre ambas no mesmo processo histórico é uma possibilidade aventada por Gramsci. Optar por uma ou outra ou por ambas dependerá da particularidade e da unicidade do processo histórico em pauta, ponto coerente com o historicismo absoluto de Gramsci.

Além disso, Cox corrobora mais uma leitura esquemática incoerente com o pensamento do prisioneiro do fascismo. “Oriente” e “Ocidente” não são categorias empregadas nas análises sobre as distintas sociedades civis de modo estrito ou eurocêntrico. Elas são metáforas destinadas a designar, respectivamente, sociedades civis menos e mais complexas, sem qualquer conotação evolucionista. A Itália contemporânea de Gramsci era simultaneamente “Oriente” (com o sul e as ilhas empobrecidas e agrárias) e “Ocidente” (com o norte urbano, desenvolvido e industrializado). O Japão do fim do século XIX e início do século XX podia ser considerado “Ocidente”. O Brasil pode ser visto como “Oriente” e “Ocidente” ao mesmo tempo.

Gramsci debateu em sua trajetória contra várias interpretações marxistas fatalistas, evolucionistas e positivistas. Seria incoerente com sua

⁵ Para maiores detalhes a respeito, consulte-se Passos (2015).

trajetória que defendesse, de forma semelhante á interpretação coxiana, um esquematismo identificado com uma fórmula única de guerra de posição, isto é, de uma luta política de conquista de posições na sociedade civil, dado de realidade confinado ao mundo ocidental em perspectiva eurocêntrica.

Uma vez feita tal explanação, passar-se-á às considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que não há uma interpretação “verdadeira” de Gramsci. Pode-se discutir e argumentar a respeito de diferentes apropriações. Entretanto, não há como desconsiderar as “paróquias” a partir das quais Cox efetua suas leituras e aplicações a respeito de Gramsci.

Advogou-se ao longo deste texto que o intento interpretativo coxiano diverge muito das formulações originárias gramscianas, a despeito de existir uma leitura hegemônica que associa o cientista político canadense como o intérprete do prisioneiro do fascismo no campo teórico das Relações Internacionais.

Mostrou-se acima como há fortes indícios não somente de uma leitura e conhecimento limitados da obra pré-carcerária e carcerária de Gramsci. Mais do que isso, é evidente que Cox manuseia as categorias gramscianas sem conseguir superar essencialmente suas “paróquias” intelectuais originais em termos acadêmicos: os campos hegemônicos realista e liberal, marcados respectivamente pelo estadocentrismo e por uma leitura fragmentadora, incoerente com a linha totalizante presente na articulação orgânica entre vários conceitos efetuada por Gramsci. Interno e internacional são aspectos organicamente ligados, assim como Estado e Sociedade Civil, “Oriente e Ocidente”, hegemonia e revolução passiva, guerra de posição e guerra de movimento.

Ao escrever que Gramsci não teve muito a formular sobre as Relações internacionais, Cox (1983) ignora um ponto fundamental do pensador italiano. A saber, os limites não sistemáticos de uma teoria e de uma ação remetem necessariamente a um todo orgânico. Mesmo que tais formulações não sejam expressamente enunciadas, elas fazem parte de um todo teórico-prático. Assim deve ser visto o nexo e formulação de articula-

ção entre o interno e o internacional em Gramsci. Sua obra fragmentária e não sistemática, particularmente aquela do cárcere, remete a um conjunto de reflexões e intervenções que podem e devem ser desenvolvidas. Para fazer uso de uma metáfora e parafraseando Alvaro Bianchi (2007), para muito além da “nova prisão” realista e liberal na qual Cox “encarcerou novamente Gramsci”, os desafios de elaboração e intervenção a partir da formulação internacionalista do comunista italiano ensejam muitas possibilidades e enorme potencial.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2007.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

_____. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 12, p. 162-175, 1983.

_____. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University, 1987.

_____. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University, 1999a.

_____. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies*, v. 25, p. 3-28, 1999b.

DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 137-160.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Os Pensadores, n. 16).

JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 27, p. 613-641, 1998.

MORTON, A. M. Social forces in the struggle over hegemony: neo-gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 153-179, Apr. 2003.

PASSOS, R. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, p. 1-19, 2013.

_____. Gramsci e a Primeira Guerra Mundial. *Outono 21*, ano 1, n. 1, p. 59-71, jul./dez. 2015.

PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University, 1977.

6.

PENSANDO CRITICAMENTE A ECONOMIA POLÍTICA GLOBAL: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS EMERGENTES¹

Leonardo Ramos

INTRODUÇÃO

Várias transformações ocorridas nas últimas décadas têm chamado a atenção de bancos de investimento, jornais e academia para a emergência de determinados Estados na economia política global. Em tal processo de emergência estes vêm desenvolvendo articulações distintas (BRICS, IBAS, G20 agrícola, articulações no G20 financeiro, etc.), o que aumenta o destaque dado a eles. Neste processo, várias tentativas têm sido feitas no intuito de classificar e analisar tais Estados e seu respectivo impacto na economia política global: *emerging middle powers* (JORDAAN, 2003), *intermediate states* (LIMA; HIRST, 2006) e *would-be great powers* (HURRELL, 2006) são alguns exemplos. Não obstante, em um contexto de crises e indefinições, abordagens críticas se mostram extremamente relevantes, em especial no que concerne às reais potencialidades de mudança qualitativa da realidade (COX, 1996). É neste sentido que o presente capítulo busca se inserir neste debate. A ideia aqui é apresentar e articular a potencialidade de duas abordagens e, em especial, de dois conceitos a estas associados para o entendimento das potências médias emergentes e de seu papel na economia política global

¹ Versão prévia deste capítulo foi publicada em Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 2, n. 3, 2013.

contemporânea: sistema-mundo – e a ideia de *semiperiferia*; e neogramsciana – e a ideia de *transnacionalização do Estado*. A hipótese neste ponto é que a ideia de transnacionalização do Estado poderia complementar a ideia de semiperiferia levando, assim, a um melhor entendimento das novas configurações da economia política global.

Assim, em primeiro lugar buscar-se-á apresentar o conceito de semiperiferia, em especial a partir da maneira pela qual este é pensado na análise do sistema-mundo (ASM). Feito isso, em segundo lugar será apresentado o conceito de internacionalização do Estado e, em seguida, o surgimento de uma fração transnacional da classe capitalista. Ambas as questões são fundamentais para contextualizar o surgimento e o potencial analítico da ideia de transnacionalização do Estado, em especial com relação ao atual contexto de globalização. Por fim, serão feitas algumas considerações finais acerca das potencialidades e limites bem como possíveis linhas de pesquisa decorrentes das questões apresentadas.

SISTEMA-MUNDO E A IDEIA DE SEMIPERFERIA

Desde a segunda metade dos anos 1970 a ASM se consolidou como uma alternativa para lidar com as questões de hierarquização na economia política global. Tal abordagem emerge como crítica à teoria da modernização, enfatizando duas questões fundamentais: (i) os limites do estadocentrismo – ou a crítica à ideia de que os Estados sejam as unidades operacionais da sociedade; (ii) a crítica à ideia de “lei geral de desenvolvimento”, ou seja, de que haveria estágios pelos quais sociedades atrasadas passariam até atingir a situação dos Estados desenvolvidos (MARIUTTI, 2004).

Neste sentido, sistema-mundo seria um sistema social “[...] que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência.” (WALLERSTEIN, 1990, p. 337). Tal sistema é dinâmico, uma vez que sua própria existência deriva dos grupos que o compõem, cujas interações o mantém unido por tensão ou o dilaceram uma vez que tais grupos buscam constantemente remodelá-lo para seu próprio benefício. Assim, em última instância o que faz do sistema-mundo um sistema social “é o facto (*sic*) de a vida no seu seio ser em grande medida autocontida, e de a dinâmica do seu desenvolvimento ser em grande medida interna”

(WALLERSTEIN, 1990, p. 337). Em última instância, o próprio sistema é a unidade de análise (BREWER, 1990; MARIUTTI, 2004).

Historicamente existiram apenas duas formas de sistemas-mundo: em primeiro lugar, impérios-mundo, onde há apenas um sistema político sobre a maior parte da área do sistema-mundo; e em segundo lugar, economias-mundo, que seriam sistemas-mundo que não são englobados por uma entidade política unitária. Antes da era moderna havia dois caminhos possíveis para as economias-mundo: primeiro, transformar-se em impérios-mundo a partir do desenvolvimento de uma estrutura política capaz de abarcá-la ou sendo anexada por um império-mundo em expansão; segundo, desintegrar. A grande peculiaridade do sistema-mundo moderno é o fato de que “[...] uma economia-mundo tenha sobrevivido durante 500 anos e no entanto não tenha chegado a transformar-se em império-mundo – peculiaridade que é o segredo da sua força.” (WALLERSTEIN, 1990, p. 338).

Tal peculiaridade – e força – diz respeito ao aspecto político do capitalismo, que se desenvolveu pelo fato da economia-mundo conter em seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos. Apenas o sistema-mundo moderno desenvolveu uma estrutura política composta por unidades políticas autônomas, Estados ditos “soberanos” em uma delimitada área geográfica, estrutura política esta que garante a continuidade de uma lógica de mercado parcialmente livre – que é a condição *sinequa non* para a acumulação do capital em escala sistêmica (ARRIGHI, 1996). Assim, a economia-mundo capitalista e o sistema moderno de Estados não são inovações históricas separadas que se articulam: ambos se desenvolveram simultaneamente, sendo a existência de um dependente da existência do outro (WALLERSTEIN, 1996b).

Consequentemente, os capitalistas ganham uma capacidade de articulação e mobilidade que tem uma base estrutural, o que possibilitou a expansão econômica e geográfica constante do sistema mundial moderno para além de suas fronteiras europeias iniciais. Neste processo, foram incorporados novas áreas e povos em sua divisão do trabalho até que, por volta do final do século XIX, seus processos de acumulação e reprodução cobriam todo o mundo, sendo assim o primeiro sistema-mundo na história a atingir esta condição – apesar da distribuição desigual de seus frutos (WALLERSTEIN, 1990; 1996b; 2004a).

Tal distribuição desigual deriva de uma das características definidoras de um sistema-mundo, a saber, sua divisão do trabalho. Assim, é possível perceber a existência de “[...] um *todo espaço-temporal* (grifo do autor) cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes constituintes.” (MARIUTTI, 2004, p. 97). As atividades mais lucrativas tendem a se concentrar geograficamente em certas áreas reduzidas da economia-mundo, chamadas de *centro*. Já as atividades de menor lucratividade tendem a ser mais dispersas geograficamente, na *periferia*. Neste sentido, a divisão do trabalho que ocorre na economia-mundo capitalista diz respeito a uma hierarquia de tarefas que dependem de níveis distintos de qualificação e capitalização, o que tem impacto significativo na lucratividade e, por conseguinte, implicam a transferência de mais-valia da periferia para o centro. Contudo, há um elemento que complexifica este processo, a saber, a *semiperiferia*. Trata-se de

[...] um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. [...] São pontos colectores (*sic*) de qualificações vitais, com frequência politicamente impopulares. Estas áreas intermédias desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através dos seus aparelhos de Estado. Por outro lado, os interesses localizados basicamente na semiperiferia acham-se no exterior da arena política dos estados do centro, e é-lhes difícil prosseguir os seus fins através de coligações políticas que poderiam estar abertas para eles se estivessem na mesma arena política. (WALLERSTEIN, 1990, p. 339).

Assim, a semiperiferia, na medida em que atua, ao mesmo tempo, como área periférica com relação ao centro e como área central em relação à periferia, pode contribuir para a perpetuação do sistema-mundo moderno reduzindo a tensão existente entre os extremos. Além disso, também poder exercer um papel dinamizador, pois em períodos de contração econômica, alguns Estados semiperiféricos podem obter vantagens e, em função de sua constituição híbrida, ameaçar o centro do sistema (WALLERSTEIN, 1996b; MARIUTTI, 2004). Neste sentido, são Estados marcados por certas instabilidades: em termos políticos, pode-se falar em alguns casos de estruturas estatais frágeis; em termos sociais, de estruturas desiguais em

processos de urbanização, marcadas por intensos fluxos migratórios, por exemplo (cf. *inter alia* CHASE-DUNN, 1989).

A ideia de semiperiferia surge a partir de uma constatação empírica, ou seja, a identificação de que há países que, tendo em vista dados como PIB *per capita*, se encontram entre os países centrais avançados e a periferia subdesenvolvida. Contudo, com o passar do tempo o termo adquiriu significado analítico tendo em vista as dinâmicas das relações centro-periferia (RADICE, 2009). Embora sejam termos de origem e consequências geográficas, centro e periferia (e semiperiferia) não são conceitos utilizados em termos espaciais em primeiro lugar, mas sim em termos relacionais (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; WALLERSTEIN, 2004a). Ou seja, a relação entre centro e periferia se destaca por ser uma relação entre capital mundial e trabalho mundial, entre atividades de alta lucratividade e atividades de baixa lucratividade. Assim, na medida em que se dá a integração entre tais tipos de atividades há a transferência de excedente de atividades produtivas periféricas para atividades centrais, o que acarreta em “uma distribuição desigual do valor da produção mundial” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 109) – não apenas dos trabalhadores para os proprietários mas também dos proprietários da periferia para os proprietários do centro (WALLERSTEIN, 1996b, 2004a).

De acordo com Wallerstein² (2004a, p. x), “[...] proponentes da análise do sistema-mundo tem falado sobre a globalização muito antes de a palavra ter sido inventada; não como algo novo, mas como algo inerente ao moderno sistema-mundo desde o século XVI”. Embora em um primeiro momento tal afirmação possa ser vista como meritória, por identificar a globalização como algo real, por outro lado alguns problemas emergem. Primeiro, a identificação da globalização como um fenômeno que data do século XVI empobrece o conceito pois o esvazia de qualquer potencial heurístico. Além disso, para a ASM, o capitalismo data do século XVI, e tem permanecido essencialmente o mesmo, sem mudanças significativas, desde então. Em última instância, para tal perspectiva, o capitalismo é, basicamente, “um sistema estático de exploração” (BREWER, 1990, p. 18). Neste sentido, além de destacar a centralidade dos Estados e sua permanência nos processos concernentes às dinâmicas de expansão do capita-

² Cf. também WALLERSTEIN, 2004b, p. 53-76.

lismo mundial desde a formação do sistema-mundo moderno – bem como a persistência da estrutura centro-periferia da economia política global –, a ASM vê a globalização como algo que já existe desde sempre, sem alterações fundamentais ou relevantes desta tendência com relação aos processos contemporâneos (ARRIGHI, 2005). Além disso, por se concentrar principalmente nos ciclos do sistema e da crise sistêmica, a ASM acaba por desenvolver uma leitura do real que, em certa medida, alija a subjetividade da história, trazendo uma leitura limitada acerca das relações de poder em um contexto de globalização.

Nota-se, assim, que tal conceituação de semiperiferia compartilha certa distinção analítica entre economia e política, o que leva ao desenvolvimento de duas estruturas conceituais analiticamente independentes (RADICE, 2009). Uma vez que se agregue a tal problema críticas como a de Laclau (1977), por exemplo, ao reducionismo presente em abordagens sistêmicas como a ASM, notam-se alguns dos principais problemas das definições convencionais de semiperiferia: reducionismo, determinismo e estadocentrismo. Neste sentido, principalmente em um contexto de crescente transnacionalização do capital concomitante à crescente relevância das potências médias emergentes, faz-se necessário romper com a ontologia do sistema-mundo na busca por um melhor entendimento de tais países e de seu comportamento no âmbito global.

O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA: INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO, PAX AMERICANA E GLOBALIZAÇÃO

A intensificação dos processos de globalização tem colocado problemas para as classificações estadocêntricas da relação centro-periferia e, por derivação, para as interpretações a respeito da semiperiferia (WORTH, 2009). Neste sentido, a despeito da pertinência inicial de tal conceito, cumpre oportuno dar um passo além na busca por elementos de inspiração crítica para entender o comportamento das potências médias emergentes. E neste ponto as abordagens neogramscianas podem ser de grande valia.

Central em tais abordagens é a percepção dos impactos que a intensificação de determinados processos de internacionalização da produção exerce no âmbito da política. Cox chamou isso de internacionalização

do Estado, processo este fundamental para o entendimento dos mecanismos usados para a manutenção da hegemonia no período da *pax americana* bem como para o entendimento do contexto que emerge a partir da intensificação dos processos de globalização.

A internacionalização do Estado seria “[...] um processo global pelo qual as políticas e as práticas nacionais têm sido ajustadas às exigências da economia mundial.” (COX, 1987, p. 253). Fundamental neste ponto é o fato de que os Estados tem se tornado parte de uma estrutura política complexa emergente em escala internacional³. Assim duas questões se destacam: primeiro, o Estado não desaparece neste processo: com a emergência do “global”, um novo âmbito de interações sociais surge sem, contudo, que isso implique a subsunção ou até mesmo a hierarquização dos demais âmbitos. Segundo, tal internacionalização não ocorre de maneira homogênea pelo mundo. Na verdade, o destaque dado ao “momento nacional” contribui para que se percebam as “articulações interescares” (MORTON, 2007, p. 138) existentes entre os âmbitos nacional e internacional; ou seja, é fundamental neste ponto perceber as dinâmicas espaciais da dialética da globalização.

Nota-se então um processo de transformação das estruturas políticas estatais, que ocorre a partir de novos alinhamentos das relações de poder entre os grupos domésticos e destes com grupos de outros Estados em um processo mais amplo de construção de um bloco histórico para além dos limites do Estado nacional. Há, assim, a formação de certo consenso interestatal intimamente relacionado às necessidades da economia mundial, cuja participação é hierarquicamente estruturada a partir dos contornos estabelecidos no bloco histórico dominante. A partir daí, as estruturas internas dos Estados partícipes deste processo são ajustadas a fim de traduzir tal consenso em políticas públicas nacionais.

Durante a *pax americana* prevalece uma ordem mundial hegemônica na qual predomina, nos Estados industriais avançados, uma forma de Estado na qual este prestava contas tanto às instituições da economia mundial – FMI e Banco Mundial, por exemplo – quanto à opinião pública doméstica. Era o “liberalismo incrustado” (RUGGIE, 1982) ou a possibilidade de se combinar livre comércio no âmbito internacional com

³ De acordo com Cox, tal processo deve ser visto como uma *nébuleuse*, ou seja, como “algo que não possui uma estrutura institucional impositiva e fixa” (COX, 2002, p. 33). Nesse sentido, cf. também COX, 1996.

intervenção estatal no âmbito doméstico a fim de garantir a estabilidade. Nesta mudança do centro de gravidade da economia nacional para a economia mundial, o Estado permanecia como responsável pela estabilidade em ambos os âmbitos.

Tal processo político internacionalizado associado à internacionalização do Estado pressupunha uma estrutura de poder na qual agências e elementos componentes do governo estadunidense tinham uma posição de destaque. Contudo, tal estrutura de poder não operava apenas no sentido “de cima para baixo” nem era de exclusividade dos Estados nacionais. Como todo processo de construção de uma hegemonia, pressupunha uma identificação por parte dos subordinados, o que remete à dimensão do consenso e aos próprios processos de negociação e barganha que ocorrem entre dominantes e subordinados – dentro dos limites estabelecidos no bloco histórico em questão. Neste sentido, o processo de internacionalização do Estado deve ser entendido de maneira dialética, não como algo inexorável mas como uma tendência que, como tal, gera contradições e movimentos de oposição.

A ordem mundial hegemônica estabelecida pela *pax americana*, na qual tal processo de internacionalização do Estado se desenvolveu, “[...] foi fundada por um país no qual a hegemonia social tem sido estabelecida e no qual tal hegemonia foi suficientemente expansiva para se projetar em uma escala mundial.” (COX, 1987, p. 266). Neste mesmo processo, o modo fordista de produção assim como determinada forma de Estado se tornaram os modelos mundiais, sendo tanto exportados quanto emulados alhures. Em outras palavras, tal ordem mundial hegemônica estava intimamente relacionada à

Projeção em uma escala global [d]aquelas instituições e práticas que já haviam sido desenvolvidas nos Estados Unidos, tais como a organização industrial fordista de produção/consumo, democracia eleitoral, políticas limitadas de bem-estar social e políticas econômicas governamentais voltadas para estímulo das atividades econômicas privadas. (AGNEW, 2005, p. 124).

Uma vez que hegemonias não surgem por acaso mas são deliberadamente construídas, nota-se por detrás da *pax americana* uma visão de

hegemonia, herdeira do sucesso do *New Deale* associado ao internacionalismo econômico através do qual grupos sociais estadunidenses buscavam estimular a demanda através do consumo de massa. Perceber essas questões é fundamental, pois elas expressam exatamente a relevância da dimensão espacial no processo de construção de uma hegemonia: “[...] o lugar que vem exercer a hegemonia importa, assim, para o conteúdo e para a forma que a hegemonia assume” (AGNEW, 2005, p. 9).

Esta hegemonia possuía determinadas particularidades. Sua geografia do poder derivava do poder em rede há muito “cultivado na sociedade de mercado americana” (AGNEW, 2005, p. 61), e a partir e mediante tais particularidades, levou a uma crescente internacionalização da produção e das finanças, o que gerou consequências significativas, com destaque para a própria erosão dos princípios norteadores da ordem mundial no período da *pax americana*. Neste processo, “o modelo econômico-cultural dos Estados Unidos e sua posição global hegemônica” (AGNEW, 2005, p. 61) foram fundamentais, sendo possível perceber uma crescente integração dos processos de produção não mais apenas em uma escala internacional mas global através de determinados processos de articulação das corporações transnacionais em diferentes localizações territoriais. Tal questão é fundamental uma vez que é “[...] esta organização da produção e das finanças em um nível transnacional [que] distingue fundamentalmente a globalização do período da *Pax Americana*.” (MORTON, 2007, p.124).

DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO

A incorporação da globalização como categoria analítica leva não apenas ao surgimento do conceito de internacionalização do Estado por Cox mas também outros autores a desenvolverem tal conceito com o intuito de melhor compreender sua aplicação assim como seu real potencial heurístico. Neste sentido, Stephen Gill contribuiu para o entendimento desse processo como parte do caráter cambiante da hegemonia mundial centrada nos Estados Unidos, em especial no que diz respeito à sua análise do papel da Comissão Trilateral (GILL, 1990). Assim como Cox, Gill vê a reestruturação global da produção em linhas pós-fordistas ocorrendo dentro de um contexto de mudança estrutural nos anos 1970. É neste período

que há, segundo Gill, uma transição de um bloco histórico internacional para um bloco histórico liberal transnacional.

A partir do pós-II Guerra Mundial – em especial a partir do final da década de 1960 – nota-se um rápido processo de internacionalização da produção, ao ponto de cerca de 30% dos trabalhadores da área da OCDE serem empregados por companhias transnacionais e uma série de outros trabalhadores serem dependentes da produção transnacional e do comércio internacional para sua sobrevivência (GILL, 1990). Concomitante a este processo nota-se também uma significativa integração dos mercados de capital e de câmbio em escala global. Neste contexto, tanto os governos nacionais quanto os trabalhadores são cada vez mais constrangidos pelos recursos de poder e pela crescente mobilidade do capital transnacional (GILL; LAW, 1989). Neste processo há a mobilização da emergente fração transnacional da classe capitalista que passa a desenvolver uma consciência e uma solidariedade que se expressam, por exemplo, em organizações internacionais, instituições financeiras internacionais e conselhos privados de relações internacionais. Assim, tal fração passa, cada vez mais, a ocupar o centro de um emergente bloco histórico liberal transnacional, que conta com uma liderança mais ampla que a hegemonia transatlântica do período anterior e com uma menor incorporação dos setores trabalhistas. A partir de tais questões acerca da transição dos blocos históricos Gill contribui para a tese coxiana da internacionalização do Estado e, além disso, através do desenvolvimento do conceito detransnacionalização do Estado tal autor buscou, a partir de uma mudança semântica, chamar a atenção para a relevância dos atores transnacionais:

[...] um processo por meio do qual as políticas estatais e os arranjos institucionais são condicionados e mudados pelo poder e pela mobilidade das frações transnacionais do capital. Nos anos 1970 e 1980 isso deu um crescente peso para certas partes do governo, como os ministérios da finança e da economia. (GILL, 1990, p. 94).

Tal supremacia é organizada em âmbito global mediante dois processos fundamentais: o novo constitucionalismo e o neoliberalismo disciplinar, concomitante à difusão da civilização de mercado. O neoliberalismo disciplinar seria a expressão de uma contra-revolução do capital

em escala mundial ocorrida nos anos 1990, que reconstitui o Estado e o capital assim como intensifica as hierarquias sociais associadas com as relações de classe, raça e gênero em escala mundial. Tal revolução envolve especificamente a extensão dos processos de “comodificação” e alienação baseados na intensificação da disciplina do capital nas relações sociais. Ou seja, é uma forma concreta de poder estrutural e comportamental combinando o poder estrutural do capital com o “poder capilar” e o “panopticismo” (GILL, 2003). Este neoliberalismo disciplinar é institucionalizado via reestruturação do Estado e instituições internacionais, envolvendo a imposição de novas estruturas legais e políticas constitucionais ou quase-constitucionais, o que é chamado por Gill de novo constitucionalismo, “[...]o projeto político de fazer do liberalismo transnacional, e se possível do capitalismo democrático liberal, o único modelo para o desenvolvimento futuro.” (GILL, 2003, p. 131-132). Ligada a esse projeto se encontra a tentativa de disseminação global do que seria uma civilização de mercado baseada em uma ideologia do progresso capitalista.

O conceito de transnacionalização do Estado permite perceber a dialética existente entre territorialidade e globalização. Neste sentido, o processo de estruturação das relações sociais do capitalismo deve necessariamente ser entendido em associação com o “[...] papel (cambiante) do Estado na reprodução social e espacial do capital.” (LACHER, 2006, p. 12). Ou seja, é fundamental ter em mente a contradição que é inerente, no processo de desenvolvimento das relações sociais capitalistas, entre os espaços de acumulação e os espaços de governança.

Consequentemente, tal conceito serve como antídoto à ideia de “homoefficiência do capitalismo” – suposição de que a difusão e o impacto do capitalismo ao redor do mundo se dariam de uma forma uniforme, a despeito das “[...] contradições do desenvolvimento desigual expresso através das relações variadas do capital nos distintos processos de formação estatal.” (MORTON, 2007, p. 147). Contudo, as contradições do desenvolvimento desigual são expressão das lutas de classe que ocorrem através das diversas escalas espaciais, do âmbito local ao global passando necessariamente pelo estatal.

Em outras palavras, dizer que “[...] os processos e as formações globais atuais podem, e logram, desestabilizar a hierarquia de escalas cen-

tradas no Estado nação.” (SASSEN, 2007, p. 24) não significa dizer que novas escalas do nível global sobrepujem velhas escalas do nível nacional. A partir de tais considerações, percebe-se que uma apreciação mais profícua do conceito de transnacionalização do Estado é fundamental para que se evite tanto a “cilada territorial” (AGNEW, 2005) – e a negação do global a ela associada – quanto o globalismo: ambas perspectivas padecem de uma ontologia rasa na medida em que negam o global ou o estatal como uma escala espacial ainda significativa no processo de acumulação do capital. Isso ajuda a iluminar o entendimento acerca dos processos de neoliberalização, que se por um lado se apresentam a partir de uma dimensão sistêmica, por outro tem se expressado historicamente a partir da reconstituição descontínua, desigual e contraditória das relações entre o global e nacional. Em outras palavras, os processos de neoliberalização tem, ao mesmo tempo, levado à expansão do neoliberalismo pelo mundo e intensificado “o desenvolvimento desigual das formas regulatórias através dos lugares, territórios e escalas”; em suma, tem levado a uma “produção sistêmica de diferenciação geoinstitucional” (BRENNER et al., 2010, p. 3).

Há, assim, a necessidade de se perceber como o processo de acumulação do capital se dá através de relações sociais multi-escalares, nas quais o Estado deve ser visto não como ponto dominante mas como ponto nodal. O espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, sistemas estes que variam conforme as épocas. Se for assim, então “[...] os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial resultante é, assim, intencional.” (SANTOS, 2004, p. 332).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS LIMITES DA EMERGÊNCIA?

Se por um lado percebe-se a existência de um processo que tem impacto significativo na forma de organização das relações sociais no espaço, por outro tal fenômeno induz, através de um processo de internalização de determinados processos, modos e ideologias, a reprodução do capital dentro de Estados distintos. Assim, o que se nota a partir da emergência da globalização não é o fim ou a retirada do Estado, e sim uma reestruturação

das diferentes formas de Estado mediante a internalização, nos Estados, de “[...] novas configurações de forças sociais expressas por uma luta de classes entre frações distintas (nacional e transnacional) do capital e do trabalho.” (MORTON, 2007, p. 133). Ou seja, um dos elementos fundamentais neste ponto é o fato de que, através de uma perspectiva neogramsciana – mediante o conceito de transnacionalização do Estado – é possível perceber *como* “o global pode [...] se constituir dentro do nacional” e *como* “[...] o Estado tem na verdade ganhado poder porque tem que executar o trabalho de implementar as políticas necessárias para a economia corporativa global.” (SASSEN, 2008, p. 63). Ou seja, tal conceito é fundamental no entendimento da economia política global contemporânea na medida em que contribui significativamente para a compreensão dos processos de desnacionalização.

A partir do que foi colocado, nota-se que as abordagens neogramscianas e os conceitos a elas articulados possuem um potencial heurístico significativo para lidar com as transformações que vem ocorrendo no âmbito da economia política global nas últimas décadas. Não obstante, pouco tem sido dito, a partir de tal abordagem, acerca das respostas dadas pelas potências médias emergentes a tais transformações. Poucas são as análises acerca de tais processos de “emergência” e sua relação com as normas e regras da ordem mundial vigente: articulações/coalizões como BRICS, IBAS, por exemplo; o papel de algumas dessas articulações em fóruns mais amplos como o G20 financeiro ou no âmbito da ONU são questões que demandam uma maior atenção a partir de uma perspectiva crítica.

Há certos aspectos da mudança sistêmica associada à emergência das novas potências médias que são frequentemente ignorados; em especial, o fato de que tais processos ocorrem em um contexto histórico-estrutural de uma ordem mundial capitalista caracterizada pelo aprofundamento dos processos de transnacionalização do capital. Neste sentido, mesmo que se parta do princípio que a ideia de semiperiferia era pertinente quando de sua elaboração no contexto da ASM, os processos de transnacionalização do capital alteraram significativamente o papel dos países semiperiféricos na economia política global: com as mudanças nos fluxos de investimento e informação, a distinção entre Estados com base na ênfase em recursos ou indústria se torna cada vez mais difícil, o que coloca a semiperiferia –

enquanto momento de equilíbrio e mediação – em uma situação cada vez mais fluida (WORTH, 2009).

Ora, a ideia de semiperiferia é algo profícuo na medida em que contribui para o entendimento do potencial de mudança e de influência que tais Estados intermediários podem ter na ordem internacional sem perder de vista a dimensão do poder estrutural do capital. Em especial, tais questões são relevantes como crítica às leituras *hiperglobalistas* que emergem a partir dos anos 1990. Já o conceito de transnacionalização do Estado é relevante pois indica as complexidades de inserção internacional em um contexto de globalização neoliberal. Ou seja, complementa a ideia de semiperiferia na medida em que esclarece determinadas articulações existentes entre os Estados semiperiféricos e o capital transnacional, inserindo as questões de classe nos debates bem como esclarecendo como se dão determinados processos da dialética global-nacional – ou, em outros termos, como o Estado permanece central nos processos de desnacionalização.

Ao mesmo tempo em que apresenta uma profícuca articulação entre o nacional e o internacional, dando importantes pistas para a reflexão sobre o global, Gramsci traz uma importante crítica ao estadocentrismo não vendo o Estado como uma coisa em si, como algo absoluto em um sentido fetichizado (GRAMSCI, 2002b, p. 279-280, Q8§130 e p. 332-333, Q15§13; 2002c, p. 349-351, Q1§150). Pelo contrário, este é visto como uma forma de relações sociais nas quais distinções metodológicas – e não orgânicas – podem ser feitas entre as dimensões relacionadas aos fenômenos do consenso e da coerção. Tal questão é pertinente pois abre um espaço para se pensar as mudanças contemporâneas do Estado, ou seja, seu processo de desnacionalização, articuladas à emergência do global.

Neste processo uma questão fundamental que surge diz respeito ao verdadeiro potencial de transformação apresentado por tais potências médias emergentes. A ideia de transnacionalização do Estado joga luz sobre tal questão, mas não de maneira conclusiva. Desta forma, um conceito fundamental que requer uma discussão posterior é o de revolução passiva, que ajudaria a entender de que maneira tais Estados não apenas se inserem na ordem mas também como suas ações e articulações se relacionam com o ordenamento vigente. Assim, uma agenda para pesquisas futuras sobre as potências médias emergentes diz respeito ao(s) modelo(s) de desenvol-

vimento por estas apresentado e em que medida este(s) é(são) realmente alternativo(s) ao modelo vigente. Tal questão demandaria uma análise dos complexos sociedade civil/Estado das potências médias emergentes e suas articulações dentro do processo de transnacionalização do Estado destacando a relevância destes países na estrutura capitalista de produção – o que apontaria, mais uma vez, para a pertinência dos conceitos aqui apresentados para o entendimento das potências médias emergentes na ordem mundial contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. *Hegemony: the new shape of global power*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

APELDOORN, Bastiaan van. The struggle over European order: transnational class agency in the making of “embedded neoliberalism”. In: BIELER, Andreas; MORTON, Adam David (Ed.). *Social forces in the making of the new Europe: the restructuring of European social relations in the global political economy*. Basingstoke: Palgrave, 2001.p. 70-92.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaios FEE*, v. 28, n. 1, p. 99-126, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. The developmentalist illusion: a reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, William G. (Ed.). *Semiperipheral states in the world-economy*. New York: Greenwood Press, 1990.p. 11-42.

_____. Capitalism and the modern world-system: rethinking the non-debates of the 1970s. In: AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION MEETINGS, August 16-20, 1996, New York.

_____. Globalization in world-systems perspective. In: APPELBAUM, Richard P.; ROBINSON, William I. (Ed.). *Critical globalization studies*. New York: Routledge, 2005.p. 33-44.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. *Review*, v. 10, n. 1, p. 9-74, 1986.

BRENNER, Neil et al. Variegatedneoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p.1-41, 2010.

BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. London: Routledge, 1990.

CHASE-DUNN, Christopher. *Global formation: structures of the world economy*. Oxford: Blackwell, 1989.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.p. 85-123.

_____. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. London: Routledge, 2002.

GILL, Stephen. *American hegemony and the trilateral commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Power and resistance in the new world order*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GILL, Stephen; LAW, David. Global hegemony and the structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, p. 475-499, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.v. 4.

_____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c. v. 6.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, v. 82, n. 1, p.1-19, 2006.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon*, v. 30, n. 2, p. 165-181, 2003.

LACHER, Hannes. *Beyond globalization: capitalism, territoriality and international relations of modernity*. New York: Routledge, 2006.

LACLAU, Ernesto. *Politics and ideology in marxist theory*. London: Verso, 1977.

LIMA, Maria R. Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p.21-40, 2006.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 69, p. 71-88, 2004.

MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci*: hegemony and passive revolution in the global political economy. London: Pluto Press, 2007.

OVERBEEK, Henk; PIJL, Keesvan der. Restructuring capital and restructuring hegemony: neo-liberalism and the unmaking of the post-war order. In: OVERBEEK, Henk (Ed.). *Restructuring hegemony in the global political economy*: the rise of transnational neoliberalism in the 1980s. London: Routledge, 1993.p. 1-27.

PIJL, Kees van der. *The making of an Atlantic ruling class*. London: Verso, 1984.

_____. The second glorious revolution: globalizing elites and historical change. In: HETTNE, Björn. *International political economy*: understanding the global disorder. London: Zed Books, 1995.p. 100-128.

_____. *Transnational classes and international relations*. London: Routledge, 1998.

POLANYI, Karl. *A grandetransformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RADICE, Hugo. Halfway to paradise? Making sense of the semi-periphery. In: WORTH, Owen; MOORE, Phoebe (Ed.). *Globalization and the 'new' semi-peripheries*. Basingstoke: Palgrave, 2009. p. 25-39.

ROBINSON, William I. *A theory of global capitalism*: production, class, and state in a transnational world. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

_____. Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 8, n. 4, p. 559-574, 2005.

RUGGIE, John G. International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, n. 36, v. 2, p. 379-415, 1982.

RUPERT, Mark. *Producing hegemony*: the politics of mass production and American global power. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN, Saskia. *Una sociología de laglobalización*. Buenos Aires: Katz, 2007.

_____. Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights. *Ethics & Global Politics*, v. 1, n. 1-2, p. 61-79, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*: volume 1: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. *O sistema mundial moderno*: volume 2: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Afrontamento, 1996a.

_____. The inter-state structure of the modern world-system. In: SMITH, Steve et al. (Ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.p. 87-107.

_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004a.

_____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

WORTH, Owen. Whatever happened to the semi-periphery? In: WORTH, Owen; MOORE, Phoebe (Ed.). *Globalization and the 'new' semi-peripheries*. Basingstoke: Palgrave, 2009.p. 9-24.

7.

CONTRIBUIÇÕES DA EPSM PARA ESTUDOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Rosângela de Lima Vieira

INTRODUÇÃO

Os estudos de Relações Internacionais vêm ganhando relevância, enquanto área do conhecimento acadêmico, dada a realidade das relações globalizadas e complexas do mundo contemporâneo. Enquanto objeto material de estudo, caracteriza-se por apresentar fronteiras abertas a contribuições de diversas ciências. O presente texto objetiva realizar novas considerações sobre a natureza específica desta área do conhecimento, a partir da abordagem sistêmica da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM).

Essa abordagem apresenta importantes subsídios de ordem metodológica para uma análise inovadora sobre a natureza das Relações Internacionais, levando em conta que a complexidade visível do cotidiano exige novas abordagens que propiciem um exame mais global das RI, bem como de suas articulações e particularidades.

Para tal tarefa, desenvolveremos aqui duas contribuições metodológicas da EPSM para os estudos das RI: a abordagem histórica num recorte de longa duração e um olhar necessariamente interdisciplinar; também demonstraremos que tais inovações permitem resultados qualitativamente diferenciados de temas essenciais para as Relações Internacionais, como, por exemplo, o papel do Estado.

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais ocorrido de 29 a 31 de julho de 2015 – PUC / Belo Horizonte-MG.

1 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA EPSM

A Economia Política dos Sistemas-Mundo é uma abordagem das Ciências Sociais constituída a partir de

[...] quatro princípios metodológicos [que] foram desenvolvidos no processo de criação coletiva da ASM: as Ciências Sociais deveriam ser históricas, a unidade de análise deveria ser o sistema mundial (em lugar da economia/estado/sociedade nacional), a temporalidade de referência deveria ser a *longue durée* braudeliana e o enfoque necessariamente unidisciplinar [...] Não é difícil perceber o quanto esta proposta desafiava cada disciplina em particular e o conjunto delas. (VIEIRA et al., 2012, p. 8).

1.1 A ABORDAGEM HISTÓRICA DE LONGA DURAÇÃO BRAUDELIANA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por que a abordagem histórica tem contribuições específicas para os estudos da área das Relações Internacionais? Porque sendo as RI um objeto de estudo propriamente interdisciplinar, a análise de questões a partir do processo histórico permite fugir das teorias *a priori* de interpretação dos fatos históricos e buscar as relações e interconexões com as demais ciências, como realizou o historiador Fernand Braudel², em sua obra. Ele apresentou análises históricas a partir de pesquisas empíricas.

Quando nos reportamos à Economia Política dos Sistemas-Mundo, temos como referência três pesquisadores fundamentais dessa perspectiva: o historiador Fernand Braudel, e os sociólogos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Em conjunto, suas obras construíram as bases dessa abordagem da história do capitalismo, tendo como metodologia uma análise histórica de longa duração dos temas em foco e, por princípio, um conceito de capitalismo como o conjunto de estratégias para garantir taxas de lucro excepcionais, desde a passagem do século XV para o XVI.

² O historiador Fernand Braudel tem contribuições fundamentais para a área de história e para as demais ciências humanas, dentre elas se destacam as de caráter metodológicos, principalmente a concepção das múltiplas temporalidades; além disso, por causa de sua inovadora postura metodológica ele ofereceu novos conhecimentos históricos, que podemos exemplificar com sua análise do capitalismo no período do século XV ao XVIII. A interdisciplinaridade de Braudel é fundamental em suas obras. Sobretudo a geografia e a economia são constituintes de sua análise histórica. No caso da obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo” seu estudo do período dos séculos XV ao XVIII ganha em qualidade exatamente por traçar a gênese do capitalismo por tecer suas interpretações a partir do conjunto das ciências humanas. A esse respeito vale lembrarmos “Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam a mesma linguagem ou podem falá-la.” (BRAUDEL, 1992, p. 54).

As obras de F. Braudel foram fundamentais para a EPSM e suas contribuições são de duas vertentes: uma metodológica e outra de conteúdo. Quanto à primeira, o historiador francês foi quem criou a metodologia para a análise das múltiplas temporalidades e diferentes durações temporais. Ele cunhou o arcabouço tripartite temporal: de “curta duração” – identificada com o factual e de mudanças superficiais, o tempo individual; a “média duração” – que se caracteriza pela duração de uma conjuntura, o período de algumas décadas, o tempo social; e a “longa duração” – período multissecular necessário para mudanças profundas e para a formação de novas estruturas históricas, tempo de mudanças lentas.

Braudel observou ainda que a relação dialética entre os fatos, conjunturas e estruturas históricas é fundamental na compreensão dos processos históricos e de suas articulações que facilitam ou dificultam as mudanças e as permanências históricas. Trata-se de uma observação da velocidade das mudanças: daquelas de fluidez semelhante à luz de um vaga-lume até a lentidão que induz à percepção do “quase imóvel” na história.

A título de exemplo, poderíamos analisar os Tratados de 1810 entre a Inglaterra e Portugal. Foram dois acordos: de Comércio e Navegação; e de Aliança e Amizade. A formalização de ambos são fatos e, portanto, fenômeno de curta duração. Em conjunto estabeleceram as regras para o comércio entre as duas nações e normatizaram as taxas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses a serem pagos pela colônia. Tais fatos também fazem parte da Era Napoleônica, que por sua vez insere-se na conjuntura histórica da disputa pela hegemonia mundial entre França e Inglaterra. Contudo, ao observarmos a relação entre o fato e a conjuntura, notamos que a assinatura dos acordos instaurou uma nova conjuntura para a economia colonial e para o império britânico. Num corte temporal ainda mais longo, chega-se a uma estrutura histórica de longa duração: a dependência da colônia portuguesa e depois da nação recém implantada em relação aos interesses britânicos. A análise, a partir das durações temporais, revela o processo de construção da hegemonia britânica no século XIX e a condição de subalternidade de Portugal e consequentemente do Brasil contribuindo para a afirmação do poder inglês.

A segunda contribuição de Braudel – o conceito de capitalismo –, deduzida de sua postura metodológica inovadora, resultou de suas pes-

quisas do período dos séculos XV ao XVIII que lhe permitiram apreender a gênese do capitalismo. Para ele a economia apresenta três níveis distintos e que não devem ser confundidos: a economia de subsistência, a economia de mercado e o capitalismo.

Tal distinção entre mercado e capitalismo tem como principal elemento a liberdade de ação. Enquanto a economia de mercado obedece à lei da oferta e procura; o capitalismo distingue-se exatamente pela capacidade de fugir às flutuações do mercado. O capitalismo caracteriza-se pelo arbítrio da escolha, pela formação de monopólios e outras estratégias que lhe permitem estar acima da “lei de mercado” e assim, assegurando lucros extraordinários. (VIEIRA, 2010, p. 3-4).

Resultou daí sua conceituação de capitalismo como um conjunto de estratégias antimercado, ou seja, a busca de taxas de lucro superiores àquelas obtidas no nível da economia de mercado.

Os aspectos metodológicos e essa conceituação de capitalismo são fundamentais para a EPSM. Tanto I. Wallerstein como G. Arrighi partem desses elementos na constituição de suas obras. Assim, o capitalismo, estudado na longa duração histórica desses últimos cinco séculos, tornou-se a base para a construção da abordagem sistêmica.

A análise do capitalismo histórico deve, portanto, ser entendida na perspectiva sistêmica. Nesse sentido há de ressaltar que o uso dessa expressão se dá pelo nível de autonomia e pelo funcionamento seguindo sua própria lógica; também por possuir limites temporais, ou seja, tem começo e fim – caso contrário, não seriam históricos; e por último, percebermos que todos os sistemas históricos expressam limites espaciais que podem se alterar conforme sua lógica de ação. Veremos mais adiante como esta postura teórico-metodológica pode oferecer novas bases para uma análise inovadora das RI no contexto contemporâneo.

1.2 A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA EXIGÊNCIA NOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A necessidade de alçar as Relações Internacionais, enquanto área específica de pesquisa, e não apenas como um tema das Ciências Políticas,

deu-se exatamente pela realidade complexa das questões de ordem internacional exigir, para muitos, uma observação multidisciplinar³, dado seu próprio perfil.

Basicamente isto se deve a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar é forçoso reconhecer que o processo de formação do sistema mundial através da transformação da economia mundo capitalista em um sistema global completou-se apenas durante o século XX. Por outra parte, apenas no século XX, completou-se o processo de descolonização que formou um sistema inter-estatal [sic] global que atualmente gira em torno de 200 Estados. O estudo desta complexa realidade, suas instituições e inter-conexões exigiu um esforço teórico-conceitual que não podia ficar restrito às disciplinas do século XIX. Utilizando várias construções elaboradas em outras áreas e adaptando-as ao estudo de RI, surgiu, portanto, um campo autônomo e fecundo, que ainda se desenvolve e procura atingir maturidade. (VOIGT, 2007, p. 103).

Contudo, a complexidade das próprias relações internacionais não é esgotada pelas abordagens multidisciplinares. Uma observação mais densa do processo histórico aponta que a ótica multidisciplinar ainda não é suficiente para se alcançar o enredamento e as articulações em que se dão os fatos de ordem internacional.

Encontramos então aí uma especificidade em que a perspectiva interdisciplinar – e não apenas a multidisciplinar – se impõe necessariamente. Isso significa que não basta colocar em diálogo de justaposição a ciência política, a história, o direito, a economia, e a geografia por exemplo. Estamos afirmando que a área das Relações Internacionais é essencialmente interdisciplinar por sua ‘natureza’ não prescindir de um olhar que exige a convergência de múltiplos elementos. Ou seja, trata-se de uma área eminentemente relacional.

É justamente esta uma das contribuições da EPSM, pois ela se afirma e busca incessantemente a abordagem interdisciplinar, como vimos. E como a área das RI constitui-se num todo complexo e multidimensional, sua análise somente pode ocorrer numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o objeto de estudo, das Relações Internacionais é, em si, interdisciplinar.

³ Vale sempre lembrar a distinção entre uma abordagem “multidisciplinar” e a “interdisciplinar”. Essa se distingue da multidisciplinar, pelo fato de não ser a simples somatória de vários ângulos diferentes, mas de assumir o próprio objeto de estudo como um todo, com pressupostos teóricos e metodológicos comuns a várias áreas do conhecimento.

Aliás, Wallerstein, ao referir-se aos limites dos paradigmas do século XIX, sugere um degrau acima e recomenda a unidisciplinaridade como fundamento metodológico para o que ele nomeia como “ciências históricas”. “A análise dos sistemas-mundo conclamava a uma reorganização drástica do marco intelectual das ciências sociais, convocando para uma reorganização unidisciplinar.” (WALLERSTEIN, 2012, p. 27).

Essa posição decorre exatamente por ele analisar o capitalismo como um sistema social histórico, Wallerstein afirma:

A expressão “sistema histórico” não costuma ser usada nas ciências sociais. Na verdade, em geral a maioria dos cientistas sociais a consideraria anômala. Os que enfatizam o histórico minimizam em larga medida ou negam o sistêmico. Os que enfatizam o sistêmico normalmente ignoram o histórico. Não que, na qualidade de questão abstrata, não se reconheça a importância de reconciliar essa dicotomia [...] na prática tem havido forte pressão institucional para seguir numa ou na outra direção daquilo que, no final do século XIX, foi chamado de o *Methodenstreit* entre as formas idiográfica e nomotética de saber acadêmico no domínio da vida social. (WALLERSTEIN, 2006, p. 265).

Wallerstein procurou resolver a dicotomia entre histórico e sistêmico observando a realidade social enquanto sucessão de mudanças e permanências interagindo simultaneamente sobre estruturas históricas de longa duração, como indicado por Braudel.

A proposta de Wallerstein tem, portanto, muito a oferecer à área das Relações Internacionais. Pois a base dessas relações é esse sistema social histórico, ou seja, o sistema-mundo capitalista constitui-se na estrutura histórica das Relações Internacionais. E sua análise exige uma ótica abrangente que a EPSM apresenta.

2 O PAPEL DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA PERSPECTIVA DA EPSM

Para demonstrar a contribuição inovadora da abordagem da EPSM para análise das relações internacionais, apresentamos como amostra, considerações sobre o papel do Estado neste contexto.

As abordagens clássicas da área de Relações Internacionais – realismo, liberalismo e suas variantes – possuem pressupostos diferentes ao que tange o papel do Estado. Para o Realismo, o Estado possui “[...] duas funções precisas: manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 24). E o poder de cada Estado é definido “[...] em comparação com os demais com os quais compete.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 29). Para os autores dessa vertente, o Estado tem a primazia de ser o sujeito nas RI. “Os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do *interesse nacional*.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 25, grifo dos autores). Já os autores liberais, olvidadas as diferentes vertentes, destacam outros sujeitos nas RI, como o mercado livre, e as instituições internacionais. E segundo Nogueira e Messari,

Nos últimos 20 anos, fortaleceu-se o senso comum de que o ordenamento do sistema internacional passa, necessariamente, pelo fortalecimento de instituições, pelo crescimento do comércio internacional e pela difusão de valores liberais. Da mesma forma, é forte a convicção em torno da ideia de governança global, ou seja, de que é necessário construir estruturas de autoridade de alcance mundial, mesmo que isso represente uma redução da autonomia dos Estados. (2005, p. 102).

Para Wallerstein, os Estados surgem dentro de um conjunto, o sistema interestatal, na mesma conjuntura da gênese do capitalismo histórico. O sistema capitalista requer uma relação muito particular entre os produtores econômicos (cadeias mercantis) e os que detêm o poder político (Estados nacionais) (WALLERSTEIN, 2010, p. 32-35). Como exemplificamos anteriormente, os Tratados de 1810 entre a Inglaterra e Portugal, ilustram também esse aspecto da relação entre os elementos de ordem política e os econômicos. A Inglaterra utilizou de seus dotes políticos e militares para exigir a assinatura dos acordos. Mas a quem de fato estes interessavam? No início do século XIX, a Inglaterra vivia um cume industrial, o qual determinava uma urgente ampliação do mercado consumidor para seus produtos. Assim assinar acordos econômicos que incluíssem taxas alfandegárias benéficas proporcionou à burguesia industrial inglesa um próspero mercado a ser abastecido.

O capitalismo, como analisa Braudel, caracteriza-se por grandes transações comerciais e financeiras, em que o capital é dotado de mobilidade e flexibilidade, com uma liberdade de escolha que está acima das regras da economia de mercado. O esforço capitalista é, portanto, para ultrapassar fronteiras e limites do próprio mercado – nem sempre ocorrendo de forma linear e progressiva – atingindo assim suas metas globais de maximização de lucros (VIEIRA, 2006, p. 107). Braudel encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (BRAUDEL, 1985, p. 70).

Para os capitalistas, Estados soberanos são importantes por vários aspectos:

- 1] Os estados impõem as regras sobre a troca das mercadorias, do capital e do trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras.
- 2] Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos estados.
- 3] Criam as regras concernentes ao emprego e à compensação dos empregados.
- 4] Decidem os custos que as companhias devem assumir.
- 5] Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados, e até que ponto.
- 6] Cobram impostos.
- 7] Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras vierem a ser afetadas, podem usar seu poder no exterior para influenciar as decisões de outros estados. (WALLERSTEIN, 2010, p. 68).

Observa-se, então a importância fundamental do Estado para a acumulação de capitais. E “A relação entre os estados com as empresas é a chave para o entendimento do funcionamento de uma economia-mundo capitalista.” (WALLERSTEIN, 2010, p. 69). Apesar do discurso ideológico de não interferência, os empresários recorrem ao Estado para atingir seus objetivos. Como vimos no caso dos Tratados de 1810, a diplomacia britânica negociou os acordos em benefício dos capitalistas compatriotas.

Também é o Estado que oculta as trocas desiguais, ou seja, a própria estrutura da economia-mundo capitalista, na separação aparente entre a área econômica e a área política.

[...] os processos de acumulação do capitalismo levaram à sua concentração geográfica [...]; visto que a troca desigual responsável por ela fora possível graças à existência de um sistema interestatal composto por

estados hierarquizados; e visto que as máquinas estatais tinham poder de alterar as operações do sistema [...] (WALLERSTEIN, 1985, p. 51).

Também cabem aos Estados soberanos as facilidades para a transnacionalidade das cadeias mercantis. Outra característica da economia-mundo capitalista é a coincidência da concentração de capitais no centro com estados fortes, pois a importância do Estado também é observável na criação de vantagens monopolistas. Assim, pode-se afirmar que cabe aos Estados a interferência nas cadeias mercantis, na regulação ou ausência dela nas questões relativas ao trabalho e ao capital em geral. Ou seja, cabe aos Estados “A homogeneidade nacional no interior duma heterogeneidade internacional é a fórmula duma economia-mundo.” (WALLERSTEIN, [197-?], p. 343).

E o equilíbrio de poder é consequência da rivalidade interestatal, pois esta garante que não haja um Estado que possa alcançar seus objetivos na arena internacional sem o aceite de vários outros membros. No moderno sistema-mundo capitalista, isso ocorre porque os Estados centrais têm buscado uma hegemonia; sendo, portanto, capazes por algum tempo “[...] de estabelecer as regras do jogo no sistema interestatal, em dominar a economia-mundo (na produção, comércio e finanças), em obter seus objetivos políticos com o uso mínimo da força militar [...]” (WALLERSTEIN, 2010, p. 83).

O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, [...] não foi a concorrência entre os Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo. (ARRIGHI, 1996, p. 13).

Paralelamente a esse processo ocorreu a hierarquização do sistema-mundo capitalista em centro / periferia / semiperiferia.

Os estados fortes servem os interesses de alguns grupos e prejudicam os de outros. No entanto do ponto de vista do sistema mundial como um todo, se tem que existir uma multidão de entidades políticas (isto é, se o sistema não é um império-mundo), então não pode dar-se o caso de que todas estas entidades, sejam igualmente fortes. Porque se o fossem, estariam em condições de bloquear o funcionamento efectivo [sic] de entidades económicas transnacionais cujo centro estivesse noutro estado. [...] Isto implica então que a economia-mundo

desenvolve um modelo em que as estruturas do Estado são relativamente fortes nas áreas do centro e relativamente fracas na periferia. (WALLERSTEIN, [197-?], p. 343-344).

E também:

Os estados, como temos realçado, existem dentro do quadro de um sistema interestatal, e sua força relativa não é apenas o grau em que podem exercer sua autoridade no interior com também o grau em que podem manter suas cabeças no alto no competitivo meio do sistema-mundo. (WALLERSTEIN, 2010, p. 80).

Os Estados mais fortes vinculam-se com os mais débeis, pressionando-os para que mantenham suas fronteiras abertas ao fluxo dos fatores de produção úteis às empresas centrais, para que se adaptem às suas necessidades políticas e para que aceitem suas práticas culturais, mas que não ajam com reciprocidade em nenhum dos casos (WALLERSTEIN, 2010, p. 80).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso aqui desenvolvido buscou demonstrar que as posturas metodológicas da EPSM – sobretudo duas delas: a abordagem histórica de longa duração e a postura interdisciplinar – proporcionam um olhar inovador das RI, em que a imbricação entre o Estado e os interesses do grande capital é elemento fundamental para a compreensão da realidade capitalista.

Assim, para a EPSM, as esferas política e econômica, ou seja, o Estado e as cadeias mercantis são indissociáveis. E, no sistema capitalista, cabe aos Estados o papel de facilitar a implementação de estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais para o desenvolvimento do capitalismo. São dois subsistemas articulados.

Portanto, nas análises no campo das Relações Internacionais, pendermos somente a uma dessas esferas a condição de protagonismo histórico apresenta-se insuficiente. Ambas condicionam e determinam as relações interestatais. E deste modo as Relações Internacionais, enquanto área de estudo, não pode prescindir de observar as relações entre a economia e a

política. Também somente a partir dessa intersecção se pode compreender a relação entre local e o global. E é por isso que a EPSM tem contribuições imprescindíveis para os estudos nas Relações Internacionais.

A abordagem da EPSM nos oferece uma compreensão abrangente do mundo em que vivemos, de suas contradições e principalmente de sua dimensão relacional. Especificamente no campo das Relações Internacionais a EPSM revela novas possibilidades de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

_____. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinsburg e Teresa C. S. Mota. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VIEIRA, P.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VIEIRA, R. L. A globalização econômica: diferentes leituras de um processo histórico. *Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 167, n. 433, p.101-110, out./dez. 2006.

_____. *O arquétipo do capitalismo: uma construção*. 2010. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VOIGT, M. R. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2007.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Tradução Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2010.

_____. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P.; VIEIRA, R. L. ; FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28.

_____. *O moderno sistema-mundo*. Tradução Carlos Leite, Fátima Martins e Joel Lisboa. Porto: Afrontamento, [197-?]. v. 1.

8.

MINHA CASA É SUA CASA: A NECESSÁRIA HOSPITALIDADE GREGA NA REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cristina de Souza Agostini

Em um mundo sem instituições internacionais de regulação das relações de políticas externas, a segurança dos indivíduos durante seus deslocamentos geográficos está sujeita a regras particulares estipuladas de acordo com costumes locais. De fato, tais costumes, por um lado, podem ser ancestrais e não passíveis de julgamento em relação à sua legalidade, mas, de outro lado, embora não sujeitos à categorização legal, pois são refletores de uma cultura que deve ser preservada para a preservação do próprio povo que a instituiu, algumas práticas culturais das mais diferentes sociedades podem colocar em risco aqueles que, independentemente das motivações, decidem sair para fora de seus muros locais em direção ao conhecimento do *outro*.

Viajar em um mundo em que instituições reconhecidas como reguladoras das relações entre habitantes locais e estrangeiros são inexistentes significa conviver com o *outro* apoiado em contratos estabelecidos privadamente que assegurem a possibilidade das viagens e mesmo das trocas comerciais indispensáveis à subsistência. Assim, como garantir que o viajante retornará à sua casa originária? De que modo assegurar que o anfitrião não saqueie e torne escravo o hóspede que vem em paz? Como fazer com que o hóspede respeite o anfitrião e não se aproveite da hospitalidade que lhe

fora conferida para sequestrar sua esposa e apossar-se de seus bens? Essas são questões inerentes a um mundo no qual o campo do desconhecido é infinitamente maior que o do conhecido e em que a justiça é estabelecida em acordo direto entre homens.

Portanto, é visando compreender de que modo a hospitalidade grega se consagra como instituição fundamental para as relações entre diferentes comunidades que articularei, em um primeiro momento, minha argumentação. Na ausência de uma organização tal como a ONU, por exemplo, ou de acordos estabelecidos acerca da garantia dos Direitos Humanos, apreendemos por meio das narrativas homéricas e do teatro ático, por exemplo, que a instituição hospitaleira encontra sua origem e legitimação na própria divindade. Com efeito, é o divino e, portanto, algo que não está atrelado à arbitrariedade ou vontades humanas que garante a segurança da convivência entre anfitriões e estrangeiros. Assim, é acerca da fundamental importância dessa instituição, no mundo antigo, que pretendo tratar a fim de demonstrar como, na ausência de leis universais que assegurem os direitos de habitantes locais e de estrangeiros, os gregos se valem do âmbito deídico – garantidor da justiça universal – para estruturar tal relação. Em um segundo momento, discutirei de que modo podemos pensar a argumentação que justifica a escravidão natural e condena a que se estabelece contra a natureza, elaborada por Aristóteles, na *Política*, na esteira de uma teoria que, em última instância, fundamenta a necessária garantia de salvaguarda dos homens, sejam locais ou estrangeiros, gregos ou bárbaros.

A HOSPITALIDADE ENQUANTO INSTITUIÇÃO SAGRADA

Após entrar em acordo com seu pai, Zeus, acerca da ajuda que os deuses dispensariam para o retorno à Ítaca do muito-astucioso Odisseu, Atena, prontamente, desce à terra para colocar em marcha o plano divino que começará pela sábia orientação que a deusa conferirá ao filho do Laertida, Telêmaco. Assim, não enquanto divindade, mas em corpo de varão guerreiro aliado de Odisseu, a deusa coloca-se frente à casa do filho de Laerte e aguarda ser recebida.

Nisso (*Telêmaco*) refletia, sentado entre os pretendentes, e viu Atena.
Foi logo ao pórtico, indignado no ânimo
Por um hóspede tardar nos portões. Parado perto,

Apertou-lhe a mão direita, tomou a lança brônzea
E, falando, dirigiu-lhe palavras plumadas:
“Saudação, estranho, por nós serás acolhido. Depois,
Após tomar parte no jantar, enunciarás o que precisas”.
Assim falou, tomou a frente, e seguiu-o Palas Atena.
(HOMERO, *Odisseia*, Canto I. vv. 118-125).

Atena tal qual um aliado é recebida por Telêmaco sem delongas ou perguntas. Após lavar-se e comer é que, então, ela se apresenta como Mentos, filho de Anquíalo, do povo táfio (vv. 180-81) para que, assim, articule um discurso capaz de direcionar o filho de Odisseu na missão que visa a reintrodução do rei de Ítaca em solo pátrio. Com efeito, tendo persuadido Telêmaco a assumir as rédeas da busca pelo pai e lhe insuflado ânimo, a deusa regressa à morada deídica olímpica.

No Canto X, ainda da *Odisseia* homérica, na narrativa que o herói faz ao povo feácio acerca de muitas de suas peripécias, vislumbramos os acontecimentos que antecedem a famosa transformação dos companheiros de Odisseu em porcos pela maga Circe. Ora, antes de aportarem à ilha Aiaie, o herói desembarca na ilha flutuante de Eolo.

Mês inteiro hospedou-me e perguntava de tudo,
De Ílion, das argivas naus e do retorno dos aqueus;
E eu tudo a ele, ponto por ponto, contei.
Mas quando também eu pedi a viagem e roguei
Ser conduzido, não negou e preparou a condução.
Deu-me saco de couro, que tirara de boi nove-anos,
Onde prendeu as rotas dos ventos uivantes.
(HOMERO, *Odisseia*, Canto X. vv. 14-20).

Iguais a esses, são inúmeros outros eventos que permeiam a epopeia de Homero. No mundo representado pela *Iliada* e pela *Odisseia*, a hospitalidade não é apenas um favor que pode ou não ser feito, mas é uma instituição sagrada.

Em outro registro, a saber, em um escólio às *Fenícias*, de Eurípides, temos uma importante variante do mito da família de Édipo, personagem caro ao ideário grego, cuja versão consagrada pela contemporaneidade é aquela da tragédia de Sófocles, *Édipo rei*. Nesse escólio, Pisandro

atrela à conduta de Laio, pai de Édipo, a mácula que permeará a vida dos Labdácias. Segundo o escoliasta, quando o rei de Tebas, Lábdaco, faleceu, seu herdeiro, Laio, ainda era muito jovem para assumir o trono e, assim, a regência fora entregue a um parente próximo, Lico. Com efeito, este fora assassinado por dois irmãos usurpadores: Zeto e Anfion. Laio, então, fugiu para o reinado de Pélope, na Élida, e foi recebido conforme todos os preceitos da hospitalidade. Junto a Pélope, Laio teve proteção, tendo sido introduzido à família real tal como se fosse mais um filho legítimo. E, assim, convivendo com Crisipo, filho de Pélope, nutriu por ele imensa amizade: compartilhavam a mesma mesa, os mesmos divertimentos e ensinamentos. Até que um dia, tomado por ilícita paixão, Laio violenta o jovem Crisipo. Este, por sua vez, “por vergonha, se matou com a própria espada” (GUAL, 2012, p. 80). Ora, Laio, então, volta para Tebas a fim de se tornar rei da cidade, uma vez que Zeto e Anfion haviam morrido. No entanto, sabendo que o jovem que fora acolhido na condição de hóspede cometera crime contra seu filho Crisipo, de um lado, Pélope lança funesta praga contra Laio, praga essa que se estendia à sua descendência e, de outro lado, uma vez que os tebanos receberam Laio fazendo vista grossa para a criminalidade do ato cometido contra a casa de Pélope, Hera envia a Esfinge como punição, pois se sentira ultrajada pelos cidadãos de Tebas que desprezaram a aplicação da justiça.

Como salienta Carlos García Gual,

a afronta criminal não estaria tanto na paixão homossexual que impulsiona Laio, mas em uma agressão que vai contra as normas da hospitalidade, pois o exilado monarca tebano havia sido acolhido como hóspede pelo rei argivo Pélope, e na violência caluniosa que exerce Laio sobre o jovem príncipe. Essa agressão e ultraje, causa da morte do jovem Crisipo, provocam a maldição que pesará sobre Laio e sua estirpe. A conduta de Laio supõe um crime ímpio que o mancha e que recai sobre ele e sua descendência. (GUAL, 2012, p. 81-82).

Assim, podemos dizer que Laio é criminoso, sobretudo, por ter violado o respeito à hospitalidade que, para os gregos, era uma instituição presidida pelo próprio Zeus.

Ora, na Grécia Antiga, termos como hóspede, anfitrião, estranho e estrangeiro são expressos pela mesma palavra: *xenos*. Daí, então, a

origem do vocábulo - a cada dia mais atual no cenário das relações políticas e de disputas internacionais- *xenofobia*, que expressa a aversão pelos estrangeiros. No entanto, o léxico grego antigo unifica no mesmo vocábulo concepções que, para nós, são assaz distintas, como “anfitrião” e “hóspede”/“estrangeiro” demonstrando por meio da linguagem que tais posições na estrutura de um lar ou da sociedade são, por definição, relativas e dependentes dos momentos e localidades nos quais ocorrem. Em outros termos, a *xenia* grega elabora-se sobre o fato de que o estrangeiro assim o é porque está fora dos limites da comunidade a que pertence *naquele momento* e, portanto, torna-se hóspede, na medida em que é abrigado por determinado período por anfitriões locais. Quando ele volta para sua morada de origem, obviamente, não é mais estrangeiro, mas potencial anfitrião que retribuirá a hospitalidade conferida a quem lhe acolheu durante sua estadia fora de casa. Logo, qualquer estrangeiro é um potencial hóspede e, conseqüentemente, potencial anfitrião. É porque se estabelece sobre o dinamismo dessas relações que a semântica da *xenia* é, portanto, dinâmica.

“Não é de surpreender que, numa cultura arcaica, pré-alfabetizada, onde não havia instituições internacionais ou normas reconhecidas, o comportamento correto em relação a estranhos fosse considerado obrigação sagrada” (MARTIN, 2014, p. 49), e aquele que desrespeitasse as normas da *xenia*, de fato, desrespeitava os próprios deuses e, sobretudo, o pai de deuses e homens, Zeus, que, entre outros títulos, era conhecido como *Xenios*: patrono da hospitalidade, disposto a vingar-se dos males cometidos contra os estrangeiros.

Nesse contexto, torna-se mais compreensível o porquê o motivo da Guerra de Troia, presente na epopeia homérica, atrele-se à fuga de Helena com Páris. Com efeito, quando a fuga do casal ocorre, o troiano estava sendo hospedado por Menelau, marido de Helena, em Esparta. Assim, ele estava sob a égide da instituição que, como vimos, é sagrada para os gregos, a *xenia*. Nesse sentido, o crime do hóspede vai muito além de uma querela passional como, em nossa contemporaneidade, poderíamos pensar. De fato, ao levar para Troia, Helena, esposa de seu anfitrião, Páris viola preceitos divinos, alterando, desse modo, a ordem natural. Logo, uma guerra é iniciada para vingar o delito que fere a *xenia* e restabelecer a justiça e equilíbrio “na intersecção dos níveis social e cósmico” (MARTIN, 2014,

p. 50), não se tratando, de modo simplista, da reação privada de um marido traído que decide mover céus e terra para demonstrar a posse que detém sobre sua mulher enquanto propriedade, uma vez que ferir os preceitos de hospitalidade implica em cometer um crime contra a única instituição que garante a salvaguarda de todos os estrangeiros, logo, de todos os integrantes de diversas pequenas comunidades. Assim, a convocação de Menelau para a guerra consiste na reação cabível para que a segurança de todos, fora dos muros de suas comunidades originárias, seja novamente resguardada: é preciso que a *paz ordeira* e a tranquilidade de hóspedes e anfitriões sejam restabelecidas. É preciso que os deslocamentos comerciais, rituais ou artísticos possam desenrolar-se para a supressão das necessidades dos homens. A Guerra de Troia é o exemplo mítico das consequências catastróficas a que estão sujeitos aqueles que desrespeitam a necessária e sagrada reciprocidade que permeia a semântica da *xenia*.

Tendo em mente a importância da hospitalidade grega para a segurança de indivíduos que não dispõem de instituições internacionais que garantam sua integridade em território estrangeiro, passemos, assim, ao segundo momento desse texto que visa compreender de que modo a argumentação filosófica de Aristóteles além de ter servido para legitimar desde a escravização dos indígenas americanos até a estruturação de uma economia em que desenvolvimento e ética andam de mãos dadas, de fato, nos auxilia a vislumbrar que a preocupação com a segurança dos homens em solo estranho era urgente para o pensamento filosófico grego.

ARISTÓTELES E A POSTERIDADE

Entre 1550 e 1551, em Valladolid, Espanha, 14 teólogos reuniram-se em torno do imperador Carlos V a fim de debaterem a seguinte questão: era justo promover uma guerra contra os índios a fim de submetê-los à conversão cristã? Com efeito, o célebre encontro ocorrido na cidade espanhola teve como centro do embate os argumentos do Bispo Bartolomeu de Las Casas e do Cônego Juan Ginés de Sepúlveda. O primeiro mostrava-se contrário à ideia de que os povos americanos indígenas fossem inferiores e bárbaros e, portanto, ele opunha-se à ideia de que tais povos deveriam ser escravizados e forçados por meio da violência a con-

verterem-se ao cristianismo, bem como, contrário à ideia de que a exploração econômica indígena estava de acordo com a legalidade. Já Sepúlveda argumenta que os índios eram seres naturalmente inferiores, com costumes bárbaros e, portanto, deveriam sujeitar-se ao domínio dos espanhóis: homens superiores, civilizados e cristãos. Nesse sentido, um dos focos da estruturação argumentativa do cônego residia em, a partir do postulado de que há uma conformidade natural em que o perfeito domina o imperfeito, procurar demonstrar que o inferior deve ser dominado pelo superior e, assim, a única atitude naturalmente justa que os povos americanos poderiam adotar seria a de aceitar a sujeição à Coroa Espanhola. O corolário do posicionamento de Sepúlveda consiste, então, em admitir a justiça da guerra contra os povos considerados bárbaros, forçando-os a se submeter à ordem natural do cosmo, caso eles se recusassem a admitir o domínio da cristandade civilizatória.

Ora, a posição de Sepúlveda acerca da inferioridade indígena e da legitimidade de uma guerra que subjugue os povos bárbaros que não aceitem a *justiça e natureza* da dominação de um povo superior, de certo modo, encontra suas raízes na *Política*, de Aristóteles.

Em seu percurso acadêmico, Sepúlveda foi assaz interessado pela filosofia aristotélica, traduzindo algumas obras do Estagirita, bem como o *Comentário à Metafísica de Aristóteles*, de Alexandre de Afrodísia. Com efeito, a fama do teólogo relacionada à tradução dos textos aristotélicos foi responsável pelo convite feito pelo papa Clemente VII, pouco antes de morrer, para que integrasse a Corte Pontifícia como tradutor oficial de Aristóteles. Assim, podemos dizer que o conhecimento de Sepúlveda acerca dos textos do filósofo grego constituiu base importante para as argumentações que ele desenvolveu em favor da subjugação dos indígenas americanos nos textos *Demócrates Segundo ou Das justas causas da guerra contra os índios* e *Apologia*, textos esses apresentados durante a reunião de Valladolid. Portanto, vemos como o texto do filósofo é utilizado em um contexto e, por que não dizer, para uma finalidade completamente diferente daquela que ele próprio tinha em mente quando concebeu sua argumentação filosófica.

De fato, a pretensa legitimação da dominação dos povos da América fundamentada, em grande medida, pela filosofia aristotélica

mostra-se como grande esforço teórico e intelectual da interpretação do texto do Estagirita no sentido de demonstrar a justiça e, portanto, em tal contexto, o acordo dos preceitos cristãos com os interesses pessoais de determinados grupos. Tais interesses resvalavam, em última instância, na instauração, de modo incontestado, da subjugação dos indígenas aos espanhóis, na medida em que, segundo o argumento, os primeiros seriam destituídos naturalmente das condições humanas essenciais para visarem uma vida virtuosa e, portanto, necessário era que fossem conduzidos de modo justo por aqueles que possuíam a faculdade deliberativa, a saber, os conquistadores espanhóis. Assim, o que Sepúlveda faz com a autoridade da base aristotélico-escolástica é, precisamente, fundamentar em terreno firme a legitimidade da guerra para a conversão dos povos “bárbaros” que se negarem de bom grado e pacificamente a submeter-se aos cristãos espanhóis que, por natureza, têm o dever de direcionar os “selvagens” pelas veredas da verdadeira virtude cristã.

Em 1998, o economista Amartya Sen ganhou o prêmio Nobel de Economia por suas contribuições à teoria da decisão social e do *Welfare State*. Com efeito, um dos pontos fundamentais do pensamento do economista indiano reside no fato de atrelar ao desenvolvimento a importância da liberdade dos indivíduos em relação às suas escolhas para o exercício da cidadania. Com efeito, a partir do estudo, retomada e reinterpretção da Ética aristotélica, Amartya Sen concebe a indispensabilidade da ética para a economia, uma vez que o desenvolvimento econômico de um país não está ligado, por um lado, apenas a seu enriquecimento: países podem dispor de muitas riquezas, ter um mercado de consumo interno e externo aquecidos e, ao mesmo tempo, apresentarem altíssimos índices de pobreza. Contudo, por outro lado, não somente a garantia de direitos sociais básicos basta para o desenvolvimento: antes é a liberdade que os indivíduos têm em fazer escolhas, bem como o campo aberto de oportunidades que promovem o desenvolvimento. Em outros termos, as instituições não devem cercear nem oprimir as vontades dos cidadãos, mas cooperarem para a ampliação de suas potencialidades que resultarão no verdadeiro desenvolvimento.

Sepúlveda e Amartya Sen são dois dentre inúmeros outros autores que se valem da filosofia de Aristóteles para sustentar argumentos que dizem respeito a seus próprios posicionamentos acerca de questões delimitadas em

diferentes situações contextuais. Por meio deles, vemos de modo emblemático como a atualização do pensamento de um mesmo filósofo pode destinar-se a objetivos tão diferentes. Logo, é na retomada dos textos antigos com o pressuposto e intuito da perene atualização que o perigo da criação de ideologias e doutrinas capazes de arrebatar numerosos indivíduos sedentos de embasamento para seus próprios interesses ou preconceitos se faz. Assim, passemos ao texto de Aristóteles, deixando de lado o uso que dele nosso presente e nossas demandas atuais podem fazer, para pensar acerca da legitimação da escravidão natural com vistas a compreender de que modo o filósofo, em certo sentido, desenvolve uma argumentação de acordo com uma chave que assegura a salvaguarda de todos os gregos em terras estrangeiras e, portanto, de que maneira, na esteira de Homero, o texto aristotélico concebe as relações internacionais entre gregos sob a égide da necessária liberdade e respeito, a despeito de suas comunidades originárias.

ARISTÓTELES E A FUNDAMENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO

No Primeiro Livro da *Política*, em 1254 a 17-19, Aristóteles investiga se “existem ou não homens que, por natureza, tenham índole de escravo, e se é melhor ou mais justo serem assim, ou se, pelo contrário, toda a escravidão é contrária à natureza”. Ora, o plano do filósofo consiste em considerar se a escravidão natural é um fato e *caso* seja, investigar *se* é melhor e justo (*beltion kai dikaion*) que escravos *por natureza* sejam escravizados, ou então, se toda a escravidão existente é contrária à natureza (*para phusin*) e, portanto, injusta.

Para Aristóteles, a natureza é um grande guia para a conduta humana, pois nada do que ela faz é casual, mas segue a necessidade de uma ordem. Nesse sentido, por exemplo, é que a fala deve ser compreendida: como a demonstração de que nada do que ocorre segundo a natureza é por acaso, mas necessário e, portanto, indispensável para compreendermos nossa natural posição em relação aos outros homens, bem como no que diz respeito aos outros animais. Ora, dentre todos os seres animados, o homem é o único a falar porque sua sociabilidade é plena. Muito mais que outros animais também gregários, como abelhas ou formigas, a vida humana *só* pode ser considerada completamente realizável quando acontece em meio

a outros homens. Com efeito, a fala sinaliza para a natural e necessária comunicação dos sentimentos de justiça e injustiça que só é possível em meio a outros seres receptivos ao discurso que se articula por meio de palavras e, portanto, que exige daquele que fala o uso da razão: faculdade que define, por excelência, o homem. Desse modo, o argumento da *necessidade natural* implica na conclusão aristotélica de que qualquer busca humana por um modo de vida solitário vai na contracorrente da natureza, uma vez que a expressão da racionalidade por meio da fala seria inviabilizada por uma escolha antinatural e, assim, injusta na medida em que a justiça consiste em seguir a necessidade naturalmente ordeira.

Nesse sentido, caso a escravidão natural seja demonstrada, logo, ela será necessária e justa, contribuindo para o bem tanto do senhor quanto e, sobretudo, do escravo. Vejamos.

É um escravo por natureza aquele que pode pertencer a outro (e é esta a razão por que pertence de fato) e também aquele que participa da razão o suficiente para a apreender sem, contudo, a possuir; os animais distintos do homem nem sequer são capazes de participar da forma sensitiva da razão; apenas obedecem passivamente às impressões. Quanto à utilidade, escravos e animais domésticos pouco diferem; prestam ambos auxílio ao corpo, na medida de nossas necessidades. (ARISTÓTELES, *Política* 1254 b 20-25).

A definição aristotélica da escravidão natural reside em destituir do escravo a posse da racionalidade. Em outros termos, dizer que o escravo natural não tem razão significa afirmar a possibilidade da existência de um “homem” incapaz de escolher e, portanto, impossibilitado de tomar decisões em decorrência de sua própria *natureza*. No entanto, tal “homem” é capaz de participar da razão de outrem sem *compreendê-la*. Com efeito, para Aristóteles, o indivíduo que naturalmente e, então, de modo justo, deve ser escravizado é aquele que *necessita* do direcionamento de outro homem, pois ele mesmo não possui os meios intelectuais para dirigir sua vida. Logo, o escravo natural é um “homem” inteiramente perdido em meio aos demais, e que sem o auxílio da razão de outro homem perece à míngua pela impossibilidade de qualquer tomada de decisão. Assim, Aristóteles legitima a escravidão natural sobre a base da *incapacidade* de sobrevivência do escravo sem um senhor que lhe utilize como ferramenta animada. Tal relação despótica

fincada na justiça natural consiste em “convergência de interesse e amizade (*philia*) recíprocas entre o senhor e o escravo que merecem o respectivo estatuto por natureza” (ARISTÓTELES, *Política*, 1255 b 12-14).

Vemos, então, que a escravidão legitimada pela argumentação aristotélica requer, em primeiro lugar, a existência de um escravo que é definido em decorrência de sua total insuficiência deliberativa. Havendo no mundo o escravo, a escravidão consistirá na única alternativa capaz de garantir sua sobrevivência. Uma vez que o escravo não tem aptidão intelectual para *resistir* à escravidão, esta será sua salvaguarda na medida em que lhe assegura alimento, abrigo e vestuário em troca de trabalhos que se dirigem ao corpo. Como o senhor precisa do escravo para realizar ações que seu corpo não está talhado para fazer, a reciprocidade de interesse e amizade conduzem a relação, pois o escravo ocupa o papel de corpo do senhor, perfazendo com ele uma espécie de unidade em que o prejuízo contra um necessariamente resultaria em malefício para o outro.

Nesse sentido, a avaliação acerca da justiça da escravidão deve ter como parâmetro essencial a premissa da *necessidade*: o escravo que, por um lado, necessita ser escravizado, pois tal condição é sua única opção de vida e, por outro lado, o senhor que necessita de um escravo para que incorpore o papel de parte animada de seu corpo. Logo, qualquer outro tipo de escravidão será por convenção e, portanto, injusta.

Ora, desse modo, a prática escravocrata oriunda das guerras, ao fazer de homens livres, escravos, contraria a natureza que estabelece tais distinções, resvalando na violência e injustiça.

A causa das guerras pode não ser justa e ninguém pode reconhecer como escravo, de maneira alguma, a quem não o merece ser. Por outro lado, pode suceder que os considerados de mais nobre nascimento se tornem escravos e descendentes de escravos, caso sejam capturados e vendidos. Por esta razão, esses autores não admitem descrever os gregos como escravos, mas apenas os bárbaros. E mesmo assim, quando referem isso, apenas visam o escravo por natureza, de que já tratamos: com efeito, é forçoso reconhecer que alguns são escravos em qualquer parte, enquanto outros em nenhuma. Isto também se aplica aos de nascimento nobre: os gregos olham-se entre si como de nascimento nobre não apenas na sua terra mas em toda a parte; aos bárbaros, consideram-nos nobres apenas nas suas terras. (ARISTÓTELES, *Política*, 1255 a 24-34).

Esse trecho é emblemático na discussão empreendida por Aristóteles sobre a escravidão no contexto bélico, pois demonstra que a guerra não pode ser considerada uma justificativa legítima para a escravidão, mas somente convencional. Com efeito, a teoria da escravidão justa nos dá elementos para pensarmos em uma argumentação aristotélica que se elabora visando sustentar a impossibilidade daquilo que se pretendia demonstrar. As condições que justificam a escravidão são de difícil satisfação. Com efeito, é primordial a existência de um “homem” que não é homem, mas similar a um animal, sem ser animal. O escravo não tem racionalidade, mas dela consegue participar na medida em que é capaz de *somente* obedecer ao senhor. Mesmo que tentemos encaixar a categoria de escravo em uma situação de não letramento, isso não é ainda suficiente para cumprir a condição estruturada por Aristóteles, pois o não letrado pode vir a ser letrado, enquanto o escravo não pode vir a ser senhor. Aliás, ser ou não letrado será atributo indiferente quando o que está em questão é decidir-se sobre aspectos essenciais da vida diária, algo que o escravo não está apto a fazer.

Desse modo, uma das chaves para a leitura da teoria da escravidão aristotélica, penso, está, precisamente, em ter como fio condutor de análise a impossibilidade da escravidão nas diferentes *poleis* gregas. Assim, o Estagirita assegura aos helenos a garantia de que seus deslocamentos no território cuja língua funciona como um dos elementos de identidade, a despeito das guerras, não poderão ter como resultado um legítimo despotismo. Aliás, diria que o texto de Aristóteles é capaz de nos levar mais longe ainda quando se refere à escravidão dos bárbaros. Se de um lado, os gregos não se veem como escravos devido à pretensa nobreza de suas origens, de outro lado, os bárbaros a serem considerados escravos, pelos gregos, são aqueles que, por natureza, assim o são. De outro modo, significa dizer que mesmo dentre os bárbaros só podem ser feitos escravos aqueles que não apresentam a faculdade deliberativa e, portanto, mesmo nesse caso, a escravidão funcionaria como garantia de sobrevivência para os povos não gregos.

Nesse sentido, se de um lado, a hospitalidade do contexto homérico funda-se na supremacia de Zeus *Xenios*, por outro lado, a teoria aristotélica da escravidão justa prescinde da divindade, encontrando na

própria natureza humana o elemento que separa o senhor do escravo. Para Aristóteles, esse elemento é precisamente aquele que define o homem, a saber, a marca natural que faz dele necessariamente animal político: o *logos*.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Política*. Edição bilíngue. Tradução António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: [s.n.], 1998.

GOMES, R. *Com que direito?: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda-Valladolid, 1550 e 1551*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GUAL, C. G. *Enigmático Edipo: mito y tragédia*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2012.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MARTIN, R. Apresentação. Tradução José Rubens Siqueira. In: HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 7-58.

9.

TERRORISMO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI: PERCEPÇÃO E DEFINIÇÃO

Fábio Metzger

Antes de falar sobre terrorismo, é necessário compreender o papel do significado da palavra “terror”. Se recorrermos ao significado dos velhos verbetes de dicionários de um mundo onde ainda se vivia em plena Guerra Fria¹, podemos encontrar: “1. Qualidade de terrível. 2. Grave perturbação, trazida por perigo imediato, real, ou não; medo, pavor. 3 Pessoa ou coisa que aterroriza. 4. Regime político de arbitrariedades.” (HOUAISS et al., 1988, p. 1019). Ou o conceito de “terrorismo”, assim definido. “1. Sistema de governar por meio do terror. 2. Conjunto de ações violentas contra o poder estabelecido, cometidas por grupos revolucionários.” (HOUAISS et al., 1988, p. 1019). É importante notar que são diversas as definições, e se formos nos ater a todas, não será possível pensar o tema com propriedade. Por isso, vamos excluir o primeiro tópico do verbete “terror”.

Se partirmos do pressuposto que um ato de terror puro e simples está mais adequado à definição do segundo tópico sobre “terror” (HOUAISS et al., 1988, p. 1019), já podemos ter um bom ponto de partida. Compreendamos o que um ato de terror é capaz de gerar em um indivíduo ou sociedade: perturbação pela sensação de um perigo imediato que

¹ Período (1945-1989), que a Geopolítica Mundial esteve dividida entre dois blocos, um pró-capitalista, liderado pelos EUA, e outro, pró-socialista, sob o comando da URSS.

pode ser, ou não, real, e que gera, afinal, medo e pavor. Nem vamos nos alongar mais profundamente: ao longo da História, desde que o primeiro ser humano pretendeu gerar essas formas de sensações em indivíduos e sociedades inteiras, já poderíamos falar sobre terror e terrorismo. Esse desejo de gerar no outros temores, tirando dele a capacidade de sentir-se seguro é algo que está para além dos estudos das sociedades. Basta que entremos no meio de uma grande e desconhecida floresta, para sentirmos essa mesma sensação, sabendo que isso não terá sido o produto de um ser humano, mas sim de um animal selvagem, mais forte e apto ao seu meio de sobrevivência. Em pensando que o ser humano tem dentro de si esse componente selvagem, não será surpreendente que ele gere a semelhante sensação de terror, principalmente, quando ambos estão tomados pelo medo, e um deles está mais apto a agir. No entanto: o que nos faz falar sobre esse assunto apenas nos últimos 226 anos, e não ao longo de toda a história da humanidade?

Podemos partir de uma hipótese simples e objetiva: a percepção do que é terror no senso comum só ganhou linguagem corrente, a partir do governo revolucionário de Robespierre na França, após uma grande repressão neste país (1793-1794), com milhares de mortes e o medo daquelas pessoas que foram alvos da revolução, e também as que lutaram em nome dela, sendo, a partir de então, perseguidas por não concordarem com os seus rumos. Em fins do século XVIII, a percepção da ideia de terror estava ligada aos métodos de um governante com relação ao Estado que comandava (ou seja, mais de acordo com a ideia do terceiro tópico do verbete).

Quando falamos de percepção, estamos indo além de um conceito objetivo. Há aqui uma grande subjetividade. E se formos avançar ao longo dos séculos XIX e XX, poderemos observar que a ideia de terror pôde ser captada, fosse através daqueles que se utilizaram do Estado, ou então de grupos que contra ele se insurgiram. É aqui que o verbete “terrorismo” ganhou mais efetividade. É possível notar aqui que, mais do que uma percepção, desenvolveu-se a construção de uma linguagem, que saiu das relações sociais entre seres vivos, e entrou definitivamente para a política, enquanto exercício do poder consciente dentro de uma sociedade e entre sociedades diferentes.

Dessa subjetividade, foi possível, aos sistemas de poder hegemônicos, construir suas próprias definições acerca do terrorismo; enquanto

grupos anti-hegemônicos acusavam de terroristas os governantes de atuação despótica. Os discursos acerca do terror e do terrorismo foram sendo apropriados pelos mais variados atores dentro do sistema internacional de Estados, e no interior de cada uma das sociedades civis quando estas se sentiam verdadeiramente ameaçadas.

Fosse pela defesa de causas nacionalistas progressistas ou então pela reivindicação de um sistema contrário ao capitalismo (o socialismo), grupos armados atacavam Estados Nacionais soberanos conservadores. Na via contrária, grupos armados de motivação fundamentalista religiosa e/ou nacionalistas reacionários ameaçavam Estados soberanos socialistas. Dentro do Estado de direito democrático, ficava fácil detectar que esses grupos eram identificados como agentes do terror². Dentro do Estado de direito autocrático, entretanto, diante dos métodos utilizados pelos respectivos governos, a sensação de terror só fazia sentido, na medida em que a propaganda do regime vigente era eficiente para denunciar a ameaça interna. De outro modo, esses grupos poderiam ser associados a combatentes de libertação nacional.

Durante a Guerra Fria, havia uma lógica binária de combate a grupos pró ou anticapitalistas. Pró ou antissocialistas. Causas nacionais e ideológicas estavam diretamente ligadas ao confronto maior dos dois grandes atores, os EUA e a URSS, além de seus aliados estratégicos. Com o fim da URSS, grande parte dessa lógica perdeu o sentido, e alguns dos principais atores que estavam do lado capitalista, passaram a focar em uma visão da antimodernidade. Dentro de uma questão que era inerente à sequência do fim da Guerra Fria. De um lado, os vencedores do embate, que se propunham a manter a agenda com as práticas do capitalismo, e as ideias e os valores da democracia liberal³. De outro, um crescente grupo que questionava, dentro ou fora do sistema capitalista os resultados da modernidade inerentes à defesa dessas práticas, ideias e valores, evocando um discurso conservador. Notemos que esse viés de grupos conservadores não necessariamente violaria os termos da democracia liberal ou do sistema capitalista. No debate entre liberais e conservadores nos EUA, essas ques-

² Por exemplo, as Brigadas Vermelhas na Itália, atuantes ao longo dos anos 1970.

³ Para constar, Trotsky, ainda defensor da URSS pré-stalinista, portanto plenamente marxista-leninista, e em plena guerra civil dos bolcheviques contra os mencheviques, considerava a democracia, tal como fora construída em seus tempos uma “metafísica” (TROTSKY, 1969, p. 38-43).

tões se dão dentro de procedimentos institucionais. Existe uma série de grupos da direita conservadora cristãos, judaicos, muçulmanos e de outras crenças atuando dentro de sistemas democráticos, e ascendendo dentro deles, a partir do estabelecimento de uma clara agenda com pautas morais. A questão real é: até que ponto esses grupos majoritariamente pacíficos atuam dentro das regras do jogo democrático. E a partir de que momento, um grupo minoritário começa a se descolar dos restantes, e estabelecer o terror e o terrorismo como métodos da política.

Nesse sentido, cabe afirmar que, no vácuo da liderança soviética, o conservadorismo político passou a ser um norte para organizações mais extremistas. E a partir daí, especialmente grupos terroristas cristãos, judaicos e muçulmanos, entre outros, começaram a ter atuação, desafiando poderes estabelecidos. Destaca-se, nesse caso, uma possibilidade: a modernidade do século XXI, de hegemonia ocidental, pode ter bem maior rejeição no mundo muçulmano. Especialmente em países cujo regime é autocrático. Levando em conta que as duas maiores religiões do mundo são o cristianismo e o Islã. Que regimes democráticos são mais comuns em países de matriz cristã. E que nesses países, minorias muçulmanas, muitas vezes, não estão plenamente integradas ou assistidas pelo restante da sociedade. É possível verificar que estamos acompanhando o crescimento das práticas terroristas de organizações islâmicas em maiores proporções?

COMPREENDENDO A QUESTÃO BÁSICA DE “TERROR”: UM HISTÓRICO DO SÉCULO XX

Antes de qualquer resposta nesses termos, não dá para associarmos um rótulo de “terrorismo islâmico”; ou então “terrorismo cristão”, pura e simplesmente. O risco de se realizar essa forma de procedimento é o de associar automática uma prática que está vinculada a quaisquer agrupamentos humanos em direção a um, específico. O que pode dar margem à ideia de discriminação. O que se necessita aqui é compreender como esse mecanismo de se fazer política pode afetar mais a determinados agrupamentos do que a outros. Nesse sentido, podemos compreender a ideia do terror enquanto um método associado à política. Não enquanto forma e substância de uma política institucional. Mas como instrumento para se atingir determinado fim.

Quando se desenvolve esse conceito, não podemos falar de somente de uma definição completamente fechada. Não há um conceito sobre terrorismo tal como os historiadores ou teóricos da guerra clássicos, como Clausewitz bem a definiram. Mas uma variedade de formas de terrorismos, e motivações ideológicas que podem variar, de acordo com as circunstâncias, seja do ponto de vista religioso, ou então da política secular (LAQUEUR, 2003, p. 7-10).

Desta forma, podemos analisar, na transição do século XIX para o XX, como no processo revolucionário que fez desmoronar a Rússia czarista, e erguer-se a URSS, terrorismo pôde servir como justificativa para algumas de suas lideranças mais eminentes. Especificamente, podemos falar do líder e um dos formadores do Exército Vermelho, Leon Trotsky, que explicava, sem nenhuma cerimônia, o quanto o terrorismo era um mero método de intimidação:

A Guerra, como a Revolução, baseiam-se na intimidação. Uma guerra vitoriosa só extermina, regra geral, uma parte ínfima do exército vencido, mas desmoraliza os restantes e domina a sua vontade. A revolução age do mesmo modo: mata umas tantas pessoas, aterroriza milhares. Neste sentido, o terror vermelho não se diferencia em princípio da insurreição armada, da qual é apenas a continuação. Só pode condenar ‘moralmente’ o terror governamental da classe revolucionária aquele que, em princípio, condenar (em palavra) a violência em geral. Para isso será preciso ser um *Quaker* hipócrita. (TROSTKSY, 1969, p. 60).

Trotsky critica a forma seletiva como Kautski condena o terror bolchevique, sendo ele defensor, no passado, da Comuna de Paris (TROSTKSY, 1969, p. 54), e justifica, desde as revoluções inglesas no século XVII até os embates nos EUA e na França no XVIII a existe desse método como forma de ação, colocando o terrorismo como inerente à guerra e à revolução (TROSTKSY, 1969, p. 49-53). É possível ver, nesse caso, que a democracia liberal já estaria sendo, enquanto instrumento de dominação de classes, por si só, uma grande miragem a ser combatida, por agrupamentos obstinados, que preferiam, se tornar uma vanguarda minoritária buscando a sua ideia de justiça, a romper com uma hegemonia majoritária, que consideravam injusta (e nesse sentido, Trotsky estava claramente se contraponto ao revisionismo socialdemocrata de Kautski, um ex-revolucionário, convertido às regras democráticas do jogo político).

Que fique bem claro que o terrorismo não se trata de uma motivação de pensamento específica de um pensador marxista-leninista. Ao longo do século XIX, diversas foram as manifestações e ações de terrorismo, por parte de anarquistas e nacionalistas, especialmente os russos anti-Czar, e os irlandeses pró-independência. Essas manifestações e as ações, no entanto, não visavam grandes massas de populações, mas sim lideranças que conduziam um regime hostil a elas (LAQUEUR, 2003, p. 25). possível identificar motivações ideológicas diferentes das de Trotsky. De modo que a noção da ideia de terror varia de local para local, de circunstância para circunstância. O caso de Trotsky, por exemplo, coincide com os nacionalistas russos no espaço. No tempo, entretanto, observamos uma bem maior degradação institucional da monarquia imperial russa.

Não basta apenas um retrato isolado dessa situação para apontarmos “inimigos da democracia”, ou “terroristas” de más (ou boas, dependendo do ponto de vista) intenções. É preciso compreender qual é o ambiente em que esse método prospera. E como essas pessoas se veem agindo e atuando. A Rússia pré-revolucionária era uma sociedade extraordinariamente disfuncional e atrasada, e oferecia terreno fértil para ações de grupos radicais contra a família real que comanda o seu império, de natureza autocrática e extremamente opressora. Se, nesse caso, a resposta se deu pela formação de ideologias nacionalistas e materialistas não religiosas, isso se dá, em um contexto muito peculiar, onde, primeiro, o nacionalismo, e depois, o socialismo marxista ainda era uma crença a ser testada, não apenas no campo das ideias, como também no da prática. O período histórico da virada dos séculos XIX e XX, com a I Guerra Mundial, teve nos nacionalismos capitalistas, como fonte de confrontos sangrentos que eliminavam populações inteiras, e sem apresentar respostas alternativas ao final deste embate dos anos 1920. O socialismo de caráter internacionalista era uma nova resposta, e a tática do terrorismo, um instrumento para encurtar o caminho da conquista do poder, especialmente nos países mais atrasados. A questão aqui que nos interessa é quando o terror passa a ser empregado por outras ideologias.

Ao longo do século XX, tivemos a utilização do terrorismo como forma e motivação de movimentos de libertação nacional, especialmente após a II Guerra Mundial, quando algumas das nações que reivindicava-

vam um Estado básico, não puderam proclamá-los. Então, não se vendo representadas no âmbito institucional das Nações Unidas ou de outros órgãos multilaterais, movimentos nacionais referentes a essas populações começaram a agir. Alguns desses movimentos tiveram sucesso completo, principalmente, quando falávamos de colonizadores que tinham data marcada para sair do local (os britânicos contra os grupos extremistas judaicos no antigo mandato da Palestina; os franceses contra a Frente de Libertação Nacional na Argélia). Outros puderam ascender ao poder, em forma de partilha com os seus antigos inimigos (o IRA, com o seu braço político o Sinn Féin na Irlanda do Norte; o Congresso Nacional Africano, que teve de ceder ao poder econômico dos brancos, na nova África do Sul multirracial). Outros tantos têm ficado isolados, diante de cooptações internas de suas sociedades e o endurecimento dos Estados Nacionais que os enfrentam (a OLP, perante o Estado de Israel, distante de ter a Palestina como país soberano; o ETA, isolado e deslegitimado, perante a monarquia da Espanha, que mantém, a despeito de fortes contestações, a sua matriz de controle). Existem também aquelas formas de organizações terroristas de fundo racista de extrema-direita, pregando um nacionalismo intolerante. Como, por exemplo, o dos grupos supremacistas brancos dos Estados Unidos. Tais grupos tiveram ascensão grande especialmente a partir dos anos 1980, com o manifesto/novela “Turner Diaries” (“Diários de Turner” em tradução livre)⁴, que serviu de inspiração para ações como o famoso atentado contra o prédio público federal em Oklahoma City em 1995, quando 168 pessoas perderam as suas vidas. Essas organizações foram severamente combatidas e isoladas pelo governo dos EUA, embora a transmissão de suas ideias permaneça sendo transmitida entre os seus aderentes.

A RELIGIÃO COMO UM NOVO IMPULSO: DO FINAL DO XX AO INÍCIO DO XXI

Se o apelo das narrativas nacionalistas não servia como resultado, tampouco a devoção a um modo alternativo ao capitalismo, um indivíduo que adere ao terrorismo como método pode utilizar como outra alavanca ideológica os motivos do desconhecido. Se a nação como território definido e o socialismo como modo de produção não oferecem resultados,

⁴ Publicado em 1978.

discursos com promessas de um mundo para além daquele que vivemos podem ser mais convincentes para um terrorista moderno. Utilizando a definição mais clara: se alguém deseja chegar ao poder democraticamente, será necessário um longo processo de educação e amadurecimento, onde o debate político exige do cidadão abrir mão de parte de suas convicções. E mesmo depois de conquistado o poder, ele não poderá governar pura e simplesmente conforme as suas convicções: terá responsabilidade perante o restante da nação, e isso o obrigará a negociar, inclusive consigo mesmo, um compromisso, que poderá, inclusive, ser para a posteridade. Quem utiliza o método do terror, ao contrário, tem pressa para chegar ao poder. Tem imensas dificuldades em fazer concessões aos diferentes. Quanto mais a si mesmo. Sua ação política parte de si e de seus próximos. E o seu compromisso, portanto, parte daquilo que ele imagina ser o justo, uma vez que o que ele enxerga no mundo em que vive é, mais do que injusto, insuportável. Na ausência de alternativas, o discurso da religião, portanto, bastante atraente. Na impossibilidade de haver alternativas terrenas, a solução está em um além bem mais poderoso do que a ação humana e mundana.

O terrorismo em nome da religião pode ser gerado por diversas fontes. Por exemplo, a sensação de alienação, que um cidadão ou conjunto deles vive em determinada sociedade (STERN, 2004, p. 9-28), tornando-se mais vulneráveis a discursos apocalípticos ou de recompensa de vida após a morte. Diversos sentimentos de um indivíduo podem ser capitalizados em sua história pessoal, como a sensação de ter sido humilhado na infância por outros colegas, e assim, a recusa à realidade se torna um instrumento fácil para dirigi-lo a grupos suscetíveis a esses discursos. E onde as práticas de terror e terrorismo são um prato cheio. A construção ideológica, a partir da religião revelada, em suas interpretações mais literais é um recurso bem corrente para essas pessoas, que se aglutinam, muitas vezes em seitas, e no limite, em organizações eminentemente terroristas. A sensação de humilhação de todo um povo, em determinadas condições, pode potencializar ainda mais essa forma de organização, disseminando-a por todo o seu tecido social, e expandindo interpretações distorcidas sobre a religião histórica praticada no local (STERN, 2004, p. 29-55). E quanto maior a presença de lideranças e seguidores nesse tecido, mas a prática se dissemina. O que dizer de regiões onde os Estados estão ausentes ou estão em colapso?

MOTIVAÇÕES PARA UM TERRORISTA

Se formos tentar compreender as razões que levam alguém a aderir a uma organização terrorista, ou a adotar o terrorismo como forma de ação política, não haverá uma razão específica, mas sim um conjunto delas que possam convergir, de maneira que ele possa agir com os seus propósitos e seus métodos. Poderíamos considerar, por exemplo, as más condições sociais de todo um povo. É certo que esse é um fator, que contribuiu e colaborou em alguns casos. Entretanto, é necessário lembrar que existe uma série de países onde a maior parte de suas populações vive abaixo da linha de pobreza, e nem por isso, instalaram-se organizações criminosas, quiçá terroristas. Então essa é uma possível razão para o surgimento de organizações terroristas. Mas não é suficiente para que elas se efetivem.

Por outro lado, podemos também citar casos de países onde prevalece um Estado de Direito autocrático. Possivelmente, a falta de democracia é um fator que estimula entre diversos dissidentes dos regimes políticos autoritários, o uso de ferramentas de métodos terroristas. Podemos nos lembrar de casos emblemáticos: o Afeganistão, a Argélia em períodos de guerra, a Rússia czarista, as diversas autocracias muçulmanas onde prosperaram células da Al-Qaeda, etc. No entanto, em regimes como Cuba e Coreia do Norte, não temos atualmente o conhecimento da presença de nenhuma organização terrorista. E, por outro lado, países desenvolvidos, como a antiga Alemanha Ocidental e a Itália viveram nos anos 1970, em pleno Estado de Direito democrático, o mal estar em ter que conviver com organizações terroristas de extrema-esquerda, como a Fração do Exército Vermelho, no primeiro caso, e as Brigadas Vermelhas, no segundo.

É possível que existam componentes geopolíticos que promovam um recrutamento de populações inteiras para que elas possam aderir a grupos terroristas. E nesse sentido, o financiamento de países interessados pode ser um fator. No entanto, se não tivéssemos países com grandes fragilidades institucionais, tal situação não prosperaria. E mesmo assim, precisamos levar em conta o quão importante essas regiões são as principais potências regionais e mundiais. E aqui, mais uma vez o Afeganistão pode nos servir de exemplo. Além da Colômbia, com as FARC e outros grupos similares, o Líbano, com o Hezbollah, e o Kosovo, com o ELK (Exército de Libertação do Kosovo). Durante a Guerra Fria, o Khmer Vermelho

foi uma organização cujo fator de desestabilização foi notória, diante da disputa China x URSS x EUA. Hoje, a mudança conjuntural mudou completamente a disposição dessa região.

Por outro lado, pode existir também um componente interfronteiriço que gere disputas entre países já estabelecidos, e aqueles que reivindicam um Estado básico. Podemos citar os casos de Israel e Palestina; Marrocos e República Sarauí; Angola e Cabinda; Turquia (além de Síria, Iraque e Irã) e Curdistão; Índia (além do Paquistão e China) e Caxemira. São casos em que, em algum momento histórico, foi dado no direito internacional alguma sustentação para a autodeterminação dos povos desses Estados que não nasceram de fato. E diante da intransigência dos demais, e o apoio externos de outros países, o método terrorismo passou a ser, em algum momento, validado, ainda que não fosse um recurso aprovado majoritariamente por essas populações. Mas, e quando, existem situações semelhantes com grandes implicações geopolíticas, e não prosperam organizações terroristas? Por exemplo, no Tibete, em relação à China? Ou a Índia colonial em relação à Grã Bretanha? Nesses casos, argumentar-se-ia: a resistência não violenta foi uma opção das lideranças locais. No entanto, também foi uma questão de cálculo político, que quaisquer um dos outros casos poderiam ter também optado. E quando se trata de países sem nenhum respaldo no direito internacional, e que, mesmo assim, possui adesões a organizações terroristas, como a Chechênia em relação à Rússia, ou o Boko Haram, em relação à Nigéria?

Saindo do âmbito coletivo dos povos, e entrando no individual. Já pudemos notar que o terrorismo não é uma questão simplesmente material. Mas pode ser de ausência espiritual de pessoas que se percebem não pertencentes a alguma sociedade, ainda que estejam bem materialmente. Saindo das fronteiras do Mundo Árabe, como explicar a ação dos 19 jovens que participaram dos atentados de 11 de setembro de 2001? A maior parte deles vivia na Europa e nos EUA. Nenhum deles estava vivendo uma situação de grande necessidade material. Sua grande questão era basicamente existencial. Levavam consigo valores de sociedades islâmicas autoritárias, e não estavam recebendo a devida atenção dos países que os acolheram. Deslocados, alienados, discriminados, qual seria o sentido de pertencimento deles? Não há dúvida de que a maior parte das populações

muçulmanas dos países da Europa Ocidental e da América do Norte não compartilha dos valores desses jovens. No entanto, o quão integradas essas populações realmente estão? Qual era a situação delas em seus respectivos país de origem, e o que os Estados ocidentais poderiam fazer para melhor integrá-los e fazerem eles pertencentes a algo que alguns, em quantidades significativas, não creem? Em tempos em que os Estados de Bem Estar Social estão sendo enxugados, onde crises monetárias e financeiras atingem essas grandes potências, esse talvez seja o primeiro problema a se resolver, não excluindo o combate ao terror. Pois, na verdade, o terrorismo já ultrapassou a sua condição de chaga intranacional e tornou-se um problema globalizado. Quando assistimos a grandes levas de refugiados fugidos de países dominados por organizações terroristas migrando para a Europa e outros países, há que se perguntar: não está faltando uma percepção mais ampla do que seja o terrorismo, no que diz respeito, não apenas à segurança coletiva, mas também a uma sensação de Bem Estar Social comum a todos os países? Esse não entendimento dá margem a toda espécie de formação de personalidades distorcidas, dispostas a se sujeitar a organizações, se não terroristas, no mínimo, de discursos extremistas, o que já não é um bom começo. Se a globalização cria a possibilidade de conquistarmos a tecnologia como Bem Comum, ela também pode proporcionar as suas próprias contradições internas, que são um grande risco para a segurança do planeta. De um lado, a questão da relação do ser humano com a natureza, que aqui não estamos a tratar. De outro, do ser humano consigo mesmo. E é desse assunto de que tratamos quando falamos da percepção do terrorismo nos tempos atuais.

ENTRE O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SURGIMENTO DO ISIS

Se no século XIX e primeira parte do XX, a ideia de terrorismo dizia respeito a uma forma de ação política muito mais voltada para lideranças políticas, no primeiro estágio, e mais adiante a alvos beligerantes, já no período em que a Al-Qaeda estava organizada, já identificávamos terroristas que visavam alvos generalizados, com civis claramente incluídos. A Al-Qaeda já apontava os seus sinais, quando fez os ataques nas embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 7 de agosto de 1998, matando mais de 200 pessoas. Nesse período, já assistíamos, no Oriente Médio e no Sul

da Ásia, grupos fundamentalistas de diversas confissões e ideologias adotando táticas semelhantes. Mas jamais na escala que foi atingida naquela data. Organizações palestinas contra Israel, como o Hamas, as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa e outras; chechenas contra a Rússia. Tâmeis contra a Índia e o Sri Lanka; Supremacistas brancas e cristãs contra o governo dos EUA; bascos do ETA contra a Espanha. Muitas vezes, atentados a bombas, homens-bombas, sequestros de avião e outras formas de intimidação. Em momento algum, no entanto, havia um adversário/inimigo que se organizasse de forma claramente tão além de uma fronteira nacional. A Al Qaeda não é palestina, nem síria, tampouco egípcia, paquistanesa, afegã ou saudita. Ela é internacional e islâmica. Está, sim, relacionada, enquanto forma de oposição, com o jogo geopolítico dos EUA com a Arábia Saudita; e as relações íntimas entre o governo norte-americano e o reino árabe. Mas não apenas com essa relação: também pesa nela as relações privilegiadas do Ocidente com o Paquistão, o Egito e outros países que sustentam uma ordem de controle das fontes de energia estratégicas mundiais, especialmente o petróleo e o gás natural, além de rotas fundamentais do transporte desses produtos (canais, oleodutos e gasodutos). No entanto, essa oposição é mais ampla do que se aparenta: ela vai contra a República Islâmica do Irã (ramo xiita do Islã) e os seus interesses particulares no Oriente Médio. Por paradoxal que seja atualmente a inimizade do Irã com os EUA se interrompe em determinadas linhas de coexistência, perante o interesse maior: combater o extremismo islâmico, que saiu do controle dos países sunitas, e se tornou, ele mesmo, uma forma de terrorismo global. Nesse sentido, as alianças dos EUA são muito claras, e envolvem governos europeus ocidentais e de cultura ocidental que, em algum momento, já foram alvo de ataques extremistas: França, Grã-Bretanha, Espanha, Austrália. Além de Holanda, Itália, Alemanha e outros. Sem contar países do Oriente pró-EUA, como o Japão, e do Leste Europeu, como Polônia, República Tcheca, Hungria, etc.

Essa aliança resultou em uma série de gestões que ultrapassavam o direito internacional, tal como aquele compreendido pelas Nações Unidas. E passou a ser o direito internacional de acordo com as nações hegemônicas que assumiram o papel de invadir o Iraque, a fim de derrubar o regime totalitário de Saddam Hussein, em 2003. Mal sabiam que, a partir daquele momento, estavam diante de um novíssimo xadrez político, mais compli-

cado do que parecia se supor. Três porções populacionais que alimentavam grandes rivalidades internas: os xiitas, maioria da população, por décadas oprimida violentamente por Saddam Hussein, um sunita secular, e que naturalmente foram se aproximando do Irã. Os curdos, que historicamente lutam há décadas pelo direito de ter um Estado básico, conquistaram a autonomia política interna, mas passaram a se deparar com um incômodo vizinho, a Turquia; onde a minoria curda ocupa cerca de 40% de seu território. E os sunitas, que ao assistir o Estado de Saddam Hussein ser desmantelado, passaram a se ver sub-representados, e a resistir internamente, diante dos sunitas, agora majoritários.

As revoltas árabes de 2010 derrubaram diversos regimes e governos: na Tunísia, na Líbia, no Egito e no Iêmen. Em outros, aconteceram reformas importantes: Argélia, Marrocos, Jordânia, Bahrein (nesse caso, não sem antes uma forte repressão do exército saudita) e Arábia Saudita (a passos tímidos, diga-se de passagem). Nos casos iemenita e líbio, mesmo com a queda do regime, o que se sucedeu foi a divisão interna do Estado, tornando-se assim países desestruturados, sem uma autoridade central clara, dominados pela violência de subgrupos, alguns leigos, outros fundamentalistas, e no caso do Iêmen, também uma organização pró-Irã, em nome dos 45% de xiitas que compõem a sua população. A Síria, por sua vez, estourou uma grande revolta, equivalente às dos demais países, e colocou à prova o regime de Bashar Al-Assad. Esse, no entanto, jamais cedeu, ou foi decisivamente ameaçado, ao contrário do ex-líder líbio Muammar Kaddafi. O apoio da Rússia, com uma base militar na cidade mediterrânea de Tartus, e o Irã, a partir da aliança com o Hezbollah libanês e as organizações xiitas iraquianas, neutralizaram boa parte do movimento pró-democracia e os isolou. Foi onde, com o apoio, principalmente da Arábia Saudita e do Qatar, que cresceu o antigo braço da Al Qaeda na Síria, e também no Iraque, dessa vez, no entanto, com uma organização que saiu do controle de todos os líderes originais. Os representantes dos sunitas no Iraque e na Síria conseguiram unir suas forças sob a liderança de Abu Bakr Al-Baghdadi. Este conseguiu aglutinar forças políticas em cidades de maioria sunita na Síria e no Iraque. E mudou o conceito da ideia de terrorismo.

Agora o terrorismo simplesmente se incorpora dentro de um Estado. Al-Baghdadi se autoproclamou Califa, e utilizou as redes sociais

para legitimar a sua posição, perante muçulmanos sunitas, algo que nem mesmo Bin Laden, o antigo líder da Al Qaeda cogitou fazê-lo. Aproveitou o fato de dominar um território rico em petróleo e com oleodutos e gasodutos estratégicos, e organizou uma economia própria, convidando sunitas de todo o mundo para juntar-se à sua causa. O agora Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) tornou-se uma espécie de “alternativa” para aqueles que não se identificam com os governantes opressores de seus países ou então com os governos ocidentais nas diásporas. Auto-sustentável, o ISIS, reconstituiu a forma de provocar a sensação de terror dentre as populações que deseja visar enquanto inimigas, pelo menos no estrangeiro. Não se trata mais de fazer ataques indiscriminados. Mas sim de utilizar essas mesmas redes sociais para exibir as mais cruéis formas de execuções de soldados ou civis inimigos, a fim de espetacularizar a morte e gerar temor para indivíduos comuns (NAPOLEONI, 2015).

Nesse sentido, o método de gerar deixa de ser o ataque generalizado a vidas civis. Passa a ser a forma como se executa a vida de alguém os atentados ao semanário satírico francês *Charlie Hebdo* está nesse contexto (SORRISSEAU, 2015). Basta apontarmos o fluxo de imigrações Europa-ISIS, a fim, de um lado a combater pelo exército de Al-Baghdadi, e de outro, de expressar medo e choque dentro das sociedades democrático-liberais europeias. O ataque ao *Charlie* não foi um acaso. Foi uma forma de capitalizar um sentimento difuso de inferioridade de parte da população muçulmana francesa que não se sente, de fato, integrada, para justificar o ataque a um veículo claramente anticlerical. Um anticlericalismo que é especificamente francês. Mas que não é necessariamente islamofóbico (SORRISSEAU, 2015). Dentro do mesmo veículo, existem ataques satíricos a outras religiões, incluídos aqui o judaísmo e o cristianismo. Sem, no entanto, receber, nenhuma resposta mais violenta ou agressiva das comunidades locais. Se, de um lado, é facilmente percebido o sentimento de violência à identidade de um povo ou comunidade quando se faz humor sem sutilezas e de natureza ofensiva, por outro, há que se perguntar: a liberdade de expressão e os seus limites podem ser pautados por uma organização que se assume como Estado, e pratica abertamente o terrorismo? Ou é resultado de um verdadeiro e aberto debate nacional que, foi, de fato, maculado, por um ato de

violência extrema que, mais do que atacar o semanário, acabou por atingir posteriormente um mercado *kosher* judaico de Paris?

Vamos nos lembrar de um fato que temos observado: o Estado Islâmico não obedece a uma fronteira regular. Ele pode parecer, de repente, em alguma cidade Líbia, no deserto do Sinai, no Egito, em uma unidade da federação na Nigéria. E assim por diante. Sua natureza é, antes de territorial, ideológica. E essa é uma questão que não pode ser ignorada. Há riscos muitos maiores na presença do ISIS, um Estado com base estabelecida do que com a Al-Qaeda, uma rede, capaz de cooptar Estados. A Al-Qaeda posiciona na variabilidade de geometria de alianças dentro de Estados falidos. O ISIS já ocupa ele mesmo a posição de uma área sem Estado, e se assume ele mesmo soberano dotado de grande capacidade de captação de recursos financeiros, o que lhe confere uma vantagem estratégica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção do que entendemos como “terrorismo” já pode ir para além da simples definição de um dicionário. Está no nosso dia-a-dia. De 1988, quando aqui definimos o conceito de “terror” e “terrorismo” até hoje, podemos notar que é uma questão que vai além de um conceito preciso. As Nações Unidas buscaram também dar formas a essa definição:

Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, Resolução 49/60, parágrafo 3).

Nessa definição cabe qualquer organização, desde que conveniente a uma determinada parte, que diretamente interessada. Pode ser um Estado beligerante, ou então um que, se não se encaixa nessa definição, está diretamente ligado a negócios com outro país ou conjunto de países diretamente envolvidos em conflitos regionais. Assim, os Estados Nacionais e as organizações internacionais ainda não conseguiram fazer efeito da questão do terrorismo como problema de segurança coletiva internacional *de facto*,

apenas *de jure*. Fica claro que existe aqui uma diferença entre o que cada Estado deseja, e o que a realidade global se impõe. E pensar em um espírito público em nível mundial e não excludente ainda é algo a se desenvolver. Enquanto isso, o terrorismo ganha formas renovadas, e quando combatido e debelado, constrói novas ressurreições. O terreno em que terroristas jogam é de grande vantagem a favor deles, justamente por não prosperar apenas um único fator, mas sim um conjunto deles, sejam eles políticos, ideológicos, religiosos, culturais, históricos e geográficos.

No entanto, talvez nem o conjunto desses fatores talvez seja suficiente. Existem alguns estudiosos que buscaram compreender o perfil padrão de um terrorista, a partir de questões que não sejam apenas objetivas. Dentro dos estudos psicanalíticos e biomédicos, buscaram-se casos em que foram apontadas experiências na infância, tendências genéticas, níveis hormonais alterados, etc., para tentar buscar esse perfil, correlacionando-os com os fatos objetivos. E mesmo assim, não se chegou a uma conclusão definitiva (LAQUEUR, 2003, p. 23). É certo que na participação de atos de terror e terrorismo, existem atores intelectuais e materiais. E que dentre esses atores, há uma grande quantidade de pessoas com personalidades sociopatas e psicopatas. Mas isso é algo inerente também ao caso de crimes hediondos. Algo que a Criminologia pode auxiliar. Por isso, quando pensamos o terrorismo nas Relações Internacionais, é preciso também buscar a interdisciplinaridade. E mesmo assim, não será um terreno simples de atravessar. Coloquemos em perspectiva que a presença de sociopatas e psicopatas não se distribui mais ou menos em um setor ou camada de determinada sociedade. Ou mais em uma do que em outra. Essa presença parece uma constante, e a sociopatia e a psicopatia somente se manifestam, se a ocasião for favorável a indivíduos com tal personalidade. Por isso, a questão diz respeito à forma como as sociedades se organizam, e como elas são capazes de evitar tais ocasiões. Se isso serve ao ladrão, ao assassino e ao estelionatário, entre outros criminosos, por que também não serviria para o terrorista?

REFERÊNCIAS

HOUAISS, Antonio et al. *Dicionário Melhoramentos da língua portuguesa*: edição especial para Encyclopaedia Britannica do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

LAQUEUR, Walter. *No end to war: terrorism in the twenty-first century*. New York: Continuum, 2003.

NAPOLEONI, Loretta. *A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A ONU e o terrorismo. Nações Unidas no Brasil*. 1995. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

SORRISSEAU, Laurent. *Entrevista*. [2015]. Programa Roda Viva. Apresentador: Augusto Nunes et al. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7nnsQ>>. Acesso em: 28 set. 2015.

STERN, Jessica. *Terror em nome de Deus: por que os militantes religiosos matam*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

TROTSKY, Leon. *Terrorismo e comunismo: o anti Kautski*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

10.

ONDE OS FRACOS NÃO TÊM VEZ: O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL FRENTE AO TERRORISMO

Roberto Goulart Menezes

INTRODUÇÃO

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001 o terrorismo foi alçado ao centro da agenda internacional, convertendo-se em uma prioridade na pauta de segurança das grandes potências militares. E, como assinalou Buzan, “Alega-se que os eventos de 11 de setembro mudaram o mundo das relações internacionais mais uma vez” (2002, p. 234).

O então presidente George Bush havia tomado posse apenas oito meses antes dos atentados e sua política externa dava prosseguimento ao unilateralismo adotado no segundo mandato do seu antecessor, William Clinton (1993-2001). No entanto, Bush diferenciava-se dele ao adotar “uma política de engajamento seletivo: seu objetivo era o de promover o interesse nacional dos Estados Unidos, não o de remodelar o mundo” (CRUZ, 2011, p. 23). A nova agenda de Washington, ao canalizar seus esforços para o campo da segurança e defesa, pôs no limbo a cooperação internacional, o desenvolvimento, o meio ambiente, entre outros temas multilaterais.

Para Martins, a plataforma política vitoriosa nas eleições norte-americanas de 2000 já trazia os elementos que se intensificaram nos pós-atentados: “Ao contrário do que em geral se afirma, não foram os indefensá-

veis atentados de 11 de setembro que mudaram o mundo, mas a ascensão de Bush e seus mentores ao governo dos Estados Unidos” (2003, p. 31).

Com a vitória de Barak Obama em 2008 parecia que a “herança maldita” legada por Bush e sua “guerra global ao terror” seria desmontada: prisão de Guatnamo, Guerra no Iraque, Guerra no Afeganistão, entre outras. Além do legado de graves violações de direitos humanos perpetrados em nome do combate ao terrorismo. Dos escombros da mal fadada invasão do Iraque e da guerra civil na Síria originou-se outra ameaça ainda mais violenta e mais aterradora e que opera em associação com a Al Qaeda: o chamado “Estado Islâmico” – ISIS (COCKBURN, 2015). A política externa dos Estados Unidos preconizada por Obama parecia mirar o caminho do multiraletalismo e a construção de um “mundo multipolar”. Essas e outras promessas do novo governo foram parcialmente implementadas, mas sem alterar significativamente a rota seguida pelo establishment norte-americano no combate ao terror. De acordo com Anderson, “Dois anos após sua [re]eleição em 2008, o governo de Obama havia criado nada menos que 63 novas agências de combate ao terrorismo” (2015, p. 121). Note-se que o amplo e sofisticado esquema de espionagem comandado pela NSA e revelado por Edward Snowden, ex-funcionário da agência, mostrou que os interesses dos Estados Unidos iam muito além do campo da segurança e defesa: o país utiliza um amplo sistema de vigilância global. As atividades de espionagem dos Estados Unidos estenderam-se ao campo da diplomacia, como demonstram as revelações acerca do grampo nos telefones da presidente Dilma Rousseff e da Petrobrás em 2013.

Como sabemos, nenhuma área do globo está livre das ações perpetradas pelas 271 organizações terroristas, mas a América Latina, em especial a América do Sul, não tem sido um dos alvos preferenciais delas. Uma rápida olhada pelo mapa dos atentados mostra que a Ásia, Europa e os Estados Unidos têm sido os alvos prioritários dos terroristas¹. Na América do Sul, o atentado terrorista contra a Amia em julho 1994, na cidade de Buenos, o maior na região desde o fim da guerra fria, deixou 85 mortos e dezenas de feridos.

¹ De acordo com *O Global Terrorism database* (GTD), da Universidade de Maryland entre 1994-2002 ocorrem 2543 “eventos terroristas” na América do Sul e entre 2003-2011 o número caiu para 830. Os eventos classificados, bem como a natureza e origem de cada uma das organizações terroristas, são amplos e de certo modo ambíguos. Para uma análise desses dados, ver MELLO E SOUZA; MORAES, 2014.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a inserção internacional do Brasil na ordem internacional contemporânea após os atentados de 11 de setembro com ênfase na contribuição que o País tem dado na construção de uma ordem multipolar e seus reflexos na América do Sul.

1 BUSH II E O PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS

As gestões de George Walker Bush (2001-2009) operaram uma reformulação ultraconservadora na política externa dos Estados Unidos, sendo o unilateralismo seu traço principal, materializado na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos denominada “Doutrina Bush” (setembro de 2002). Balizada no mais puro realismo político, ela recolocou a guerra em posição de destaque norteadada pelo princípio da guerra preventiva (AYERBE, 2006). Essa tendência se acentuou após os atentados perpetrados contra as torres do World Trade Center (Nova Iorque) e o Pentágono (Washington) em 11 de setembro de 2001 e gerou mais tensões nas relações internacionais.

O objetivo principal da Doutrina Bush era afirmar a supremacia do poder global dos Estados Unidos e impedir a ascensão de possíveis potências que desafiassem a sua liderança. Ela consubstanciava “Um projeto explícito de poder global, unipolar e quase-imperial” (FIORI, 2007, p. 9). O Iraque foi a sua primeira vítima. A deflagração da guerra em 2003, à revelia do Conselho de Segurança (ONU) e do direito internacional, visava à demonstração de força internacional frente a um país derrotado, e o controle sobre as ricas jazidas petrolíferas do Iraque. Embora o então presidente buscasse justificar a invasão do Iraque afirmando que era para levar democracia e prosperidade ao país.

O discurso e a prática neoconservadora da administração de Bush Jr. guardou estreita relação com o período Reagan (1981-1989) e suas semelhanças não são desprezíveis, a começar pela obstinação com que ambos defenderam o “livre mercado” e suas ações unilaterais perante o mundo. A expressão “eixo do mal” empregada por Bush para se referir aos regimes e governos hostis à política externa dos Estados Unidos, alude à expressão “império do mal” utilizada por Reagan para caracterizar a ex-União Soviética no contexto da Iniciativa de Defesa Estratégica em 1983. Assim,

guardadas as proporções, a tônica da estratégia neoconservadora do governo Bush Jr. era, a exemplo de Reagan, impor uma hegemonia global sem contestações. Os Estados Unidos, detentores de um poderio militar, tecnológico, cultural, econômico e político jamais desfrutado por nenhuma outra grande potência em toda a história da humanidade, ensaiaram a estratégia de um novo poder imperial.

Mostras do unilateralismo da política externa de Bush já haviam sido dadas mesmo antes dos atentados de 11 de setembro. Em março de 2001 o próprio presidente anunciou publicamente a rejeição dos compromissos com Protocolo de Kyoto em defesa da competitividade da economia norte-americana. Sua gestão também deu às costas ao Tribunal Penal Internacional Permanente (TPIP), a Convenção sobre Armas Biológicas e ao Tratado para banir as minas terrestres, entre outros compromissos multilaterais, além de tentar impor nas Nações Unidas e na Organização para a Proibição das Armas químicas (OPAQ), o endosso as suas medidas unilaterais. A derrubada violenta do regime iraquiano de Saddam Hussein (2003), sob o álibi de que o então regime de Bagdá possuía armas de destruição em massa e mantinha estreitas relações com organizações terroristas (como a Al Qaeda), não convenceu a opinião pública internacional nem a maioria dos governos das Nações Unidas².

O neoconservadorismo e a reação unilateral dos Estados Unidos acentuaram-se ainda mais com os atentados de 2001 (AYERBE, 2006), mas já estavam anunciados desde o princípio do governo Bush. Os atentados, de certo modo, forçaram sua administração à necessidade de formular o desenho de sua política externa. Porém, poucos meses depois do mundo prestar solidariedade aos Estados Unidos, a insistência nas políticas unilaterais do governo Bush solapou grande parte do apoio conquistado até então e colocou novas variáveis no debate sobre a fisionomia da ordem internacional pós-guerra fria.

² Em seu premiado livro, Wright escreve: “Em 1990, Bin Laden alertou para o perigo que o tirano assassiano do Iraque, Sadam Hussein, representava para a Arábia Saudita. Foi tratado como uma cassandra. [...] Mesmo assim, Bin Laden prosseguiu a campanha solitária contra Saddam e seu partido secular, o Bath” e adiante o autor descreve a tentativa de membros do comando da Al Qaeda de convencer Bin Laden a trocar o Afeganistão pelo Iraque em 1998 (quando ele “emitiu sua *fatwa* contra os Estados Unidos”), ele “opôs-se à ideia, pois não queria dever favores ao tirano iraquiano” (2007, p. 177, 326).

Contudo, mesmo àquela altura a caracterização da ordem internacional como unipolar já encontrava discordâncias entre os críticos da política externa dos Estados Unidos. Para Guimarães (2006), a liderança estratégica de Washington no sistema internacional não implica que uma ordem de outra natureza não esteja no horizonte das relações internacionais contemporâneas. Ainda que tenha imposto obstáculos ao desenvolvimento de uma ordem internacional de tipo diferente, é possível que, a partir da formação de novas coalizões, países intermediários como o Brasil e demais polos emergentes de poder, atuem na busca de um equilíbrio maior no sistema internacional.

Em linhas gerais, o unilateralismo enunciado pela Doutrina Bush ao atacar o multilateralismo e as instituições onde se busca exercê-lo, trabalhava contra a multipolaridade. A cisão que se deu no seio da União Europeia, quando França e Alemanha cerram fileira contra o uso da força no Iraque, confrontando à estratégia dos Estados Unidos demonstrava o desgaste, entre seus aliados europeus, da opção pela guerra como meio de resolução de conflitos. O Brasil somou-se aos países que insistiam na diplomacia via Nações Unidas. O *hard power* dava a tônica da política externa de Bush Jr., descartando uma hegemonia global com ares de Estado cosmopolita e baseado no *soft power*.

A noção de *soft power* (poder brando) para analisar as ações dos Estados Unidos nas relações internacionais foi cunhado por Joseph Nye Jr. ainda no final dos anos 1980. Ex-secretário-adjunto da Defesa no governo Clinton, Nye define como poder brando a habilidade de um ator para persuadir outros a fazer o que ele deseja sem o emprego da força ou coerção, ou seja, sem recorrer ao poder bruto (*hard power*). Na década seguinte, Nye desenvolveu com mais precisão seu conceito de poder brando, num contexto internacional de profundas transformações e no qual os Estados Unidos já figuravam na condição de única superpotência global (2002, 2004).

A análise conceitual de Nye Jr desenvolve-se à luz da hegemonia norte-americana e do modo como os Estados Unidos prosseguem no século XXI. Na introdução de seu livro o Paradoxo do poder americano (2002), nos deparamos com a seguinte indagação: “Seremos capazes [Estados Unidos] de utilizar sabiamente a nossa liderança, neste começo de século, para construir um arcabouço a longo prazo?” (p. 21).

Esse horizonte era ainda menos claro em meados da década de 1970, quando teve lugar o debate acerca do declínio do poderio americano. Como um dos debatedores Nye Jr., juntamente com Robert Keohane, formulou o conceito de interdependência complexa como contraponto as teses defendidas por autores realistas no tocante à compreensão do papel dos Estados Unidos na ordem internacional. Naquele momento, o prestígio e a liderança internacionais de Washington estavam abalados pela crise do petróleo, pela derrota na guerra do Vietnã, pelo fim do padrão ouro-dólar, entre outros.

Em linhas gerais, o poder brando nos remete a um ambiente internacional no qual o multilateralismo, a cooperação e as instituições liberais são predominantes na vertente do internacionalismo liberal. Por outro lado, ainda que o autor ressalve que as duas formas de exercício do poder sejam complementares, podemos entender o poder bruto como um cenário mais caracterizado pelos traços do realismo político, ou seja, do uso da força no lugar da diplomacia, do conflito e de um ambiente mais hostil à hegemonia ou supremacia dos Estados Unidos (MENEZES, 2011).

Assim, para Nye Jr., dado que a força não resolve todos os conflitos, há outras maneiras de um dado ator (A) influir no comportamento de outro(s) (B, C...) para levá-lo(s) a agir (em) de modo a satisfazer (em) os interesses de A. Essa concepção de poder é exercida de modo indireto. Segundo o autor, “Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade” (2002, p. 36). O poder brando, de acordo com ele, pretende “levar os outros a querer o que você quer [...] Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las” (2002, p. 36; 2004).

No poder brando tão importante quanto a cooptação, é a atração do modo de vida exercida sobre terceiros e a admiração, segundo o autor, que as instituições dos Estados Unidos despertam. O poder brando “Não é simplesmente sinônimo de influência, embora seja uma fonte de influência. [...] O poder brando é mais que persuasão ou que a capacidade de mover as pessoas pela argumentação. É a capacidade de seduzir e atrair” (2002, p. 37).

Essa maneira de operacionalizar a categoria poder, subdividindo-a em duas dimensões, considera as características intangíveis do poder por

permitir incluir e dar mais relevo à cultura, à ideologia e aos valores supostamente mais fortes no poder de atração da sociedade norte-americana – o que facilitaria a difusão de seus valores, visão de mundo, estilos de vida e interesses por meio de sua política externa. O pano de fundo no qual o autor elabora sua análise é o da globalização econômica e informacional. E de certo modo guarda alguma relação com o conceito de hegemonia de inspiração crítica, ainda que não o reivindique ou se filie a essa perspectiva.

Contudo, conforme Ayerbe (2006), não se trata de concepções antagônicas – poder brando ou duro – quando se analisa a atuação internacional dos Estados Unidos, seja em um governo republicano ou democrata. Para o autor,

A atuação internacional dos Estados Unidos tem uma dimensão essencialmente estrutural. As diferenças entre unilateralismo republicano e o multilateralismo democrata, entre os defensores do poder brando e os do poder duro, as abordagens cosmopolitas, imperiais ou nacionais, realistas, liberais ou institucionais referem-se mais aos meios que os fins da política externa (2006, p. 77).

Ao realçar a dimensão estrutural da atuação dos Estados Unidos nas relações internacionais – podemos aqui mencionar o conceito de poder estrutural desenvolvido por Susan Strange, que

Confere o poder de decidir como as coisas deverão ser feitas, o poder de conformar os marcos nos quais os Estados se relacionam entre si, se relacionam com as pessoas ou com as empresas e corporações. O poder relativo de uma parte em uma dada relação é maior, se também determina as estruturas que envolvem essa relação. (1988, p. 25, tradução nossa).

2 O BRASIL E O SISTEMA INTERNACIONAL APÓS 11 DE SETEMBRO

Em um cenário marcado pela arbitrariedade e acirramento da vontade hegemônica dos Estados Unidos, a política externa brasileira na era Cardoso apostou timidamente na multipolaridade emergente. No entanto, os atentados e toda sua violência colocaram a América Latina ainda mais à margem. Na administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a inserção internacional do Brasil guiou-se pelos princípios do otimismo liberal. Ainda que o Brasil não tenha adotado o “realismo periférico”, que pro-

põe uma atitude subserviente e adesta à potência dominante, e nem almejado “relações carnavais”, conforme expressou um dos ministros das Relações Exteriores do governo de Carlos S. Menem (1989-1999), as relações com os Estados Unidos foram pautadas pela não confrontação. A ênfase estava na “autonomia pela participação” e caracteriza-se pela busca de credibilidade.

O comportamento esperado “dos países periféricos colaborativos”, segundo Guimarães (2006), é o de sempre se submeterem aos interesses do hegemom. Na véspera dos atentados, os ministros das relações exteriores dos países membros da Organização dos Estados Americanos encontravam-se reunidos em Lima (Peru). Em função da gravidade dos acontecimentos, o fim dos trabalhos fora antecipado. O então Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer propôs que o Tratado Interamericano de Ajuda Mútua e Recíproca (TIAR) de 1947, e praticamente enterrado na Guerra das Malvinas (1982), quando os Estados Unidos ficaram ao lado da Grã-Bretanha, fosse utilizado para fazer frente aos atentados nos Estados Unidos, causando certo estranhamento e desconforto em parte dos países da região presentes na Cúpula.

Com a Reunião de Brasília (2000), o governo Cardoso adotou um discurso diplomático autonomista. A crise no Mercosul e a desvalorização do real em 1999, somados aos avanços da agenda de negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, foram as principais razões dessa iniciativa da diplomacia brasileira à época. O ex-presidente almejava o resgate do conceito de América do Sul ensaiado pelo projeto da ALCSA em 1993. No final da gestão Cardoso, a diplomacia brasileira passou a conceber um novo desenho geopolítico regional, pondo em marcha o conceito de América do Sul e que será aprofundado e dotado de um forte viés político na gestão Lula da Silva.

Um dos principais efeitos geopolíticos oriundos dos atentados de 11 de setembro foi a extensão de uma zona cinzenta sobre as relações internacionais. Após os ataques militares ao Afeganistão iniciados em outubro de 2001, o Brasil adotou uma postura de cautela a fim de não endossar e aderir à lógica de combate ao terror posta em prática pelos Estados Unidos. Assim, “Ainda que mantendo distância militar e diplomática da chamada Guerra Global contra o Terror, [o Brasil] mostrou-se disposto a colaborar

com o esforço norte-americano” (MELLO E SOUZA; MORAES, 2014, p. 21), sem abdicar de sua autonomia.

A autonomia política é um dos objetivos permanentes da política externa de qualquer Estado-nação no sistema internacional contemporâneo. De acordo com Russell e Tokatlian (2002), o conceito de autonomia política significa a defesa e a ampliação dos espaços de liberdade dos Estados-nação na ordem internacional e possui uma pluralidade de significados. Três formas são correntes nas relações internacionais: 1) como um dos princípios do modelo westfaliano, que assegura a independência de cada Estado no sistema internacional; 2) como uma condição, na qual um Estado exerce sua autonomia ao tomar suas decisões sem interferências externas ou de grupos internos específicos; 3) como um dos interesses nacionais objetivos dos Estados (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002, p. 161-162).

De acordo com os autores, a globalização e o fim da Guerra Fria no plano internacional e a democratização e a integração no plano regional alteraram profundamente o contexto para a ação dos Estados latino americanos, dotando a autonomia política de novas feições. Considerando esse novo cenário, Russell e Tokatlian apresentam a noção de autonomia relacional, isto é, “La capacidad y disposición de un país para tomar decisiones con otros por voluntad propia y para hacer frente en forma conjunta a situaciones y procesos ocurridos dentro y fuera de sus fronteras” (2002, p. 176). Essa concepção da autonomia política, orienta-se no plano teórico pelas formulações do construtivismo e da teoria crítica, em oposição aos postulados da teoria realista e neo-realista que privilegiam o conflito. Assim, a autonomia relacional não se baseia no alto ou baixo nível de confrontação, mas na capacidade de formular e executar políticas que favoreçam o interesse nacional (2002, p. 181).

Pensar a autonomia política relacional como prática implica em participar mais ativamente na formulação de normas e regras internacionais a fim de facilitar a governabilidade global processada nos organismos multilaterais e nos diversos regimes internacionais. Logo, o objetivo maior seria a busca e a construção de um multilateralismo de tipo novo (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002).

Na história da política externa brasileira, a noção da “autonomia pela distância” norteou a atuação internacional do País durante quase toda a Guerra Fria e se estendeu até meados dos anos 1980. Autonomia e universalização são os dois conceitos chaves da Política Externa Independente e conformaram um novo paradigma da política externa desde o início dos anos 1960 (FONSECA JR., 1998).

A estratégia do globalismo/universalismo como paradigma da política externa buscou ampliar o espaço de exercício da autonomia brasileira mediante a multiplicação dos vínculos econômicos e políticos do País, orientado pela busca do seu desenvolvimento econômico. Com o golpe militar de 1964, a lógica da “autonomia pela distância” fora interrompida até ser recuperada mais fortemente com o “pragmatismo responsável” do governo Geisel a partir de 1974 e manteve-se até a primeira metade do governo Sarney, quando começou a perder força. A transição do sistema internacional na virada dos anos 1980, os desafios postos pelo esgotamento da ordem da guerra fria, o papel dos Estados Unidos como única superpotência e o fenômeno da globalização econômica e financeira, formaram a moldura sob a qual se deram os ajustes, as mudanças e as transformações da política externa do País.

A chegada do governo Collor de Mello (1990-1992) impôs uma mudança significativa no paradigma globalista da política externa brasileira ao ensaiar laços mais estreitos nas relações com os Estados Unidos. Em sua primeira fase, a diplomacia de F. Collor preferiu acalentar as supostas esperanças em um mundo regido pelos Estados Unidos de modo unipolar e almejava, de certo modo, fazer das relações com Washington o eixo primordial da atuação externa brasileira.

A gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), guiou-se pela “a autonomia pela participação ou integração” (CARDOSO, 2006). De acordo com Gelson Fonseca Jr., formulador da ideia, esse paradigma está referenciado em um mundo caracterizado pelo multilateralismo no qual “o Brasil tinha que entrar no processo para discutir e tentar mudar as regras que estavam se formando” (Entrevista ao autor, 2010). Nesse sentido, a adesão aos regimes internacionais orientados pela lógica da “autonomia pela participação” reflete a percepção da política externa do governo Cardoso de um ordenamento internacional mais voltado para a cooperação.

3 O GOVERNO LULA E A ERA BUSH: INTERESSE NACIONAL E ORDEM MUNDIAL

As relações Brasil-Estados Unidos no governo Lula da Silva mantiveram-se dentro dos moldes da noção de “divergência limitada” e, como demonstra o histórico das relações bilaterais ao longo do século XX, ocupam lugar crucial na política externa brasileira (LIMA; HIRST, 2006). A estratégia do Brasil de Lula da Silva foi a de estabelecer relações maduras com a hiperpotência, pois, “A chegada de um dirigente sindical, líder de um partido de esquerda, à presidência de um país relevante da América Latina poderia evidentemente provocar alguma inquietação em um governo republicano, de corte conservador, e que estava sem clara política para a região” (GARCIA, 2013, p.55).

De acordo com o então secretário-geral do Itamaraty, as relações com os Estados Unidos, orientaram-se por uma visão da realidade internacional calcada na defesa dos interesses nacionais e na recusa das hegemônias de todos os tipos, sem com isso adotar uma postura anti Estados Unidos (GUIMARÃES, 2006).

A vertente autonomista combina o objetivo de projeção internacional com a permanência do maior grau de flexibilidade, liberdade da política externa e diversificação nas relações externas. Nela, os resultados da liberalização comercial são vistos com reticência e a adesão aos regimes internacionais é encarada de modo crítico. No horizonte, essa vertente vislumbra influir no jogo de poder internacional por meio da elaboração de arranjos ou coalizões com Estados-nação de perfil aproximado ao seu (SOUZA, 2009).

A diplomacia brasileira avaliava que tal como a ALCA vinha sendo negociada não interessava ao Brasil. Em pouco tempo a ALCA seria esvaziada e engavetada. O fracasso da Cúpula de Miami praticamente enterrou as negociações da ALCA e representou uma vitória das nações que a todo custo resistiam a sua conclusão tal como vinha sendo negociada. Na Cúpula de Mar del Plata (2005), ela foi rejeitada pela Venezuela, Brasil e demais países do Mercosul.

Sem desistir do seu projeto estratégico de integrar as economias da região a partir de seus interesses econômicos, políticos e comerciais, os Estados Unidos voltaram-se para a elaboração de acordos bilaterais com o Chile (2003), Peru (2005), Colômbia (2006), entre outros. E mais recente-

mente a Aliança do Pacífico formada por Peru, Chile, México e Colômbia, reaviva o regionalismo aberto e fortemente orientado pela liberalização comercial (MENEZES, 2014).

No plano global, o governo Lula da Silva valorizou o multilateralismo (reforma do processo decisório da ONU, não-proliferação), o desenvolvimento de uma política comercial mais afirmativa com atuação sobretudo nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e parcerias estratégicas no âmbito Sul-Sul com países semi-periféricos grandes (África do Sul, China, Índia, Rússia entre outros).

Nesse contexto, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) instituído pela Declaração de Brasília (junho de 2003), apenas três meses após a deflagração da Guerra no Iraque, tendo como eixo a cooperação para o desenvolvimento. Na perspectiva da política externa brasileira, a instituição de coalizões do tipo IBAS contribui para uma ordem internacional multipolar. Os três integrantes partilham de algumas características em comum: situam-se na periferia do capitalismo (“países intermediários”); possuem economias dinâmicas e exercem papel de relevo em suas respectivas regiões. Mesmo não apresentando comportamento uniforme perante aos desafios no sistema internacional, esse mecanismo de associação em coalizão busca abrir novos espaços de atuação para os seus integrantes.

De acordo com Hurrell (2006), os países agrupados sob o acrônimo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), orientam-se pela “Transição de uma visão pluralista tradicional da sociedade internacional em direção a uma visão caracterizada por maior solidarismo” (p. 4). Assim, segundo o autor, esses países “interagem de maneira problemática com os complexos processos de liberalização política e econômica e – mais importante – contestam os limites e o caráter dessa liberalização” (idem). Para Hurrell, os países do Brics adotam predominantemente a estratégia de balanceamento das relações internacionais, ainda que em certos momentos pontuais o comportamento seja de acomodação pragmática. No entanto, para ele, “é muito menos claro o quanto qualquer um desses países avançou como produtor das ideias que moldarão as concepções de ordem global no futuro” (2009, p. 28).

4 A PACIFICAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: O ATUAL PROCESSO DE PAZ COLOMBIANO

O possível êxito do processo negociador para pôr fim ao conflito na Colômbia fará da América do Sul uma das áreas mais pacificadas do globo e abrirá novas oportunidades econômicas, políticas na agenda de integração regional³. A decisão do presidente colombiano Juan Manuel Santos, durante seu primeiro mandato, de iniciar as negociações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCS), em novembro de 2012 em Havana (Cuba), representou um giro na política interna do país e colocou em campos opostos Santos e o ex-presidente Álvaro Uribe, seu ex-aliado e padrinho político. Em 2014, a decisão do presidente Santos de negociar com as FARCS quase lhe custou à reeleição.

Nas gestões Uribe (2002-2010), a militarização do conflito intensificou-se com a ampliação do Plano Colômbia. Seu governo foi o único de toda a América do Sul a apoiar a invasão do Iraque, além de negociar um polêmico plano de instalação de oito bases militares norte-americanas no território colombiano, vetado pela suprema corte do país. A “guerra global ao terror” de Bush caía como uma luva para a política de enfrentamento das FARCS do governo Uribe. Assim como nos Estados Unidos, em nome do combate ao terror foram cometidas graves violações dos direitos humanos: torturas, massacres, encarceramentos sem julgamento.

Em 2002, os Estados Unidos incluíram as FARCS na lista de organizações terroristas, decisão acompanhada pela União Européia e Canadá. A pressão para que o Brasil também seguisse a decisão de Washington foi grande. No início de 2003, a então Ministra da Defesa colombiana Marta Lucía Ramírez reiterava a urgência dos países vizinhos tratarem as FARCS “como a mais pura expressão do terrorismo”. O clima que antecedeu a invasão do Iraque era tenso e o Brasil buscou manter-se distante da lógica da “guerra ao terror global” e não cedeu às pressões. A principal razão, de acordo com o assessor da Presidência da República, Marco Aurélio García, é que “o Brasil não qualifica as forças insurgentes colombianas devido a

³ Em um estudo intitulado *Custos econômicos e sociais na Colômbia* publicado em 2014 um grupo de pesquisadores colombianos afirma que se o processo de paz realmente for assinado e implementado os investimentos estrangeiros aumentarão, o risco-país cairá e os investimentos privados dos colombianos aumentará e contribuirá para aumentar o crescimento econômico e reduzir a pobreza.

que, eventualmente, se veria impedido de ser mediador em um possível processo de paz”⁴.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a oferecer a cidade de Manaus como espaço neutro para um possível processo negociador entre o governo Colombiano e as FARCS e o Exército de Libertação Nacional (ELN). A oferta foi renovada pelos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, o que demonstra o interesse da diplomacia brasileira na busca de uma solução negociada para o conflito de cinco décadas que deixou 220 mil mortos e 6 milhões de pessoas atingidas (parte delas deslocadas de guerra), além de milhares de crianças-soldados. Paralela às negociações do Estado colombiano com as FARCS em Havana sob a mediação de Cuba e Noruega, o Brasil abrigou negociações secretas entre autoridades colombianas e lideranças do ELN em 2014, conforme noticiado pela imprensa brasileira (ADGHIRNI, 2015).

O anúncio em novembro de 2015 pelos negociadores em Cuba de que os dois lados haviam chegado a um acordo em relação ao tema mais delicado, o da justiça no pós-conflito, demonstra até o momento, disposição em pôr fim a uma guerra civil que dilacerou parte do país. No final de janeiro de 2016, o Conselho de Segurança da ONU aprovou resolução criando uma missão política especial para supervisionar e monitorar o cessar-fogo bilateral entre o Governo da Colômbia e a guerrilha das FARC (LAFUENTE, 2016). Todos os observadores serão da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Além de aprofundar as negociações do processo de paz, essa resolução reconhece o papel fundamental das instituições regionais na garantia da paz e da democracia na região. O envolvimento do Brasil e demais países da América do Sul com a pacificação da Colômbia pode fortalecer a integração regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos a posição do Brasil frente ao combate ao terrorismo e sua recusa em aderir a lógica da “guerra global ao terror”. Após os atentados de 11 de setembro, o Brasil buscou distanciar-se da agenda de segu-

⁴ BBC. *FARC: Colombia y Brasil en desacuerdo*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_2782000/2782299.stm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

rança das grandes potencias militares, em especial os Estados Unidos, mas contribuiu com medidas de combate ao terror através da participação em organismos e grupos destinados a identificar e bloquear fontes de financiamento das organizações terroristas. Em síntese, o País sempre defendeu a arena multilateral como melhor meio de enfrentamento ao flagelo do terrorismo.

Os Estados Unidos sentem que a ordem internacional trouxe novos desafios para a sua posição de país líder. O unilateralismo da Doutrina Bush cedeu espaço lentamente para a retomada da agenda multilateral de Barack Obama, embora o fracasso retumbante no Iraque tenha se estendido até 2011. Ademais a emergência de novos pólos de poder, destacadamente a China, com sua pujança econômica e taxas elevadas de crescimento do seu PIB representam imenso desafio no médio prazo para os Estados Unidos.

Juntamente com China, Índia, Rússia e África do Sul, o Brasil reúne-se no fórum Brics. O papel da China e dos novos pólos de poder na ordem internacional mudou substancialmente e o caminho da multipolaridade ganhou mais força. Já não parecem possíveis ações unilaterais dos Estados Unidos sem o consentimento ou apoio dos antigos aliados e dos novos atores internacionais.

A noção de *soft power* apesar de sugerir uma dominação (no sentido weberiano de consentimento), quando transposta para o plano internacional assume a imagem do brilho da espada, isto é, uma das feições da espada. No fundo, *soft* ou *hard* esses termos se referem mais aos meios que aos fins da política externa dos Estados Unidos. O 11 de setembro assinalou uma mudança não tanto da parte dos Estados Unidos perante as relações internacionais, mas sim uma transformação da conjuntura internacional que desafia a suposta condição imperial de Washington. Some-se a isso que a crise econômica internacional debilitou ainda mais essa possibilidade.

Ao Brasil interessa uma América do Sul pacificada, democrática e, se possível, integrada, respeitando os direitos humanos e com desenvolvimento econômico e social. Por sua vez, o processo de paz na Colômbia sinaliza para a toda a região que o multilateralismo e o diálogo são os elementos-chave para superar suas mazelas históricas e não sucumbir à barbárie imposta por lógicas como a da “guerra ao terror” e seus desdobramentos. Os

“fracos” sabem que sem a construção de uma ordem multipolar e multilateral o terreno das relações internacionais seguirá povoado por aqueles que concebem a paz e os direitos humanos como um horizonte apenas utópico.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, S. Brasil abrigou negociações entre guerrilha ELN e Colômbia, mas recuou. *Folha de S. Paulo*, 9 out. 2015.

ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

AYERBE, L. F. O poder estadunidense. In: _____. *Ordem, poder e conflito*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 15-78.

BBC. *FARC: Colômbia y Brasil en desacuerdo*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_2782000/2782299.stm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BUZAN, B. As Implicações do 11 de setembro para o estudo das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 233-265, jul./dez. 2002.

CARDOSO, F. H. *A Arte da política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COCKBURN, P. *The rise of Islamic State*. London: Verso, 2015.

CRUZ, S. C. V. *Evolução geopolítica: cenários e perspectivas*. Brasília, DF: CEPAL: IPEA, 2011. 44 p. (Textos para discussão CEPAL-IPEA).

EL PAÍS, 2012-2016. (Várias edições).

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 11-64.

_____. Prefácio. In: FIORI, J. L. *O poder global e a geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-40.

FONSECA JR., G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Entrevista ao autor*. Brasília, DF, 2010.

GARCIA, M. A. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 53-67.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HOBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HURRELL, A. *On global order*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, A. et al. *Os Brics e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 9-41.

LAFUENTE, J. ONU aprova missão para monitorar fim do conflito na Colômbia. *El País*, 25 jan. 2016.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state na regional power: action, choice and responsabilites. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

MARTINS, L. O fundamentalismo de Bush e a nova ordem mundial. *Política Externa*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 31-42, jun./ago. 2003.

MELLO E SOUZA, A.; MORAES, R. A relevância do terrorismo na política internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. In: MELLO, A. et al. (Org.). *Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror*. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 13-43.

MENEZES, R. G. Soft Power, o brilho da espada: o Brasil e a ordem internacional pós 11 de setembro. *Revista Mediações*, Londrina, v. 16, n. 2, p. 107-122, jul./dez. 2011.

_____. A Aliança do Pacífico e a Estratégia de Integração Sul-Americana do Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., 4-7 ago. 2014, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: ABCP, 2014.

NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

_____. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. De la autonomia antagônica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. *Perfis Latinoamericanos*, México, p. 159-194, dic. 2002.

SOUZA, A. *A Agenda internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

STRANGE, S. *States and markets*. 2. ed. London: Pinter Publishers, 1994 [1988].

WRIGHT, L. *O Vulto das torres. A Al-Qaeda e o caminho até o 11/9*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

11.

A IRANIZAÇÃO DO ISLÃ E SEUS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS

Renatho Costa

Em pesquisa¹ realizada durante o ano de 2011, no Irã, foram feitas diversas entrevistas com lideranças religiosas e políticas do país, assim como acadêmicos. O intuito da pesquisa era analisar a percepção que os aiatolás ligados ao governo ainda detinham sobre o sistema do *wilayat al-faqih*², após mais de três décadas de sua implantação no país. No entanto, durante este mesmo período, também foi mantido contato com diversos centros de estudos religiosos na cidade de Qom e houve a convivência com vários estudantes de religião matriculados nestas instituições. Desta experiência, alguns aspectos foram suscitados e desenvolvidos em trabalhos posteriores, contudo, um deles ainda não tinha sido analisado, qual seja, a “iranização do xiismo” em curso no país.

E, nesse sentido, este artigo procura abordar o processo em que se deu a iranização do xiismo – desde o período em que os aiatolás passaram a contestar o fato de serem governados por não clérigos – e qual seria sua

¹ Durante o ano de 2011, fui convidado pela Al-Mustafa International University, de Qom, Irã, a permanecer no país como pesquisador e realizar as pesquisas necessárias para o doutoramento. Na ocasião, a instituição ofereceu condições materiais e técnicas para o desenvolvimento de toda a pesquisa que resultou na tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, intitulada “A influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX – o *wilayat al-faqih* e o pragmatismo dos aiatolás como inviabilizadores na expansão da Revolução Islâmica”.

² De modo simplificado, pode-se dizer que o *wilayat al-faqih* configura-se em um sistema de governo no qual o governante máximo é uma autoridade religiosa, no caso do Irã, o Supremo Líder. Atualmente este posto é ocupado pelo Aiatolá Ali Hoseyni Khamenei.

implicação nos dias de hoje. Para tanto, parte-se de uma análise histórica acerca da gradual inserção dos clérigos nos meios políticos até a concretização da Revolução Islâmica, em 1979. E, de modo complementar, utilizam-se elementos relacionados às constatações oriundas da pesquisa realizada no Irã em 2011 e das entrevistas feitas na ocasião.

Apesar do período de tempo transcorrido, de 2011 a 2015, as considerações apontadas pelos entrevistados e obtidas *in loco* ainda continuam relevantes devido ao fato de que apesar de a crise econômica ter comprometido o país, o projeto de iranização manteve-se em atividade, apenas sendo destinado recursos mais modestos.

O INÍCIO

O processo de islamização da Pérsia deu-se gradualmente a partir do século VII, no entanto, a efetivação da religião islâmica sob a vertente xiita somente ocorreu no início do século XVI, com a dinastia Safávida³ no poder (AXWORTHY, 2008). Este processo de assimilação do xiismo não ocorreu de modo pacífico, até porque, inclusive no interior da Pérsia o sunismo perdurou por muitos séculos e alguns eruditos permaneceram seguindo esta vertente do Islã até que o xiismo se tornasse a religião oficial safávida.

Apesar de o Islã não propor uma divisão formal entre os poderes temporal e o espiritual, historicamente, conforme expõem Mackey (2008) e Abrahamian (1993), os ulemás⁴ aceitaram que o império fosse governado por um líder não religioso que defendesse o xiismo e respeitasse seus princípios ao invés de entrarem em choque pelo poder. Em certa medida, este “arranjo institucional” legitimava o governante não clérigo

³ “It is uncertain just when the Safavids turned Shi’a; in the religious context of that time and place, the question is somewhat artificial. Shi’a notions were just one part of an eclectic mix. By the end of the fifteenth century a new Safavid leader, Esmā’il, was able to expand Safavid influence at the expense of the Aq-Qoyunlo, who had been weakened by disputes over the dynastic succession”. (AXWORTHY, 2008, p. 131)

⁴ O conceito de ulemás (tradução de *ulamā*) é mais comumente utilizado para descrever o corpo de clérigos muçulmanos com amplo conhecimento em ciências islâmicas. No entanto, a adoção do termo varia de acordo com o segmento religioso, mas neste artigo é utilizado o entendimento xiita, ou seja, refere-se os clérigos que possuem altos padrões de conhecimento acerca da religião, configurando-se, assim, no mais alto cargo da estrutura hierárquica xiita, exceto com a instauração do *wilayat al-faqih* que concebeu o Líder Supremo a supremacia sobre os ulemás.

e fazia com que as lideranças religiosas tivessem participação indireta no governo⁵.

À parte os desentendimentos que ocorreram em diversos níveis entre governantes e lideranças religiosas, o fato preponderante é que o império persa estabilizou-se sob o governo dos xás, contudo, gradualmente, com mais efetividade a partir do século XIX, as potências estrangeiras passaram a buscar maior influência na região para atender seus interesses geopolíticos e econômicos.

Se, por um lado, a delimitação de suas fronteiras com o Império Otomano fora efetivada – ainda que tenha havido atritos –, por outro, as presenças russa e britânica foram se ampliando em território persa e cada vez mais concretizou-se a disputa geopolítica conhecida por “O Grande Jogo”⁶. O resultado objetivo dessa disputa pela influência na Pérsia foi o enfraquecimento dos governantes a partir do apoio a movimentos internos e cooptação do próprio xá, que passou a estabelecer padrões ocidentais para o país islâmico.

Ainda, no intuito de aproximar-se do modelo europeu, o xá persa necessitava empenhar cada vez mais as riquezas de seu país e esse modelo de submissão às potências estrangeiras estimulou surgimento de um movimento nacionalista liderado pela maior autoridade religiosa da época, o Grande Aiatolá Mirza Mohammed Hassan Husseini Shirazi. O imbróglio teve início com a concessão do monopólio da comercialização do tabaco (1891), que, conforme expunha o acordo assinado pelo xá, somente a companhia britânica poderia comprá-lo, vendê-lo e exportá-lo, sem qualquer competição interna.

Como este acordo afetava parcela substancial da população – inclusive plantadores e comerciantes –, o aiatolá Shirazi decretou a proibição do consumo do tabaco. Pautando-se por princípios religiosos, entendia que o monopólio significava restrição de liberdade da população e que a concessão a um país não-muçulmano se configurava numa violação ao Islã.

⁵ O nível de influência dos clérigos no governo variou durante as diversas dinastias que governaram a Pérsia/Irá, também de acordo com a percepção do monarca que encontra-se no poder e a situação política da região. Contudo, é fato que a legitimação do exercício do poder do monarca – não integrante do clero – pelos clérigos gerou um sistema de dependência mútua.

⁶ Termo que foi cunhado para expor a disputa entre os impérios russo e britânico pela influência na região asiática.

O movimento obteve sucesso e o acordo foi suspenso, contudo, muito mais do que somente ter havido esta vitória contra o xá, conforme Keddie (1966) aponta, a percepção de que seria possível enfrentar o governo e mesmo as potências, tornou-se real.

The protest against the tobacco concession was the first successful mass movement in modern Iranian history, and led to defeat of the government and triumph of the protesters in their demand for a total cancellation of the concession. This success undoubtedly gave courage to the conscious opponents of the government and foreign encroachments, and led many to see for the first time that it was possible to defeat the government, even on a matter involving European interests. (p. 1).

Esta importante ruptura empoderou substancialmente os clérigos. E, se em um primeiro momento não houve o interesse efetivo do aiatolá Shirazi em questionar a legitimidade de osxás governarem, gradualmente a presença política das lideranças religiosas fez-se presente nos movimentos políticos que passaram a tomar conta da vida iraniana no século XX. Seja na Revolução Constitucional⁷ (1905-1911), ou mesmo nos processos que desencadeariam o fim da monarquia no Irã, no final da década de 1970, a oposição ao xá se tornou mais frequente.

A ascensão da dinastia Pahlavi em 1925, atendendo aos interesses britânicos, somente provocou um maior atrito entre governo e alguns segmentos religiosos. A razão principal estava na maneira com que o Xá Reza Khan Pahlavi percebia a religião xiita e no modo que propôs superar o subdesenvolvimento dos iranianos. Espelhado nos processos de modernização que a Turquia vivenciava, o monarca iraniano passou a implementar no Irã reformas que, de fato, buscavam mudar as características de um país agrário para outro industrial. No entanto, a proposta de mudança do xá era muito mais profunda e afetou elementos culturais islâmicos, tais como a imposição de vestimentas ocidentais em detrimentos das tradicionais, criação de escolas mistas, dentre outras (MACKEY, 2008).

⁷ A Revolução Constitucional fora algo inédito no Oriente Médio, haja vista configurar-se em um movimento que contou com baixa mobilização militar e levou a população, em sua grande maioria, a mobilizar-se contra o *modelo deocidentalização* instituído pela monarquia Qajar (desde o início do século XIX com Abbas Mirza), o qual, apesar de ambicionar trazer o desenvolvimento técnico-científico ao Irã, também favorecia as grandes potências em detrimento de seu povo. Também foi de fundamental importância a participação das lideranças religiosas para reforçar os princípios religiosos xiitas na constituição (HAIRI, 1977; ESPOSITO; 2005; MACKEY, 2008).

O resultado desta política foi a insatisfação cada vez maior dos clérigos mais conservadores, contudo, o xá não tinha interesse em abrir mão de sua visão de modernização e, para tanto, passou a agir com muita violência contra qualquer um que se posicionasse contrário ao caminho que o Irã adora. É importante salientar que o processo de modernização proposto pelo xá, apesar de ser entendido como algo que visava atender a todos o país, não tinha essa real dimensão e a assimetria também era objeto de questionamento, haja vista, em certas localidades como na cidade de Abadan – onde estava localizada a refinaria de petróleo –, os aspectos relacionados ao bem-estar social tiveram forte incremento, entretanto, para outras regiões sem esta característica econômico-estratégica, apenas couberam acatar as medidas ocidentalizantes que o xá havia estabelecido.

Assim, a política de ocidentalização do xá passou a ser apresentada à população, pelos clérigos, como um ato de violência contra a cultura islâmica. A proibição do uso do véu, apesar de ter consigo agradar uma parcela da sociedade, desagradou outra muito maior, formada a partir dos costumes e tradições religiosas.

Nesse sentido, a tentativa de anular o segmento religioso de qualquer influência política também se apresentou como uma opção equivocada, haja vista a população manter uma relação muito próxima com as mesquitas e escolas. E, ainda que o xá tenha conseguido reduzir o poder econômico dos clérigos, não foi o suficiente para anular sua presença. Por conseguinte, ações autoritárias contra lideranças em Qom e Mashhad somente reforçaram o discurso dos clérigos contra o rumo que o xá pretendia dar ao país.

É fato que dentro da vertente xiita nem todos os aiatolás participaram ativamente de ações contra o governo do xá, havia um segmento conhecido como *quietista* cujo posicionamento político não fazia parte de sua atuação pública. O entendimento primordial destes aiatolás era de que os religiosos não deveriam se posicionar nestes embates, apesar de continuarem defendendo os valores islâmicos e serem contrários a muitas medidas implantadas com a modernização.

A situação do xá Reza Khan Pahlavi começou a modificar-se, substancialmente, quando teve início a Segunda Guerra Mundial. O xá já vinha se aproximando da Alemanha no intuito de *inserir um terceiro ator no*

cenário político regional para ter mais condições de barganha com a União Soviética e Grã-Bretanha (FROMKIN, 2008), no entanto, conforme destacam Demant (2004) e Hourani (2001), o modelo nazifascista também seria apreciado pelo xá. Por outro lado, este posicionamento ideológico é contestado por Axworthy (2008) e Afkhami (2009), pois, de acordo com os autores, o xá Reza agira contra vários movimentos que tentavam surgir no Irã, sejam eles comunistas, pré-fascista, pró-marxista, etc., assim, a atuação do xá estaria mais focada numa visão pragmática do que ideológica.

The shah had deliberately bought the weapons he needed for his armed forces from companies in small states, Skoda and Brno in Czechoslovakia and Bofors in Sweden, to minimize foreign domination. Contrary to subsequent British and Russia propaganda, he disliked Hitler and abhorred Mussolini. He believed Mussolini has ambitions in the East and would probably prevail on Hitler to help him invade the countries of the Middle East, including Iran. (AFKHAMI, 2009, p. 62).

Entretanto, com base nos *sinais políticos* que o Irã indicava, mesmo perante sua declaração de neutralidade com o início da guerra, União Soviética e Grã-Bretanha optaram por invadir o país, em 1941, para que não viesse a ficar sob o julgo alemão. E, a insustentabilidade da manutenção do xá no governo fez com que abdicasse do trono em favor de seu filho, Mohammad Reza.

O EMBATE MAIS PROFUNDO

Inicialmente houve certa dúvida – por parte das potências – acerca da manutenção dos Pahlavi à frente do governo iraniano, porém, a melhor opção recaiu sob o pouco expressivo filho de Reza. Até porque, durante o período em que a guerra se estendeu, as potências passaram a intervir no país de maneira estratégica e a figura de Mohammad Reza tinha um valor institucional importante, haja vista manter o país unificado.

Graças a essa percepção das forças estrangeiras, tornou-se viável ao xá iniciar um processo gradual de reatar as relações com os ulemás. Também, é importante salientar que apesar de o xá concordar com muitos dos projetos *modernizadores* que seu pai implementara, optou por criar uma estratégia conciliadora e recuar em aspectos específicos para conquis-

tar alguns segmentos sociais, principalmente os clérigos. Conforme Milani expõe, além de o xá reimpôr a obrigação do uso do véu, em público, pelas mulheres, também devolveu a autonomia financeira aos clérigos e adequou o sistema educacional de modo que voltasse a privilegiar o ensino religioso.

The Ayatollah second demand (a primeira foi o retorno do uso do véu) was a reversal of Reza Shah's policy of putting religious endowments (*vagf*) under government control. The management of these properties, according to the Prime Minister's letter, was to be returned to those stipulated in the endowment letter – in most cases the clergy. In agreement to the Ayatollah's third demand, the government to make classes on Islamic theology and ethics a mandatory part of the curriculum in Iranian schools. The clergy were put in charge of determining the content of these classes. Ayatollah Gomi also demanded the closing of coeducational schools around the country that had arisen toward the end of the Reza Shah period. *Every one of the Ayatollah's major demand was, on the order of the Shah, accepted by the government and became policy.* (MILANI, 2011, p. 102, grifos nossos).

Para a grande maioria dos clérigos, a mudança de procedimento do novo xá representava o restabelecimento das boas relações entre o monarca e a fé, as quais, de certa maneira, tinham sido rompidas anteriormente com o decreto de suas medidas *modernizadoras*. Mas essa tranquilidade seria alterada com o crescimento do movimento nacionalista no país e a ruptura no interior do corpo de ulemás.

Ainda, a tentativa do xá de evitar a influência britânica na região, após a Segunda Guerra Mundial, se configurava em um grande desafio, assim como eliminar a presença soviética no norte do país. Uma das possibilidades vislumbrada pelo monarca foi se aproximar dos clérigos e criticar com veemência os privilégios adquiridos pela refinaria Anglo-Iranian Oil Company (AIOC) no país, que, por sua vez, gerava repulsa por parte da população e das lideranças nacionalistas.

Assim, levantando como bandeira a influência perversa dos estrangeiros no Irã, um nome destoou dentre os clérigos, qual seja, do aiatolá Seyyed Abol-Ghasem Mostafavi Kashani. Ele não tinha a mesma erudição, tampouco ocupava o mesmo nível hierárquico do aiatolá Borujerdi – considerado a maior autoridade do xiismo no período –, contudo, conseguiu agregar cada vez mais adeptos para sua causa nacionalista. Ainda, quando

Borujerdi, em 1949, reuniu o clero para oficializar a postura do *quietismo* acerca da questão do petróleo britânico, Kashani foi a voz destoante. Suscitando a *fatwa* do aiatolá Shirazi, que legitimou a Revolta do Tabaco, Kashani não tinha dúvida de que Islã e política deveriam caminhar juntos, inclusive governando o Estado, e não mais como ocorrera até então.

Desse modo, os movimentos políticos que o Irã vivenciou durante a década de 1950 tiveram forte participação dos clérigos. Exemplo deste empoderamento, pode-se destacar o caso da AIOC que, sem condições para suportar a oposição das ruas, dos políticos e dos religiosos, foi nacionalizada em 1951. Ainda, de acordo com Milani (2011, p. 154), apesar de o aiatolá Kashani ter participado do processo que levou Mohammad Mossadegh ao poder, sua fidelidade aos pressupostos religiosos pode ser questionada, haja vista a clérigo ter mantido “suas possibilidades abertas” ao negociar com o xá e com os britânicos – secretamente – outras possibilidades de desfecho para o caso.

Convinced that he [Kashani] had restored Mossadeq to power, in the months after July 21, Kashani became even more brazen in dictating policy to the government. He wanted women to be forced to wear Islamic covering when entering government offices; he demanded the right to name certain ministers and veto others; finally, he wanted the government to increase pressure on the Baha’i – a nineteenth century faith that emerged from Iran and whose followers became the bane of Shiite clergy. (MILANI, 2011, p. 154).

O posicionamento de Mossadegh diante dos fatos se, por um lado, fez com que ele obtivesse o apoio que pretendia para iniciar seu projeto de governo, por outro, chamou a atenção dos clérigos para um risco ainda maior de secularização do Estado. Ou seja, para assumir o cargo de primeiro-ministro, Mossadegh exigiu que o Majlis (Congresso) lhe concedesse poderes extras, inclusive com a sujeição das forças armadas a ele. Era uma concessão perigosa para parte dos clérigos que via com receio o posicionamento político de Mossadegh, contudo, a conjuntura favorável ao futuro primeiro-ministro silenciou temporariamente os religiosos. O panorama político era tão favorável a Mossadegh que a demanda apresentada pelo aiatolá Kashani foi rejeitada quase que completamente, fato esse que propiciou a progressiva perda de apoio dos clérigos.

Os desdobramentos históricos que fizeram com que Mossadegh perdesse sua influência política no país estão ligados ao receio da secularização do Estado, no entanto, também têm raízes na atuação estadunidense, que percebia o Irã como uma região de potencial interesse geopolítico. Assim, em que pese o receio por parte do clero, o projeto de Mossadegh foi efetivamente frustrado pela operação acobertada dos Estados Unidos⁸ no país para depô-lo do cargo e restaurar o poder do xá.

XIISMO *VERSUS* OCIDENTALISMO

A retomada do poder pelo xá Reza teve um efeito singular para o destino do Irã. Sentindo-se mais poderoso, adotou o entendimento de que a população iraniana o preferira à liderança nacionalista de Mossadegh. Com isso, gradualmente o país passou a vivenciar um processo de centralização do poder nas mãos do monarca e ampliação das redes de inteligência e repressão para tolher qualquer tentativa de golpe contra seu governo.

Nesse sentido, a liderança xiita que ganhara cada vez maior destaque no cenário nacional – aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini – tornou-se foco de atenção do xá Reza. De fato, Khomeini já apontava para um posicionamento mais crítico desde sua primeira obra, de 1942, “Segredos Revelados” (*Kashf al-Asrar*). Nela externava sua preocupação com a sociedade iraniana e o sistema de ideias ocidentais que invadira o país e gradualmente tentava guiá-lo para a secularização.

Khomeini fazia parte da ala “mais radical” dos ulemás iranianos e, com as primeiras reformas que o xá começara a promover em 1962 – que se configurariam na “Revolução Branca” –, dentre suas críticas, atacava a maneira com que os recursos financeiros chegariam às

⁸ O risco de o Irã entrar para a órbita do comunismo fez com que o presidente estadunidense Eisenhower desse a ordem para que fosse propagada uma ação para derrubar Mossadegh do poder. O Golpe de Estado seria executado pelos homens da CIA, de dentro do Irã. Isso porque, apesar de os EUA não terem apoiado financeiramente o governo de Mossadegh, a imagem do país não havia mudado substancialmente. Os Estados Unidos ainda gozavam de respeito dos iranianos, pois não eram entendidos como uma potência colonizadora – no molde britânico. Inicialmente havia a proposta dos Estados Unidos de minar qualquer apoio popular a Mossadegh e, para tanto, o agente da CIA, Kermit Roosevelt, obteve os contatos de antigos colaboradores britânicos e passou a financiar pequenos movimentos e passeatas contra Mossadegh e em favor do xá – a ação do golpe de estado passaria a ser conhecida por “Operação Ajax”. Também, uma questão estratégica e que faria diferença no embate pelo poder diz respeito ao alinhamento das Forças Armadas. Gradualmente houve a ruptura com o governo de Mossadegh e retorno da lealdade ao xá. (KINZER, 2004; FISK, 2007).

cooperativas agrícolas, ou seja, seriam provenientes dos EUA e tinham o intuito de controlar a produção e comercialização agrícola. Desse modo, esta atitude prejudicaria os interesses dos tradicionais *bazaarie* feriria a Constituição (HIRO, 1985, p. 43).

Além da chamada “ala radical”, outros dois grupos de clérigos surgiram em resposta às ações do xá, quais sejam, os conservadores – herdeiros do posicionamento não-político do aiatolá Borujerdi –, e os centristas, que estavam descontentes com o posicionamento anterior de Borujerdi, mas não faziam muita coisa para alterá-lo.

Leaving aside the small pro-Shah minority among them, the ulema fell roughly into three categories: conservative, centrist and radical. The conservatives [...] [were led by] Ayatollahs Muhammad Reza Golpaygani, Shehab al-Din Marashi-Najafi and Muhammad Kazem Shariotmadari. [...] The centrists [...] tended to concentrated [their criticism] on the educational and social aspects of the Shia institutions. [And] their best known spokesmen were Ayatollahs Murtaza Motahhari and Muhammad Husseini Beheshti. [...] In Qom the radical viewpoint was now being articulated by HojatalislamRuhollah Mousavi Khomeini. (HIRO, 1985, p. 43).

Assim, com a exposição que o xá buscava no Ocidente, inclusive sendo capa de revistas dos Estados Unidos – as quais elogiavam o desenvolvimento do Irã e tratavam o monarca como uma pessoa benevolente e que zelava por seus súditos –, o ulemá deixou o *quietismo* providencial para assumir uma atuação mais enfática. Inclusive devido ao fato de que em 1963 o xá deu início a sua “Revolução Branca”. Segundo Mackey (2008, p. 227),

[...] a Revolução Branca era pouco mais do que a busca brilhante do xá pela aprovação ocidental. Na verdade, nenhuma retórica superior e nenhuma das cerimônias públicas, nas quais estavam presentes o xá e o camponês, discutiam as causas do descontentamento popular em relação à regra do regime autoritário de Pahlavi, relacionada à ausência de justiça social. Tal como um melodrama ruim, algumas das mudanças introduzidas pelo programa de reforma do xá, na verdade, aumentaram, em vez de diminuir, a oposição ao regime Pahlavi.

A proposta da Revolução Branca era ambiciosa e abrangia 19 metas que e seriam desenvolvidas em etapas – introduzidas num período de

15 anos, mas as 6 primeiras ainda em 1962. De modo prático e objetivo, o projeto do xá subvertia toda a estrutura tradicional de poder já enraizada na sociedade iraniana e ainda tentava reduzir a influência dos ulemás na sociedade. Com isso, a reação de Khomeini e seu grupo foi cada vez mais intensa.

Essa atuação a partir de pronunciamentos públicos e participação em protestos gerava insegurança ao monarca iraniano, no entanto, a importância que Khomeini alcançara neste processo inviabilizava qualquer tipo de ação que pudesse vir a silenciá-lo. A percepção era de que a morte de Khomeini poderia desencadear a insatisfação coletiva ou mesmo criar um mártir, o que geraria tensão ainda maior.

Assim, ainda que o governo do xá tenha ampliado a repressão contra os religiosos que se posicionavam contrários às reformas trazidas pela Revolução Branca – inclusive autorizando o ataque à cidade de Qom –, a vida de Khomeini foi preservada e a consequência maior foi a continuidade das críticas e denúncias contra o xá e sua relação com os Estados Unidos. No entanto, em 1964, sem conseguir controlar os posicionamentos de Khomeini e sua influência cada vez maior junto à população, o xá Reza resolveu expulsá-lo do Irã. Inicialmente Khomeini instalara-se na Turquia, mas menos de um ano depois, rumou para Najaf, Iraque – uma das cidades mais importantes para o xiismo. Com o exílio de Khomeini, os movimentos internos no Irã perderam intensidade, até porque a repressão do xá, com o uso de sua polícia política (SAVAK), alcançou níveis que dificultavam qualquer tipo de mobilização.

Com a vitória do modelo ocidentalizante imposto pelo xá ao Irã, a saída para os clérigos foi manter uma oposição pontual, contudo, sem a efetividade anterior. Entretanto, foi em Najaf que a Revolução Islâmica passou a ser mais bem planejada. Foi no ciclo de palestras realizada por Khomeini a jovens estudantes de religião, em 1970, que o aiatolá expôs a necessidade de instauração do *wilayat al-faqih* para restaurar a ordem no Irã e acabar com a opressão.

Na obra *Islamic government: Governance of the jurist* – coletânea das palestras que ocorreram em Najaf –, não somente Khomeini expõe que a adoção deste modelo de governo não somente restauraria a ordem

no Irã, como o apresenta como legítimo, haja vista ter sido estabelecido no período do profeta, mas subjugado em períodos posteriores.

O período de exílio de Khomeini foi extremamente produtivo para a construção das bases teóricas que sustentariam a Revolução Islâmica no Irã, e, potencializado pelo distanciamento que o xá Reza Pahlavi adotou da população iraniana quando passou a focar em seu projeto de transformar o país numa grande potência da região até o ano 2000 (MILANI, 2011). Com isso, o investimento no setor militar superou o de qualquer outro país do Oriente Médio, por outro lado, a qualidade de vida da população média e pobre no país decaiu consideravelmente. Havia, em meados da década de 1970, a percepção por grande parte dos iranianos de que os estrangeiros tinham muito mais vantagens do que os nacionais. Conforme Mackey (2008) expõe, Teerã era uma cidade que os estadunidenses gostavam muito de viver, pois, além de suas características ocidentais, proporcionava facilidades para negócios, investimentos e enriquecimento rápido aos estrangeiros.

Sob o símbolo da mudança necessária – a deposição da monarquia e, conseqüentemente, do xá –, ocorreu a Revolução no Irã com o apoio de praticamente toda a população (FOUCAULT, 1978). No entanto, o período pós-revolução apresentou-se como significativo, haja vista os clérigos terem conquistado o poder e iniciado a implantação do *wilayat al-faqih*, ainda que não fosse do interesse de todos que apoiaram o processo revolucionário.

De certa maneira, o caminho que levou à instauração da República Islâmica do Irã não foi ausente de ações punitiva e perseguições a grupos que não congregavam da criação de um sistema de governo religioso no país. Porém, sequer houve a possibilidade de experimentação efetiva do modelo do *wilayat al-faqih*, haja vista o Irã já ser catapultado a uma guerra contra o Iraque que lhe absorveu oito anos de luta e instabilidade (1980-88). Estabelecia-se, assim, a vitória dos religiosos contra um governo alinhado ao ocidente, contudo, concomitantemente, expunha-se a dificuldade de ratificar a efetividade do modelo do governo do *wilayat al-faqih* para a população, uma vez que os boicotes tornaram-se frequentes com exclusão do Irã do sistema internacional – capitaneada pelos Estados Unidos.

SOFT POWER IRANIANO OU “IRANIZAÇÃO” DO XIISMO

Mesmo diante do boicote imposto ao Irã, a postura do governo foi investir no desenvolvimento do sistema do *wilayat al-faqih* para fazer com que os clérigos preservassem seu *status* no país. Ainda, partindo do pressuposto de que há uma hierarquização no xiismo, apesar de esta estrutura não constar no Corão, a formação de religiosos tornou-se um elemento primordial.

Com isso, a cidade de Qom passou a receber uma importância que não tinha durante o governo do xá. Além dos investimentos na melhoria da qualidade de vida da população – que reverteria, futuramente, na dessalinização da água e melhora na infraestrutura pública – os investimentos tinham a intenção de fazer com que Qom se tornasse a principal formadora de clérigos e difusora do xiismo. Anteriormente este papel era exercido por Najaf, no entanto, com o governo secular de Saddam Hussein e posteriores invasões estadunidenses ao país (1991 e 2003), gradualmente os clérigos migraram para Qom e instalaram universidades, madrassas e fundações filantrópicas.

De modo pragmático, o desenvolvimento de Qom foi patrocinado pela valorização do petróleo e a perspectiva dos clérigos de que deveriam fortalecer a estrutura da religião no país. A própria Al-Mustafa International University é uma instituição sólida que migrou para a estrutura de universidade no intuito de atender aos interesses do governo adotando, com isso, o modelo internacional de ensino superior, no entanto, sem perder o foco em sua finalidade principal que é formar religiosos que possam propagar o Islã xiita pelo mundo. Desse modo, recebe constantemente alunos de todas as nacionalidades e financia sua formação.

Os candidatos a estudantes da instituição de ensino superior, ao chegarem em Qom são conduzidos à instituição Imã Mahdi, que proporciona o aprendizado da língua persa (ou farsi). Espera-se que o aprendizado leve em torno de seis meses, no entanto, algumas pessoas de línguas latinas têm mais dificuldade no processo de aprendizagem e levam até um ano. Todas as atividades que compõem o aprendizado da língua persa se dão a partir do ensino do Islã e de elementos da cultura iraniana.

É importante salientar que há universidades e madrassas para iranianos e para estrangeiros. Apesar de não haver impedimentos formais para um estrangeiro estudar nas instituições “para iranianos”, esta interação não ocorre. E, ao detectar este fato foi feito o questionamento a alguns professores e religiosos, contudo, a resposta mais constante era de que os estrangeiros não tinham nível suficiente de compreensão da língua persa para frequentarem as instituições “para iranianos” ou, simplesmente, não queriam.

De fato, a assimilação da língua persa e do entendimento do xiismo iraniano é o objetivo principal dos clérigos, inclusive, para sua difusão – nos moldes do *soft power* proposto por Joseph Nye Jr. –, porém, não há o interesse de introduzir estrangeiros na estrutura de poder do xiismo. Os formandos nas universidades religiosas devem retornar aos seus países e continuar na difusão da fé e da liderança do Irã frente ao xiismo, não se espera que se forme em Qom um aiatolá estrangeiro que venha a se tornar o Supremo Líder do Irã ou quiçá, de toda a comunidade islâmica.

Inclusive, a questão acerca do papel do Líder Supremo frente à comunidade xiita no âmbito local – Irã – ou mundial foi objeto de debate com os aiatolás por ocasião da pesquisa realizada no país. Com este questionamento, buscava-se compreender o entendimento que os iranianos tinham acerca do sistema de governo do *wilayat al-faqi* se percebiam que deveriam irradiá-lo para outras localidades, assumindo um papel de protagonismo.

A questão proposta foi: o Profeta Mohammad foi o líder de todos os muçulmanos, por analogia, com a implantação do *wilayat al-faqih*, por Khomeini, o Supremo Líder iraniano responderia pela liderança da comunidade muçulmana em todo o mundo?

Shahroudi⁹ (2011) expõe que para tornar-se o Líder Supremo, com base no modelo do *wilayat al-faqih*, é necessário que o *marja*¹⁰ seja escolhido através de votação por seus pares, e, nesse sentido, não há limitação para que cada país escolha o seu líder. Até porque, segundo ao aiatolá,

[...] as pessoas que fizerem a revolução em seu país terão todo o direito de escolher quem melhor lhes convier. Com isso, caso todos os países do mundo façam suas revoluções e estabeleçam o *wilayat al-faqih* nelas, teremos um governo sem fronteiras. Qualquer entendimento diferente desse só ocorre porque não há a compreensão da religião xiita. (SHAHROUDI, 2011).

Não fugindo dessa linha argumentativa, Garomi¹¹ expõe que

Existe um consenso de sábios que elege o Líder Supremo e, onde quer que ele esteja instaurado, terá a possibilidade de deliberar sobre a escolha de sua liderança. As lideranças escolhidas têm de governar de acordo com as regras do país, então, se houver o entendimento de que

⁹ Aiatolá Shahroudi foi chefe do Poder Judiciário até 2009 e, atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Guardiães. Durante o período em que foi Chefe do Judiciário entrou em atrito direto com o então presidente, Khatami, devido às supostas perseguições que os parlamentares estavam sofrendo quando se pronunciavam no Majlis. De posições bastante enfáticas, Shahroudi é uma personalidade de muita influência, sendo cotado por alguns iranianos para ser o provável substituto de Khamenei. Para entrevistá-lo, em seu escritório, houve a necessidade de passar pelo maior sistema de segurança que presenciei no Irã. Além de revistas convencionais, também foi necessário passar por detector de metais. Os equipamentos para a entrevistas foram confiscados e somente entregues na sala em que transcorreria a entrevista. Shahroudi foi o mais formal de todos durante a entrevista, entretanto, não hesitou em responder quaisquer das perguntas. Sempre havia um assessor ao seu lado, mas ele não interviu em qualquer momento.

¹⁰ Literalmente significa a “fonte da imitação”, a quem se deve seguir. Trata-se de uma autoridade do mais alto escalão da comunidade dos xiitas do Duodécimo que executa a xaria. O termo é normalmente aplicado entre os quatro e oito juristas do mais alto escalão (aiatolá) no nível local ou nacional. Na escala mundial o título é aplicado a apenas um ou dois juristas. A posição é informalmente adquirida e depende dos padrões de lealdade e fidelidade percebidos pelo jurista por seus pares e pela comunidade de fiéis. Dois grandes aiatolás alcançaram esse *status* depois de 1970, os aiatolás Khomeini e al-Qasim Abu al-Khoi (OXFORD ISLAMIC STUDIES ONLINE, adaptado).

¹¹ O aiatolá Garomi, além de ser considerado um grande jurisconsulto, esteve com Khomeini durante o processo de construção da Revolução e, durante as entrevistas – foram duas –, sempre que era feita qualquer menção a um entendimento distorcido sobre os propósitos do primeiro Líder Supremo do Irã, tratava da questão com muita objetividade e “dizia que o que Khomeini queria dizer é...”. Normalmente, para fundamentar suas respostas, Garomi recorreu às fontes religiosas. Também é importante salientar que Garomi é internacionalmente conhecido por uma prática mística do xiismo, qual seja, o *Estekhareh*. De acordo com sua explicação, quando alguém vive um processo de dúvida acerca de determinada situação e não consegue escolher qual seria a melhor opção a ser adotada, ela procura o aiatolá Garomi e, num ato de abrir o Corão, é apresentada qual deve ser a melhor opção a ser adotada. Normalmente, ao final da oração da noite Garomi permanece no salão de orações e atende as pessoas. Muitas vezes não há nem a necessidade de expor ao aiatolá seu anseio, basta olhar para Garomi que ele entende qual deve ser o problema e busca auxiliar a pessoa através do Corão. Também é possível fazer a consulta através do telefone e, durante as entrevistas com o aiatolá algumas vezes ele as interrompeu para atender alguém cuja necessidade era tida como “urgente”.

um brasileiro possa exercer o *wilayat al-faqih* no Brasil [desde que tenha havido sua islamização] e ele for referendado por seus pares, terá todo o direito. Assim, o aiatolá Khamenei não pode ser considerado um líder [político] dos xiitas fora do Irã. (GAROMI, 2011).

Apesar da objetividade com que a questão é abordada por Garomi, a questão subsidiária e que foi exposta anteriormente, diz respeito ao fato de que a grande maioria dos religiosos é formada em Qom e os estrangeiros frequentam escolas diferentes dos iranianos. Assim, até que ponto há real interesse em permitir que outros países tenham juriconsultos próprios, que deixem de seguir os iranianos?

Shahroudi (2011) ratifica o entendimento de Garomi sobre a questão e afirma ser um grande equívoco das pessoas, fora do xiismo, perceberem o Supremo Líder do Irã como uma liderança universal, ele tem suas atribuições políticas apenas dentro do país, e, para ratificar sua argumentação, salienta que a Constituição iraniana¹² é clara ao tratar das atribuições do Líder. A *umma*, complementa Garomi, de fato, “não tem fronteiras, mas somente no sentido de que qualquer pessoa que acredite em Allah e no profeta Mohammad possa se tornar muçulmana, assim, essa regra vale para o mundo inteiro. Sem fronteiras para a religião, mas nos aspectos políticos existem limitações.” (GAROMI, 2011).

Desse modo, não se pode confundir o papel do aiatolá Khamenei como juriconsulto –nesse caso ele tem seguidores pelo mundo inteiro – com seu papel de governante, Líder Supremo da Revolução Islâmica, cuja jurisdição restringe-se ao Irã (SHAHROUDI, 2011).

Um exemplo dessa distinção entre as atribuições de Khamenei pode ser percebido no caso do Hezbollah¹³, do Líbano, em que a grande maioria

¹² Artigo 5º, “Durante o tempo em que o 12º Imam (que Deus acelere sua reaparição) estiver oculto, a **direção dos negócios e a chefia do povo da República Islâmica do Irã ser da responsabilidade de um jurisprudente** justo e piedoso, conhecedor de sua época, corajoso, eficaz e hábil a quem a maioria do povo conhece e aceita ser seu Líder. Caso o jurisprudente não tenha tal maioria, um Conselho Dirigente, ou Conselho de Direção consistindo de jurisprudentes que reúnam as qualificações acima, assumirá a mesma responsabilidade.” (apud AL-KHAZRAJI, 2005, p. 69, grifos nossos).

¹³ Nesse exemplo exposto pelo aiatolá Shahroudi existe um elemento polêmico, pois há um posicionamento político iraniano, do próprio aiatolá Khamenei, contra a existência do Estado de Israel e, por sua vez, é acatado pelo Hezbollah. Nesse caso, qualquer proposta de alinhamento político libanês ou aproximação do governo israelense será repudiada pelo Hezbollah. Mas não, necessariamente, por razões políticas, e, sim, por aspectos religiosos. A proximidade entre Hezbollah e Irã aponta para questões que transcendem o simples alinhamento religioso, muitas questões políticas ditadas pelo Irã refletem no Líbano.

dos membros desse grupo segue o aiatolá Khamenei como jurisconsulto, no entanto, não quer dizer que se o aiatolá Khamenei der uma ordem política eles terão de acatar. Evidentemente que não, pois estão dentro do Líbano e devem seguir as leis do governo instituído no país. (SHAHROUDI, 2011).

Hadavi¹⁴, complementarmente, apresenta outro exemplo para justificar a diferença na atuação do Líder Supremo,

Quando uma pessoa aceita viver em um país que não é muçulmano, ela tem de seguir aquelas leis. Se, por exemplo, uma pessoa é estrangeira e recebe um visto ou assume a nacionalidade do país, subentende-se que ela irá se submeter àquelas leis. Desse modo, não será possível seguir todas as leis do Líder Supremo, pois essa pessoa estará sob o regime de outro sistema de leis. Contudo, não quer dizer que o muçulmano tenha de aceitar em sua plenitude essas leis, por exemplo, se ele for proibido de fazer suas orações seria um caso em que as leis islâmicas devem prevalecer [exceto se representar um risco e ele for obrigado a lançar mão da *taqiyyah*¹⁵, um procedimento doutrinário aceitável pelos *xiitas*]. (HADAVI, 2011).

Yazdi¹⁶, assumindo um entendimento distinto dos demais aiatolás, expõe que

[...] os ulemás atenderam à demanda da população, dentro do possível, em toda a história do xiismo. Assim, *Khamenei é o líder de todos os xiitas no mundo*, porque os Imãs são para todos os xiitas e, como Líder Supremo ele os representa. Não haveria razão para termos mais de um, seria ilógico. (YAZDI, 2011, grifos nossos).

¹⁴ Aiatolá Hadavi é um clérigo considerado moderado, suas interpretações sobre a *Sharia* encaixam-se entre a percepção dos clérigos linha-dura do Irã – ora no poder – e os reformadores iranianos que almejam maior liberdade político-social e interpretações menos radicais do Islã. Hadavi é um aiatolá que tem grande acesso ao cenário internacional e constantemente participa de eventos de grande envergadura tanto no Oriente Médio quanto na Europa. Foi o único aiatolá que falava inglês, por isso, não houve a necessidade de tradutor. Em alguns aspectos o ponto de vista de Hadavi aproxima-se da perspectiva do ex-presidente iraniano Mohammad Khatami sobre a abertura do Irã para o Ocidente, contudo, como pode ser constatado no transcorrer da entrevista, Hadavi ratifica a importância da manutenção do *wilayat al-faqih* para a manutenção dos “ganhos obtidos com a Revolução”, enquanto Khatami é mais crítico nesse aspecto.

¹⁵ Procedimento aceitável pela doutrina xiita que permite que seus fiéis possam esconder-se de seus algozes, inclusive não agindo de acordo com os pressupostos religiosos.

¹⁶ Yazdi é considerado um aiatolá conservador e, durante a entrevista esse aspecto ficou bastante evidente. Mesmo expondo pontos de vista que talvez pudessem ser mal-entendidos pelo Ocidente, não hesitou em responder as questões que foram formuladas. Inclusive, em algumas circunstâncias para demonstrar os aspectos “corretos” do Islã, questionou a razão pela qual o Brasil teria aceito a união entre pessoas de mesmo sexo. Essa questão, para ele, não encontra justificativa nas leis divinas.

Apesar de entender a figura do Líder Supremo como uma autoridade universal, Yazdi pondera acerca da dificuldade de aplicação do conceito,

Para um *marja* não há fronteiras para os seus seguidores em questões religiosas, assim, em qualquer lugar que estejam podem acatar as determinações expressas por seu líder. Contudo, no que tange aos aspectos políticos, a regra deveria ser a mesma, mas existem problemas devido ao fato de que há xiitas que vivem em outros países, e, acatar uma determinação política contrária ao Estado poderia gerar problemas para eles¹⁷. Assim, o Líder Supremo, como um sábio que é, acaba limitando sua atuação, para não colocar os xiitas em perigo. Mas, teoricamente falando, como não há fronteiras para o *wilayat al-faqih*, o atual aiatolá Khamenei é o líder de toda a nação xiita, e o próximo que o suceder deverá seguir os mesmos preceitos, pois é a vontade de Deus. (YAZDI, 2011).

Gharavian¹⁸ (2011), conciliando as perspectivas anteriores, entende que há dois aspectos para serem analisados no intuito de entender a dimensão da liderança suprema exposta no *wilayat al-faqih*, quais sejam, uma que seria a prática e a outra a teórica. Com relação ao aspecto teórico, pode-se dizer que os xiitas entendem que o ideal seria que todos vivessem unificados pela religião e, sendo assim, haveria o estabelecimento do *wilayat al-faqih* e a eleição de um Líder Supremo para todos xiitas. Entretanto, na prática, não é possível atribuir a liderança do *wilayat al-faqih* todos os xiitas do mundo. “Ocorre que, quando dizemos que a liderança do Líder Supremo engloba todas as nações [no sentido de estado nacional], estamos expressando um ideal, uma teoria.” (GHARAVIAN, 2011).

Ainda, com relação à legitimidade de governos que vierem a surgir e a implantação do *wilayat al-faqih*, Hadavi (2011) expõe que, uma vez que adotarem esse sistema, a liderança do Líder Supremo será frente à sua nação (estado nacional).

É importante deixar claro que todas essas características exigidas para que uma pessoa exerça a função de Líder estão dispostas e formalmente presentes na constituição iraniana [artigo 5º]. E, evidentemente, quan-

¹⁷ Como exemplo, Yazdi expõe a dificuldade de os xiitas professarem sua fé na Arábia Saudita devido à perseguição que sofrem dos *wahabbitas*. Inclusive, são proibidos de proferirem suas súplicas durante o *haji*.

¹⁸ Aiatolá Gharavian é considerado um dos maiores especialistas em *wilayat al-faqih*, sua entrevista foi concedida em sua escola, onde ministra aulas para poucos estudantes de conhecimento mais aprofundado sobre o tema. Logo após ministrar uma aula para dois de seus alunos, ele disponibilizou-se a responder as questões.

do se faz isso, subentende-se que seu limite de atuação é dentro das fronteiras do país. Muitas vezes, o que faz com que as pessoas entendam que o Líder Supremo do Irã também seja o líder de todos os xiitas é o fato de que, como disse anteriormente, a *ummah* não tem fronteiras. (HADAVI, 2011).

Para ratificar os valores defendidos pelo país e distanciar o sistema do *wilayat al-faqih* de um instrumento para implantação de um regime ditatorial, Hadavi expõe que

Constituição iraniana, apesar de ser composta de vários elementos que contemplam a doutrina xiita, ela deixa claro que o Líder Supremo é do país e não algum tipo de governante com poder fora de suas fronteiras. É uma constituição como as demais de outros Estados e que foi feita a partir dos princípios de sua nação, mas que não pretende ter caráter universal. Cada estado que, eventualmente vier a fazer sua revolução estabelecerá sua constituição, e cada um deles escolherá os procedimentos que devem ser adotados para a escolha de seu líder. (HADAVI, 2011).

Enquanto claramente se apresenta uma semi-convergência para o entendimento de que existe a atuação dupla do Líder Supremo do Irã, ou seja, suas disposições têm caráter universal quando versam sobre religião e caráter nacional quando deliberam sobre política, ainda assim cabe problematizar a universalidade das questões religiosas que poderiam interferir no “interesse nacional” de outro estado.

Gharavian (2011) não descarta essa possibilidade porque muitas questões, para os xiitas, são de cunho político e religioso concomitantemente. Como no caso do *hijab*, pois, para ele, sua obrigatoriedade envolve um entendimento religioso e político, por isso, mesmo em outros lugares do mundo os xiitas devem usá-lo. Outras questões, segundo Gharavian, são mais simples, como leis de trânsito, nesse caso, não há nenhum aspecto religioso. Desse modo, Gharavian reafirma que para evitar os conflitos, os seguidores do aiatolá Khamenei no exterior devem segui-lo apenas nas determinações religiosas, quanto aos aspectos políticos, devem seguir os seus próprios governantes.

No que tange ao caráter democrático do sistema iraniano, outro aspecto muito contestado internacionalmente, para Hadavi, num primeiro

momento há de se definir o que se entende por democracia, se o entendimento for de

[...] um governo do povo, então, pode-se dizer que em um específico aspecto, o *wilayat al-faqih* pode ser considerado democrático. E qual seria? O povo participa das eleições e é livre para tomar suas decisões. Agora, evidentemente que para se tornar o Líder Supremo é necessário que a pessoa detenha algumas características que a qualifique como alguém detentor de profundo saber islâmico, então, não pode ser qualquer um. E, nesse sentido difere do entendimento de alguns países sobre o que vem a ser democracia. (HADAVI, 2011).

Hadavi entende que o Irã tem um modelo de democracia que atende aos princípios islâmicos, haja vista cada país escolher as características que seu governante deve ter a partir de seus princípios. Assim, o Irã não difere em nada nesse procedimento. Para ratificar a clareza e transparência do processo de escolha, novamente, Hadavi (2011) enfatiza que “todos [os procedimentos] estão expostos em nossa Constituição e estão fundamentados no que os muçulmanos entendem ser o correto”.

Hadavi acrescenta que muitas vezes há interpretações radicais acerca do conceito de democracia, tal qual: “todos têm o direito de fazer o que bem entenderem, podem eleger quem quiserem... sem buscar qualquer tipo de qualificação”. Apesar de discordar, salienta que no Irã, com exceção do *faqih*, em outras instâncias do poder o povo tem liberdade para fazer sua escolha. A única limitação para quem quer se candidatar em um pleito eleitoral, conforme Garomi (2011) também apontou, é que ela concorde com os princípios da Revolução, caso contrário, para Hadavi (2011) “seria uma atitude ilógica”.

A construção do *wilayat al-faqih*, sem dúvida, proporciona aos clérigos a prerrogativa de governar o Estado. Por sua vez, quanto mais estrangeiros estudarem no Irã e tiverem contato com este sistema de governo, maior será a probabilidade de eles aceitarem sua liderança. Por isso que a difusão do xiismo iraniano pelo mundo tem a intenção de legitimar sua liderança. Seja ela pautada em princípios religiosos ou pragmatismo político.

Se, mesmo durante o período em que o Irã sofreu forte impacto econômico com os embargos impostos pelos Estados Unidos, a política

de difundir uma imagem do xiismo iraniano não deixou de receber investimentos, é de se esperar que na atual conjuntura – com a reinserção do Irã no cenário internacional –, as políticas de incentivo para estrangeiros estudarem no país sejam ampliadas.

De certo modo, a política iraniana de difusão do Islã xiita não diverge muito dos modelos de bolsas de estudos que países como Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha oferecem a outros povos no intuito de propagar os conhecimentos científico e cultural. Ocorre que, no caso do Irã, além destes elementos, há uma ênfase maior na formação religiosa, fato que, na prática, não se configura em nenhum procedimento condenável.

Por sua vez, não é possível afirmar que as pessoas formadas pelas universidades iranianas tenham assimilado completamente os ditames da religião e aceito a liderança iraniana sob a comunidade xiita mundial, no entanto, é possível constatar que os investimentos para a difusão do xiismo em todos os continentes nunca deixaram de existir e, inclusive, há clérigos em Qom e Teerã que coordenam a destinação de recursos – provenientes das arrecadação do imposto religioso – para diversas fundações no exterior.

Assim, ao seu modo, o Irã se utiliza do *soft power* para construir o xiismo à iraniana ou promover a iranização do xiismo. O resultado desse processo ainda requer maior atenção e pesquisas mais específicas, no entanto, a relevância de Qom e outros elementos suscitados no transcórre deste artigo demonstram que o Irã assumiu a difusão do xiismo como uma política para ratificar seu protagonismo no mundo islâmico.

O próprio modelo de governo do *wilayat al-faqih*, apesar da divergência acerca de sua amplitude – conforme exposto nas entrevistas – é defendido plenamente por todos os aiatolás. Com isso, preserva-se o *status quo* dos clérigos e abre a possibilidade para que o modelo de República Islâmica possa ser implantado em sua plenitude, haja vista ter reduzido a pressão internacional contra o Irã.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMIAN, Ervand. *Khomeinism: essays on the Islamic Republic*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- AFKHAMI, Gholam Reza. *The life and times of the Shah*. Berkeley: University Of California Press, 2009.
- AL-KHAZRAJI, Sheikh Taleb Hussein. *O líder da Revolução Islâmica Al-Imam Al-Khomeini (K.S.)*. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2005.
- AXWORTHY, Michael. *Empire of the mind: a history of Iran*. New York: Basic Books, 2008.
- DEMANT, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Ed.Contexto, 2004.
- ESPOSITO, John L. *Islam: the straight path*. New York: Oxford University Press, 2005.
- FISK, Robert. *The great war for civilisation: the conquest of the Middle East*. New York: Vintage Books, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Teerã: A Fé contra o Xá. 1978. In: AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin B. *Foucault e a Revolução Iraniana: as relações de gênero e as seduções do Islamismo*. São Paulo: Ed. Realizações, 2011. p. 321-328.
- FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.
- GAROMI, Aiatolá Mohammad Ali. *Entrevista* [11 maio 2011] e [21 maio 2011]. Qom, Irã.
- GHARAVIAN, Aiatolá Mohsen. *Entrevista* [29 maio 2011]. Qom, Irã.
- HADAVI, Aiatolá Mahdi. *Entrevista* [16 maio 2011]. Qom, Irã.
- HAIRI, Abdul-Hari. *Shi'ism and Constitutionalism in Iran*. Netherlands: Brill Academic Publishers, 1977.
- HIRO, Dilip. *Iran under the Ayatollahs*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos Povos Árabes*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- KEDDIE, Nikki R. *Religion and Rebellion in Iran— The Tobacco Protest of 1891-1892*. Oxon: Fran Cass and Co., 1966.
- KHOMEINI, Ruhullah Imam. *Islamic government: governance of the jurist*. Tehran, Iran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works, 2005.

KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACKEY, Sandra. *Os Iranianos – Pérsia, Islã e a alma de uma nação*. Rio de Janeiro: Biblex, 2008.

MADANI, Jalal ad-Din. *Islamic Revolution of Iran*. Tehran: International Publishing Co., 2002.

MILANI, Abbas. *The Shah*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SHAHROUDI, AiatoláSeyyed Mahmoud Hashemi. *Entrevista* [16 maio 2011]. Qom, Irã.

YAZDI, Aiatolá Mohammad. *Entrevista* [23 maio 2011]. Qom, Irã.

12.

DIÁLOGO EM PERIGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO DOS AMBIENTES COMUNICATIVOS

Heloisa Pait

1 AMBIVALÊNCIA QUANTO AOS MEIOS

Anos atrás a Rede Globo, que estava querendo aprofundar seu contato com o meio acadêmico, pediu-me que convidasse alguns professores para irem visitar o Projac no Rio de Janeiro. Numa reunião prévia, em São Paulo, que organizei para nos conhecermos, uma colega fez um discurso adorniano inflamado, que respondi lembrando que íamos encontrar pessoas reais e uma comunidade inteira de profissionais não podia ter seu trabalho reduzido a cinzas por conta de um autor que nunca os conheceu. Ela concordou, mas fui ao Rio um pouco apreensiva com o encontro, que ao final, adiante ao leitor, não deu em nada. A certo ponto, andando de um prédio a outro do complexo, arregalei os olhos com a professora sacando descaradamente uma máquina fotográfica da bolsa e clicando nas estrelas globais que calmamente seguiam para o trabalho. Eu já tinha muitas críticas ao pensamento de Adorno, vindas de leituras sobre a riqueza da recepção dos meios de comunicação, mas agora quando o revisito a imagem da fascinada professora sempre se interpõe, digamos, entre eu e o texto.

Desde aquela visita a internet penetrou no Brasil de modo avassalador; temos no bolso celulares com câmaras embutidas que nos permi-

tem registrar e publicar encontros com celebridades, amigos e anônimos a qualquer instante. Mas a relação ambivalente que temos com os meios de comunicação não só se manteve mas até se desdobrou, se espalhou sobre nós mesmos. Quase dez anos depois, numa conversa com outra colega durante uma greve universitária, falávamos sobre as posições dos docentes manifestadas numa lista de discussão, que ela estava acompanhando em detalhes e eu um pouco mais à distância. A certa altura, novamente para minha surpresa, minha colega afirmou que não era certo que discutíssemos a greve numa lista de emails. Por que não, perguntei, se os argumentos foram se moderando e sofisticando ao longo do thread? Era assunto para uma assembleia de professores, ela respondeu apenas.

Podemos ver a novela e auferir algum prazer com isso mesmo preservando nossa fé em Adorno; basta compartimentar as coisas. Já uma lista de discussão se torna inútil se assumirmos a postura de que há algo de nocivo nela. O amor e ódio a algo chamado de “Rede Globo” ou “indústria cultural” é dirigido para fora de nós, mesmo que a televisão não seja exatamente externa, como mostra Paolo Carpi gnano com seu conceito de televisualidade como um espaço a ser habitado (CARPIGNANO, 1999). Já o amor e ódio à internet é algo que se dirige, por causa da natureza do meio, a nossas próprias práticas comunicativas, apresentando desafios tanto éticos quanto de pesquisa.

Como estudar os usos dos meios de comunicação se o próprio usar está em xeque? E como dialogar se desacreditamos os próprios meios pelos quais esse diálogo pode se dar? Uma melhor compreensão sobre os desafios que o diálogo enfrenta em sociedades com intenso dinamismo de formas comunicativas é importante para construirmos sociedades mais democráticas, justas e principalmente capazes de lidar com seus conflitos internos e externos de modo simbólico e não violento. No Brasil, especialmente, essa compreensão pode evitar que velhos problemas de coordenação quedem sem solução, agravando tensões sociais, apenas por falta de espaços adequados onde se possa lidar com conflitos relativamente simples.

Além dessa introdução, esse artigo tem duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, refletimos sobre a complexa relação entre comunicação e cultura, através de um resgate do tema nas teorias da comunicação e também das reflexões sobre dinâmicas de grupo feitas pelo psicanalista

Wilfred Bion; ainda nessa parte resgatamos as idéias de Faoro sobre o patrimonialismo brasileiro, que pode ser visto com um tipo particular de organização de grupo. Na segunda parte, analisamos três experiências específicas onde a relação com os meios prejudicou seu pleno uso, quais sejam: a introdução da plataforma Elgg numa Universidade de São Paulo, uma proposta de plataforma de apoio à relação de representação política feita a um deputado federal brasileiro e uma experiência usando a plataforma educacional Moodle. Estas experiências, a que tivemos acesso direto, servem para iluminar aspectos pré-simbólicos também presentes em processos mais amplos que exigem a escuta e o entendimento. Concluimos o artigo com uma comparação das críticas aos meios feitas no Brasil com as feitas nos Estados Unidos, onde não tendem a ter um caráter tão abrangente.

2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

A. UM SPECTRUM

Se a relação entre meios de comunicação e culturas é o objeto dos estudos dos meios, podemos imaginar um *spectrum* de teorias, dependendo do pólo da relação que privilegiam e da intensidade com que o fazem. Mas de modo geral quem dá o dinamismo dessa relação, independentemente de onde os autores se encontram no *spectrum*, são os meios de comunicação, o que cria um ponto cego em nossas análises, como iremos mostrar com alguns exemplos concretos de choques na introdução de novos meios. Passeemos primeiro por esse espectro.

Num extremo está a crítica avassaladora de Theodor Adorno à cultura de massa, que passa pelo pensamento feito um trator, sem tornar possível qualquer resistência (ADORNO; HORKHEIMER, 1986). Sua teoria, claro, poderia ser vista como a descrição de um fenômeno a conviver com outros distintos no plano real. No outro extremo, está a sociologia mais tradicional, que apenas acrescenta os meios a análises já prontas do fenômeno social ou que vê a sociologia da comunicação como apenas mais uma sociologia específica e não como algo constitutivo do social. Ao meio, as teorias mais inspiradoras, que problematizam a relação entre meios e sociedade, trazendo questões interessantes para a pesquisa. Vejamos, do pólo mais mediático ao mais social.

Para Marshall McLuhan, um autor complexo e sofisticado, a introdução de novos meios provoca um rearranjo das relações sociais, mas sem encurralar a ação (McLUHAN, 1996). Miriam Hansen, inspirada numa certa versão da Escola de Frankfurt, dá atenção aos meios mas o conceito-chave que usa – experiência – permite que enxerguemos a constituição de novos públicos em torno destes (HANSEN, 1994). Raymond Williams vê, talvez como Harold Innis, parceiro de MacLuhan, o próprio desenvolvimento tecnológico como produto social, mas sua apropriação da Escola de Birmingham, ao menos nos Estados Unidos, se deu mais como uma teoria da recepção sofisticada que como uma tentativa de equilibrar tecnologia e cultura na análise dos meios (WILLIAMS, 2003). Para Elihu Katz, os meios de massa criam condições para a constituição de uma comunicação pública (especialmente nacional), mas isso se dá através da participação ativa das pessoas em suas relações sociais (KATZ; LAZARSFELD, 1955; KATZ, 1996). E finalmente, temos as próprias teorias de recepção, como a de Michel de Certeau, que acertadamente privilegiam o papel ativo do receptor, ênfase necessária quando estamos tratando dos indivíduos e não de grandes tendências (CERTEAU, 2000).

Claro que uma análise detalhada de cada autor citado nesse spectrum mostraria nuances, detalhes, ponderações. Entretanto, podemos dizer de modo genérico que mesmo para os autores que dão peso aos indivíduos e culturas na relação com os meios, são esses últimos que dão as cartas. Os meios propõem e as pessoas resistem, acomodam-se ou reinventam, tendo mais ou menos poder para isso. O meio em si não é o objeto da disputa – ele é dado de antemão e a disputa se dá nele. O meio, como diz McLuhan, é a mensagem, mas é em larga medida em torno da última que se dá a batalha, para esses autores. E o meio em si mesmo? Que conflitos apresenta às culturas? Quais os significados atribuídos aos meios em si – meios enquanto suportes comunicativos, enquanto proxies da própria comunicação entre as pessoas? Nesse artigo, tentamos enxergar tensões geradas por novos meios de comunicação nesse ponto cego, onde os meios em si são objetos de tensão, antes que a linguagem possa expressar conflitos.

B. PENSANDO GRUPOS E CULTURAS

Para compreender essa relação que ocorre, digamos, dentro dos meios, e não apenas sobre eles, vamos fazer uso nesse artigo de alguns conceitos do psicanalista britânico Wilfred Bion. Ele é pouco usado nas ciências sociais, apesar de propor uma combinação rara entre análise de processos psíquicos e interações sociais que outros psicanalistas não forneceram tão adequadamente (FRENCH; SIMPSON, 2010). Bion, a partir da prática, busca entender o que está em jogo no grupo, que é distinto do que se expressa numa análise individual (BION, 1975). Para ele, as relações internas aos grupos se dão em vários níveis simultaneamente: há os desejos mais profundos dos membros do grupo, que geram uma espécie de acordo tácito nem sempre produtivo, e além disso o que os sociólogos chamariam de cultura política: uma fôrma visível para as relações grupais e especialmente entre líderes e seguidores. O jogo entre o mecanismo mais básico e o mais explícito é que dá a dinâmica do grupo, e ao analista cabe a difícil tarefa de enxergar ambos os níveis.

Também de Bion usaremos a reflexão sobre o pensar, que é para ele não apenas uma ato cognitivo mas uma expressão de relações humanas (BION, 1999; SPILLIUS, 1991). Pensar é algo sempre dirigido ao outro, como amar ou odiar. Bion identifica, seguindo Melanie Klein, dificuldades de compreensão que advêm de problemas nas relações com outros e acabam limitando a capacidade de lidar com a realidade e agir de modo produtivo. Não se trata aqui de algum déficit de capacidade cognitiva, mas de negação da realidade e do aprendizado por dificuldade em tolerar a própria compreensão; isso é causado pelo que os psicanalistas chamam de ataque ao elo de ligação, ou seja, ataque às próprias formas comunicativas, psíquicas e afetivas que nos ligam às pessoas.

Mas quais seriam esses desejos e receios mais profundos, que operam sem que tenhamos muito acesso a eles, apenas vislumbrando-os ocasionalmente? O analista deve estar aberto para identificar os desejos no grupo que desembocam na demanda de um líder que os prepare para a briga com um inimigo externo imaginário, que se dedique à perpetuação pura e simples do grupo ou que – isso seria o ideal – que os inspire a atividades produtivas de modo democrático. Esses modelos grupais, não é difícil de ver, têm relação com as culturas políticas mais amplas onde os grupos se

inserir, e de modo muito breve descreveremos aqui o modelo com o que trabalhamos nesse artigo para tratar da cultura política brasileira.

Podemos, por exemplo, traçar modelos de sociabilidade nacionais pensando no homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda ou nas formas hierárquicas identificadas por Roberto DaMatta (DaMATTA, 1982; HOLANDA, 2003). Nesse artigo, fazemos uso do modelo proposto por Raymundo Faoro, extraído de sua exaustiva análise histórica da política brasileira (FAORO, 1975). Fernando Henrique Cardoso, em artigo recente nesse momento de *revival* do pensamento de Faoro, alerta para o risco de se ver nele a comprovação do papel propulsor do Estado na sociedade brasileira, mas acredito que Faoro pinta um quadro de um Brasil dicotômico, com uma sociedade abafada por um Estado menos repressor ou hostil à sociedade que tentacular, onipresente (CARDOSO, 2013). Ambas culturas, a liberal, presente na sociedade, e a estamental, presente no Estado, são modernas e vieram para ficar, para Faoro (SCHWARTZMAN, 1988). Interpenetram-se em instituições, mercados e atitudes individuais, pois é exatamente esse o objetivo da ação patrimonial: imiscuir-se na sociedade sem destruí-la.

Para Faoro, o Estado patrimonial não é no presente, como o foi no passado português, um pólo dinâmico; ele apenas identifica ações sociais emergentes e trata logo de lhes regular para delas extrair ganho, freando na verdade um desenvolvimento mais pleno. Poder público, para ele, é algo bem diferente do poder gerado pela organização coletiva, como é para Hannah Arendt, ou o poder legal que apenas regra as ações individuais sem lhes tolher, no sentido liberal do termo (ARENDT, 2004). Poder público é o poder que limita, sufoca e vigia a ação social, do qual dependemos de modo infantilizado, constantemente pedindo permissões, e contra o qual nos revoltamos de modo violento ou “por debaixo dos panos”, e mais raramente de modo altivo e propositivo – ainda que sejamos capazes disso, dado o alto grau de sofisticação das nossas organizações sociais.

Nosso discurso político tradicional fala de dicotomias outras: desigualdades sociais e regionais, as questões racial e de gênero e, um pouco menos em voga, o conflito com as nossas sucessivas “metrópoles”. Mas a tensão entre cultura liberal e estamental começa apenas agora a ser recuperada no debate; em larga medida ela é o elefante na sala sobre quem ninguém quer falar. Essa tensão molda nossas ações mas não nosso esforço

interpretativo, que se apóia em dicotomias mais visíveis e menos importantes. Dado esse pano de fundo, nos debruçaremos agora sobre três experiências um tanto particulares, mas que podem no futuro sugerir pesquisas empíricas de maior vulto, onde um conflito silencioso e improdutivo se deu em torno da introdução de novos meios de comunicação e tendo como pano de fundo essa cultura política.

3 TRÊS EXPERIÊNCIAS

C. STOA: UM ESPAÇO PROTEGIDO

Stoa é uma palavra grega, definida na Wikipédia como “pórtico coberto, comumente destinado ao uso público”; foi esse termo que a USP usou para dar nome à sua rede social. O nome é apropriadíssimo: um local público porém protegido, acessível porém demarcado, que está em torno do edifício e serviria como elo entre a cidade e as atividades principais que ocorrem no interior do edifício. O Stoa seria então um lugar onde a sociedade como um todo poderia entrever o que ocorre na USP e a comunidade desta universidade poderia, ainda dentro dela, falar também sobre ensino e pesquisa mas especialmente sobre assuntos outros. Até onde sei, o Stoa hoje não é um espaço vivo, e provavelmente o momento em que se decidiu que ele não vingaria foi quando da expulsão de Everton Zanella do ambiente.

O *affair* é descrito pelo próprio Everton em seu blog e por uma jornalista no Jornal do Campus (ALVARENGA, 2009; RIBEIRO, 2009). Em linhas gerais, o ex-aluno, que participou ativamente da implementação do Stoa na USP, teve sua conta apagada por ter feito uma brincadeira que a reitora não gostou. A decisão não passou pela deliberação de um conselho de ética que pesasse liberdade de expressão e valores colegiais; foi uma canetada. Tentemos enxergar o fato com alguma objetividade, no sentido que Georg Simmel dá ao termo: a capacidade de olhar uma situação por pontos de vista múltiplos (SIMMEL, 1987). As brincadeiras de Everton – uma notícia de 1º de abril que dava conta de negociações sobre a privatização da USP precedida por um bolão de apostas sobre a data de início de uma greve anunciada – foram percebidas como ataques à reitoria da universidade e tiveram retribuição adequada a essa percepção, deixando o jovem desorientado. O debate sobre a expulsão também foi censurado no Stoa.

Nada haveria de errado em instaurar um código de ética para a participação na plataforma, que contivesse regras de conduta adicionais ao que exige a lei nacional. Afinal, os participantes estariam dentro do ambiente universitário e para que esse ambiente fosse protegido das intempéries, como um pórtico, aqueles participantes aceitariam algumas restrições. Mas escorraçar o arquiteto do pórtico mostra algo distinto, e que obviamente foi percebido pelos participantes como um inabalável desejo de controle. De um lado, ataques; de outro, controles, reais ou percebidos conforme conversarmos com uns e outros. Acredito que aqui estejamos falando de algo distinto do equilíbrio entre liberdade de expressão e respeito à pessoa ou mesmo à instituição, pois nenhuma das brincadeiras tinha um alvo pessoal ou desmerecia a universidade; tratavam apenas da constância das greves e da qualidade dos serviços universitários.

O que houve foi um choque entre definições distintas do espaço Stoa enquanto lugar para a comunicação da comunidade universitária. O espaço era visto pelos gestores universitários como um flanco desprotegido e pelos participantes como um fosso medieval, e as brincadeiras apenas serviram de pára-raios para esse choque. Num conflito não explícito, não conversado e não negociado, a vítima é o pórtico em si, que passa a não ter serventia para a comunidade. Expectativas de parte do público e dos gestores transpõem-se no espaço, definindo-o e dando sentido a priori à comunicação concreta que lá acontece, especialmente nos assuntos de caráter público ou sensíveis. Nessa comunicação travada, não apenas o diálogo não acontece como o próprio local do diálogo é destruído. E nisso a USP não se destaca de outras instituições; na minha universidade mesmo, quando propus um Stoa a resposta de funcionários simpáticos à idéia foi que dificilmente um reitor incentivaria a construção de um espaço onde críticas a ele mesmo pudessem ter ressonância. O aspecto positivo deste local protegido na sociabilidade dos campi, que traria competição a discursos muito ideológicos e possivelmente racionalização do debate, não pareceu entrar no cálculo decisório.

D. UM GABINETE VIRTUAL

No início de 2012 me interessei pela idéia de construir um gabinete virtual que poderia ser oferecido por representantes legislativos e visitado por seu eleitorado, com vistas a reforçar a relação representativa tão necessária à democracia e tão questionada, na prática, por escândalos de corrupção e indiferença quanto aos processos legislativos por parte do eleitor. O gabinete serviria a deputados que quisessem expor os valores que norteiam suas ações – quem eles são – e suas ações – o que fazem concretamente no âmbito legislativo e como líderes políticos. Eu partia do pressuposto que dar sentido à ação legislativa seria de interesse de eleitores, que não têm uma idéia clara do que acontece nas casas legislativas brasileiras, e dos próprios representantes, que muitas vezes sentem que falam às traças.

A mim essa idéia parecia mais que simples. Parecia óbvia. Com facilidade de acesso à internet, por que não usar plataforma digitais na comunicação política? Cheguei a apresentar a idéia num evento acadêmico e para um deputado federal, mas a idéia, como no jogo Batalha Naval, deu água. Com os protestos de junho de 2013, senti-me culpada: talvez se eu tivesse explicado melhor minhas idéias ou levado a cabo a coisa sozinha e lançado na web, essa plataforma poderia ter se tornado local de diálogo durante aquele período e depois tivesse sido “ocupada”, servindo de ponte tão desejada entre Estado e sociedade.

Deixando a proposta de lado e passando a refletir sobre a questão da representação na era digital, percebi que os desafios para uma plataforma dessas iam além da questão técnica. De acordo com Karol Castanheira (CASTANHEIRA, 2012), que examinou o uso da internet na campanha presidencial de Marina Silva, a tendência em usar os novos meios como mecanismos unidirecionais é muito forte. O Twitter é usado para apitar mensagens prontas, e não para criar um diálogo fluido que o microblog poderia possibilitar. A força do hábito dos assessores parlamentares, que de toda forma são mais tradicionais assessores de imprensa que assessores técnicos em busca de projeção do mandato e de suas próprias idéias, podem ser fatores conservadores, mas não acredito que sejam determinantes, imaginando-se sempre, claro, políticos sem máculas a serem escondidas.

O medo de perder poder por parte dos políticos poderia ter algo a ver com a recusa em adotar novas formas comunicativas? Não faz sentido. Congregar pessoas traz poder, no sentido arendtiano do termo. O anfitrião de um espaço comunicativo pode não ter suas propostas sempre vencedoras, mas ele sempre terá crédito pela ação, que é o que importa ao líder. É ele que vai ter feito a coisa acontecer. Não acredito que minha proposta, ou outras que circulam por aí, tenham dado em nada por conta deste medo. Políticos são gente esperta e veriam a possibilidade de ganhos em pular para novas formas comunicativas ao invés de continuar alimentando a própria dependência, incômoda, de jornalistas e órgãos de imprensa.

Em países de tradição liberal uma plataforma digital desse tipo seria menos relevante, pois já há mecanismos tradicionais de representação, tais como o voto distrital e canais diretos de comunicação efetivos, mas no Brasil, onde as falhas das instituições democráticas acabam sendo compensadas por meios informais de comunicação, a necessidade de atualizar a relação de representação com os novos meios é premente. E, dado o número de propostas que já estão na mesa – E-democracia, projeto Câmara Virtual, Adote um Vereador, etc., – é questão de tempo até alguma delas ser adotada de fato.

Agora, quanto a um gabinete virtual mesmo, com a proposta que delineei acima, um local de diálogo e reconhecimento – o primeiro que abrir suas portas vai levar todas as pedras acumuladas nas mãos da população. Além do escrutínio normal, contra o qual já criou mecanismos de defesa, o representante terá que lidar com frustrações acumuladas que não lhe dizem respeito. A imprensa filtra as críticas com a ética jornalística que impede que imprimamos no papel o que nos vêm à trelha. Já o Twitter é sentido pelos internautas como um lugar público, no sentido que Roberto DaMatta dá ao termo: lugar onde finalmente se faz o que se bem entende, e não lugar cívico, compartilhado (DaMATTA, 1988). E nesse fio da navalha vai se encontrar o futuro gabinete virtual.

A internet não será, num primeiro momento, um lugar de diálogo e união em torno do bem comum, mas sim um lugar improdutivo e desagradável. A construção de novos espaços de representação vai portanto precisar de homens verdadeiramente corajosos, que queiram assumir o novo poder que a internet lhes dá. Digo “novo poder” pois a relação de representação sempre será assimétrica, a despeito dos desejos dos ativistas da

internet. Recusando-se a assumir esse novo papel, escondendo-se atrás dos meios tradicionais, os líderes políticos não estão só retardando mudanças, mas também fragilizando a democracia que precisa de cidadãos e líderes ocupando de fato seus lugares.

Em outras palavras, não se trata de perder poder – de conceder poder às ruas, ou ao internauta, ou algo que o valha. Mas o contrário disso: assumir uma posição de poder num novo ambiente comunicativo. E isso sim é que lhes causa paúra.

E. LAGARTEANDO

Uso o ambiente educacional Moodle como apoio a minhas aulas de graduação e pós desde 2004, em geral com excelentes resultados. Alunos que a princípio se sentem desconfortáveis com o meio ao final se rendem a ele, por terem podido conhecer melhor os trabalhos dos colegas e às vezes até mesmo os próprios colegas de sala. Mesmo que os debates não ocorram na própria plataforma, o fato de terem os textos dos autores e dos colegas online facilita a comunicação fora da sala de aula. Já ouvi que o Moodle foi a melhor coisa do curso, como se o ambiente dialógico tivesse sido criado pela plataforma do australiano Martin Dougiamas, e não por eles mesmos com a minha orientação.

Em geral meus cursos são bastante exigentes e interativos e muitas vezes os alunos se ressentem com isso. A exposição que o Moodle exige pode deixar alguns alunos ressabiados e, quanto ao curso em si, minha visão pragmática de teorias pode deixar alunos acostumados com visões ideológicas um pouco “sem chão”, como disse uma aluna, sentimento que se dissolve quando eles vêem que a execução da própria pesquisa lhes dá mais segurança que dogmas rígidos, refutáveis com argumentos ou evidências uma vez que se sai da bolha acadêmica. Entretanto, essas são coisas em geral acomodadas em aula sem grandes problemas.

O curso que descrevo abaixo deu-se numa situação atípica, logo após uma longa greve estudantil entremeada de paralisações de funcionários e docentes onde explodiram antigos conflitos que perduraram ao longo do curso, em uma instituição que resiste tenazmente à mudança ao mesmo tempo em que se frustra por ela não acontecer. Nesse ambiente, parte dos

alunos se posicionou de modo contrário ao curso. Difícil saber ao certo a razão daquela intensidade: pressões políticas vinda de fora da sala de aula; meu encaminhamento do curso; rejeição de alunos que perderiam status frente aos colegas devido à transparência das discussões; legítima apreensão com relação à exposição no Moodle; ou dificuldades dos alunos quanto à pesquisa empírica, acostumados a discussões meramente teóricas; tudo poderia ter contribuído um pouco. Quanto ao desgosto com plataformas na internet em geral, podemos descartar; os alunos são ávidos participantes do Facebook e a própria greve teve sua comunicação nessa rede social.

Na sala de aula, o ambiente foi aceito sem problemas, mas uma reivindicação ácida, anônima e burocrática apareceu no próprio Moodle, de forma geral contrária à plataforma, depois que, de acordo com um colega que acompanha manifestações estudantis na internet, os alunos se organizaram no Facebook. Isso pode parecer bizarro ao leitor, pois o Moodle é uma plataforma antiga, mas peço que coloque de lado sua surpresa e busque ver nesse conflito algo que ilumine nossos desafios comunicativos mais amplos. O fato é que nem a sala de aula nem o próprio ambiente online foram vistos como espaços legítimos de diálogo. As demandas (ou mesmo esclarecimentos) eram fáceis de acomodar, mas a acomodação não levava a nada. Cada acordo parecia levar a novos conflitos, talvez vindos de pressões de fora da aula mas também parte de uma dinâmica comunicativa interna, que é o que interessa aqui.

Eu não sentia estar ocupando um espaço público – espaço da visibilidade, segundo Arendt – onde algum entendimento poderia se dar; parecia estar pisando em areia movediça, a cada movimento me atolando mais, apesar de que o curso, em si, corria bem, com trabalhos interessantes sendo propostos e discussões inteligentes acontecendo em sala e online. Numa das conversas sobre o curso propostas em aula, perguntei afinal o que eles propunham. Uma aluna afirmou que a essas alturas não havia nada a fazer e que nos restava aguardar o fim do curso; outro disse que a questão era uma intransponível falta de sintonia entre a professora e a classe. Diante dessa barreira, fiz a chamada e encerrei a aula uma hora mais cedo. Psiquicamente, abandonei a turma, acatando a versão apresentada: não há nada a fazer.

Para minha surpresa, parte dos alunos permaneceu em sala formando um pequeno círculo ao meu redor, até o final da aula, tirando dúvi-

das num ambiente amigável e produtivo, com respeito por mim e interesse pelos trabalhos dos colegas. “Você deveria ter feito um círculo na aula, professora!”, um deles disse, mas não era isso que eu havia proposto desde o início? Numa aula de pós-graduação, relatei esse episódio que também inspirou surpresa aos alunos; as interpretações que se seguem são em larga medida produto daquela reflexão coletiva.

Havia o desejo de “conversar em círculo” com uma pessoa mais experiente, compartilhado por alunos e pela professora. Na prática, isso se deu: o Moodle foi usado, dei orientações e os trabalhos correm bem. Mas a experiência foi desagradável. É impossível saber se o aprendizado foi de fato “esvaziado”, usando um termo de Bion e Melanie Klein, ou se apenas foi relatado como obrigação vazia por pressões do grupo. De minha parte, senti-me atacada injustamente: não sou eu que mostro bancos de dados estrangeiros, técnicas de pesquisa na internet e outros modernismos úteis a quem quer se tornar pesquisador? Da parte dos alunos, pelo que auferi, eles se sentiam cobrados e desorientados, vigiados e inquiridos.

O Moodle não é neutro, e nem detentor de uma ideologia que determina as relações feitas através dele. Ele é engolfado na teia de significados pré-existentes na cultura local, e é essa teia que vai determinar se ele poderá ou não ser usado de modo produtivo, no sentido de Bion. Nesse caso, ele não se constituiu como “mesa”, no sentido de Arendt: linguagem, coisa que nos aproxima mantendo nossas particularidades. O Facebook, empresa americana voltada ao lucro, não padece da mesma sorte mesmo que mais distante da ideologia professada pelos alunos que o pobre Moodle de fonte aberta e sem fins lucrativos. O Moodle é oficial. É da universidade e é da professora; ele está contaminado por relações de poder importantes para aquela comunidade, enquanto o Facebook é alienígena, isento desses conflitos.

No Moodle se projetam relações patrimonialistas; no Facebook se organizam protestos. Sobre mim se projetava a figura do censor e cada diálogo proposto era sentido pelos alunos, provavelmente, como uma armadilha adicional. Apenas no momento em que “terminei a aula” a figura fantasmagórica do dono do poder foi embora e a aula pôde começar de verdade, não apenas como sucessão de tarefas das quais nos desincumbimos, mas como relação de aprendizado.

4 OCUPANDO LUGARES

Nos Estados Unidos, a crítica aos novos meios de comunicação é muito forte. Quanto ao uso dos meios, há pesquisas sérias mostrando que podemos estar limitando nossa capacidade cognitiva com multi-tasking. A imprensa escrita, quando comete um erro de sérias consequências, como no caso Judith Miller, faz um profundo auto-exame. O ativismo jovem na internet é fortíssimo, sendo o exemplo mais dramático disso a vida do jovem Aaron Swartz. O medo do controle estatal sobre as vidas privadas também é algo muito presente na sociedade americana, como mostra a resposta às revelações de Snowden. Entretanto, essas críticas não questionam os meios em si. O desgosto com a política de direitos autorais e privacidade do Facebook, por exemplo, levou jovens à criação da rede social Diaspora. De forma geral, identificação de problemas com os meios de comunicação leva à construção de novos espaços comunicativos ou à reforma dos atuais.

O que descrevemos nesse artigo é distinto. Trata-se de um ataque aos meios, semelhante ao ataque ao elo de ligação descrito pelos psicanalistas: um ataque às formas comunicativas em si mesmas, que carregam significados negativos para os que as usam: obrigação e ataque, e não liberdade e colaboração, ou diálogo e prazer. O trabalho, na concepção de Bion – a colaboração para objetivos benéficos para o grupo – dá-se com muita dificuldade nesses espaços. O problema não é que eles possam ser lugares de conflito; isso é parte do espaço público. O problema é que muitas vezes eles mesmos não servem nem para o conflito, por estarem marcados pelo poder oficial e o que isso significa. Os convidados ao espaço comunicativo são alvo de um controle indevido e injustificado, enquanto os anfitriões do espaço são atacados como se responsáveis não apenas por aquele espaço, mas por todas as injustiças em torno dele; mesmo que os controles e ataques não sejam reais, a percepção deles afeta a sociabilidade.

Onde o poder oficial está ausente, aí temos o contrário disso: uma apropriação acrítica dos meios e seus conteúdos e um consumismo voraz (fácil de satirizar (G17, 2013), pois o que conta aí é o alívio. Alívio por estarmos longe do improdutivo jogo patrimonial de controle e rebelião. Nos três casos que descrevemos, os diversos atores poderiam ter se comportado de outro modo e os ambientes e regras de conduta poderiam ser modificados. Mas a situação pareceu a todos uma armadilha a ser evi-

tada, e não um lugar de diálogo a ser ocupado. Esse está longe de ser um resultado necessário, mas mostra as dificuldades que temos que enfrentar na construção de espaços públicos mediados no Brasil que sejam democráticos, pujantes e produtivos, mesmo e especialmente quando eles buscam acolher o diálogo com o poder instituído.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALVARENGA, E. Z. *Sobre meu afastamento do Stoa por causa de uma brincadeira de 1º de abril até a exclusão da minha conta*. São Paulo: Blog do Tom. Disponível em: <<http://blogdotom.wordpress.com/2009/04/29/sobre-meu-afastamento-do-stoa-por-causa-de-uma-brincadeira-de-1º-de-abril-ate-a-exclusao-da-minha-conta>>. Acesso em: 2009.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- BION, W. R. *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- BION, W. R. *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- CARDOSO, F. H. *Um crítico do estado*: Raymundo Faoro. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARPIGNANO, P. The shape of the Sphere: the public sphere and the materiality of communication. *Constellations*, v. 6, n. 2, p. 177-189, 1999.
- CASTANHEIRA, K. N. L. *Análise das mensagens postadas por Marina Silva e pelo Partido Verde no Twitter nas Eleições de 2010*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.
- CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1982.
- DaMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.
- FRENCH, R. B.; SIMPSON, P. The 'work group': redressing the balance in Bion's experiences in groups. *Human Relations*, v. 63, n. 12, p. 1859-1878, 2010.

G17. Cnn diz que Mark está triste com o comportamento dos brasileiros no Facebook. G17. Disponível em: <<http://www.g17.com.br/noticia/redessociais/cnn-diz-que-mark-esta-triste-com-o-comportamento-dos-brasileiros-no-facebook.html>>. Acesso em: 2013.

HANSEN, M. *Babel & Babylon: spectatorship in American silent film*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

HOLANDA, S. B. D. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KATZ, E. And deliver Us from segmentation. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 546, n. p. 22-33, 1996.

KATZ, E.; LAZARSFELD, P. F. *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Glencoe, Ill: Free Press, 1955.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1996.

RIBEIRO, T. Rede Stoa não atende idéia de plataforma virtual livre. *Jornal do Campus*, ed. 351, maio 2009.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

SIMMEL, G. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

SPILLIUS, E. B. *Melanie Klein hoje: vol 1: Artigos predominantemente teóricos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

WILLIAMS, R. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 2003.

13.

NOTAS SOBRE ANTROPOLOGIA: HERMENÊUTICA E PÓS-MODERNIDADE¹

Laércio Fidelis Dias

1 APRESENTAÇÃO

Este artigo será apresentado a partir de duas unidades temáticas: a primeira, denominada hermenêutica e antropologia interpretativa e, a segunda, antropologia pós-moderna. O objetivo do artigo é apresentar alguns textos Geertz (1988, 1989, 1998), Clifford (1988), Caldeira (1988), Marcus e Fisher (1986), Fisher (1985) que tratam dessas duas unidades temáticas, através de pequenas sinopses. Mas, ao mesmo tempo, propor uma reflexão e, tanto quanto possível, problematizar as questões e os temas levantados pela leitura desses trabalhos. Assim, para atender tal exigência, entrementes às breves apresentações dos objetivos dos trabalhos, é realizada uma leitura vertical, que consiste em eleger um tema que permita pôr em diálogo os diferentes textos e escolas de pensamento. Colocar em diálogo não significa fazer comparações, não raro esdrúxulas, dizendo o que há em um e não há noutro texto. Ao dispensar comparações miúdas e isoladas

¹ Este artigo foi originalmente escrito como uma aula, apresentada durante a disciplina Antropologia - problemas de Antropologia Contemporânea, ministrada no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP pela Prof^a Dr^a Margarida Maria Moura, em 2000. Esta aula foi parte dos requisitos obrigatórios das atividades do estágio de monitoria realizado durante o mestrado, cursado no mesmo Departamento. Posteriormente, em 2005, uma versão mais enxuta da que é apresentada aqui foi publicada na *REMark*: Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 4, n.1, p. 39-58, com o título de “Diálogo entre antropologia interpretativa e pós-modernidade”. A versão que compõe esta coletânea é um texto ligeiramente ampliado em relação ao publicado na *REMark*, e mais próximo do texto original.

entre os diferentes textos, é necessário, então, erguer o grau de abstração com o qual se examinava a bibliografia. Pode parecer bastante refinado, e mesmo erudito, falar em erguer o grau de abstração com o qual se examina a bibliografia. Mas, na verdade, tal suspensão quer dizer algo quase óbvio, porque os dois conjuntos de textos que compõem as duas unidades temáticas, inicialmente, articulavam-se entre si, mais abstratamente, através do próprio título das unidades: hermenêutica e antropologia interpretativa, e, antropologia pós-moderna.

O tema que conduz a leitura vertical mencionada anteriormente é o modelo clássico de etnografia estabelecido a partir da década de 20 do século XX. Essa questão parece apropriada porque possibilita fornecer um panorama amplo da antropologia clássica, antropologia interpretativa e antropologia pós-moderna. Assim sendo, o tema modelo clássico de etnografia será o fiel da balança que irá conduzir o diálogo entre a bibliografia selecionada.

2 DEFININDO CONCEITOS

O que é antropologia interpretativa, hermenêutica e pós-modernidade?

A antropologia interpretativa poderia ser, fundamentalmente, caracterizada por duas atitudes metodológicas que balizam a antropologia praticada por Geertz: 1) tomar os fenômenos sociais como passíveis de interpretação, uma vez que a realidade social não pode ser apreendida, significativamente, por meio de leis, cabendo, então, ao antropólogo interpretar a realidade, e não explicá-la; 2) tomar os fenômenos culturais como símbolos interpretáveis, dos quais se é possível apreender o sentido, e não demonstrá-lo enquanto códigos e leis. Esses dois pressupostos encontram-se claramente formulados, respectivamente, em *O saber local*, no primeiro ensaio denominado “Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social”, e no primeiro capítulo de *A interpretação das culturas*, denominado “Descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”.

O termo hermenêutica pode, num sentido mais amplo, ser considerado como o equivalente à interpretação. Num sentido mais preciso, refere-se à tradição filosófica alemã do século XIX, de orientação anti-positivista, cujo representante mais exponencial é Dilthey, para quem a experi-

ência etnográfica pode ser vista como a construção de um universo comum de significados no interior de maneiras intuitivas de sentir, perceber e conjecturar. É uma atividade que faz uso de pistas, interpretações, gestos tendo em vista elaborações de interpretações consistentes. Assim, cabe ao hermenêuta social, compreender o sentido das ações sociais. Weber (1991), sociólogo e historiador alemão, recebeu forte influência da tradição filosófica hermenêutica. Nota-se essa influência, logo no primeiro parágrafo do capítulo denominado “Conceitos sociológicos fundamentais”, de seu trabalho clássico intitulado *Economia e sociedade*. É pertinente destacar esse parágrafo porque, como se verá mais adiante, a noção de descrição densa de Geertz (1989), tem bastante a ver com as caracterizações de Weber acerca da natureza do objeto e da análise sociológicos. Diz Weber (1991, p. 3-4):

Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação”, entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com o seu sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso. Sentido é o sentido subjetivamente visado: a) na realidade alfa, num caso historicamente dado, por um agente, ou beta, em média ou aproximadamente, construído pelo agente ou pelos agentes, ou b) num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos. Não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente correto ou de um sentido verdadeiro obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido correto e válido.

A noção de pós-modernidade em antropologia, que se encontra no texto de Caldeira (1988, p. 133), poderia ser sintetizada nos seguintes termos: o antropólogo pós-moderno tende a rejeitar descrições holísticas. Ele prefere interrogar-se sobre os limites de sua capacidade de conhecer o outro. Procura expor no texto as suas dúvidas, o caminho que o levou a interpretação, que é sempre parcial. Em Marcus e Fisher (1986), en-

contrar-se uma caracterização bastante apropriada do que vem a ser pós-modernidade em antropologia. Escrevem os autores que a maioria das culturas locais, espalhadas pelo mundo, são produtos de histórias de apropriações, resistências e acomodações. Neste sentido, a tarefa principal da antropologia pós-moderna é fazer uma revisão dos critérios que até então têm fundamentado a descrição etnográfica, critérios estes assentados numa concepção de unidade cultural auto-suficiente, homogênea, num certo sentido, ahistórica, e propor uma noção de situação cultural como um fluxo constante, como um estado de suscetibilidade histórica inescapável, sujeita a processos mais amplos de influência tanto no nível local quanto global. O artigo de Marcus (1991, p. 199-200) coloca como problemática central da pós-modernidade na pesquisa histórica e social, a questão da formação da identidade, ou, a questão de quem, ou o que controla e define a identidade dos indivíduos, grupos sociais, nações e culturas. Questão esta posta a partir da desconstrução dos artifícios estruturantes do realismo etnográfico presentes nas monografias clássicas, que, como exemplos, poderiam ser mencionados os trabalhos de Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, entre outros.

3 MODELO CLÁSSICO DE ETNOGRAFIA E A CRÍTICA PÓS-MODERNA

Caracterizadas as noções de hermenêutica, antropologia interpretativa e pós-modernidade, o pano de fundo sobre o qual o artigo irá de se desenrolar está armado. Mas a intenção é pôr todos os textos em diálogo tendo como referência o modelo clássico de etnografia. Assim sendo, é preciso também definir o que se entende por modelo clássico de etnografia.

O artigo de Caldeira (1988) e de Clifford (1998) possuem boas caracterizações do modelo clássico de monografia inaugurado por Malinowski. No caso de Clifford (1998), o autor caracteriza o modelo clássico de monografia para tentar compreender como a antropologia trouxe legitimidade científica para o conhecimento que produz na forma de textos. Caldeira (1988), por sua vez, retoma os aspectos fundamentais das monografias clássicas para depois apresentar as críticas dos autores pós-modernos, essencialmente norte-americanos.

Vejam, então, brevemente, que modelo de monografia é esse. Caldeira (1988, p.136), apoiando-se em Clifford, esclarece que a figura do antropológico-cientista era o profissional em trabalho de campo, cuja imagem distinguia-se da do antropológico de gabinete, do missionário e do agente colonial, porque trabalhava segundo regras específicas e legitimava seus textos evocando a experiência que tinha de uma outra cultura. O modo marcante de autoridade do trabalho de campo moderno está inscrito na seguinte frase: “Você está lá, porque eu estive lá”.

Clifford (1998, p.30-32) é ainda mais enfático. O autor enumera as seis características básicas que fundamentam a autoridade científica das monografias clássicas:

1. a primeira refere-se à necessidade do etnólogo receber treinamento nas técnicas de pesquisa e nos modelos analíticos mais atuais (no caso da época);
2. evitar intérpretes e aprender minimamente a língua nativa;
3. observação participante como norma primordial do trabalho de campo
4. o uso de modelos teóricos analíticos facilitam a pesquisa porque orientam a observação do etnólogo para questões mais precisas como: estrutura social, parentesco, ritual e assim por diante;
5. ao focalizar a análise em certas questões, o etnólogo tem como pressuposto que o todo pode ser observado pela parte. Isto é, na medida em que as culturas formam totalidades e as suas várias partes constituintes encontram-se interligadas, uma certa instituição, como Kula, por exemplo, nada mais é que um epifenômeno, na esfera micro, do todo;
6. o desdobrar desse pressuposto são as abordagens sincrônicas. De todo modo, é importante destacar que as abordagens sincrônicas presentes nas primeiras monografias antropológicas, especificamente Malinowski e Radcliffe-Brown, estavam ligadas também a uma crítica aos métodos de conjectura histórica empregados por difusionistas e evolucionistas do século XIX.

Segundo Clifford (1998, p.22), o contexto histórico que vai abalar profundamente a forma clássica de fazer antropologia, inaugurada por Malinowski, refere-se ao colapso do poder colonial na década de 50 do século XX e os ecos deste processo na teoria cultural nas duas décadas

posteriores. Após a mudança de perspectiva a partir da qual a Europa e os Estados Unidos vêem os movimentos negros, depois da crise de consciência da antropologia com relação ao seu *status* liberal dentro de uma ordem colonial, e na medida em que o mundo ocidental não pode mais representar ele mesmo como ponto-de-vista exclusivo de conhecimento antropológico do outro, é preciso pensar num mundo de etnografias, no plural, ou seja, de conhecimento sobre o outro a partir de perspectivas múltiplas. Além disso, acrescenta o autor, a expansão da comunicação e da influência intercultural conduz as pessoas a interpretar o outro, bem como elas mesmas. Tudo em meio a uma freqüente e disforme variedade de idiomas, denominado de heteroglossia.

Em síntese, segundo Clifford (1998, p.23), as mudanças pelas quais o mundo vem passando, mencionadas anteriormente, conduz a antropologia a uma crise de representação. O desafio, então, é escapar de textos antropológicos que fazem uso reducionista de dicotomias e essencialismos, e evitar representar em termos de retratos abstratos e ahistóricos a alteridade.

4 ANTROPOLOGIA HERMENÊUTICA DE GEERTZ

O próprio Clifford (1998, p.37-38) admite que a antropologia interpretativa vem criticar a ingenuidade da autoridade da experiência, tal qual formulada nas monografias clássicas. Acrescentaria também os trabalhos de Sahlins (1990), especificamente *Ilhas de histórias*. Neste livro autor trabalha com a relação entre estrutura e história, redefinindo de forma complementar os termos. O conceito de “estruturas performáticas” é especialmente importante, na medida em que Sahlins (1990) persiste em encontrar ordenação nas categorias de pensamento que informam as ações individuais, por mais aleatórias que elas possam parecer.

Dando continuidade ao raciocínio de Clifford (1998), a interpretação baseada no modelo filológico de leitura de texto, proposta pela antropologia interpretativa, emergiu como alternativa promissora para desmitificar muito do que, anteriormente, tinha sido transmitido, sem muito exame, acerca da construção das narrativas, da observação e das descrições etnográficas. A antropologia interpretativa contribuiu para ampliar a visi-

bilidade dos processos de criação através dos quais os “objetos” culturais são elaborados e tratados como significativos.

O que vem a ser “modelo filológico de leitura de texto”? Geertz (1989, p.321) escreve: “a cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles [textos] pertencem”. Assim, a aplicação do modelo filológico de leitura de texto em antropologia interpretativa, equivale a equiparar a cultura a um texto, e a sua interpretação, à leitura. É exatamente por isso que uma das principais fontes de contribuições para a análise dos fenômenos culturais, nas últimas décadas, especialmente na de 90, têm vindo de autores ligados à crítica literária. Como exemplo, poderia mencionar o hindu-britânico HomiBhabha (1998).

A textualização ou a noção de cultura como texto, pré-requisito da análise proposta pela antropologia interpretativa de Geertz (1989), possibilita apreender os processos pelos quais comportamentos não-escritos, discursos, crenças, tradições orais e rituais são reunidos como um corpo significativo, que se distingue do discurso imediato e da situação de performance, ou, em poucas palavras, dos dados empíricos. Isto é necessário porque o mundo, ou a realidade social, não pode se apreendida diretamente. A sua apreensão é feita a partir das partes e por mediação de conceitos. E as partes devem ser conceitualmente separadas do fluxo da experiência em que ocorrem. Assim, a textualização fornece um senso de sentido através de um movimento circular de ida e volta que, ao mesmo tempo, isola e contextualiza um fato ou um evento da e na realidade mais ampla que o cerca. É uma idéia já implícita, mas talvez não seja demais enfatizar. Tomar a cultura como texto significa concebê-la como um sistema, como um conjunto de partes coordenado entre si. Possivelmente, assim, fique ainda mais claro porque Geertz (1989, 1998) intitula alguns de seus artigos ou ensaios de: “A arte como sistema cultural”, “O senso comum como sistema cultural”, “A religião como sistema cultural”, entre outros.

5 A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS EM SEUS PRÓPRIOS TERMOS

Mas pensar a cultura como texto e textualização como mediação conceptual necessária para a compreensão das culturas incita uma pequena

digressão. O papel epistemológico que a textualização cumpre na antropologia interpretativa equivaleria ao mesmo papel que o conceito de tipos ideais desempenham na sociologia de Weber (1991). Por causa da influência de Kant, principalmente através de autores que no início do século XIX ficaram conhecidos como neo-kantianos, Weber (1991) assume que entre o sujeito que conhece e o objeto de conhecimento há um espaço que só pode ser transposto por mediadores epistemológicos, representados, em seu caso, pelo conceito de tipos ideais. No caso de Geertz (1989), uma vez que, conforme alertado anteriormente, este autor recebe grande influência da filosofia hermenêutica de Dilthey, que por seu turno insere-se num contexto filosófico mais amplo designado de neo-kantianismo, pela concepção de cultura como texto, ou simplesmente por textualização, como prefere Clifford (1998).

Mas, então, para seguir adiante, vejamos como a interpretação da cultura, esse conjunto de textos, é levada a cabo pela antropologia interpretativa. Para tanto, basta ler com cuidado o capítulo 1 de *A interpretação das culturas* de Geertz (1989), denominado “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”. A idéia básica do artigo é de que o antropólogo não pode retratar uma cultura apenas anotando fatos. É preciso que os fenômenos sejam interpretados, tendo em vista a compreensão de seus significados. Um dos exemplos de que se vale Geertz (1989) para desenvolver o seu argumento é o piscar de olhos. Inicialmente, um piscar de olhos pode significar um tique involuntário proveniente de uma desordem neurológica, de cansaço ou nervosismo. Uma piscadela pode ser um sinal intencional com vários significados possíveis: fingimento ou algum tipo de código entre duas ou mais pessoas. Uma cultura é composta de um número virtualmente infinito dessas mensagens ou sinais, e a tarefa do antropólogo é interpretá-las. Idealmente, a interpretação antropológica deveria ser tão complexa e criativamente imaginada como a própria cultura. Mas como os críticos literários não têm a intenção de que um dia esgotarão inteiramente os significados de Hamlet, os antropólogos deveriam perder as esperanças de um dia encontrar verdades absolutas acerca das culturas que estudam. A questão determinante numa descrição densa e, portanto, na interpretação antropológica, consiste em saber separar as piscadelas dos tiques nervosos, e as piscadelas verdadeiras das imitadas (p. 27), bem como as realidades políticas e econômicas às quais estão submetidos os homens.

Em textos posteriores *Works andlives: The anthropologist as author*, Geertz (1988, p. 141) aproximou a antropologia não só da crítica literária como da literatura. Escreve o autor, como a literatura, a etnografia envolve “contar histórias, delinear imagens, inventar simbolismos, desenvolver tropos”. A antropologia não seria nada além que uma escrita imaginativa sobre pessoas reais em lugares reais e épocas reais”.

O artigo “Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa” parece um excelente exemplo da aplicação das características fundamentais da descrição densa, a saber, registrar o fluxo do discurso social e interpretá-lo de forma tal a salvar o que foi dito e observado em formas pesquisáveis (GEERTZ, 1989, p. 31). O início do artigo relata como Geertz e sua mulher ganharam a confiança dos balineses, que em geral arredios. Geertz, sua mulher e alguns aldeões estavam assistindo a uma briga de galos quando a polícia deu uma batida no local e o casal americano fugiu com os balineses. Impressionados com o fato dos cientistas não terem procurado tratamento privilegiado da polícia, os moradores da vila acabaram os aceitando.

Com as credenciais de membro da aldeia, Geertz passou a registrar e a analisar a obsessão banilesa pelas brigas de galos. A conclusão é a de que o esporte sangrento, em que os galos armados de esporas afiadas como lâminas lutam até a morte, espelhavam e, portanto, exorcizavam, em certo sentido apenas, o medo do povo balinês em relação às forças obscuras subjacentes à calma aparente de sua sociedade. Assim, escreve Geertz (1989, p.311), a briga de galos capta temas como morte, masculinidade, raiva, orgulho, perda, beneficência, oportunidade e os ordena numa estrutura globalizante. Depois os apresenta de maneira tal que alivia uma visão particular de sua natureza essencial. A briga de galos, como imagem, ficção, modelo, metáfora, é um meio de expressão, cuja função não é aliviar as paixões sociais, tampouco exacerbá-las, (embora em sua forma de brincar com fogo ela faça um pouco de cada coisa), mas exibi-las em meio a penas, ao sangue, às multidões e ao dinheiro.

Para retomar a idéia de sistema, contida na noção de cultura como texto, faço menção aos textos de Geertz (1989, 1998) que enfatizam a cultura como sistema: “A arte como sistema cultural” e “A religião como sistema cultural”. Um sistema é um conjunto de partes coordenadas, assim pressupõe certo grau de coerência, caso contrário não seria chamado de sis-

tema. De todo modo, a compreensão que um antropólogo procura ter dos aspectos religiosos e estéticos de certa cultura não deve se traduzir, segundo Geertz (1989, p.28), numa procura frenética por coerência cristalina, perfeita, que mantém pouca, ou nenhuma, relação com fatos empíricos aos quais se referem, ou se lhes deveria referir.

Para começar a examinar o que significa tomar “A arte como um sistema cultural”, recorro a um trecho do artigo sobre a briga de galos.

Como qualquer forma de arte – e é justamente com isso que estamos lidando, afinal de contas – a briga de galos torna compreensível a experiência comum, cotidiana, apresentando em termos de atos e objetos dois quais foram removidas e reduzidas (ou aumentadas se preferirem) as conseqüências práticas ao nível da simples aparência, onde seu significado pode ser articulado de forma mais poderosa e percebido com mais exatidão. (GEERTZ, 1989, p.310-311).

O que se depreende dessa passagem é que a arte é uma maneira de tornar compreensível certa experiência comum. Mas qual? Se se considera, então, as passagens seguintes do ensaio de Geertz sobre a arte, a questão se resolve. Escreve Geertz (1998, p.150): “Os sinais ou elementos simbólicos, que compõem um sistema semiótico, aqui designado de estético, têm conexão ideacional, não mecânica com a sociedade em que se apresentam.”

Um pouco mais adiante continua Geertz (1998, p. 165):

A capacidade de uma pintura (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas) fazer sentido varia de um povo para outro, assim como de indivíduo para outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência. O mesmo se aplica à capacidade de criar essa sensibilidade onde não existia. A participação no sistema particular que chamamos de arte só se torna possível através da participação no sistema que geram de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro sistema nada mais é que um setor do segundo.

Dos quatro excertos anteriores, extrai-se uma caracterização do vem a ser a arte como um sistema cultural. Como sistema cultural, a arte consiste na produção de certos “objetos”, tais como poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais ou estátuas capazes de despertar naqueles que

a produzem e nos que os apreciam certo tipo de sensibilidade qualificada como estética. Esta sensibilidade refere-se à capacidade de perceber, ou seja, avaliar como belo tais objetos quando apresentados aos sentidos. A possibilidade da experiência do belo, isto é, os critérios através dos quais diferentes pessoas e diferentes culturas o experimentam está inscrita no sistema cultural mais amplo do qual a arte é apenas um subsistema.

Em relação à religião, Geertz (1989, p. 104-105) parece mais didático. O autor caracteriza a religião como:

(1) um sistema de símbolos significantes que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens a través da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições parecem singularmente realistas”. Essa definição é pontuada de em cinco diferentes pontos: 1º) em relação ao sistema de símbolo; 2º) em relação estabelecimentos de disposições; 3º) em relação a formulação de conceitos de existência geral; 4º) em relação ao revestimento dessas formulações numa aura fatual; 5º) percepção de tais formulações como reais.

6 CRÍTICA PÓS-MODERNA DA ANTROPOLOGIA HERMENÊUTICA

Resta, ainda, a crítica pós-moderna dirigida à antropologia interpretativa de Geertz cujo foco é o uso de modelos cognitivos para análise da cultura. Segundo Fisher (1985), tomar a cultura como um sistema simbólico, algo parecido com a linguagem, produz uma homogeneização do conhecimento cultural, conduzindo o conhecimento dos que estão sendo estudados à conceptualização; e a cultura, por natureza, não é organizada ou sistematizada.

A cultura pode até ser vista como um conjunto de símbolos, entretanto, a sugestão da pós-modernidade é conceituá-la como um conjunto de símbolos em processo, num movimento contínuo de mudança e transformação, em oposição à antropologia interpretativa que vê a cultura como uma estrutura de signos, algo parecido com um texto. Fisher (1985), como antropólogo crítico comenta o seu próprio trabalho, dizendo que antropologia pós-moderna aspira ser:

- a) dinâmica, mais interessada em mudança cultural do que em formas culturais como meros textos;
- b) politicamente democrática e tentar produzir textos etnográficos que sejam ricos o suficiente para dizerem alguma coisa ao povo descrito (e não apenas para a comunidade antropológica ou o público leitor ocidental), e terem bastante sentido para despertarem o seu interesse;
- c) objetiva, no sentido de captar as formas públicas do discurso que sejam impressões idiossincráticas, mas que possam ser confirmadas por outros observadores e participantes, levando, portanto, a atenção tanto para os modos da comunicação utilizados pela cultura em questão como para as formas de construção do texto que se apresentam ao observador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar o modelo clássico de monografia, o espaço destacado que o estudo do presente etnográfico ocupou neste modelo e as críticas das escolas posteriores: antropologia interpretativa e antropologia pós-moderna.

Uma das principais consequências do modelo clássico de monografia diz respeito à forma secundária com que a história, compreendida como uma categoria de análise, é tratada nos trabalhos antropológicos.² A história assume significação, na medida em que revela elementos para a composição de uma realidade anterior aos agentes sociais que se lhes impõem. Seja essa realidade um sistema-funcional ou uma estrutura, os agentes sociais em relação a ela aparecem de forma passiva e determinada.

Contudo, a partir dos anos de 1980, com a antropologia pós-moderna, ocorre uma retomada da importância da dimensão histórica na investigação dos processos sociais vivenciados pelos povos. A recuperação da historicidade constitui uma forma de enxergar os povos não-ocidentais,

² Sobre essa questão consultar o texto clássico de Lévi-Strauss (1985, p.34), em que o autor distingue a análise histórica da etnológica. Segundo o autor, a diferença entre as duas disciplinas é, sobretudo, de perspectiva: a história organizaria os seus dados a partir das expressões conscientes, enquanto que a etnologia organizaria os seus em relação às expressões inconscientes da vida social. Mais adiante, Lévi-Strauss (1985, p.37) acrescenta que a importância da história para a etnologia é auxiliá-la destacando a estrutura subjacente a formulações múltiplas e permanentes através de uma sucessão de acontecimentos.

como indígenas e africanos, também como agentes dos processos sociais. São povos cujas sociedades têm formação étnica bastante heterogênea e se constroem no fluxo da totalidade dos processos pelos quais os indivíduos experimentam, interpretam e criam mudanças dentro de suas ordens sociais. Desse modo, a antropologia aceita o desafio de compreender sociedades com processos históricos caracterizados por intenso contato e convivências interétnicos, nos quais se incorporam etnias e tradições culturais das mais diversas procedências.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CALDEIRA, T. A pós-modernidade da antropologia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p.133-157, 1988.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In:_____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p.17-40.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer, a Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. New York: Oxford University Press, 1972 [1940].
- FISCHER, M. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v.83, p. 55-72, 1985.
- GEERTZ, C. *Works and lives: the anthropologist as author*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- _____. *Saber local*. São Paulo: Vozes, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, v. 34, p. 197-221, 1991.
- _____; FISHER, M. *Anthropology as cultural critique*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

RADCLIFFE-BROWN, R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SAHLINS, M. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAJANO FILHO, W. Que barulho é esse, o dos pós-modernos? *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v.86, p.133-151, 1988.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: UnB, 1991.

SOBRE OS AUTORES

Clarissa Correa Neto Ribeiro é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Cristina de Souza Agostini é doutora em Filosofia pela USP e professora da Universidade São Judas Tadeu.

Fábio Metzger é doutor em Ciência Política pela USP e professor da UNIESP (Caieiras).

Heloisa Pait é doutora em Sociologia pelo New School for Social Research e professora de Sociologia da Comunicação da Unesp (Marília). Consultar: heloi-sapait.wordpress.com.

Karina L. Pasquariello Mariano é doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, pesquisadora Produtividade em Pesquisa 2do CNPq, professora da Unesp (Araraquara) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Laercio Fidelis Dias é doutor em Antropologia Social pela USP e professor da Unesp (Marília).

Leonardo César Souza Ramos é doutor em Relações Internacionais pela PUC-RJ e professor da PUC-MG.

Mónica Montana Martínez Ribas é doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela UnB e trabalha na Revista *InterAção* (UFSM).

Rafael Salatini é doutor em Ciência Política pela USP, pós-doutorando em Sociologia pela USP e professor da Unesp (Marília).

Renatho Costa é doutor em História Social pela USP e professor da Unipampa.

Roberto Goulart Menezes é doutor em Ciência Política pela USP e professor da UnB.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos é doutor em Ciência Política pela USP, pós-doutorando em Economia pela Unicamp e professor da Unesp (Marília).

Rosângela de Lima Vieira é doutora em História pela Unesp, pós-doutora em Economia pela UFSC e professora da Unesp (Marília).

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogo	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Maria Luzinete Euclides
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2016

Impressão e acabamento

Gráfica Shinohara
Marília - SP

An abstract painting in a cubist style, featuring several figures in a circle. The figures are rendered with bold, geometric shapes and a limited color palette of blues, purples, and reds. The composition is dynamic, with figures appearing to be in motion or engaged in a collective activity. The background is a mix of dark and light tones, creating a sense of depth and movement.

CULTURA E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reflexões sobre cultura

Organizada em dois volumes, a produção acadêmica da "XIII Semana de Relações Internacionais da Unesp: Cultura e direitos humanos nas relações internacionais" inclui um volume dedicado ao tema da cultura (o presente volume), intitulado *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais: Reflexões sobre Cultura*, e um volume dedicado ao tema dos direitos humanos, intitulado *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais: Reflexões sobre Direitos Humanos*.

ISBN 978-85-7983-802-6

